

DIÁLOGOS
CONTEMPORÂNEOS
ACERCA DA QUESTÃO
AGRÁRIA E
AGRICULTURA
FAMILIAR NO
BRASIL E NA FRANÇA

ORG. | OSMAR TOMAZ DE SOUZA | LOVOIS DE ANDRADE MIGUEL
ANA CAROLINA FLEURY | JEAN PAUL BILLAUD | MAGDA ZANONI

 **ediPUCRS**

Edição do Autor

**DIÁLOGOS CONTEMPORÂNEOS ACERCA DA
QUESTÃO AGRÁRIA E AGRICULTURA FAMILIAR
NO BRASIL E NA FRANÇA**



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

Chanceler

Dom Jaime Spengler

Reitor

Evilázio Teixeira

Vice-Reitor

Jaderson Costa da Costa

CONSELHO EDITORIAL

Presidente

Carla Denise Bonan

Editor-Chefe

Luciano Aronne de Abreu

Antonio Carlos Hohlfeldt

Augusto Mussi Alvim

Cláudia Musa Fay

Gleny T. Duro Guimarães

Helder Gordim da Silveira

Lívia Haygert Pithan

Lucia Maria Martins Giraffa

Maria Eunice Moreira

Maria Martha Campos

Nythamar de Oliveira

Walter F. de Azevedo Jr.

Organizadores
Osmar Tomaz de Souza
Lovois de Andrade Miguel
Ana Carolina Fleury
Jean Paul Billaud
Magda Zanoni

**DIÁLOGOS CONTEMPORÂNEOS ACERCA DA
QUESTÃO AGRÁRIA E AGRICULTURA FAMILIAR
NO BRASIL E NA FRANÇA**



PORTO ALEGRE
2019

Edição do Autor

© EDIPUCRS 2019

CAPA Thiara Speth

DIAGRAMAÇÃO Camila Borges

REVISÃO ORTOGRÁFICA E GRAMATICAL DOS TEXTOS EM PORTUGUÊS CECÍLIA FUJITA

REVISÃO TÉCNICA OSMAR TOMAZ DE SOUZA; LOVOIS DE ANDRADE MIGUEL,
ANA CAROLINA FLEURY

TRADUÇÃO DOS TEXTOS DO FRANCÊS PARA O PORTUGUÊS OLIVIER CHOPART

IMPRESSÃO E ACABAMENTO Bok2

Edição revisada segundo o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.



Este livro conta com um ambiente virtual, em que
você terá acesso gratuito a conteúdos exclusivos.

Acesse o QR Code e confira!



Editora Universitária da PUCRS

Av. Ipiranga, 6681 – Prédio 33
Caixa Postal 1429 – CEP 90619-900
Porto Alegre – RS – Brasil
Fone/fax: (51) 3320 3711
E-mail: edipucrs@pucrs.br
Site: www.pucrs.br/edipucrs

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D536 Diálogos contemporâneos acerca da questão agrária e agricultura
familiar no Brasil e na França / Osmar Tomaz de Souza ... [et
al.] organizadores – Porto Alegre : EDIPUCRS, 2019.
374 p.

ISBN 978-85-397-1229-8

1. Agricultura familiar. 2. Agricultura – Brasil.
3. Agricultura – França. I. Souza, Osmar Tomaz de.

CDD 23. ed. 338

Loiva Duarte Novak – CRB 10/2079
Setor de Tratamento da Informação da BC-PUCRS.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do *Código Penal*), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO | 9

INTRODUÇÃO | 11

REFLEXÕES ACERCA DA AGRICULTURA FAMILIAR E
CAMPEINATO NO BRASIL E NA FRANÇA | 19

CAPÍTULO 1

A AGRICULTURA FAMILIAR FRANCESA EM PERSPECTIVA
HISTÓRICA | 21
BERNARD ROUX

CAPÍTULO 2

REFLEXÕES SOBRE AGRICULTURA FAMILIAR E
CAMPEINATO NO BRASIL E NA FRANÇA | 37
MARIA DE NAZARETH BAUDEL WANDERLEY

CAPÍTULO 3

FRAGMENTAÇÃO/RECOMPOSIÇÃO DA EXPLORAÇÃO
AGRÍCOLA FAMILIAR? O CASO FRANCÊS | 53
JACQUES RÉMY

CAPÍTULO 4

SISTEMAS ALIMENTARES LOCAIS NA FRANÇA E NO BRASIL: DUAS
VIAS DISTINTAS DE FORTALECIMENTO DAS AGRICULTURAS
CAMPONESAS | 65
GILLES MARECHAL

CAPÍTULO 5

**PERSPECTIVAS E CENÁRIOS PARA A AGRICULTURA
FAMILIAR FRANCESA E BRASILEIRA NO SÉCULO XXI | 87**
MARC DUFUMIER

**POLÍTICA AGRÍCOLA E AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL E NA
FRANÇA: EMBATES ATUAIS E PERSPECTIVAS | 97**

CAPÍTULO 6

**AFIRMAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR
NAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL | 99**
CAIO GALVÃO DE FRANÇA

CAPÍTULO 7

**POLÍTICAS AGRÍCOLAS E CONSOLIDAÇÃO DO
MODELO FAMILIAR NA FRANÇA | 135**
GILLES BAZIN

**DEBATES ATUAIS SOBRE A QUESTÃO FUNDIÁRIA E A REFORMA
AGRÁRIA NO BRASIL E NA FRANÇA | 159**

CAPÍTULO 8

**ENTRE AVANÇOS, EQUÍVOCOS E INDEFINIÇÕES, PERSPECTIVAS
DE RESSIGNIFICAÇÃO DA REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL | 161**
SONIA MARIA PESSOA PEREIRA BERGAMASCO
VANILDE FERREIRA DE SOUZA ESQUERDO

CAPÍTULO 9

**JUSTIFICAÇÕES EM TORNO DE ASSENTAMENTOS PERIURBANOS
NO ESTADO DE SÃO PAULO: UMA JUSTIÇA ECOLÓGICA EM
QUESTÃO | 183**
PAULO EDUARDO MORUZZI MARQUES
CARLOS ARMENIO KHATOUNIAN
LUCIANE CRISTINA DE GASPARI
MORGANE RETIÈRE

CAPÍTULO 10

**DESGUALDADES FUNDIÁRIAS E DUALIDADE DA AGRICULTURA:
OLHARES CRUZADOS FRANÇA – BRASIL | 205**
YANNICK SENCÉBÉ
ADEMIR ANTONIO CAZELLA

**AGROECOLOGIA E AGRICULTURA
SUSTENTÁVEL NO BRASIL E NA FRANÇA | 219**

**CAPÍTULO 11
AGROECOLOGIA E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL:
SIGNIFICADOS E DIFERENÇAS NO BRASIL
CONTEMPORÂNEO | 221
MARISTELA SIMÕES DO CARMO**

**CAPÍTULO 12
AGROECOLOGIA E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL:
TRIANGULAÇÕES, TERRITÓRIOS E TRANSIÇÕES | 241
STÉPHANE BELLON**

**CAPÍTULO 13
AGROECOLOGIA E AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL:
PARA UMA TRANSCENDÊNCIA DAS CONCEPÇÕES DUAIS | 269
JULIEN BLANC
ISABEL GEORGES**

**CAPÍTULO 14
A AGROECOLOGIA, TRAMPOLIM DA BIOECONOMIA? | 293
GUY KASTLER**

**ABORDAGENS TEÓRICO-METODOLÓGICAS ACERCA DA QUESTÃO
AGRÁRIA E DO DESENVOLVIMENTO RURAL A PARTIR DE
EXPERIÊNCIAS DE PESQUISA NO BRASIL E NA FRANÇA | 301**

**CAPÍTULO 15
DESENVOLVIMENTO RURAL E REPRODUÇÃO SOCIAL DA
AGRICULTURA FAMILIAR: UMA ABORDAGEM DE PESQUISA
INTERDISCIPLINAR | 303
OSMAR TOMAZ DE SOUZA**

**CAPÍTULO 16
ENTRE OS CAMPOS E AS FLORESTAS: ORIGEM E EVOLUÇÃO DA
AGRICULTURA NO RIO GRANDE DO SUL/BRASIL | 325
LOVOIS DE ANDRADE MIGUEL**

CAPÍTULO 17

**AVALIAR OS EFEITOS DE MUDANÇAS DE PRÁTICAS AGRÍCOLAS
NA CRIAÇÃO DE RIQUEZA NACIONAL E EMPREGOS: O CASO DOS
SISTEMAS BOVINOS LEITEIROS À PASTO DO BOCAGE DA REGIÃO
DA VENDÉE | 347**
NADÈGE GARAMBOIS

POSFÁCIO | 373

APRESENTAÇÃO

A partir de 1945, a agricultura francesa passou por uma revolução técnica mais radical do que aquela ocorrida na segunda metade do século XVIII. A base desta revolução foi a mecanização, a utilização de insumos industriais, de biocidas e « melhoramento genético » de plantas e animais. A política agrícola teve um papel essencial nesta evolução, notadamente as Leis de Orientação Agrícola de 1960 e 1962. Fundadas sobre uma perspectiva de modernização da agricultura, esta política altamente seletiva exigia investimentos crescentes em capital. Ainda que a agricultura francesa tenha respondido aos objetivos de segurança alimentar do pós-guerra e transformado o país numa grande potência exportadora de produtos agrícolas, ela igualmente contribuiu para o empobrecimento e o desaparecimento de um grande número de explorações agrícolas familiares/camponesas. Nos anos 1980, as consequências ambientais e sociais deste modelo de desenvolvimento agrícola conduziram a debates públicos cada vez mais aprofundados que evoluíram para o questionamento do próprio modelo de desenvolvimento dominante, exigindo mesmo uma nova agricultura para a França e a Europa.

No Brasil, nos anos 1950/1960, o debate sobre a questão agrária colocava em evidência o atraso da agricultura nacional (e sua tecnologia « primitiva »), dividida em dois grandes subsetores. O primeiro estava organizado estruturalmente em termos das atividades exportadoras, enquanto que o segundo era mais orientada para a produção de subsistência e ao mercado interno. A modernização da agricultura que se estabeleceu a partir dos anos 1960 (a « Revolução Verde » brasileira) assegurou, de

uma parte, a transformação da base técnica e o aumento da produção, e de outra parte, levou ao aumento das desigualdades e da concentração fundiária no espaço agrícola do país. A mais evidente situação resultante foi verificada entre as grandes propriedades, principais beneficiárias das políticas modernizantes, e em parte da agricultura familiar de origem “colonial”. É somente no decorrer dos anos 1990 que será observado um processo mais amplo de reconhecimento da agricultura familiar no país. O Estado passa a reconhecer a divisão existente no setor agrícola, separando os agricultores segundo sua lógica de produção e orientação: agricultura não-familiar ligada ao agronegócio, de um lado, e agricultura familiar, de outro. Esta dicotomia, consolidada no início do século XXI se exprime pela presença de dois ministérios (Ministério da Agricultura e Ministério do Desenvolvimento Agrário) e representa um componente atual importante das políticas públicas agrícolas e de desenvolvimento rural no Brasil. Mesmo marcada por consideráveis limitações estruturais, sociais e ambientais, a agricultura brasileira tem sido estimulada a se expandir, principalmente graças ao crescimento da demanda internacional por commodities e ao aumento do consumo interno.

São estes dois cenários das agriculturas francesa e brasileira que motivaram as discussões e o artigos apresentados por pesquisadores e agricultores brasileiros e franceses no Seminário Internacional franco-brasileiro “Diálogos Contemporâneos acerca da Questão Agrária e Agricultura Familiar no Brasil e na França”. Este seminário, realizado nos dias 24 e 25 de abril 2013 no auditório Tisserand da AgroParisTech (Paris – França) teve como objetivo aprofundar a discussão de uma série de questões relacionadas ao agrário brasileiro e francês, em especial no que tange à agricultura familiar, à reforma agrária e à política agrícola. Esta obra reúne parte dos trabalhos apresentados naquela ocasião e sintetiza a contribuição de mais de duas dezenas de estudiosos sobre as realidades agrícola e agrária francesa e brasileira.

Os organizadores

INTRODUÇÃO

Esta obra reúne um conjunto de textos e contribuições de pesquisadores e agricultores brasileiros e franceses apresentados em um seminário realizado em Paris, nos dias 24 e 25 de abril 2013. Intitulado “Diálogos Contemporâneos acerca da Questão Agrária e Agricultura Familiar no Brasil e na França”¹, este evento buscou incentivar uma reflexão crítica acerca da questão agrária brasileira e francesa, em especial relacionada a agricultura familiar, sua situação e perspectivas. A ideia central era apresentar elementos e interpretações originais acerca de temas relacionados ao desenvolvimento rural no Brasil e na França, em especial relacionados a agricultura familiar, fomentando debates inspiradores para se pensar a realidade do rural nos dois países. Participaram da organização daquele evento pesquisadores franceses e brasileiros. Do lado francês, Jean Paul Billaud (CNRS/LADYSS) e Hubert Cochet (AgroParisTech); do lado brasileiro, Lovois de Andrade Miguel (UFRGS), Magda Zanoni (NEAD/MDA-LADYSS/CNRS), Maristela Simões do Carmo (UNESP), Osmar Tomaz de Souza (PUCRS), Paulo Moruzzi Marques (Esalq/USP) e Sônia Maria Pereira Bergamasco (UNICAMP).

Pretendia-se instigar o estabelecimento de contrapontos e relações entre a realidade agrária francesa e a realidade agrária brasileira, em espe-

¹ O Seminário Internacional franco-brasileiro “Diálogos Contemporâneos acerca da Questão Agrária e Agricultura Familiar no Brasil e na França” ocorreu nos dias 24 e 25 de abril 2013 no auditório Tisserand da AgroParisTech. Este evento foi organizado pelo Laboratório Systèmes agraires et développement rural (AgroParisTech) e pelo Laboratoire Dynamiques sociales et recomposition des espaces (Ladyss) / CNRS, Universités Paris 1, Paris 7, Paris 8 et Paris 10.

cial no que tange a agricultura de cunho familiar ou camponesa. Por fim, mas não menos importante, buscava-se promover contatos e parcerias entre instituições francesas e brasileiras com o intuito de desenvolver atividades de pesquisa, de intercâmbio e de cooperação científica. Foi neste contexto que os trabalhos aqui reunidos foram apresentados e debatidos com mais de uma centena de participantes.

Sobre realidade francesa, a evidência se deu, sobretudo sobre a questão agrária² no período contemporâneo (pós-1950), fundamental para a compreensão do atual cenário do agrícola e do rural do país. O modelo de modernização da agricultura na França foi implantado no contexto particular do período pós-guerra (1945-1959) e consolidado pela formação da Comunidade Econômica Europeia e pela sua Política Agrícola Comum (PAC), no início dos anos 1960. A análise da evolução desse modelo é que permite mostrar como fatores sociais, econômicos, culturais e ambientais foram gradativamente interagindo ao longo do processo, introduzindo uma outra leitura das modificações produzidas pela modernização que ocorreram, nos últimos sessenta anos, nos sistemas técnicos, nos modos de vida dos agricultores, nas relações sociais, na paisagem e no ambiente.

Os pequenos agricultores familiares, que ainda praticavam a policultura associada à pecuária, sem condições de modernizar-se, restringiram-se à criação de animais com práticas arcaicas, assegurando com dificuldade sua sobrevivência. O espaço rural francês passou a comportar dois tipos de agricultura: a grande agricultura de cereais e a pequena agricultura diversificada, em processo de crise. A origem da especialização regional é resultante dessa divisão. Segundo Jollivet, a agricultura conhece, a partir de 1945, uma revolução técnica mais radical do que a ocorrida na segunda metade do século XVIII. Esses resultados foram possíveis graças à mecanização, ao emprego de insumos industriais e de biocidas e ao melhoramento genético de plantas e animais.

² Entende-se como Questão Agrária a expressão, em um contexto social e político, de uma determinada realidade agrária em um determinado momento histórico.

A necessidade de importantes investimentos de capital nos estabelecimentos agrícolas, bem como as novas regras de atribuição das subvenções, caracteriza a política de desenvolvimento capitalista no campo como um processo altamente seletivo. As desigualdades entre os agricultores foram, assim, tornando-se cada vez mais acentuadas. Acelerou-se o processo de concentração dos estabelecimentos agrícolas e o desaparecimento de milhares de pequenos agricultores que, não podendo aumentar os rendimentos físicos, não eram competitivos para acompanhar a “corrida à produtividade”. De fato, o aumento do capital de exploração exigido pelos sistemas de produção intensivos acarretou um acréscimo de custos. Para reembolsar os investimentos, foi necessário aumentar as receitas e, para tal, aumentar os rendimentos físicos, o que, por sua vez, significou novos investimentos, resultando em novo aumento dos custos de produção, conhecida com a “espiral tecnológica”. Diante desse mundo rural marcado pela exclusão de uma grande parte de sua população, pela redução do número de estabelecimentos agrícolas familiares, pela concentração fundiária e de crédito, pelo envelhecimento de seus habitantes, pela perda de seus jovens, pela pobreza rural, surge a questão ambiental, que se sobrepõe à questão da modernização da agricultura. Desde então, essa modernização passa a ser questionada pelos impactos das atividades produtivas sobre os recursos naturais por ela utilizados.

Nos anos 1980, as consequências ambientais do modelo de desenvolvimento agrícola hegemônico desencadeiam debates públicos cada vez mais amplos. Assiste-se a uma proliferação sem precedentes de associações de combate à degradação ambiental, às poluições. Partindo inicialmente de preocupações estritamente ecológicas, os movimentos sociais evoluem para reivindicações que põem em questão o modelo de desenvolvimento dominante. Essas experiências são promessas para uma nova agricultura, na França e na Europa, que seja econômica, mais diversificada e menos exigente em energia fóssil, e mais próxima dos consumidores, e que possa criar empregos e adicionar valor aos produtos. Mas, segundo Jean Yves GRIOT (comunicação pessoal, 2011), existem freios que impedem

um caminhar mais rápido para essas mudanças, que atuam no sentido de tornar tais experiências marginais: um freio cultural, com a ideia de que para ser competitivo tem que ser grande, um freio de integração econômica dentro das grandes corporações alimentares, e por fim um freio associado à PAC, que tem uma reforma prevista para 2014-2020.

Já a Questão Agrária brasileira, a partir da segunda metade do século, é marcada por momentos nitidamente distintos. Inicialmente, era impregnada pela existência de um setor agrícola que era visto como sendo tecnologicamente “primitivo” e, em especial pela percepção de que era um setor segmentado em dois amplos subsetores. O primeiro subsetor era organizado estruturalmente em função das atividades agroexportadoras (e, quase exclusivamente, centrado na atividade cafeeira que, de fato, ditava a dinâmica econômica brasileira na época). O segundo subsetor, que viabilizava a produção de alimentos para o mercado interno, mas organizado de forma extensiva, era voltado primordialmente à subsistência e apenas contribuindo para a oferta interna na forma de excedentes de produção. Tal contexto prevaleceu até o final da década de 1960, quando se desencadeou uma verdadeira “revolução agrícola” de cunho modernizante.

Esta “revolução agrícola”, promovida pelos governos militares do período no âmbito de um período econômico expansionista, talvez o mais destacado da história nacional. Pela primeira vez, dedicou-se também à promoção da incorporação capitalista no campo, alterando inteiramente a natureza do desenvolvimento agrário brasileiro. A década de 1970 representou o início de um profundo e marcante período de desenvolvimento das estruturas produtivas agropecuárias no Brasil, quando um amplo processo de mudança da base técnica da agricultura foi operado, transformando amplas regiões produtivas. Aquele processo de transformação, comandado pelas agências públicas estatais, refletia as condições políticas autoritárias e o forte intervencionismo governamental então vigente. Além da estrutura de financiamento à produção e um serviço de pesquisa agrícola, o outro elemento do “tripé da modernização” foi a reformulação

e ampliação dos serviços públicos de extensão rural. O ideário tecnológico encarnado na chamada Revolução Verde pode assim ser difundido e implementado em nível dos sistemas produtivos agrícolas, tanto da agricultura patronal como de amplos segmentos da agricultura familiar, ampliando uma crescente subordinação aos interesses agroindustriais.

A década de 1980, contudo, especialmente em sua segunda metade, arrefeceu completamente este ímpeto modernizante, em virtude do esgotamento das bases financeiras que sustentaram a citada transformação anterior. É nesta década que as consequências sociais e ambientais do padrão industrial da agricultura começam a aparecer de forma mais visível. A continuidade do movimento de êxodo rural, potencializado pelo agravamento da crise econômica e financeira do estado brasileiro e os constantes ganhos de produtividade na agricultura, alçam a problemática social a ordem do dia. Além do crescimento desordenado e anárquico dos centros urbanos, destacam-se as ações de movimentos sociais reivindicatórios pelo acesso a terra e direitos das minorias sociais (Agricultores sem terra, atingidos pelas barragens, indígenas, populações tradicionais, etc.). A reivindicação pela implementação de uma efetiva política de Reforma Agrária, assim como a de ações voltadas à promoção da agricultura familiar, destaca-se nesse período. Igualmente, movimentos ambientalistas ou ecologistas ganham espaço e começam a pressionar por políticas públicas e ações governamentais de caráter mais conservacionista ou exigindo alterações mais ou menos profundas nos “modelos” de agricultura vigente.

A década dos anos noventa representou, por sua vez, uma outra fase singularmente específica, quando novos determinantes passaram a dominar a cena produtiva no campo brasileiro. A primeira e mais profunda mudança ocorreu com a abertura comercial empreendida por diferentes governos, forçando inéditos níveis de concorrência para os produtores rurais e agricultores familiares. Por outro lado, e esta é outra marca do período, o Estado abandonou definitivamente o “teatro da produção”, extinguindo agências governamentais, secundarizando inteiramente suas

diversas políticas e, desta forma, perdendo capacidade de intervenção e orientação no “mundo rural”, em decorrência de um amplo processo de desregulamentação e descentralização. O processo de modernização, iniciado 20 anos antes exatamente pelo comando do Governo Federal, passou assim a contar com um cenário novo e desafiador, onde os imperativos do mercado passavam a orientar os comportamentos produtivos.

Outras mudanças, entretanto, também ocorreram na década de noventa. Uma delas, por exemplo, refere-se ao aprofundamento das graves condições macroeconômicas vigentes no campo, tornando o processo de descapitalização e de perda de renda uma marca registrada destes anos. A queda real dos preços de praticamente todos os produtos agrícolas e a queda dos preços das terras (fato derivado da estabilidade monetária alcançada com o chamado “Plano Real”) foi agravada pelo crescimento dos preços dos insumos agrícolas. Passarão, portanto, a compor o cenário rural as constantes crises sociais e os protestos frequentes e, como reação dos produtores e agricultores familiares, a multiplicação de novas formas de organização social, tanto do lado dos trabalhadores rurais e agricultores familiares quanto do lado do setor patronal da agricultura brasileira, igualmente encurralado por essas mudanças recentes.

Ainda outra mudança relevante e digna de menção refere-se a inclusão da agricultura familiar, a partir de 1994, da noção de “agricultura familiar”, como uma categoria formalmente definidora de políticas públicas. Neste sentido, pela primeira vez na história agrária brasileira, o Estado reconhecia uma divisão existente, de fato, entre os “produtores rurais”, separando-os quanto à sua lógica de produção e orientação de classe, localizando o setor patronal e o setor da agricultura familiar separadamente, malgrado, é claro, as constantes diferenças sociais e econômicas no interior destes dois grandes grupos. Não obstante tal fato, a aceitação político-institucional da noção de “agricultura familiar” abriu um caminho novo para as orientações para as políticas públicas.

Além disso, cabe salientar as mudanças ocorridas a partir de 1988 em decorrência da promulgação da nova constituição brasileira. Esta

constituição, também chamada de “Constituição Cidadã”, alterou profundamente a concepção e implementação de políticas públicas em nível local. Assim, no que tange às políticas públicas para o meio rural, são implementados novos instrumentos para a execução de políticas públicas de cunho local baseados na descentralização e na participação dos atores locais. Constata-se, sobretudo a partir do início da década de 1990, o surgimento e disseminação de estruturas de poder em nível do poder público municipal que retomam estes preceitos como os Conselhos Municipais de Agricultura e os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural. Este período é igualmente marcado por um outro fenômeno social não menos relevante relacionado com a multiplicação e ampliação da atuação de organizações sociais civis: as organizações não governamentais – ONGs. Fortemente atuantes no setor social, as ONGs passam a desempenhar um papel relevante na elaboração e execução de projetos de desenvolvimento rural, em especial direcionados para a promoção e a qualificação da agricultura familiar.

Por fim, a primeira década do século XXI, foi marcada pela consolidação da dicotomia entre a agricultura patronal e a agricultura familiar. Reforça-se assim a implementação de políticas públicas específicas a estes setores, tanto em nível da pesquisa como do financiamento e promoção. De maneira geral, o setor agrícola brasileiro, ainda que perpassado por importantes limitações de ordem estrutural e socioambientais, encontra na crescente demanda internacional por commodities e no aumento do consumo interno de produtos de origem agrícola, importante estímulo para seu crescimento e expansão.

No contexto dessas duas realidades agrícolas e rurais os trabalhos aqui reunidos estão agrupados em cinco seções, definidos em linhas gerais por subtemas. A primeira delas apresenta “Reflexões acerca da agricultura familiar e camponesa no Brasil e na França” e agrega cinco trabalhos. A segunda seção traz o debate para o tema das políticas públicas e intitula-se “Política Agrícola e Agricultura Familiar no Brasil e na França; embates atuais e perspectivas”. Nela, foram incluídos dois trabalhos, cada

um deles se debruçando sobre a realidade de um dos países. Na terceira seção, agrupam-se os trabalhos em torno dos “Debates atuais sobre a questão fundiária e a reforma agrária no Brasil e na França”. Neste grupo, predominam as reflexões sobre o caso brasileiro, pela própria realidade da questão agrária do país. Ainda assim, também se discutem, em “olhares cruzados”, as desigualdades e dualidades das agriculturas dos dois países. A quarta seção, “Agroecologia e agricultura sustentável no Brasil e na França” é dedicada às reflexões acerca da sustentabilidade da agricultura e conta com quatro trabalhos. Já a última seção, intitulada “Abordagens teórico-metodológicas acerca da questão agrária e do desenvolvimento rural a partir de experiências de pesquisa no Brasil e na França” busca ilustrar o uso de diferentes abordagens teórico-metodológicas em pesquisas empíricas.

Diante da diversidade e da riqueza dos trabalhos aqui apresentadas, esta coletânea pretende contribuir com as reflexões sobre o mundo rural e a vasta gama de temas que a ele estão relacionados, reforçando sua atualidade e centralidade nos debates sobre o próprio desenvolvimento. Conforme se ressaltou acima, o eixo central do seminário que deu origem ao conjunto de trabalhos aqui reunidos era apresentar elementos e interpretações originais acerca de temas relacionados ao desenvolvimento rural no Brasil e na França. Que eles efetivamente sejam inspiradores para se pensar a realidade do rural nos dois países!

Os organizadores

REFLEXÕES ACERCA DA AGRICULTURA FAMILIAR E CAMPEPINATO NO BRASIL E NA FRANÇA

Este primeiro grupo de trabalhos reúne uma série de textos e contribuições que propõe restituir um antigo e profícuo debate, tanto no que diz respeito a sua persistência quanto a sua pertinência enquanto forma social de produção acerca da agricultura familiar e o campesinato no Brasil e na França. São textos que se propõe a identificar as transformações e trajetórias desta forma de agricultura, ora resgatando o histórico, ora analisando suas dinâmicas mais recentes. Além de apresentar as transformações e as diferentes formas de expressão da Agricultura familiar/campesinato no Brasil e na França, são trabalhos que têm o cuidado de tratar conceitos e definições deste tipo de agricultura para, a partir disso, analisar sua diversidade, suas diferentes formas de expressão, seu nível de capitalização e endividamento e suas formas organizacionais.

Entende-se que, por vezes, as abordagens convencionais para o estudo dessa forma de agricultura (que acabem orientando a construção de políticas públicas) deixam escapar aspectos e lógicas que lhe são muito particulares. Daí a importância de compreendê-la em suas várias formas de expressão e analisá-la também em perspectiva com realidades de outros países e regiões, conforme se observa em alguns dos trabalhos aqui apresentados.

Nesse contexto, desenhado o cenário da agricultura familiar e do campesinato nos dois países, as análises avançam no sentido de discutir e refletir acerca das perspectivas e cenários para a Agricultura Familiar francesa e brasileira no século XXI.

CAPÍTULO 1

A agricultura familiar francesa em perspectiva histórica

BERNARD ROUX³

Introdução

A estrutura agrária francesa formou-se durante o Antigo Regime, foi consolidada com a Revolução e reproduzida durante a Revolução Industrial do século XIX, antes de sofrer os ataques da “modernização” após a Segunda Guerra Mundial. A “pequena propriedade”, os “pequenos cultivos”, o “pequeno camponês” fizeram parte da paisagem econômica, social e política francesa durante longo tempo, para designar inúmeros pequenos agricultores. Eliminados por meio de um longo processo de êxodo rural, eles deram lugar às “explorações familiares”, cuja modernização e predominância foram favorecidas pelas políticas públicas no século XX. O advento de uma agricultura capitalista poderosa, iniciado momentaneamente no século XIX, não ocorreu. A produção manteve-se organizada com base na força de trabalho familiar, mesmo tendo evoluído com o desenvolvimento capitalista.

³ Engenheiro Agrônomo, membro da Academia de Agricultura (França).

O texto presente examina essa permanência. Na abordagem histórica adotada, realizar-se-á inicialmente uma incursão no Antigo Regime e na Revolução e, na segunda parte, lembrar-se-á que o século XIX foi um período de proliferação dos pequenos camponeses, processo que se tornou uma questão política e objeto de reflexão para os economistas e agrônomos. Na terceira parte, destacar-se-á o fenômeno “de absorção” da agricultura familiar pelo capitalismo no século XX, fenômeno que assumiu toda sua dimensão após a Segunda Guerra Mundial. Por fim, descrever-se-á o estado atual da estrutura agrária francesa.

Do regime feudal à Revolução: a consolidação de uma estrutura agrária inigualitária

O Antigo Regime

O historiador Marc Bloch escreveu: “Se – hipótese absurda – a Revolução tivesse estourado por volta de 1480, ao suprimir os encargos feudais, ela teria entregado a terra quase que unicamente a uma multidão de pequenos ocupantes” (BLOCH, 1969, p. 154), subentendendo-se que a organização da economia agrícola feudal já havia sido profundamente transformada desde a Idade Média. Com efeito, o domínio senhorial, fundamento da organização econômica medieval, era composto originalmente, em parte de sua superfície, de uma grande exploração, administrada por um gestor, que funcionava graças ao trabalho fornecido pelos servos estabelecidos nas posses que compunham o restante do domínio. Segundo o historiador, a dificuldade em produzir um excedente, destinado a trocas comerciais, após o autoconsumo do castelão e o pagamento dos encargos ao soberano, poderia explicar a mudança do modo produção: “vender o excedente era algo fácil de dizer: mas em quais mercados?... Não seria mais vantajoso e mais cômodo multiplicar as pequenas explorações, autossustentadas, responsáveis por si mesmas, capazes de pagar os encargos, cujo benefício era fácil de ser previsto, e que era pago, em parte, em dinheiro, por

consequente, fácil de ser transportado e acumulado?” (BLOCH, 1969, p. 13). Assim, no decorrer do tempo, a posse, ou seja, a exploração familiar, mudou sua razão de ser, passando de fonte de mão de obra a local de produção dos consideráveis encargos que pesavam sobre os camponeses. E o senhorio converteu-se em rentista do solo.

Os séculos seguintes modificariam a situação. A compra pelos camponeses de sua alforria, fenômeno generalizado que, no entanto, levou longo tempo para se difundir, complementou a renda da nobreza. O mercado fundiário tornou-se ativo: venda de uma parte dos bens fundiários de famílias aristocráticas desafortunadas, venda de parcelas de camponeses endividados, recuperação das posses abandonadas, representaram inúmeras oportunidades para ampliar o bem fundiário. “Os primeiros agregadores de terras, desde o final do século XV, encontram-se, sobretudo, entre esses pequenos aldeões capitalistas: comerciantes, tabeliões, agiotas...” (BLOCH, 1969, p. 142-143). Os camponeses foram as grandes vítimas dessa concentração fundiária.

Segundo os historiadores, antes da Revolução, os camponeses detinham cerca de 40% da propriedade fundiária, o clero 10%, a nobreza 20-25% e a burguesia de 20 a 30% (BÉAUR, 2000, p. 23). Além de minoritária, a propriedade camponesa era repartida de modo muito desigualitário. Para resumir os resultados das pesquisas históricas, o historiador Gérard Béaur considera que, “se por um lado, a propriedade camponesa, considerada globalmente, certamente deixou de regredir, e até mesmo progrediu durante o último século do Antigo Regime, por outro lado, o crescimento demográfico contribuiu para reduzir seu tamanho médio, quando não provocou a explosão do número de proletários nos campos” (BÉAUR, 2000, p. 33). “Se há uma realidade que não pode ser contestada, é o fato de que, para muitos camponeses, a quantidade de terra disponível era ínfima... 90% dos rurais não dispunham de terras próprias para se sustentar” (BÉAUR, 2000, p. 28-29). Assim, a terra estava concentrada nas poucas mãos da aristocracia, da burguesia urbana e de alguns lavradores enriquecidos.

Os menos favorecidos dessa sociedade rural, que dispõem apenas de uma choupana, de um lote minúsculo e de alguns poucos animais de capoeira, procuram empregos como “diaristas” (ou “*manouvriers*” em francês, trabalhadores manuais diaristas, NdT.). Em 1787, “em grande número de comunidades regionais (Lorraine, Picardie, Berry), esses trabalhadores diaristas constituíam a maior parte do contingente rural” (BLOCH, 1969, p. 200). Arthur Young, observador inglês dessa realidade em 1789, apresenta um quadro impressionante: “Os camponeses têm pequenas propriedades em toda a França, de tal modo que nem podemos imaginar. Seu número é tão elevado que eu acredito que ocupem um terço do reinado... Encontram-se alguns camponeses ricos, mas, em geral, são pobres e miseráveis” (citado por LEGOYT, 1866, p. 9). Assim, o período do Antigo Regime viu consolidar-se uma estrutura agrária polarizada, desigual. A Revolução não traria mudanças profundas a esse quadro.

A Revolução

A grande propriedade atravessou a Revolução sem grande sofrimento e o campesinato abastecido consolidou-se. Durante o período de venda dos bens nacionais (bens da Igreja, dos hospitais, da Coroa, dos imigrantes), entre 1789 e 1794, a burguesia urbana exerceu uma concorrência acirrada aos camponeses, e era preciso ser um camponês rico para levar alguma vantagem. As modalidades de vendas, que possibilitavam negociar grandes lotes e propriedades inteiras, foram favoráveis aos abastados: “Grandes agricultores tornaram-se proprietários; burgueses deram continuidade ao trabalho da terra, paciente e eficiente, das gerações anteriores; lavradores abastados aumentaram seu patrimônio e integraram definitivamente a classe dos capitalistas rurais” (BLOCH, 1969, p. 247). No entanto, camponeses modestos e até mesmo trabalhadores diaristas conseguiram participar marginalmente da corrida às terras colocadas à venda. “Estima-se que globalmente, no âmbito nacional, os camponeses conseguiram se apossar de apenas 30 a 40% das propriedades colocadas

à venda” (BÉAUR, 2000, p. 56). Os historiadores não são unânimes em relação aos efeitos dessas vendas: alguns consideram que o número dos sem-terra foi reduzido, enquanto outros acreditam que as vendas provocaram, em certa medida, uma concentração fundiária.

Depois da Revolução, a terra, como símbolo de poder econômico e social, não somente permaneceu mal dividida, mas a acumulação desigual do capital de exploração entre agricultores aumentou também a heterogeneidade da sociedade rural, na qual os camponeses pobres eram mais numerosos. Essas transformações preparavam o êxodo futuro dos diaristas e pequenos agricultores que posteriormente deixariam os campos.

No século XIX, a estrutura agrária não evolui...

O debate sobre grandes e pequenas culturas

No século XIX, a agricultura francesa é caracterizada pela diversidade das unidades de produção: propriedades com áreas minúsculas, pequenas demais para sustentar uma família; outras de tamanho grande o bastante para mobilizar a força de trabalho familiar; bem como propriedades exploradas por meio do trabalho assalariado.

Durante esse século, em face da diversidade observada, ocorreu um debate acerca do interesse, para a nação, das pequenas ou das grandes culturas, ou seja, da agricultura familiar ou da agricultura capitalista. Uma corrente defendia a grande propriedade, que estaria mais preparada para adotar o progresso técnico e produzir alimentos a baixo custo. O economista rural Edouard Lecouteux escreveu: “De certa maneira, precisamos de fábricas produzindo itens de subsistência baratos, como pão, carne, lã para uma população crescente... Nesse ponto reside a justificativa das grandes culturas: seu futuro reside em sua utilidade, no poder de seus meios de ação, no aperfeiçoamento das máquinas, no valor dos homens ricos e com instrução” (LECOUTEUX, 1879, p. 491-492).

Outra corrente sustenta o desenvolvimento da pequena agricultura, considerando-a superior no que se refere à produção por hectare e, segundo o que se diz, “conforme as aptidões da França”. Essa corrente recorre a exemplos estrangeiros, como a agricultura belga estudada por Émile de Laveley, que acrescenta: “A pequena propriedade e a pequena agricultura, em que o agricultor possui o solo no qual produz, dão geralmente bons resultados” (LAVELEY, 1863, p. 233).

Finalmente, no decorrer do século XIX, contrariamente a certas previsões, em particular aquelas dos marxistas, as pequenas culturas não cederam diante das grandes, muito pelo contrário. Esse século seria marcado pela divisão da propriedade, nomeadamente na sequência da aplicação do Código Civil, bem como pela prática, em pequenos lotes, do arrendamento e de contratos de parceria.

Como explicar o fato de que o controle do capitalismo agrário não tenha se estendido? O economista rural, Michel Augé Laribé, apresenta sua explicação em 1912: “as explorações não se concentram ainda mais, porque os investimentos não são aplicados na agricultura. Eles são desviados pelas finanças e pela indústria, que lhes oferecem condições mais vantajosas, maior mobilidade e, muitas vezes, mais segurança. A opinião geral é que a produção agrícola se presta muito mal à constituição de sociedades por ações” (AUGÉ LARIBÉ, 1912, p. 116). Em seguida, a questão da mão de obra tornou-se crucial com o êxodo rural. Augé Laribé acrescenta: “[...] as vantagens inerentes às grandes propriedades são aniquiladas pela dificuldade em manter nelas equipes numerosas de bons trabalhadores” (AUGÉ LARIBÉ, 1912, p. 119). Por fim, afirma: “os ricos também deixam a terra e o fazem primeiro; correm para as cidades para buscar prazer, fortuna, funções reconhecidas, situações vantajosas, escolas, museus, salões e teatros” (AUGÉ LARIBÉ, 1912, p. 140).

A estrutura e a sociedade agrárias no final do século XIX

Em 1892, são recenseadas impressionantes 5,7 milhões de propriedades: 200.000 com mais de 40 ha (3,5%), qualificadas como grandes, ocupam

43% das superfícies; 700.000 classificadas como médias (10-40 ha); 2,6 milhões de pequenas (1-10 ha); e 2,2 milhões (38,5%) de muito pequenas (menos de 1 ha). Assim, a França agrícola do final do século XIX é, em sua maioria, familiar.

O grupo das “propriedades muito pequenas” merece nossa atenção. Trata-se de lotes minúsculos, com no máximo 1 ha, lavrados manualmente ou, no melhor dos casos, com a ajuda de equipamentos de tração compartilhados com os vizinhos, e agricultados por famílias que sobrevivem somente graças às rendas obtidas por meio de atividades externas: referir-se a essas unidades como explorações agrícolas é um pouco abusivo. Na verdade, sua função principal consiste em abrigar e reproduzir uma grande parte da força de trabalho presente no campo francês, além de fornecer mão de obra às explorações médias e grandes.

Por fim, para completar esse painel social do campo francês em 1892, encontram-se trabalhadores assalariados: 1.832.000 trabalhadores permanentes e 1.210.000 trabalhadores diaristas. Esse último número é baixo: uma massa importante de diaristas sazonais, entre os microfundistas, certamente não foi contabilizada nas estatísticas; 509.000 diaristas são proprietários de pequenos lotes e muitos outros arrendam terras ou estabelecem contratos de parceria, o que faz com que pouquíssimos diaristas sejam considerados como lavradores sem-terra. Portanto, são cerca de 3,6 milhões de trabalhadores, empregados, durante períodos variáveis, por 900.000 proprietários ricos ou abastados.

Em suma, pode-se dizer que, ao longo do século XIX, a agricultura francesa foi uma imensa fábrica de famílias pobres, quiçá miseráveis, em meio a uma estrutura agrária cuja concentração não foi alterada.

A agricultura familiar plebiscitada

Assim, no século XIX, a administração em moldes capitalistas das grandes propriedades não se generalizou. O fato permitiu ao Ministro da Agricultura, Joseph Ruau, da Esquerda Radical, afirmar em pronunciamento

de 1909, apoiado em ampla pesquisa realizada pouco antes (Ministério da Agricultura) que: “de maneira formal e definitiva, [observa-se] a não superioridade das grandes culturas, a inexistência de um movimento de concentração da propriedade rural e das explorações agrícolas, o fracasso das teorias elaboradas acerca da invasão da agricultura pelos modos da exploração capitalista” (citado por AUGÉ LARIBÉ, 1912, p. 120).

O ministro, que se refere às últimas décadas do século XIX para apontar para “a inexistência de um movimento de concentração”, pôde salientar a superioridade da pequena agricultura familiar, cujas produções, segundo as estatísticas, aumentaram de maneira constante no decorrer daquele século. Podem ser destacados também, desde os anos 1880, os benefícios para os camponeses do desenvolvimento dos sindicatos e das cooperativas, a partir dessa época permitidos por lei.

No início do século XX, a expressão *exploração familiar* começa a ser utilizada, e em 1919 o populista Pierre Caziot torna-se seu maior defensor. Ele a define assim: “Entenda-se por exploração camponesa ou familiar [essas duas expressões têm o mesmo significado] uma exploração rural, cuja extensão equivale à superfície que uma família normal pode cultivar com seus próprios meios e sem recorrer a trabalhadores assalariados. Sua extensão é regulada pela superfície mínima e máxima necessária para dar à família camponesa uma ocupação constante que não ultrapasse suas possibilidades de trabalho. Ela é função da família, da natureza do solo e do sistema de cultivo. De modo geral, pode-se fixar a extensão padrão de uma exploração familiar entre 10 e 20 ha” (CAZIOT, 1919, p. 9 e 65).

Um quarto de século depois, no final da Segunda Guerra Mundial, Louis Chevalier retoma a definição de Caziot, exaltando as qualidades da mão de obra familiar “que não mede nem esforços nem tempo”, e admite também, em sua definição, a possibilidade da presença de trabalhadores assalariados: segundo ele, “um ou dois, como ocorre geralmente” (CHEVALIER, 1947, p. 167).

Na realidade, essa agricultura familiar idealizada fortaleceu sua presença relativa entre as duas guerras, visto que o êxodo rural dos microfundistas e dos muito pequenos camponeses, provocou a redução rápida

do número total de explorações: de 5,7 milhões em 1892, esse número passou para 3,9 milhões em 1929 e para 2,4 milhões em 1942.

No século XX, a eliminação dos minifundistas e dos pequenos camponeses

A absorção da agricultura familiar pelo capitalismo

Nas décadas de 1960 e 1970, os economistas rurais, e Claude Servolin em particular, demonstraram por que, do ponto de vista econômico (Servolin), o capital se contenta facilmente com unidades de produção de porte médio: as pequenas economias de escala, além da dimensão física que permite a implantação dos meios técnicos disponíveis em determinado momento, em condições favoráveis de eficiência, são alguns dos motivos. Ademais, os agrônomos lembram que a produção agrícola não facilita nem a divisão do trabalho nem a produção em modo contínuo. Os economistas salientam que a atomização da oferta agrícola impede que os produtores possam influenciar os preços e elevá-los a um nível que permita produzir renda e lucro suficientes. Desse modo, os agricultores familiares aceitam uma baixa remuneração pelo seu trabalho.

Em resumo, o capital, por meio dos mecanismos do mercado, deixa a cargo das famílias de agricultores o fornecimento de produtos alimentícios, que concentram seu esforço nos setores a montante e a jusante da agricultura. Essa “absorção” progressiva da agricultura familiar pelo capitalismo, que suprimiu milhões de micro e pequenas propriedades, transformou a estrutura agrária sem, no entanto, acarretar em dominação pelas propriedades muito grandes (Figura 1).

Essa eliminação das propriedades prosseguiu ao longo das décadas seguintes: – 3,5% ao ano, entre 1988 e 2000, – 3,0% entre 2000 e 2010. Neste último período, em consequência desse esvaziamento, a concentração de terras acentuou-se.

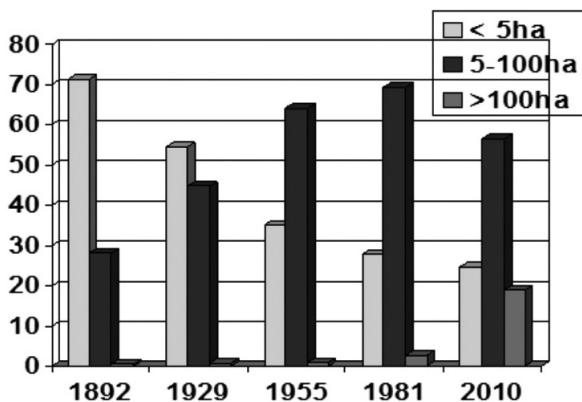


Figura 1. Evolução da repartição das explorações segundo as classes de área, entre 1892 e 2010 (%).

Fonte: Censos Agrícolas 1892, 1929, 1955, 1981, 2010.

O papel das políticas públicas

É preciso destacar o papel determinante do Estado no acompanhamento dessas transformações, por meio das políticas públicas nacionais, e europeias em seguida. No final da guerra, tanto os líderes do mundo agrícola quanto o poder público se alarmam com o “atraso” da agricultura francesa, explicado, segundo eles, pelo nível baixo de equipamento e pela produtividade reduzida, pelo grande número de pequenas explorações e pelo parcelamento das terras. Sob o impulso inicial do movimento da Juventude Agrícola Cristã (JAC), impôs-se a escolha de um modelo de agricultura familiar modernizada. Retomado pelo sindicalismo agrícola dominante da FNSEA (Federação Nacional dos Sindicatos de Explorações Agrícolas) e pelo poder público, o modelo deu lugar às políticas públicas “cogeridas” entre o agricultor e o Estado, que impulsionaram a modernização da agricultura. A modernização caracterizou-se pela adoção das técnicas de produção baseadas na motorização e na utilização de insumos químicos, bem como por certo controle da estrutura fundiária, em favor

da propriedade média (criação das SAFER [Sociedade de Ordenamento Fundiário e de Estabelecimento Rural]).

No âmbito desse modelo de desenvolvimento, as pequenas explorações que se tornaram “economicamente inviáveis” foram incentivadas a desaparecer. Assim, as leis de orientação de 1960-1962 aceleraram o êxodo agrícola, por meio de subsídios para a cessação das atividades (indenização vitalícia de saída), e a Política Agrícola Comum (PAC) implantada criou o ambiente econômico favorável ao desenvolvimento das explorações familiares (garantia de preços mínimos, protecionismo, subsídios ao investimento). Logo, a modernização da agricultura ocorreu junto com as propriedades de superfícies média e grande, excluindo os pequenos agricultores. Os efeitos da liberalização da economia, que resultaram nas reformas da PAC desde meados da década de 1980, tornaram a permanência das pequenas propriedades ainda mais difícil, elevando assim o limiar de “rentabilidade”, ou de sobrevivência (em hectares e em volume de negócios). Desde então, a concentração fundiária intensificou-se e foi acompanhada de uma especialização produtiva das explorações e das regiões.

A agricultura familiar atualmente

Em 2010, 490.000 explorações foram recenseadas. Coloca-se então uma questão: pode-se considerá-las como *explorações familiares*? Para alguns autores, esse qualificativo não teria mais sentido para muitas delas. Em que termos e segundo quais critérios se pode pensar?

A abordagem pelo viés do trabalho continua incontornável: constata-se na realidade que o trabalho familiar permanece amplamente predominante, tanto em termos de pessoas que trabalham nas propriedades quanto em termos de volume de trabalho. Apenas 15,9% dos trabalhadores na agricultura eram assalariados permanentes em 2010; avaliada em volume, a proporção do trabalho assalariado permanente e sazonal era somente de 30% na mesma data.

O Ministério da Agricultura adota um critério complementar, a produção bruta padrão (PBS, *production brute standard*, em francês), que permite repartir as explorações em função de sua dimensão econômica. São designados três grupos (painel 1): pequenas, médias e grandes explorações, que repartem a agricultura francesa em três frações numericamente quase iguais. Segundo essa abordagem, existem ainda na França muitas explorações pequenas: 178.000 (36,3% do total) funcionando com apenas meia unidade de trabalho, exclusivamente, ou quase, familiar (com 10,4 ha em média, e uma PBS trinta vezes inferior àquela das grandes propriedades). Elas representam apenas 2,8 % da PBS total.

Tabela 1. Características das explorações segundo a dimensão econômica (PBS) (França, 2010).

Categorias de explorações, em 1.000 € de PBS**	Número		SAU*		PBS**		UTA***	
	1.000	%	%	Média (ha)	%	Média (1000 €)	%	Média (UTA)
Pequenas (<25)	178	36,3	6,9	10,4	2,8	8,1	13,3	0,56
Médias (25-100)	150	30,6	29,7	53,0	17,1	58,3	27,8	1,39
Grandes (>100)	162	33,1	63,4	105,8	80,1	254,1	58,9	2,72
Total	490	100	100	55,0	100	104,6	100	1,53

*SAU: Superfície Agrícola Utilizada;

**PBS: Produção Bruta Padrão;

***UTA: Unidade de Trabalho Anual.

Fonte: Recenseamento agrícola 2010.

No que se refere às 150.000 propriedades médias, equivalentes a 30,6% do total, com superfície média de 53 ha, uma PBS 4,4 vezes menor que as grandes e com 1,39 unidades de trabalho, é difícil não serem qualificadas como familiares, pois somente 8,5 % dessas explorações

declaram empregar trabalhadores assalariados permanentes, e utilizam 84% de força de trabalho familiar.

Quanto às grandes propriedades, em número de 162.000, equivalentes a 33,1% do efetivo total, coloca-se a questão se podem ser classificadas como empresas capitalistas, no sentido de relação social de emprego. Com 105 hectares em média, empregam 2,72 unidades de trabalho, e 43% recorrem a trabalhadores assalariados. Portanto, o trabalho familiar permanece dominante (1,55 UTA). A grande maioria delas não se constitui em unidades que possam ser qualificadas de capitalistas, embora essas explorações sejam fortemente capitalizadas.

O trabalho familiar predomina, portanto, em todas as categorias, embora a estrutura agrária mantenha, ao mesmo tempo, seu processo de concentração e as explorações continuem sendo diversificadas. A extensão do fenômeno da “agricultura empresarial por delegação” (HERVIEU e PURSEIGLE, 2012) foi recentemente avaliada. São empresas encarregadas das atividades agrícolas no conjunto do processo produtivo, delegadas pelos detentores de explorações que deixam de ser agricultores, mesmo conservando os atributos desse estatuto. Esse fenômeno acarreta a constituição de unidades de milhares de hectares. Ademais, muitas explorações, sobretudo as médias e grandes, tornaram-se societárias, com formas diversas. Os agricultores detentores e administradores dessas explorações, bem como aqueles das explorações familiares mais capitalizadas, reivindicam o qualificativo de empresários, pois, segundo eles, o título de agricultor familiar tornou-se obsoleto, depreciativo e, para alguns agricultores, até mesmo inapropriado.

Entretanto, existem atualmente numerosas famílias de agricultores que se dedicam em gerar renda por meio da diversificação das produções e dos itinerários técnicos, da criação de atividades, da transformação dos produtos, bem como da venda em circuitos curtos. Ao obterem um reconhecimento crescente por parte da sociedade, elas restauram o prestígio da agricultura familiar.

Por fim, não se pode esquecer que muitos agricultores familiares são oriundos da categoria dos pequenos agricultores com recursos escassos. Para compensar e se proteger contra a insuficiência da renda provida pela agricultura, a solução adotada consiste na pluriatividade do chefe de exploração e do cônjuge. Todavia, essa pluriatividade nem sempre é possível, de modo que a pobreza ainda é a realidade de muitos desses agricultores.

Conclusão: os ensinamentos da história agrária

Diante desse quadro da agricultura francesa, que demonstra, ao mesmo tempo, a predominância das formas familiares de produção, sua diversidade, e um movimento notório de concentração fundiária, a história agrária dos últimos séculos fornece uma série de ensinamentos:

- a) a família manteve-se sem descontinuar no centro da produção agrícola nacional, dado o capital preferir delegar a produção alimentar aos agricultores familiares ao invés de se encarregar dela;
- b) a exploração familiar adaptou-se continuamente à evolução da economia capitalista de mercado, o que explica o aumento de sua dimensão econômica e o incremento da produtividade do trabalho familiar;
- c) a diversidade das propriedades familiares cresce: com as críticas ao modelo padronizado majoritariamente desenvolvido, surgiram formas de produção em ruptura com o modelo técnico-econômico dominante baseado na mecanização e na intensificação do uso de insumos industriais;
- d) a heterogeneidade econômica das explorações é uma constante: como no século XIX, coexistem lado a lado propriedades familiares pequenas e pobres, e propriedades grandes e ricas;
- e) as últimas evoluções das políticas públicas e dos mercados globalizados contribuem para a concentração da estrutura agrária sem, no entanto, acarretarem uma ampla disseminação das formas de produção com trabalhadores assalariados permanentes.

Essas tendências complexas deixam supor que a exploração familiar do campo francês ainda está longe de seu fim.

Referências

- AUGÉ LARIBÉ, M. *L'évolution de la France agricole*. Paris: Armand Colin, 1912. 304 p.
- BEAUR, G. *Histoire agraire de la France au XVIII^e siècle*. Paris: Sedes, 2000. 320 p.
- BLOCH, M. *Les caractères originaux de l'histoire rurale française*. Nouvelle édition. Paris: Armand Colin, 1969. t. 1. 261 p.
- CAZIOT, P. *La terre à la famille paysanne*. Paris: Payot, 1919. 160 p.
- CHEVALIER, L. *Les paysans: étude d'histoire et d'économie rurale*. Paris: Denoël, 1947. 231 p.
- HERVIEU, B.; PURSEIGLE, F. Les fermes du monde: un kaléidoscope. In: *Agriculture et alimentation. Cahier Déméter*, Paris, p. 87-98, 2012.
- LAVELEY, E. de. *Essai sur l'économie rurale de la Belgique*. Paris: Guillaumin et Cie, 1863. 314 p.
- LECOUTEUX, E. *Cours d'économie rurale*. Paris: Librairie Agricole de la Maison Rustique, 1879. t. 2. 536 p.
- LEGOYT, M. A. *Du morcellement de la propriété en France et dans les principaux États de l'Europe*. Marseille: Arnaud, Cayer et Cie, 1866. 162 p.
- MINISTÈRE DE L'AGRICULTURE. *La petite propriété rurale en France: enquêtes monographiques (1908-1909)*. Paris: Imprimerie Nationale, 1909. 348 p.
- SERVOLIN, C. L'absorption de l'agriculture dans le mode de production capitaliste. In: *L'univers politique des paysans*. Paris: Armand Colin, 1972.

CAPÍTULO 2

Reflexões sobre agricultura familiar e campesinato no Brasil e na França

MARIA DE NAZARETH BAUDEL WANDERLEY⁴

Introdução

Doze anos atrás, um colóquio franco-brasileiro, nos moldes do presente encontro, reunia pesquisadores dos dois países para refletir sobre a agricultura e a ruralidade no Brasil. Coordenado por Magda Zanoni e Hugues Lamarche, esse colóquio propunha, como tema central dos debates, a construção de “outro modelo de desenvolvimento”. Gostaria de tomar como ponto de partida da presente comunicação o texto de Marcel Jollivet, que serviu de prefácio ao livro então publicado (ZANONI; LAMARCHE, 2001).

Marcel Jollivet dizia-nos, naquela ocasião, não haver dúvidas quanto ao fato de nossas sociedades serem distintas. E ele nos lembrava a importância dessa distinção: “Não existe mais ‘questão agrária’ propriamente dita na França: a reforma agrária não está mais em pauta. Enquanto, no Brasil, ela ainda constitui uma necessidade” (ZANONI; LAMARCHE, 2001, p. 6).

Falemos dessa “necessidade” brasileira, que Marcel Jollivet sintetizava em quatro ideias-chave:

⁴ Professora aposentada da Unicamp. Professora colaboradora da UFPE, Bolsista do CNPq.

A situação de fato: “Trata-se – segundo o pesquisador – no caso do Brasil, de modo brutal e simultaneamente primário e primordial, da luta contra a fome, a pobreza, a miséria e a marginalização social e política. [...] trata-se de reconhecer o direito a uma vida decente e à dignidade de milhões de pessoas” (ZANONI; LAMARCHE, 2001, p. 6).

A análise histórica: “É um condensado de toda a história do Brasil que compõe o pano de fundo da exclusão social das camadas pobres das populações rurais” (ZANONI; LAMARCHE, 2001, p. 7).

O caminho projetado: “Trata-se de promover, no Brasil, a ‘agricultura familiar’ (expressão que abrange, na verdade, uma grande diversidade de situações)” (ZANONI; LAMARCHE, 2001, p. 6).

A natureza da questão: “Estão em debate as relações entre o político e o econômico e, no âmbito do político, entre o Estado e a sociedade” (ZANONI; LAMARCHE, 2001, p. 7).

Marcel Jollivet refere-se à “cegueira” e ao “ostracismo” da sociedade brasileira a respeito da questão (ZANONI; LAMARCHE, 2001, p. 6). Como se expressam atualmente essa necessidade e essa cegueira?

Para retomar essas ideias, proponho analisar três dimensões complementares da realidade brasileira, que chamarei de:

1. a “camuflagem” da concentração fundiária;
2. a contaminação da sociedade moderna pelo “antigo regime”;
3. a “amnésia social” acerca da história do campesinato.

A “camuflagem” da concentração fundiária

Como afirma Marcel Jollivet, “de modo geral, a grande propriedade fundiária e o capitalismo não são totalmente compatíveis”. No Brasil, a

ação do Estado sempre foi caracterizada pela orientação explicitamente favorável à constituição da grande propriedade fundiária: doação de terras em grande escala; abertura das fronteiras agrícolas, que favoreceu a incorporação de novas áreas agricultáveis; instalação de infraestruturas; legitimação da apropriação ilegal e violenta das terras públicas. Todas essas ações, socialmente onerosas e parasitárias, tinham como objetivo assegurar a reprodução da renda da terra.

Uma breve ilustração: nossos colegas franceses compreenderão facilmente o contraste entre as escolhas de sociedade feitas para nossos dois países, ao se comparar as leis de orientação agrícola francesas do início da década de 1960 e o Estatuto da Terra brasileiro, adotado em 1964. As Leis de Orientação Agrícola tinham por objetivo fornecer apoio à atividade agrícola, definindo como modelo o estabelecimento familiar, de tamanho médio e capaz de absorver, em condições satisfatórias, o trabalho de duas Unidades de Trabalho Humano (UTH). No Brasil, o Estatuto da Terra define a política agrícola como “o conjunto de providências de amparo à propriedade da terra [...]” (BRASIL. ESTATUTO DA TERRA, 1964)

Não existe, nesse caso, obviamente, nenhum *lapsus* freudiano. Tal como foi enunciado no Estatuto da Terra, a legislação brasileira pretendeu firmar um pacto de apoio à propriedade, o que foi rapidamente interpretado como um pacto de apoio à grande propriedade, assegurando a sobrevivência das formas arcaicas do latifúndio.

Pode parecer paradoxal o fato de os conflitos sociais rurais, durante todo o período de consolidação da modernização da agricultura e dos complexos agroindustriais, em particular na década de 1970, terem sido principalmente conflitos fundiários. Na realidade, não há aqui nenhum paradoxo. Do ponto de vista político e social, o movimento que intensifica o capital é o mesmo movimento que reproduz a concentração fundiária. Assim, a lógica fundiária é a face por meio da qual o capital transforma os agricultores sem-terra em assalariados e expulsa os posseiros, ocupantes não titulares da terra, de modo a se apropriar de suas posses, segundo o modo capitalista de propriedade. Tem-se, nesse caso, um processo de

acumulação primitiva, que concentra os meios de produção e separa, de maneira definitiva, o produtor direto de suas condições de subsistência.

A defesa da propriedade da terra constitui o elemento de unificação dos empresários rurais, como no caso específico da União Democrática Ruralista (UDR), fundada no início da década de 1980, durante a elaboração da Constituição Federal de 1988. De fato, a dupla condição de proprietários de grandes extensões de terra e de dirigentes empresariais impregnou essa categoria de uma profunda ambiguidade. Como afirma Regina Bruno,

É a noção de propriedade fundiária que costura uma unidade interna, articulada de tal maneira e com tal dimensão que amiúde enuncia um modo de existência, uma causa e um propósito de ação. Ela designa poder e prestígio e se remete ao agir – defender-se, impedir, não tolerar, nem negociar. Neste processo exige ou referenda a violência contra os trabalhadores rurais (BRUNO, 1997, p. XVIII).

Por conseguinte, insiste a autora:

[...] as designações latifundiários e empresários são complementares e não opostas, porque ambas se inscrevem em um mesmo espaço de referências e de significações e ambas englobam a improdutividade e o lucro. Em conjunto, elas instituem uma nova realidade, onde velhas e novas formas de dominação convivem sem maiores escrúpulos: atrás da agroindústria esconde-se o latifundiário; atrás do banqueiro organiza-se a Associação de Criadores; atrás das sociedades anônimas decidem os clãs familiares; atrás do rei da produção flagra-se o pistoleiro. Ou seja, atrás do discurso moderno tenta-se dissimular o conservador (BRUNO, 1997, p. 11).

No contexto da modernização da agricultura, a propriedade da terra torna-se o “passaporte” que assegura ao seu portador o acesso à condição

de empresário moderno. Ela é a garantia do acesso ao crédito agrícola e aos serviços de infraestrutura, fornecidos em grande parte pelo Estado, com o objetivo de estimular a produção agrícola. E, principalmente, a concentração fundiária é o principal dispositivo que dá origem ao trabalhador sem-terra, disponível para o trabalho nas grandes fazendas.

É nesses termos que a questão fundiária deve ser colocada na atualidade.

O agronegócio pretende ser moderno. No entanto, a concentração da terra “qualifica” esse capitalismo, nas palavras de Florestan Fernandes, como uma relação arcaica (FERNANDES, 1963, p. 55).

Essa estranha união entre a “racionalidade do capital e a irracionalidade da propriedade fundiária” provoca consequências no plano político e social, como explica José de Souza Martins:

A propriedade da terra é o centro histórico de um sistema político persistente. Associada ao capital moderno, ela forneceu a esse sistema político uma força política renovada, que impede simultaneamente a constituição de uma verdadeira sociedade civil e da plena cidadania de seus membros. A sociedade civil é apenas um esboço, em um sistema político em que a sociedade é dominada pelo Estado e foi transformada em instrumento do Estado. E de um Estado fundamentado em relações políticas fortemente atrasadas, como do clientelismo e da dominação tradicional de base patrimonialista, do oligarquismo. No Brasil, esse atraso é um instrumento de poder (MARTINS, 1994, p. 13).

Os debates no Congresso Nacional no âmbito da elaboração do Código Florestal revelaram até que ponto a propriedade da terra é vista como um direito absoluto – conceito que escapa à racionalidade capitalista –, de tal modo que as medidas de proteção ao meio ambiente, em debate, foram interpretadas pelos “senhores rurais” como uma ameaça a sua “segurança jurídica”.

Eis o quadro atual da concentração da terra: segundo as estatísticas fornecidas pelo INCRA (2012), do total de aproximadamente 3.800.000 estabelecimentos em propriedade, 31% tinham menos de 10 hectares. Sua superfície corresponde a 1,3% da superfície total em propriedade. No oposto, 1,6% dos estabelecimentos eram proprietários de 40,2% das superfícies totais, dos quais 1.517 possuíam mais de 10.000 hectares. Apesar do impressionante espetáculo de milhares de toneladas de alimentos exportados, parece evidente que a apropriação da terra nessas dimensões não tem necessariamente relação com as demandas da produção.

A permanência das forças tradicionais

Um dos aspectos mais graves da manutenção da concentração fundiária, ao longo de toda a história brasileira, manifesta-se no plano político. As forças sociais que a representam continuam participando da vida social do país. O sociólogo Florestan Fernandes considerava-as como representantes do “antigo regime”, cujo desaparecimento seria uma condição para “o estabelecimento de um novo modelo de civilização” (FERNANDES, 1963, p. 55).

Esse antigo regime é constituído pelas forças sociais herdadas do sistema colonial. Ele significa, no plano exterior, a dependência com relação ao capitalismo internacional e, internamente, a reprodução das formas de dominação patrimonialistas e das relações arcaicas de produção, fundamentalmente cristalizadas no meio rural.

A forma histórica assumida pelo capitalismo agrário no Brasil, sob a hegemonia da economia urbano-industrial, é explicada como uma “dependência dentro da dependência”: com relação às economias centrais e aos núcleos internos de crescimento econômico (FERNANDES, 1963, p. 135).

Essa dupla dependência resulta na transformação da economia agrária em uma fonte produtora de excedentes, canalizados e apropriados pelos setores urbanos hegemônicos. É precisamente para manter esse vínculo que ela reproduz as relações de produção e de trabalho que constituem, para Florestan Fernandes, uma “atrofia do modelo de desenvolvimento

capitalista da economia agrária”: “Logo, a empresa agrícola era capitalista sem significar, no entanto, a reprodução, no âmbito do setor agrícola, das relações de trabalho inscritas na dinâmica do mercado da força de trabalho” (FERNANDES, 1973, p. 142).

Os empresários rurais têm uma posição privilegiada nessa estrutura social, na medida em que são os agentes imediatos da apropriação e canalização dos excedentes agrícolas aos setores dominantes, e assim reafirmam a base material de sua própria reprodução social no campo e nas pequenas cidades do interior.

O que deve ser lembrado, no caso do Brasil, é o fato de não se tratar de uma polarização dicotômica, que opõe, de um lado, as forças tradicionais e, do outro, as forças da modernidade. A situação é bem mais complexa, pois as duas ordens societárias se interpenetram e se influenciam reciprocamente, o que explica o fato de o antigo regime ter conseguido, ao longo da história do país – por ocasião da independência nacional, da abolição da escravidão, da proclamação da República –, conservar seus interesses primordiais, como o monopólio da terra, a disponibilidade de mão de obra e o poder oligárquico, “impondo à revolução burguesa em desenvolvimento seus próprios ritmos arcaicos e seu modelo de poder que iria comprometer e destruir a ordem republicana” (FERNANDES, 2010, p. 92).

As consequências desse processo manifestam-se, antes de tudo, na manutenção da “extrema desigualdade na distribuição da terra, da renda e dos direitos sociais”. E isso não atinge somente os setores submetidos diretamente às forças arcaicas, mas também todo o conjunto da sociedade, notadamente os setores que poderiam ser considerados como modernos. As dificuldades em reconhecer o direito dos trabalhadores e as formas de uso privado dos recursos públicos e dos aparelhos do Estado constituem exemplos dos inúmeros obstáculos à consolidação da sociedade moderna e dos princípios republicanos.

Um “mundo moderno, com raízes tão arcaicas” (FERNANDES, 2010, p. 41), que permanece vivo na sociedade brasileira contemporânea.

Como afirma ainda Marcel Jollivet,

O Brasil agrário não conheceu as formas europeias do feudalismo. No entanto, ele foi estabelecido sobre um sistema de dominação social que não tem nada a invejar ao sistema europeu, podendo até mesmo ser qualificado como mais duro ainda (o coronelismo). Ademais, um sistema que, devido a suas próprias características – outra diferença fundamental com relação ao feudalismo –, impedia a formação de um campesinato (JOLLIVET, 2001, p. 7)

A “amnésia social” em relação aos camponeses

Além do desperdício de terras, o modelo de modernização brasileiro desperdiça também os próprios agricultores. Nesse contexto, a agricultura familiar é um setor bloqueado, que não consegue desenvolver todas suas potencialidades como forma social de produção.

Para Marcel Jollivet, o camponês corresponde a “um modelo social considerado como um ideal a ser atingido” (JOLLIVET, 2001, p. 8). Essa mesma ideia inspirou a obra recentemente publicada, em 9 volumes, acerca da História Social do Campesinato no Brasil, segundo a qual:

Na formação social brasileira, o modo de existir, reconhecido na forma camponesa, é mais uma ideia-valor que um peso da tradição de estabilidade e de longas genealogias, como é o caso nas formações sociais europeias, que orientam condutas e modos de agregação em família ou em grupo. Enquanto valor, consiste em um legado transmitido entre gerações, reatualizado e contextualizado por cada nova geração que integra essa adesão política (*HISTÓRIA SOCIAL DO CAMPESINATO NO BRASIL*, 2008/2009)⁵.

⁵ O texto acima é uma passagem da Apresentação Geral, de responsabilidade do Conselho Editorial da Coleção, transcrita em todos os seus volumes.

Essa particularidade não impediu a existência do campesinato, “que sempre se constituiu, em modalidades e intensidades diferentes, como ator social da história brasileira” (*HISTÓRIA SOCIAL DO CAMPESINATO NO BRASIL*, 2008/2009). No entanto, o protagonismo social é historicamente desconhecido e negado pelas forças dominantes da sociedade. Os historiadores Márcia Motta e Paulo Zarth falam de uma verdadeira “amnésia social”, cujos fundamentos são, precisamente, o não reconhecimento das condições próprias de vida, em termos de práticas e de valores sociais, distintas das relações de dominação baseados no controle da terra e do capital (MOTTA; ZARTH, 2008 e 2009).

Esses historiadores – Márcia e Paulo – denunciam a afirmação, como elemento da memória nacional, da “noção de passividade do povo brasileiro”. Ao se referirem aos conflitos pelo acesso à terra, eles afirmam:

Em um país como o Brasil, que carrega o título de uma das maiores concentrações fundiárias do mundo, certamente não é gratuito o projeto de provocar o esquecimento das lutas pelo direito à terra e as concepções de justiça que questionaram e ainda questionam – individualmente ou por meio de ações coletivas – o poder supostamente incontestável dos grandes proprietários (MOTTA; ZARTH, 2008, p. 18).

E os mesmos autores acrescentam:

Buscar a visibilidade desses conflitos significa o reconhecimento pela geração atual de historiadores da necessidade de construir outra história, que ajude a entender a origem das desigualdades sociais tão visíveis atualmente. Os deserdados do processo de ocupação da terra estão presentes e revelam sua existência e resistência sob formas diversas, tanto no campo quanto na cidade. Não se pode expulsá-los de sua própria história (MOTTA; ZARTH, 2008, p. 19).

Esta é a cegueira a que se referia Jollivet.

Nessas condições, o desafio consiste em compreender que o mundo rural não se restringe à sua classe dominante e que os trabalhadores da terra não podem ser reduzidos à única condição de dominados do latifúndio. Os camponeses jamais aceitaram passivamente as expectativas urbanas de sua autodestruição e autonegação, e sempre manifestaram, sob formas variadas, o desejo de enraizamento no meio rural como agricultores.

Assim, eles são atores sociais do mundo rural. O que constitui a peculiaridade desse campesinato diz respeito, primeiramente, às suas estratégias de resistência perante a forma como se estruturou a atividade agrícola do país e sua capacidade em criar espaços para outra agricultura familiar e comunitária. É preciso compreender essas estratégias – fundiárias, produtivas e familiares – e a amplitude dessa capacidade de iniciativa, que pode variar, em função das circunstâncias concretas, da negociação para a ocupação de espaços precários e provisórios à criação de comunidades mais estáveis, com a fixação de raízes mais profundas.

A principal estratégia dos camponeses para enfrentar esse verdadeiro bloqueio, manifestado pelas práticas fundiárias e produtivas das grandes propriedades, consiste em mobilizar todos os esforços para assegurar seu acesso à terra: instalar-se nos interstícios dos latifúndios que, de direito ou de fato, escapavam da ocupação dos senhores da terra e utilizá-los de modo produtivo; trabalhar como assalariado para encontrar meios de comprar um lote de terra; migrar para regiões mais distantes, onde o preço da terra é mais acessível; aceitar permanecer por longos períodos – alguns anos, por vezes – em acampamentos precários, condição estabelecida para receber um lote nos assentamentos da reforma agrária.

Ademais, destacam-se estratégias familiares e produtivas, como a diversidade dos cultivos e das criações e a pluriatividade. Essas estratégias permitem aos camponeses construir e reproduzir um patrimônio familiar, e asseguram, ao mesmo tempo, a permanência dos fundamentos da própria comunidade camponesa. Na realidade, são os indivíduos e as famílias que vivem de seu trabalho no campo que fortalecem a vida social local e transformam o meio rural em um espaço de vida.

Segundo Eric Sabourin, a base dessa vitalidade consiste na afirmação dos valores de solidariedade entre os membros da família e no interior da comunidade camponesa (SABOURIN, 2009). Eric Sabourin formula o princípio explicativo da reprodução camponesa no Brasil em termos de interface, uma articulação dialética, entre a troca mercantil e as práticas de reciprocidade.

Em 1985, no período de redemocratização do país, assistiu-se à (re) emergência dos movimentos sociais, que puderam, desde então, construir publicamente suas análises sobre a realidade brasileira e formular suas demandas políticas e suas estratégias de lutas. O próprio Estado transformou-se para acolher as demandas da sociedade, apoiadas nos novos princípios da Constituição de 1988. Nesse contexto, tornou-se possível introduzir no debate da sociedade, novas ideias e propostas de novos modelos de agricultura.

O ponto de partida desse debate, eminentemente político, é o reconhecimento do fato de que os estabelecimentos familiares não são incompatíveis com o desenvolvimento agrícola, ou seja, que são capazes de transformar seus processos de produção, no sentido de alcançarem novos patamares tecnológicos e assegurarem uma maior valorização do trabalho, bem como uma maior atenção em relação ao meio ambiente. Essa compreensão afeta diretamente o argumento central que justificava o apoio exclusivo à grande propriedade, considerada como a única capaz de modernizar o setor agrícola.

Por meio de qual categoria de análise pode-se compreender esse ator social do mundo rural? Na década de 1990, a categoria “agricultura familiar” foi adotada pelo próprio Estado, quando propôs um amplo programa de apoio aos agricultores, cuja atividade era organizada com base no trabalho familiar e voltada para a própria família. Por meio dessa iniciativa, o Estado brasileiro reconhecia, pela primeira vez, aos agricultores familiares a condição de produtor agrícola e a valorização positiva de suas peculiaridades.

Observa-se atualmente a revalorização das categorias “camponês” e “campesinato”, principalmente por parte dos movimentos sociais, que buscam dessa maneira associar uma profunda crítica aos processos de modernização conservadora a uma valorização crescente das práticas agroecológicas.

No entanto, não se trata de delimitar campos distintos e denominações específicas, que correspondam a atores sociais com características excludentes e até mesmo antagônicas – camponeses/agricultores familiares. O mais importante é tomar conhecimento da constituição de um amplo setor de agricultores não empresariais, que possuem modos de vida e de trabalho próprios no mundo rural. Esse campo é formado por uma grande diversidade de situações concretas, que constroem identidades diversas, com relações diferentes com a cidade, o mercado e o Estado. Apesar dessa heterogeneidade, todas essas situações expressam a existência dos produtores agrícolas, cuja referência central é a construção de um patrimônio familiar e a reprodução de um modo de vida e de trabalho assentado nos vínculos sociais e comunitários. São essas características que nos autorizam a considerá-los como camponeses, assumindo que os conceitos de campesinato e de agricultura familiar, no caso do Brasil, possam ser considerados como equivalentes.

Para além do debate conceitual, sempre foi difícil avaliar, em termos quantitativos, o universo dos agricultores familiares camponeses. Como esse conceito estava ausente das estatísticas oficiais, eram necessários exercícios de aproximação mais ou menos eficazes. Pela primeira vez, o Censo Agrícola de 2006 definiu uma seleção de variáveis que permitiram introduzir a categoria “estabelecimentos familiares”, em respeito às definições adotadas pela Lei da Agricultura Familiar de 2006 (IBGE, 2006). Segundo os dados publicados, havia no Brasil, em 2006, aproximadamente 4.300.000 estabelecimentos familiares, equivalentes a 84,4% do total dos estabelecimentos do país. Essas unidades familiares possuíam aproximadamente 85 milhões de hectares, equivalentes a 24,3% da superfície total.

O recenseamento confirma, pois, o peso dessa forma de produção, ao mesmo tempo que revela os limites da sua reprodução, por estar submetida à manutenção da concentração fundiária.

Entretanto, esses dados não podem esconder a forte e permanente incidência da pobreza nos meios rurais brasileiros. Trata-se, antes de tudo, e é preciso dizê-lo, da pobreza gestada pelo modelo de desenvolvimento escolhido. É de José Graziano da Silva, atual diretor da FAO, a seguinte conclusão:

Muito se tem falado e escrito sobre o “notável” desempenho, do ponto de vista produtivo, da nossa agropecuária nessas décadas passadas, especialmente na crise dos anos 80. Mas, pouco se fala sobre o resultado do ponto de vista social desse modelo de crescimento agroindustrial excludente que aumentou ainda mais a concentração de renda e a proporção de pobres no campo. E quase nada se tem escrito sobre o que fazer com os excluídos, os “barrados do baile”, os descamisados ou os pobres do campo ou qualquer outro nome que se dê a essa verdadeira população sobrando, marginal do ponto de vista das necessidades internas da acumulação do sistema. (SILVA, 1995, p. 127).

No início do milênio, estimava-se a população de agricultores pobres em aproximadamente quarenta e quatro milhões de pessoas, equivalentes a 22% das famílias. Na população rural, quinze milhões de pessoas (41,6% da população rural) eram pobres (SILVA; BELIK; TAKAGI, 2001, p. 74). Estudos mais recentes comprovam que as políticas sociais, adotadas pelos últimos governos, destinadas aos pobres, em particular aos rurais pobres, conseguiram modificar esse dado, acarretando um aumento significativo dos níveis de renda e a redução das desigualdades sociais.

Conclusões

Eu visitei muito recentemente, no sertão de Pernambuco, uma região que vive um intenso e longo período de seca. Não chove há mais de dois anos. Nossa equipe de pesquisadores conseguiu verificar, mais uma vez, entre os agricultores familiares, a capacidade de adaptação diante de situações extremas, de modo a assegurar uma sobrevivência local em condições de dignidade. É verdade que, atualmente, a grande diferença em relação às secas anteriores reside na contribuição indispensável e eficiente das políticas sociais do governo. Não mais se assiste às cenas de camponeses famintos fugindo da região, imagem consagrada pelo filme “Vidas Secas”,

de Nelson Pereira dos Santos. Todos estão de acordo em confirmar essa presença do Estado que lhes é favorável.

Entretanto, o antigo regime perdura e sempre procura fazer renascer o que era outrora chamado a “indústria da seca”.

Um sinal de reconhecimento: este ano, durante o Carnaval do Rio de Janeiro, a escola de samba vencedora escolheu como tema de seu enredo a vida camponesa. Apesar de apoios financeiros nem sempre muito transparentes, notadamente o de uma multinacional da agricultura, é significativo o fato de que a escola Vila Isabel – nada mais urbano – tenha cantado o modo de vida e os valores do povo do campo, enredo que tratava, além da qualidade dos alimentos, da qualidade de vida fundada na relação com a natureza, na solidariedade familiar e comunitária e na diversidade cultural.

Para encerrar meu texto, volto a citar Marcel Jollivet:

O desenvolvimento, ao invés de trilhar pela ignorância que desconhece um rural levado a desaparecer e se dissolver no urbano, supõe duas dinâmicas paralelas, uma rural, outra urbana, complementares e alimentando e ajudando uma a outra (JOLLIVET, 2001, p. 13).

Um rural habitado por agricultores familiares, todos eles plenos cidadãos brasileiros.

Referências

BRASIL. Estatuto da Terra. Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964.

BRUNO, Regina. *Senhores da terra, senhores da guerra: a nova face política das elites agroindustriais no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense Universitária; UFRRJ, 1997.

FERNANDES, Florestan. *Sociologia numa era de revolução social*. São Paulo: Nacional, 1963.

FERNANDES, Florestan. Anotações sobre o capitalismo agrário e a mudança social no Brasil. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; QUEDA, Oriowaldo (Org.). *Vida rural e mudança social: leituras básicas de sociologia rural*. São Paulo: Nacional, 1973. p. 131-150.

FERNANDES, Florestan. A sociedade escravista no Brasil. In: FERNANDES, Florestan. *Circuito fechado: quatro ensaios sobre o poder institucional*. 2. ed. São Paulo: Globo, 2010.

HISTÓRIA SOCIAL DO CAMPESINATO NO BRASIL. São Paulo: UNESP; Brasília: MDA/NEAD, 2008/2009.

IBGE. *Censo Agropecuário*. Brasília, 2006.

INCRA. Relação do total de imóveis rurais no Brasil. Abril 2012. Disponível em: <www.incra.gov.br>. Acesso em: mar. 2013.

JOLLIVET, Marcel. *Préface*. IN: ZANONI, Magda; LAMARCHE, Hugues (Coords.) *Agriculture et ruralité au Brésil ; un autre modèle de développement*. Paris, Karthala, 2001, pp. 5-13.

MARTINS, José de Souza. *O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta*. São Paulo: Hucitec, 1994. (Ciências Sociais, 34).

MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo (Org.). Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história. In: *HISTÓRIA SOCIAL DO CAMPESINATO NO BRASIL*. São Paulo: Unesp; Brasília: MDA/NEAD, 2008 [v. 1 – Concepções de justiça e resistência nos Brasis]; 2009 [v. 2 – Concepções de justiça e resistência nas repúblicas do passado (1930-1960)].

SABOURIN, Eric. *Camponeses do Brasil, entre troca mercantil e reciprocidade*. Rio de Janeiro, Garamond, 2009.

SILVA, José Graziano da. Urbanização e pobreza do campo. In: RAMOS, Pedro; REYDON, Bastiaan Philip (Org.). *Agropecuária: situação atual e perspectivas*. Campinas: ABRA, 1995. p. 127-149.

SILVA, José Graziano da; BELIK, Walter; TAKAGI, Maya. *Projeto Fome Zero: uma proposta de política de segurança alimentar para o Brasil*. São Paulo: Instituto da Cidadania, 2001.

ZANONI, Magda; LAMARCHE, Hugues (Coord.). *Agriculture et ruralité au Brésil: um autre modele de développement*. Paris: Karthala, 2001.

CAPÍTULO 3

Fragmentação/recomposição da exploração agrícola familiar? O caso francês

JACQUES RÉMY⁶

Introdução

Os autores do texto liminar e programático do seminário franco-brasileiro do qual participamos contornaram uma dificuldade ou fizeram algum tipo de compromisso ao escrever “explorações agrícolas familiares/campesinas”. A barra (*slash*, anglicismo utilizado em francês) ora pode significar “e”, ora (pode significar) “ou”, e geralmente remete a “e” e “ou”. Assim, as explorações agrícolas que constituem o objeto de nossas pesquisas seriam familiares e campesinas? Para além dessa indecisão/imprecisão totalmente deliberada por parte de nossos amigos redatores, eu escolho interpretar esse caractere tipográfico como um corte de entalhe, uma fenda, o que corresponde ao seu sentido primordial, designação que derivaria, aliás, do francês medieval *eslacher*, próximo de *esclater* e de *éclater* (verbo próximo a “estourar”, “romper”).

⁶ Pesquisador do Instituto Nacional da Pesquisa Agronômica – INRA (França).

Essa fenda, esse corte, representa bem a separação ocorrida entre a exploração campesina, oriunda das profundezas do tempo, e a exploração familiar, recente criação da política agrícola, que assumiu nova feição na França a partir do final do período que antecedeu a Segunda Guerra, nos idos de 1938. Com relação ao Brasil, e segundo os colegas consultados, o estabelecimento da exploração familiar, como objeto da política agrícola e como instituição, situa-se nos anos 1990. Essa exploração familiar brasileira adentrou o sistema estatístico, visto serem assim designadas as explorações agrícolas com no máximo dois ou três funcionários assalariados contratados fora do âmbito familiar. Não cabe aquitatar da pertinência dessa barreira, tampouco da confusão dificilmente evitável existente nessa categoria de explorações agrícolas campesinas e explorações familiares modernizadas. Uma palavra ainda sobre o que entrevejo acerca da exploração familiar: no Brasil, ela parece estar inscrita em uma dinâmica de desenvolvimento, enquanto na França ela vive uma profunda desafeição. É declínio que pretendo abordar.

Cabe ressaltar que o termo “desafeição” em seu significado mais etimológico deve ser entendido como sofrer uma falta de afeição, um desinteresse, uma perda de legitimidade, uma crise de representação e de identidade. Para saudar um colega recentemente falecido, Robert Castel, quase se poderia dizer que a exploração familiar está em vias de desfiliação (um cúmulo para essa exploração familiar, se nos referirmos não ao conceito, mas à raiz do termo “filiação”).

A voz oficial do sindicalismo majoritário e dominante não celebra mais a exploração familiar, mas a empresa.

O legislador, ao seguir de maneira servil os passos do sindicalista, suprimiu o termo “exploração familiar” de suas leis de orientação e de modernização e o substituiu, do mesmo modo, pelo termo “empresa”.

Cruel, a estatística confirma o declínio das formas familiares de exploração agrícola.

Assim, a agricultura familiar carece doravante de legitimidade, agricultura outrora emblemática, a porta-bandeira do desenvolvimento da

agricultura francesa do pós-guerra e das “30 gloriosas”, nas palavras já consagradas em demasia de Jean Fourastié.

Após uma referência às etapas da instituição política, econômica e social da exploração familiar, eu buscarei “evocar o declínio” e a possível renovação das formas familiares de agricultura na França.

- Primeiro episódio: Colapso do campesinato e nascimento da exploração familiar (1938-1964).
- Segundo episódio: Discurso hegemônico e seleção severa dos agricultores elencados (1965-1984).
- Terceiro episódio: Contestação do modelo e perda da base social (1985-2004).

Atualidade ou caducidade da agricultura familiar: 2005-2013

Do herdeiro ao sucessor

A lei de atribuição preferencial, de 17 de junho de 1938, rompe com a igualdade entre herdeiros instituída pelo Código Civil e favorece o adquirente da exploração com relação a seus co-herdeiros, irmãos e irmãs. Essa atribuição preferencial será reiterada e ampliada pelas leis de 19 de dezembro de 1961, de 8 de agosto de 1962 (GAEC), de 4 de janeiro de 1978, de 31 de dezembro de 1970 (GFA), de 4 de julho de 1980 e de 10 de julho de 1982. Trata-se de um golpe direto contra os modos de transmissão da família campestre e contra a autoridade e as prerrogativas do *paterfamilias*, tão caro ao nosso saudoso colega Frédéric Le Play. Com o estatuto do arrendamento, já esboçado durante o regime de Vichy e instaurado em seguida pela lei de arrendamento e de parceria agrícola de 1946, é o direito não de propriedade – não sonhemos –, mas o do proprietário, que sofre forte limitação: o produtor agrícola, doravante, está solidamente estabelecido e poderá até mesmo transmitir seu contrato a seu sucessor familiar. A estatística agrícola, que até então referia-se somente a pro-

prietários, fazendeiros ou meeiros, confirma essas evoluções ao adotar a noção de exploração agrícola, que foi finalmente esclarecida durante o Censo Geral Agrícola (RGA) de 1955.

No mesmo tempo, e segundo Marcel Jollivet, um dos eminentes autores do tomo 4 da *História da França rural*, que nos dá a honra de sua presença neste seminário, a exploração familiar moderna é construída sobre as ruínas do campesinato, provocando o surgimento de uma camada de jovens empreendedores que abandonam a ética campesina, suas práticas econômicas e seu antigo modelo de policultura-criação. A exploração familiar agrícola não se inscreve na continuidade da família campesina, mas na sua ruptura. Em contraponto à prudente reserva de capital, sucede o investimento por endividamento, da mesma forma que a não menos prudente multiplicidade das produções vegetais e animais é sucedida pela especialização, a exploração zelosa dos solos e dos recursos é seguida da intensificação, e a família estendida (principalmente da região Sudoeste da França) é substituída pela exigência de fragmentação habitacional, assim como a família campesina, substituída pela família conjugal, forma familiar tão poeticamente expressa por meio do modelo instituído pelas leis de 1960 e 1962 sob o desígnio de exploração com duas UHT (unidade trabalho homem, ancestral da UTA, unidade de trabalho anual). A questão que permanece colocada e para a qual já se conhece parte da resposta é por que diabos um estatuto tão renegado e rejeitado pelos jovens de 1950, o de camponês, adquire novamente atrativo aos olhos daqueles dos anos 2000?

Selecionar e eliminar

Eu serei mais breve acerca desta etapa, bem conhecida e reconhecida: do discurso humanista sobre o “Desenvolvimento agrícola que também signifique o desenvolvimento do Homem” a uma seleção cada vez mais drástica dos agricultores elencados, com candidatos confrontados a muitas provas, das quais se destaca, por exemplo, o trâmite da instalação, marcado pela elevação do nível exigido para se beneficiar de fomentos e subsídios.

Ademais, o processo de intensificação contínua da agricultura vai deixando às margens da estrada grande quantidade de produtores e o entusiasmo vai cedendo lugar à amargura, como o demonstra a contestação crescente do modelo de produção e da hegemonia sindical ao longo dos anos 1970. Com a aplicação do regime de quotas leiteiras em 1984, é o fim do princípio de produção sem fim. Já não se pode usar o argumento da missão de “alimentar o planeta”, com um *slogan* que se torna cada vez mais inapropriado. O modelo está em crise e a ideologia já não tem ideias a propor.

Um modelo em situação crítica, uma retórica desgastada

A incapacidade do sindicalismo dominante em propor outros modelos, além daquele que lhe rendeu fortuna e que permitiu a emergência de um grupo social que constituiu sua base demográfica, econômica e ideológica, abriu perspectivas aos proponentes de outras visões da agricultura: os defensores da maior profissionalização, da empresa societária, de uma maior seletividade das ajudas, o esfacelamento do quadro que regulamenta o aumento das explorações pelas comissões e pelas Safer (*Sociétés d'aménagement foncier et d'établissement rural* – organizações de ordenamento fundiário que acompanham o produtor em sua instalação e produção [NT]), além da insistência com relação ao número restrito das “verdadeiras explorações” (estimado, já em 1984, em 300.000 explorações agrícolas), tudo isso converge no sentido de repor em questão o contrato estabelecido em torno dos anos 1960 entre as diversas formas de agricultura, simbolizada pelo compromisso firmado entre as grandes explorações cerealíferas e as explorações de criação animal, em especial, leiteiras. Simultaneamente, a proporção das explorações que ocupam a família conjugal em tempo integral segue sendo reduzida, em proveito da pluriatividade das famílias, outrora execrada com vigor pelo discurso sindical. Não cabe, no escopo deste trabalho, analisar as evoluções consideráveis da Política Agrícola Comum (PAC).

Após esta referência rápida e esquemática por demais, adentremos agora a situação atual.

Em que a agricultura familiar francesa ainda é familiar?

Neste ponto, convém entendermo-nos acerca dos termos. Se a agricultura familiar tem de ser definida pela posse exercida pela família no âmbito fundiário, pela transmissão familiar dos bens, então, com relação ao conjunto da agricultura, a parte representada pela agricultura familiar é mais do que notável. Assim, podemos entender o fato de a agricultura dos EUA ser oficialmente designada como familiar, e notadamente, segundo a definição da USDA, as explorações do tipo *Very large familyfarms*, ou seja, *Farms with sales of \$500,000 or more*, que comercializam 500.000 dólares por ano ou mais. Não foi este o indicador que eu escolhi; se de fato o patrimônio está amplamente em posse da família, notadamente sob as mais sutis formas societárias existentes atualmente, eu retenho, como caráter familiar da exploração agrícola, a participação exercida pela família no trabalho efetivamente realizado na exploração. E esta participação está em regressão constante.

Uma pequena provocação de passagem: suponhamos por um instante que o seu cônjuge exerça a profissão de contador independente e que ele(a) tenha instalado sua pequena empresa no térreo amplo de sua casa: diremos que se trata de uma empresa de contabilidade familiar, quando você, no entanto, é assalariado(a) de uma empresa de seguros, por exemplo?

O fato é que, segundo o último censo agrícola realizado (2010), sem considerar cônjuges coprodutores, a família *“contribui apenas com 12% para a atividade das explorações contra 19% em 2000. Uma quantidade significativa de cônjuges não coprodutores não participa de nenhuma forma na exploração”*. Segundo a pesquisa *Structures*, 75% dos cônjuges com menos de trinta anos de agricultores instalados em explorações classificadas como “profissionais” declararam não exercer nenhuma atividade na exploração.

Virada sindical...

Entende-se então melhor o fato de o acirrado debate entre Antigos e Modernos ocorrido durante o Congresso da Federação Nacional dos Sindicatos de Produtores Agrícolas (FNSEA) na cidade de Le Mans em 2005, ter terminado com a vitória do modelo empresarial, em prejuízo da exploração familiar, que deixa de ser reivindicada e promovida por aqueles que ela designou por tanto tempo para a sua representação sindical, e o fato de Xavier Beulin, grande produtor cerealífero e empresário do agronegócio, suceder a Raymond Lacombe, Luc Guyau e Jean-Michel Lemétayer não é meramente anedótica. Os proponentes do “realismo” econômico puderam se apoiar sobre uma demografia familiar agrícola em franco declínio.

...e legislativa

Na França, a ordem natural das coisas faz com que o legislador siga os passos do sindicalista, ao menos aqueles do sindicalista agrícola, e os debates em torno do projeto de lei de orientação agrícola que se seguiram poucos meses após o novo rumo dado pelo FNSEA acarretaram, sem surpresas, no fato de a lei de 5 de janeiro de 2006 voltar-se, por sua vez, para a promoção da empresa agrícola, rompendo com o passado e suprimindo toda e qualquer referência ao modelo da exploração familiar.

Obstinação dos observadores

Coloca-se aqui uma questão dupla: a que se deve a obstinação dos colegas e amigos pesquisadores em celebrar a manutenção da exploração familiar e a promover também suas virtudes? Eu serei confrontado hoje à tarde, por exemplo, por dois colegas que defendem com firmeza a exploração familiar, exaltando seu vigor e suas virtudes... Logo, seria particularmente malvisto o fato de eu evocar – vindo da parte de indivíduos geralmente considerados como simpatizantes da esquerda – um preconceito ideoló-

gico qualquer em favor dessas explorações que, afinal, votam tanto para a direita – senão mais – quanto suas irmãs empresariais.

Com relação à primeira questão, do diagnóstico otimista e da manutenção da exploração familiar, eu proponho dois tipos de explicação, aliás, complementares. Primeiramente, o ponto de vista pode diferir em função das ferramentas de observação utilizadas: o pessimismo estatístico que motiva a consulta dos censos sucessivos é compensado pela observação de campo, notavelmente mais rica para o pesquisador que a conduz. E isso ocorre quanto mais, já adiantando a segunda parte da explicação, nos deslocamos para campos de observação mais favorável: zonas montanhosas de média altitude, regiões de criação... mais propícias para o encontro de explorações familiares com dimensão humana do que nos planaltos terciários do norte da Bacia parisiense, do Soissonnais, etc. Testemunha desses encontros, por exemplo, o belo trabalho realizado por Médulline Terrier, desenvolvido em região de planalto também, porém com características um pouco diferentes, no planalto do Vercors (2012), onde domina a produção leiteira. No entanto, a análise do quadro seguinte (quadro 1) nos permitirá conciliar os dois pontos de vista: aquele do pessimista, que entrevê o esfacelamento das formas familiares de exploração; e aquele do otimista, que aposta em sua manutenção.

Orientação agrícola das explorações	Nenhum Suporte (%)	Suporte Familiar (%)	Suporte Salarial (%)	Suporte Familiar +salarial (%)	Nº de chefes e coprodutores/ Produtores
Cereais, oleaginosas e proteaginosas	65,0	3,6	28,4	3,0	1,1
Cultivos gerais	58,3	4,1	32,6	5,1	1,1
Horticultura + flores e horticultura diversa	38,8	6,7	46,1	8,4	1,1
Viticultura certificada + outra viticultura	35,4	1,6	57,2	5,8	1,1
Frutas e outras culturas permanentes	34,9	2,2	56,5	6,4	1,1

Bovinos leite	57,9	8,7	30,5	2,9	1,4
Bovinos carne	73,4	7,2	17,4	2,0	1,1
Bovinos leite-carne	61,4	8,1	27,8	2,6	1,5
Outros herbívoros	70,3	7,4	19,4	2,9	1,1
Granívoros	51,1	5,6	39,4	3,9	1,1
Conjunto (% calculada para todas as orientações)	57,2	5,3	33,8	3,6	1,2

Quadro 1. Tipo e importância do suporte recebido em mão de obra e índice de presença de chefes e coprodutores em explorações agrícolas com diferentes orientações agrícolas do Planalto do Vercors (França) em 2012.

Fonte: MSA, tratamento INRA, US-ODR⁷. Os cálculos das porcentagens e a apresentação são de nossa autoria.

Uma primeira observação: trata-se de um universo multipolar, e não bipolar. Não há uma ruptura nítida entre esses polos, todavia observam-se inflexões nitidamente marcadas. Ao comparar as produções, não devemos ignorar as diferenças existentes no âmbito de uma mesma orientação produtiva, como o recurso ao emprego assalariado que marca por vezes clivagens claras entre os tipos de empresa, como no caso da produção leiteira.

A nosso ver, um ponto marcante transparece desses dados, como, aliás, dos trabalhos de campo que revelam a diversidade das culturas profissionais (e não apenas das práticas profissionais): a distinção clássica entre cultivo e criação, que o esfacelamento do antigo sistema de policultura/criação torna ainda mais sensível, não deve relegar ao segundo plano um terceiro polo, aquele constituído pela viticultura, a arboricultura e outros cultivos permanentes. Esse polo é caracterizado tanto pelo recurso intenso ao trabalho assalariado quanto pelo recurso ao trabalho familiar de forma marcante também, com variações internas próprias a cada sistema, ligadas muitas vezes ao tamanho da empresa. No âmbito da criação, os produtores

⁷ Agradeço a Eric Cahuzac e a Elise Maigné, do Inra-US ODR de Toulouse, pelos dados fornecidos.

de porcos e aves (“granívoros”), cuja produção é amplamente realizada em regime de estabulação, ocupam uma posição peculiar, pelo fato do recurso mais frequente ao trabalho assalariado. Já os produtores de carne (“bovinos para corte” e “outros herbívoros”) recorrem pouco ao trabalho assalariado e pertencem à categoria de sistemas que mais estão caracterizados pela ausência de colaboradores(as), sem que se possam distinguir ao certo as causas das consequências⁸.

Os produtores de bovinos leiteiros, e de bovinos para leite e corte, estão inseridos em um polo marcado pela presença ainda marcante da participação familiar, o que coloca o grupo de criadores leiteiros em situação nitidamente superior com relação às outras orientações produtivas. Esses produtores leiteiros, que estiveram no centro do modelo de modernização dos anos 1960 e que foram o principal alvo da política agrícola, ao mesmo tempo que foram os representantes por excelência da exploração familiar, são seguidos a distância pelos produtores de bovinos para carne e outros herbívoros. No entanto, eles se destacam muito nitidamente do conjunto das produções, sejam animais ou vegetais, pela quantidade de coprodutores: todos os outros grupos apresentam índice médio de 1,1 para chefe de exploração e coprodutor por exploração, quando produtores de bovinos leiteiros e de bovinos para leite e carne apresentam, respectivamente, índices de 1,4 e 1,5 para esse critério.

Encontra-se certamente quantidade crescente de associados entre os coprodutores: os grupamentos agrícolas de exploração em comum (GAEC), tradicionais nesse setor de produção, além das explorações agrícolas com responsabilidade limitada (EARL), populares também. Por hora, trata-se também e primeiramente do(a)s cônjuges coprodutores(as) implicado(a)s na atividade leiteira. É no âmbito dessas orientações que encontramos tendências mais marcadas por alianças homogamas, entre filhos de agricultores ou pertencendo a categorias socioprofissionais socialmente ou

⁸ Esta orientação produtiva é particularmente marcada por produtores solteiros.

especialmente próximas (operários e empregados). Os grupos de criadores, mais homogêneos e mais centrados nas explorações do que propriamente defasados, distinguem-se nitidamente dos dois outros polos identificados anteriormente: o polo dos grandes cultivos e o polo dos cultivos permanentes (dentro do qual a viticultura constitui uma categoria de cultivo específica ou, para ser mais exato, desenvolve diversas culturas regionais próprias).

Desse modo, essas diversas configurações constituem diversos mundos agrícolas: as especificidades apresentadas não se referem apenas às produções e aos itinerários técnicos: são culturas, modos de ser e de pensar, práticas e representações bem distintas acerca da profissão, que convivem lado a lado, notadamente dentro das organizações profissionais e sindicais, estabelecendo alianças sem, no entanto, se fundirem, para além do princípio constante da unidade sindical.

Mas para que diabos pode servir uma agricultura do tipo familiar?

Eu não quero, com minha colocação, me sobrepor às intervenções mais favoráveis que colegas fizeram ou irão fazer. No entanto, os trabalhos conduzidos com Christophe Giraud, por um lado, e com Patrick Mundler, de outro, evidenciam o papel do(a)s cônjuges na orientação de certas explorações voltadas para a diversificação, principalmente ambiental, e para os serviços ao produtor, notadamente quando o(a)s cônjuges possuem diplomas de nível superior; entre essas empresas rurais, podem-se identificar explorações neocampesinas (recorrendo à autodefinição dos atores) ou pós-modernas, se preferirmos, a não ser que sejam, pelo contrário, neomodernistas... Obviamente, eu preciso evocar nesse ponto a noção de “multifuncionalidade”, mesmo estando o termo já em desuso em minha instituição, o Inra, que preferiu aliar-se ao conceito-*slogan* de desenvolvimento sustentável (ao menos, escapamos – não se sabe por quanto tempo ainda – da armadilha da agricultura ecologicamente intensiva na qual caíram alguns de nossos colegas do CIRAD).

É certo que, devido ao papel que ela exerce na manutenção e no desenvolvimento do vínculo social por meio do encontro entre grupos sociais, ao defender e promover a aproximação entre produtores e consumidores (Associações pela Manutenção da Agricultura Campesina – AMAP) e por meio da relação comercial de proximidade que ela motiva em torno de produtos de qualidade, a exploração agrícola conjugal, ou até mesmo familiar, pode trazer sua melhor contribuição e tornar sua perenidade útil e desejosa.

CAPÍTULO 4

Sistemas alimentares locais na França e no Brasil: Duas vias distintas de fortalecimento das agriculturas camponesas

GILLES MARECHAL⁹

Introdução

Durante muito tempo, na França como no Brasil, as agriculturas camponesas e familiares buscaram distinguir-se por suas características físicas ligadas ao sistema produtivo. No entanto, cada país tem uma evolução em que a escolha das práticas de multifuncionalidade surge tanto como reivindicação quanto como afirmação de uma diferença: acolhimento na fazenda, microindústrias de transformação, circuitos de venda direta. O Brasil e a França cultivam laços duradouros nesse campo, por meio de uma reflexão cruzada na área científica (SIAL – Sistemas agroalimentares locais) e de relações entre organizações camponesas: o Brasil, por exemplo, é o segundo país onde a rede “*Accueil Paysan*” (“Acolhimento Campesino”) foi implantada.

Este texto visa evidenciar como a busca de viabilidade para as agriculturas camponesas e familiares leva à conclusão de um interesse estratégico com base nos mesmos princípios de valorização dos circuitos alimentares

⁹ Presidente da Associação de Atores no Mundo Agrícola e Rural – AMAR (França).

curtos, mas com modalidades de implantação radicalmente diferentes no Brasil e na França. As experiências evocadas e as análises apresentadas evitam estabelecer um elo direto e automático entre agricultura camponesa e circuitos curtos. Esses circuitos mobilizam também produtores que não podem ser qualificados como familiares, e alguns defensores das agriculturas familiares buscam centrar a questão no segmento da produção unicamente. A associação entre agricultura familiar e circuitos de comercialização é considerada como uma opção possível, mas de modo algum como uma via ideal, um “*one best way*”.

As informações e análises utilizadas para o caso francês provêm em maior parte da Bretanha e das regiões do oeste da França. Essas zonas geográficas não são representativas de todas as regiões francesas. Elas diferem bastante das regiões onde a comercialização local se apoia em uma agricultura mais diversificada e não conheceu um declínio tão pronunciado quanto na região da Bretanha na época da “modernização agrícola”. Essa é a razão do interesse particular dessas regiões para uma abordagem comparativa.

A agricultura familiar não reside somente na produção

Os debates relativos à definição da agricultura familiar ou camponesa e da agroecologia estão frequentemente focados no sistema de produção. Os indicadores utilizados habitualmente para medir o tamanho de uma propriedade são a superfície em hectares, o volume de produção ou o número de cabeças de gado. É dessa maneira que se definem, por exemplo, os latifúndios no Brasil ou as “usinas de porcos” na França. Instrumentos de avaliação como esses estão profundamente ancorados na visão classificada como modernizadora no período do pós-guerra na França, ou da revolução verde, quando os esforços de evolução se concentraram em um suposto progresso definido a partir das técnicas de produção. Ao se tornar produtor, o camponês foi desresponsabilizado e afastado do controle e da reflexão acerca da comercialização.

No entanto, atualmente, e no mundo inteiro, assistimos a várias iniciativas de reconexão com a responsabilidade dos camponeses entre sistema de produção e modo de comercialização. Em alguns territórios, os circuitos alimentares curtos conservam ou reencontram uma densidade que lhes permite formar um sistema, localmente ou em uma escala mais ampla. Já desde os anos 1980, a *Nihon yûkinôgyô kenkyûkai* (associação japonesa de pesquisa em agricultura orgânica) associava na definição da agricultura orgânica um modo de produção não poluente e um circuito de comercialização local. O Movimento dos Sem-Terra no Brasil tomou consciência precocemente, durante a década de 1990, que a viabilização dos assentamentos poderia ocorrer por meio de um controle da comercialização, desenvolvendo vantagens tanto no plano econômico quanto no plano da inserção e do reconhecimento territorial.

Além dos camponeses, são os próprios consumidores de alimentos em geral que são convidados ou convocados para se reapoderarem dos fatores determinantes que regem sua alimentação. Em função das culturas e dos usos nacionais ou regionais, as vantagens que se busca por meio do desenvolvimento de redes alimentares territoriais são diversas, e são frequentemente afirmadas como decorrentes de uma busca por sustentabilidade. Os objetivos podem estar focados na agricultura e nos indivíduos que trabalham com ela, ou podem visar o conjunto da sociedade.

Objetivos e lógicas de atores diferentes e complexos

Os atores, indivíduos ou grupos sociais que se engajam nesses circuitos, são portadores de hierarquias implícitas nas metas fixadas. Podemos distinguir, por exemplo, a abordagem hedonista da alimentação própria ao mundo latino e outra mais higienista, do mundo anglo-saxão. Embora toda ação, com sua natureza complexa, atue em vários contextos, todo ator privilegia uma dimensão primordial para ele. Nas ações de campo, observam-se frequentemente os objetivos seguintes:

- *Acessibilidade à alimentação*: nos países do Sul, mas não apenas, pode tratar-se de facilitar o acesso dos lares mais pobres a uma alimentação digna ou até mesmo a um resgate alimentar geral, como no caso de Cuba no início da década de 1990. Em alguns países do Norte, visa-se, ademais, o acesso físico aos alimentos, como, por exemplo, nos *food deserts*.
- *Viabilização da agricultura familiar e das pequenas explorações*: a comercialização em circuitos curtos visa aumentar as rendas das pequenas explorações e assegurar sua permanência; de maneira mais ambiciosa, ela é mobilizada para renovar o tecido regional de explorações com a instalação de novas explorações, mobilizando portadores de projetos com perfis originais.
- *Agriculturas de qualidade*: busca-se geralmente promover ou defender formas alternativas de agricultura em relação ao modelo agroindustrial e inseridas em seu território; ao ponto de provocar a confusão, por exemplo, entre agricultura orgânica e circuitos curtos (explicável pela forte ligação entre ambos nas estatísticas, que não induz elo de casualidade algum); segundo o recenseamento agrícola de 2010, 10% dos produtores em circuitos curtos estão na agricultura orgânica, enquanto representam apenas 3,5% do conjunto das explorações francesas.
- *Emprego*: por natureza, transformação e venda dos produtos consomem trabalho e exigem o recrutamento de uma mão de obra local, provocando assim uma redistribuição geográfica do valor agregado, ou seja, do emprego; o censo agrícola de 2010 estima em 2,2 o número médio de empregos nas explorações que praticam circuitos curtos, contra 1,4 na média geral.
- *Preservação dos recursos ambientais*: por convicção, busca de coerência ou oportunidade, muitas redes alimentares visam valorizar os recursos locais (variedades locais contribuindo à diversidade genética, proteção das águas, paisagens) e preservar os recursos globais (energia, gás de efeito estufa, detritos).

- *Relações entre produtores/consumidores ou cidade/campo*: os *teikei* japoneses, frequentemente mencionados como fonte da renovação das redes alimentares locais, estabelecem como eixo central de seu projeto a reconstrução da harmonia social; a descompartimentação dos atores, na escala individual (a notar, por exemplo, na província de Quebec o *slogan* do “agricultor da família”) ou na escala coletiva (afirmada, por exemplo, nos *food strategies* das cidades inglesas) é o fio condutor de diversas iniciativas.
- *Educação alimentar e “saúde no prato”*: no mundo anglo-saxão, particularmente, por motivos de saúde pública, relacionados a seu custo, ou de luta contra a obesidade, a relação entre origem local e qualidade dos alimentos é postulada; ela traduz-se pelas medidas derogatórias nas licitações públicas (Brasil, Canadá, EUA).
- *Busca de soberania alimentar*: várias instituições especializadas do sistema das Nações Unidas e, em particular, os relatores sucessivos para o direito à alimentação, Jean Ziegler e Olivier de Schutter, insistem na coerência que deve ser encontrada entre as diversas escalas de soberania alimentar, do local ao global.

A ponderação dos objetivos dessa lista é muito variável: desse modo, o “esquema japonês”, desenvolvido em torno do *teikei*, destaca a busca por relações harmoniosas entre rurais e urbanos, enquanto no meio anglo-saxão, em que as considerações sanitárias e higienistas predominam, essa motivação permanece em segundo plano. Revelar-se-á que, doravante, França e Brasil são dois países ativos em matéria de mobilização dos circuitos de alimentação territorial em prol do fortalecimento da agricultura familiar, embora seguindo vias muito distintas. No Brasil, elas dependem, de antemão, da ação pública, enquanto na França prevalece a ação cidadã.

Uma comparação fundamentada em uma experiência de 20 anos no Brasil e na França

A comparação da expressão e das práticas em matéria de circuitos curtos alimentares, entre a França e o Brasil, é particularmente instrutiva. A argumentação proposta no presente estudo baseia-se em uma prática de campo desenvolvida paralelamente nos dois países.

Desde o começo dos anos 1990, a AMAR (Associação de Atores no Mundo Agrícola e Rural) coopera com grupos rurais do Brasil, como associações de pequenos produtores, organizações locais ligadas ao Movimento dos Sem-Terra, quilombos (comunidades remanescentes de escravos), sindicatos rurais e ONGs. O objetivo é encontrar vias para estabilizar a agricultura camponesa no Estado do Rio de Janeiro e manter vínculos com outros Estados. As ações consistem em acompanhar projetos de comercialização, com experiências marcantes como a da Unacoop, que dispõe, na Ceasa do Rio, de um espaço de venda para suas 137 cooperativas cadastradas (veja <<http://www.unacoop.org.br/>>), ou do ponto de venda direta da *Seropédica*, inspirado no ponto de venda coletivo “*Brin d’Herbe*”, perto de Rennes, na Bretanha. Desde o começo dos anos 1990, época em que os circuitos curtos não estavam na “moda”, diversas monografias universitárias foram publicadas acerca da questão. Os pequenos camponeses brasileiros apontavam para a comercialização como principal gargalo para viabilizar sua atividade do ponto de vista econômico.

Na França, a região da Bretanha constitui um campo de observação privilegiado para a comparação, por apresentar um perfil com uma presença muito pequena dos circuitos curtos até a passagem do milênio. Assim, sua situação assemelhava-se mais à situação do Brasil do que àquela de regiões como Rhône-Alpes ou Midi-Pyrénées, em que os circuitos curtos já são numerosos e vigorosos há muito tempo. Desde o começo dos anos 2000, a Bretanha conheceu uma expansão rápida das iniciativas de circuitos alimentares curtos.

O movimento Civam, do qual AMAR é membro, representa um dos atores centrais desse renascimento, em uma região em que a prática era muito pouco representada, em declínio e estigmatizada pelo sistema de apoio ao complexo agroindustrial. Essa região está muito “atrasada” se comparada a outras regiões; apenas 9,7% dos produtores está inserida em circuitos curtos contra 21% no âmbito nacional. Assim, se em 2004 apenas uma dúzia de iniciativas coletivas pioneiras foi identificada, 166 estruturas perenes foram cadastradas em 2013 (segundo um panorama dos circuitos alimentares curtos da Bretanha, publicado em 2013). Esse crescimento baseia-se na importante diversidade dos modos de comercialização (lojas na propriedade, AMAP, pontos de venda coletivos, mercados, cestas encomendadas pela internet, comércio de porta em porta, venda para restaurantes coletivos) e uma ligação forte com práticas ambientais de qualidade (agricultura orgânica, sistemas pastoris) em pequenas explorações. Esses modos de comercialização rompem com a lógica do modelo da Bretanha, segundo a qual o campo de ação do produtor se limita à excelência técnica na área da produção, e em que a questão das quantidades prevalece e a organização coletiva é representada por filiais cada vez mais especializadas, estanques e concorrentes.

Ao longo desses últimos anos, intercâmbios foram realizados, além do acolhimento de profissionais brasileiros empenhados no desenvolvimento de formas de comercialização coerentes com a agricultura familiar: produtores, sindicalistas, representantes de cooperativas, pesquisadores, estudantes, responsáveis pela gestão territorial. Estágios realizados em campo deram origem a monografias de mestrado que permitiram o conhecimento mútuo. Muitos estudos e publicações foram realizados para analisar essa evolução, ligados a *Agrocampus Ouest*. Um trabalho mais aprofundado foi conduzido no outono de 2012, durante a estadia de uma delegação por ocasião da terceira edição dos encontros sobre venda direta na Bretanha, organizados pelo movimento Civam. Esse intercâmbio permitiu distinguir duas vias de desenvolvimento de circuitos curtos radicalmente diferentes.

O exame dessas vias supõe inicialmente uma análise comparativa das situações.

A caracterização da situação na França, ilustrada com o caso da Bretanha

Do lado francês, existem múltiplas iniciativas cidadãs de aproximação entre produtores/consumidores, conduzidas pelos consumidores (AMAP), pelos produtores (pontos de venda coletivos), pelo poder público (organização das feiras abertas) e até mesmo por empreendedores privados (cestas empresariais). Por conseguinte, a maior parte das compras é realizada pelo consumidor final. Vários estudos mostram o peso determinante das feiras semanais nos circuitos de comercialização local (representando um terço do volume de negócios, segundo dados convergentes das publicações sucessivas do Observatório da Agricultura Orgânica na Bretanha).

A defesa da agricultura camponesa e das relações produtores/consumidores de alimentos é central (como o indica o intitulado dos AMAP: Associações para a Manutenção de uma Agricultura Camponesa) no espírito de uma minoria forte e visível de consumidores engajados, e de uma maioria de camponeses no âmbito dos projetos de alimentação local. Entretanto, esse não é o caso de uma maioria de consumidores nem dos poderes políticos, que destacam frequentemente os impactos locais em termos de dinamização do território, independentemente do modelo de exploração considerado (“não se deve opor um modelo a outro”).

Os circuitos curtos adquiriram desde já uma visibilidade social e mediática tal que até mesmo os atores mais reticentes, como a grande distribuição ou a agricultura produtivista, são levados a participar desse mercado. No entanto, os diversos atores coexistem em certa desordem, com pouca organização interinstitucional, e mantêm uma confusão acerca do papel e das expectativas de cada um. Observam-se os efeitos da concorrência, entre fornecedores obviamente, mas também entre compradores quando, por exemplo, um produtor é mobilizado por uma AMAP ou uma cantina, em detrimento do potencial de suas vendas nas feiras.

Um conflito importante existe com relação à definição da natureza dos circuitos curtos (por exemplo, sobre o papel potencial dos OGM, assim como os debates referentes ao comércio solidário), das fontes de abastecimento (vendas minoritárias de explorações industriais) e dos produtos que são vendidos (orgânicos/não orgânicos). Órgãos públicos (coletividades, países, parques naturais) tentam reduzir esse conflito e promover a organização coletiva, no entanto, ainda com pouco êxito e poucos recursos.

Existem numerosos e intensos debates sobre a ligação entre circuitos curtos e práticas ambientalmente diferenciadas. Em várias regiões, observa-se uma relação entre o peso estatístico dessas práticas (agricultura orgânica, sistemas de pastagem, porco criado com palha) e o peso da prática da comercialização local. Na Bretanha, quase a metade dos agricultores orgânicos (menos de 1/5 no conjunto da população agrícola) implantam circuitos curtos e são 4/5 entre os mais recentes agricultores orgânicos (contra um terço na população total de agricultores recentemente instalados). Mas as relações entre os dois são frequentemente conflituosas, como testemunham os intensos debates acerca da questão “deve-se privilegiar o local ou o orgânico?”.

O quadro regulamentar na França é ao mesmo tempo deficiente (falta de legislação adaptada e específica) e excessivamente minucioso (aplicação de regras e de normas elaboradas pelas indústrias alimentares). Por exemplo, os atores públicos multiplicam esforços para impulsionar a compra de produtos locais, e invocam as dificuldades encontradas para respeitar a legislação inspirada na regulamentação da concorrência de origem europeia. No entanto, tanto a Itália, outro membro da União Europeia, quanto os Estados Unidos, campeões da ideologia da concorrência, implementaram regulamentações derogatórias, sem maiores problemas. Para a pequena indústria de transformação, o respeito da legislação sanitária é arriscado, podendo o quadro a que está submetida nunca se estabilizar e variar de uma circunscrição para outra. O Plano

Barnier, anunciado em 2009 com a aprovação dos atores organizados, não acarretou consequências concretas.

Não existe política estrutural destinada à compra pública junto à agricultura familiar. As iniciativas vêm, sobretudo, dos atores públicos locais, e não representam volumes e impactos importantes. O guia “provar o território” (*croquer le territoire*, em francês) nos oferece uma ilustração desse tipo de iniciativa por meio das experiências conduzidas nos Parques Naturais Regionais. Em âmbito nacional, o censo agrícola 2010 estima que a restauração coletiva represente menos de 1% das vendas. Os estudos econômicos realizados na Bretanha mostram que, em comparação com o total das vendas dos produtores, as compras públicas elevam-se a um pequeno percentual, ou seja, dez vezes menos que as feiras abertas. Não existe integração do desenvolvimento dos circuitos curtos a uma política agrícola ou social. É conhecido o papel central da Europa em matéria agrícola.

Os contornos dos fundos de coesão para o período 2014-2020 já foram divulgados e não apresentam nenhum avanço notório em matéria de promoção do abastecimento local. O objetivo afirmado da pauta ambiental francesa (Grenelle de l’Environnement), que fixa em 20% os alimentos oriundos da agricultura orgânica para a restauração coletiva, abria um espaço potencial para a questão da alimentação local. Mas os atores implicados já não a mencionam e constatam a estagnação das compras, embora esse objetivo seja às vezes ultrapassado localmente. Em matéria social, o Plano Nacional de Nutrição e Saúde não estabelece ligação entre a qualidade dos alimentos e sua origem. A regulamentação sobre a composição dos cardápios ou a qualidade sanitária introduz, pelo contrário, obstáculos ao uso dos produtos locais.

Os atores associativos e públicos estabelecem uma reflexão conjunta sobre o desenvolvimento dos circuitos alimentares em diversos territórios; os países regidos pela “Lei Voynet” são especialmente ativos, apoiando se em seus conselhos de desenvolvimento, bem como nos Parques Naturais Regionais. No entanto, os resultados concretos permanecem limitados,

fora do alcance do engajamento dos cidadãos. Um número crescente de atores das redes alimentares territoriais constata os limites de uma ação pensada e desenvolvida *por e para* um território restrito e tentam integrá-lo em quadros mais amplos, ao encontro dos objetivos e das práticas da Economia Social e Solidária, ou em quadros institucionalizados.

No que tange às perspectivas, constata-se que o interesse pela dimensão social do acesso de todos a uma alimentação saudável vem crescendo. A contribuição da crise econômica e social é evidente. Os circuitos alimentares locais foram e ainda são estigmatizados pelas instituições do complexo agroindustrial por serem seletivos do ponto de vista social e atender apenas às expectativas da camada mais elitista dos consumidores. As camadas mais abastadas da população são certamente representadas de forma exagerada com relação a algumas práticas, mas não em todas. Nota-se atualmente a emergência de um número crescente de iniciativas com vistas à solidariedade alimentar territorial. Coletividades ou associações empenham-se em ações visando associar qualidade da alimentação com inclusão social pelo viés local (por exemplo, no Plano de Saúde e Bem-Estar 2013-2017 do Departamento do Norte, a operação “30.000 cestas solidárias”).

A caracterização da situação no Brasil

Existe uma política nacional de fortalecimento da agricultura familiar por meio da promoção da compra de produtos locais, com base em dois eixos principais. Por um lado, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), lançado em 2003, permite a compra pelo Estado de produtos oriundos da agricultura familiar, que serão depois fornecidos às estruturas de interesse social (centros sociais, lares para idosos, orfanatos) ou servirão para a constituição de estoques pelos agricultores. A compra terá de passar por licitações, mas não de forma obrigatória, que ainda representam obstáculos para os menores produtores. Por outro lado, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), lançado em 2003,

estabelece que 30% das compras das cantinas devem provir da agricultura familiar local. Os orçamentos nacionais desses dois programas cresceram incessantemente ao longo dos últimos 10 anos e, doravante, atingem uma dimensão estrutural; o PAA recebeu um orçamento de 1,2 bilhões de reais em 2012 (cerca de 480 milhões de euros) e o PNAE, de 3,3 bilhões de reais, dos quais 900 milhões destinados à agricultura familiar (cerca de 360 milhões de euros).

Essa política é nacional dado ela se apoiar em decisões e créditos federais, mas sua gestão, no entanto, é local. O nível de descentralização atingido é elevado e as comarcas podem decidir sobre a afetação das compras realizadas com orçamentos de origem central, e desconcentrada em cada Estado pela Conab (Companhia Nacional de Abastecimento). Existe uma articulação operante, nem sempre perfeita, nem generalizada obviamente, entre a escala nacional e local sobre o financiamento e a implementação de sistemas de comercialização locais. O importante orçamento investido em âmbito federal é complementado na esfera local.

A política implementada associa perspectivas agrícolas e rurais (redução de custos de transporte e de estocagem, promoção da agricultura familiar, estabilidade, visibilidade) e sociais (luta contra a pobreza e a fome, redução do êxodo rural, ordenamento territorial). O PAA é coadministrado por dois Ministérios. O primeiro, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), dedica-se à promoção da agricultura familiar voltada para o mercado interno; o segundo, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), é voltado para a agricultura de exportação. O perímetro do PAA lhe permite integrar a política de fortalecimento da agricultura familiar por meio de compras públicas a outras políticas, e em particular, a mais importante, o Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, que permite o acesso a créditos ou subsídios específicos). O segundo Ministério visado é o do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Ao participar da aquisição de alimentos oriundos da agricultura familiar, ele contribui com uma política duplamente social: por um lado, reforçando as rendas dos produtores vendedores, dado a

proporção conhecida de pobres e de malnutridos ser mais importante no meio rural; e, por outro lado, fornecendo alimentos de boa qualidade nutricional e educando para uma boa alimentação as populações pobres mais vulneráveis à fome e à obesidade.

O enquadramento legal das práticas é composto por instrumentos regulamentares, específicos e elaborados: definição legal do agricultor familiar, definição da certificação participativa, exceções legais para produtores familiares (certificação declarativa). Assim, o PAA é acessível, teoricamente, somente a categorias específicas: assentados (produtores instalados no âmbito da reforma agrária), comunidades *quilombolas* ou outras comunidades tradicionais (caiçaras) e agricultores familiares. Essa última categoria, muito mais ampla, precisa da posse obrigatória da DAP (declaração de aptidão ao Pronaf). Esse certificado inscreve uma coerência entre duas das políticas mais importantes do MDA – o PAA e o Pronaf. No entanto, ele tem o inconveniente de ser excludente para os mais pobres da população agrícola, com menos escolarização, mais isolados, menos informados que a média.

Algumas coletividades locais empenham-se em projetos de alimentação local, além de sua contribuição ao PAA e ao PNAE. Como na França, elas são responsáveis por feiras itinerantes, e pela abertura das feiras a produtos locais/agroecológicos (por exemplo, em Piracicaba, com ligação a *SlowFood*), onde a organização de mercados específicos (como no Rio, com o circuito carioca das feiras orgânicas) é uma das primeiras ações possíveis.

Os produtores destacam o impacto positivo das compras públicas em sua situação econômica, sobretudo graças à previsibilidade de suas vendas. Mas a importância das compras públicas em volume e valor permite recriar, no longo prazo, um efeito de dependência dos produtores. A situação de quase monopólio da compra pública faz com que produtores percam a autonomia que eles buscam por meio da venda local e, como em circuitos longos clássicos, são expostos a decisões visando preços ou volumes, sobre os quais não têm alcance algum. Por conseguinte, os mais

precavidos salientam a necessidade de encontrar canais complementares de comercialização, de modo a favorecer a diversificação dos compradores.

Um elo é diretamente estabelecido pelos atuais consumidores engajados entre o regime social ligado a agricultura familiar, a comercialização local e o modo de produção agroecológico/orgânico. Muitos atores da agricultura familiar tomam como referência a agroecologia e, assim, há convergência entre práticas agrícolas ambientalmente responsáveis, organização familiar e venda local. A maioria dos consumidores engajados, em número reduzido em comparação à proporção francesa, estabelece uma ligação quase obrigatória entre o tipo de propriedade, o modo de produção com respeito pelo meio ambiente e o consumo local. Os nomes da maioria das iniciativas referem-se à agroecologia ou à agricultura orgânica, como, por exemplo, a importante rede de agroecologia *Ecovida*, que promove a certificação participativa.

Mas os modos de troca dominantes, indiretos e normativos, não estimulam a relação direta entre produtor/consumidor, apesar da proximidade geográfica. Um produtor que entrega seus produtos ao gerente de uma cantina não encontra com os consumidores finais. As redes de difusão na sociedade e na mídia que valorizam a relação produtor/consumidor ainda são fracas e o discurso econômico predomina. Observa-se assim uma diferenciação social: os pobres tendo acesso a produtos de origem local, frequentemente sem sabê-lo, apesar de os consumidores conscientes se concentrarem nas classes médias.

As experiências realizadas pela sociedade civil ainda permanecem pouco numerosas. Quando surgem da iniciativa de cidadãos, elas se concentram frequentemente nas cidades, como, por exemplo, a *Rede Ecológica* no Rio; a *Acopa* (Associação dos Consumidores de Produtos Orgânicos) em Curitiba, no Paraná; *Ecofeira* ou *Compras Coletivas Eco-Solidárias* em Florianópolis, no Estado de Santa Catarina; e as iniciativas sustentadas pelo Instituto *Kairos* em São Paulo. As iniciativas lançadas pelos produtores inscrevem-se nos esquemas clássicos do mundo cooperativo (por exemplo, *Unacoop*, que reúne 137 cooperativas e associações

de produtores do Estado do Rio, ou *Agreco*, no Estado de Santa Catarina) ou associativo (associações de agricultores orgânicos, como *Abio* no Rio). Algumas experiências tentam reunir os diversos atores, como, por exemplo, o Instituto *Terra Mater* em Piracicaba, no Estado de São Paulo, vinculada à organização *Slow Food*.

Existem poucas relações e pontes entre os produtores e as organizações de alimentação territorial, por um lado, e, por outro, o mundo de economia popular solidária é pouco estruturado. Algumas experiências fazem referência ao quadro do comércio equitativo, aplicado na escala local.

Duas vias distintas para uma mesma meta

Assim, observam-se na França e no Brasil duas configurações socioeconômicas nitidamente diferenciadas, embora com vistas em um objetivo similar de apoio para a agricultura camponesa ou familiar, por meio do desenvolvimento de circuitos curtos. No Brasil, a maior parte da ação apoia-se no poder público, com o Estado Federal sendo complementado pelos municípios. Essa configuração apresenta a vantagem de mobilizar orçamentos importantes em um quadro político que busca assegurar a coerência com outros dispositivos destinados à agricultura familiar. Ela tem efeitos consequentes, portanto, na redistribuição. Ela apresenta, no entanto, o inconveniente duplo de um poder reduzido de convencimento e de mobilização dos cidadãos e de uma fragilidade estrutural ligada à situação de comprador único. A estratégia insere-se em uma perspectiva econômica e social simultaneamente. No oposto, a situação francesa caracteriza-se pela ausência de um quadro político estruturado. A iniciativa pertence, portanto, aos coletivos de cidadãos ou de produtores, bem como às coletividades territoriais. Essa situação é propícia a confusão e hesitações por parte dos atores. No entanto, ela tem a vantagem de dar a liberdade de criatividade aos indivíduos e aos grupos organizados, que insistem especialmente nos aspectos culturais de reapropriação da alimentação, de exploração de práticas alternativas com base em uma

perspectiva de sobriedade e de aproximação entre cidade/campo ou camponês/urbano. Um movimento de institucionalização está em curso, nas regiões com o maior número e as mais antigas experiências com circuitos curtos, como a região de Rhône-Alpes, apoiado essencialmente pelas coletividades territoriais, e não pelo Estado central.

O quadro abaixo resume as observações.

	Brasil	França
<i>Quadro político</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Política estrutural e orçamento dedicado importante - Ação nacional complementada pelas coletividades - Definição regulamentar específica das práticas 	<ul style="list-style-type: none"> - Nenhuma política estrutural europeia ou nacional, nem orçamento dedicado - Ações locais decididas e implantadas pelas coletividades - Regulamentação com predominância de aspectos sanitários e acerca dos mercados públicos
<i>Atores</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Estado Federal determinante Municípios para implantação - Associações de consumidores urbanos, pouco numerosas - Grupos de produtores ligados à agroecologia, orgânica 	<ul style="list-style-type: none"> - Estado praticamente ausente - Intervenção desordenada dos diversos níveis territoriais - Muitas associações militantes de consumidores, de produtores e mistos - Produtores individuais ou em grupos organizados
<i>Representações e objetivos</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Ligação direta comercialização/ agricultura familiar/ agroecológica - Meio ambiente: coerência sistemas de produção e de comercialização - Economia: viabilização da agricultura familiar - Social: luta contra a pobreza e a fome - Cultura: ativação de propostas concretas pela igualdade e pela cidadania 	<ul style="list-style-type: none"> - Confusão, até mesmo conflitos sobre local, orgânico, agricultura camponesa - Meio ambiente: redução da pegada energética, saúde - Economia: desenvolvimento local, viabilização da agricultura familiar camponesa - Social: resposta à crise - Cultura: reapropriação da alimentação, experimentação das alternativas

Tais observações, que evidenciam caminhos muito diferentes em busca de objetivos comparáveis, já foram realizadas na escala europeia. Por exemplo, o projeto FAAN (Federating Alternative Agro-Food Networks – <<http://www/faanweb.eu/>>) havia identificado três vias de desenvolvimento dos circuitos alimentares locais nos países europeus. O papel central identificado era exercido pela sociedade civil (Áustria, França), pelas coletividades locais (Polônia, França em menor escala) ou pelos atores privados (Reino Unido, Hungria).

Conclusão: enriquecimento das práticas com a ampliação das possibilidades

A observação da situação de cada país pelos atores do outro país pode servir de impulso à ação. A experiência mostra a frequência do discurso que afirma ser improvável, na França, e até mesmo impossível, que os poderes públicos nacionais assumam um papel ativo na promoção dos circuitos alimentares locais e, com eles, na promoção da preferência pela agricultura ecológica e familiar. Paralelamente, no Brasil, o empenho do poder público parece frear, de certa forma, as iniciativas populares, cuja importância tende a ser subestimada. O fato de conhecer a situação em cada um dos países incentiva a ampliação do perímetro da ação.

Nesse contexto, seria tentador idealizar o que ocorre no outro país ou, em outras palavras, adicionar os elementos considerados positivos ou favoráveis para imaginar um cenário ideal aplicável em cada um dos países. Esse cenário poderia traduzir-se por uma forte implicação dos poderes públicos, em suas atribuições orçamentárias e regulatórias, articuladas à multiplicação das iniciativas cidadãos locais, mobilizando consciências e energias. A densidade de nossas sociedades faz com que a simples adição sumária imaginada seja altamente improvável, além de se confrontar a limites sociais, culturais e psicológicos. No entanto, servir-se do espelho de uma situação fortemente contrastada pode ser útil para identificar as linhas de ação desejáveis.

O que para os movimentos sociais poderia traduzir-se por uma agenda que incluía:

Do lado brasileiro

1. criar no campo circuitos de abastecimento local;
2. ampliar o espaço das relações diretas produtores/consumidores;
3. diversificar os modos de comercialização local, para evitar os efeitos de dependência;
4. fortalecer o desenvolvimento de sistemas alimentares em cada território no âmbito do setor da economia popular solidária.

Do lado francês

5. imaginar uma política estrutural de valorização dos sistemas alimentares por territórios, como instrumento de apoio à agricultura camponesa;
6. integrar a dimensão social do acesso à alimentação nas práticas e nas políticas;
7. mostrar criatividade regulamentar para conciliar seletividade das intervenções públicas e flexibilidade nos procedimentos.

Referências

Amemiya, H. (Dir.). *Du teikei aux AMAP Le renouveau de la vente directe de produits fermiers locaux*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2011.

BAZZO SCHMIDT, V. D. *Consumidores urbanos e agricultura orgânica: entre discurso, intenção e gesto*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas. Centro de Ciências Agrárias, Florianópolis: UFSC, 2004.

Bleil, S. *Vie et lutte des Sans Terre au sud du Brésil: une occupation au Paraná*. Paris: Karthala, 2012.

- Brandenburg, A.; Rucinski, J.; Silva Junior, P. Os novos atores e o consumo de alimentos ecológicos: a Associação de Consumidores de Produtos Orgânicos do Paraná – ACOPA. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 16, n.º1, abr. 2008.
- Cazella, A.; Bonnal, P.; Maluf, R. S. (Dir.). *Agricultura familiar, multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 2009.
- Chiffolleau, Y. Circuits courts alimentaires, dynamiques relationnelles et lutte contre l'exclusion en agriculture. *Economie Rurale*, n. 332, 2012.
- Chiffolleau, Y.; Prevost, B. Consommer local, plus qu'une mode, une éthique. *Le Courrier de la Planète*, n. 87, 2009.
- de Carvalho, R. L.; Chianca, G. *Coopératives et marché de gros agricole: l'expérience de l'Unacoop dans l'Etat de Rio de Janeiro au Brésil, les entretiens de Maraussan*. 2001.
- Delfosse, C.; Pluinage, Ayats (Coord.). Alimentation et territoires. *Revue POUR*, n. 215/216, nov. 2012.
- DUBUISSON-QUELLIER, S. *La consommation engagée*. Paris: Les Presses de Sciences Po, 2009.
- Fischler, C.; Masson, E. *Manger: français, européens et américains face à l'alimentation*. Paris: Odile Jacob, 2008.
- Grisa, C.; Job Schmitt, C.; Mattei, L. F.; Maluf, R. S.; Leite, S. *O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em perspectiva, apontamentos e questões para o debate*. CPDA, Universidade Federal Rural de Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://oppa.net.br/acervo/publicacoes/Pesquisa_AABR-OPPA_Texto_PAA_versao_livro.pdf>.
- GUZZATTI, T. C.; TURNES, V. A.; BASTEZINI, D. A. *Cooperagreco: seus desafios e suas conquistas*. Rio de Janeiro: Sociedade Nacional de Agricultura, 2012. (Série Estudo de Caso, 1).
- Héroult-Fournier, C.; Prigent-Simonin, A. H. (Dir.). *Au plus près de l'assiette, Pérenniser les circuits courts alimentaires*. Paris: Éditions Quae, 2012.
- Lamine, C.; Perrot, N. *Les AMAP: un nouveau pacte entre producteurs et consommateurs?* Gap (France): Éditions Yves Michel, 2008.
- Leite, S. *Políticas de desenvolvimento territorial e enfrentamento da pobreza rural no Brasil*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2013.
- Leite, S.; Heredia, B.; Medeiros, L.; Palmeira, M.; Cintrão, A. *Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro*. São Paulo: Edunesp, 2004.

Leite, S.; Heredia, B.; Medeiros, L.; Palmeira, M.; Cintrão, A. Impactos econômicos dos assentamentos rurais no Brasil: análise das suas dimensões regionais. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 30., 2002, Rio de Janeiro.

MALUF, R. S. J. *Ações públicas locais de abastecimento alimentar*. São Paulo: Polis, 1999.

MARECHAL, G. *Les circuits courts alimentaires: bien manger dans les territoires*. Dijon (FRA): Educagri Éditions, 2008.

MARECHAL, G. La comparaison entre une pratique française – L'AMAP – et son inspirateur le Teikei. In: *Du teikei aux AMAP. Le renouveau de la vente directe de produits fermiers locaux*. Rennes (FRA): Presses Universitaires de Rennes, 2011.

Maréchal, G.; Spanu, A. Les circuits courts favorisent-ils l'adoption de pratiques agricoles plus respectueuses de l'environnement? *Courrier de l'environnement de l'INRA*, n. 59, oct. 2010.

Marsden, T. K.; Morley, A. (Ed.). *Sustainable food systems: building a new paradigm*. London: Routledge, 2013.

Moruzzi-Marques, P. E. *Agriculture familiale et participation au Brésil: les conseils municipaux de développement rural du PRONAF (acteurs, intérêts et pouvoir)*. Thèse (Doctorat). Lille (FRA): Atelier National de Reproduction des Thèses, 2003.

Moruzzi-Marques, P. E.; Ferreira Nobre de Lacerda, T. Agriculture biologique et agriculture familiale au Brésil. Pour une inscription territoriale des agriculteurs écologistes. *Économie rurale*, n. 313-314, sept.-déc. 2009.

Mundler, P. Le prix des paniers est-il un frein à l'ouverture sociale des AMAP? Une analyse des prix dans sept AMAP de la Région Rhône-Alpes. *Économie rurale*, n. 336, juil.-août 2013.

PAULILO, M. I.; SCHMIDT, W. (Org.). *Agricultura e ruralidade em Santa Catarina*. Florianópolis: UFSC, 2003. p. 287-308.

Prével M. *L'usine à la campagne*. Une ethnographie du productivisme agricole. Paris: L'Harmattan, 2007.

Sabourin, E. *Paysans du Brésil: entre échange marchand et réciprocité*. Paris: Éd. Quae, 2007.

SCHMIDT, W.; SCHMIDT, W.; TURNES, V. A. Desenvolvimento local em espaços rurais: a construção de um "território" nas Encostas da Serra Geral, Santa Catarina. In:

PAULILO, M. I.; SCHMIDT, W. (Org.). *Agricultura e ruralidade em Santa Catarina*. Florianópolis: UFSC, 2001.

Schneider, S.; Kunrath Silva, M.; Moruzzi-Marques, P. E. (Org.). *Políticas públicas e participação social no Brasil rural*. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

Servigne, P. *Nourrir l'Europe en temps de crise: vers des systèmes alimentaires résilients*. [Étude réalisée à la commande du groupe Verts/ALE du parlement européen]. Belgique: Nature & Progrès, 2014. Disponível em: <<http://www.institutmomentum.org/2013/11/nourrir-leurope-en-temps-de-crise-vers-des-systemes-alimentaires-resilients/>>.

Servolo de Medeiros, L.; Leite, S. (Org.). *Assentamentos rurais, mudança social e dinâmica regional*. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

Stedile, J. P. (Org.). *A questão agrária no Brasil: programas de reforma agrária: 1946 – 2003*. São Paulo: Expressão Popular, 2005. v. 2.

Traversac, J. B. *La contribution des circuits courts alimentaires au développement régional*. Dijon (FRA): Educagri, 2010.

VIANA, C. A. S.; VIEGAS, G. L. *PAA – Evolução das Operações*. Conab, 2012. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/12_04_25_14_41_24_analise_do_paa_-_2003_a_2011.pdf>.

VILLA REAL, L. C.; SCHNEIDER, S. *O uso de programas públicos de alimentação na reaproximação do pequeno produtor com o consumidor: o caso do programa de alimentação escolar*. *Estudo & Debate*, Lajeado, v. 18, n. 2, p. 57-79, 2011. Disponível em: <<http://www.univates.br/revistas/index.php/estudoedebate/article/view/125/200>>.

Zanoni, M.; Lamarche, H. *Agriculture et ruralité au Brésil: un autre modèle de développement*. Paris: Karthala, 2001.

CAPÍTULO 5

Perspectivas e cenários para a agricultura familiar francesa e brasileira no século XXI

MARC DUFUMIER¹⁰

Introdução

Costuma-se considerar que são as formas de agricultura familiar que predominam já há muito tempo no meio rural francês. São explorações agrícolas de dimensão média em que os agricultores, sejam proprietários ou arrendatários das terras, mobilizam essencialmente mão de obra familiar, trabalham por conta própria e se esforçam para praticar os sistemas de produção agrícola que lhes permitam aumentar a renda de sua própria força de trabalho. No oposto da agricultura brasileira, em que predominam principalmente explorações agrícolas muito extensas, capitalistas ou patronais, em que proprietários mais ou menos ausentes investem essencialmente capital-dinheiro e empregam trabalhadores agrícolas de modo a maximizar sua taxa de lucro, convivendo ao lado de inúmeros camponeses minifundiários e sem-terra, condenados a encontrar empregos assalariados ou pequenos lotes de terra para sobreviver. Se essas duas percepções ainda representam

¹⁰ Engenheiro agrônomo, Professor emérito na AgroParisTech (França).

amplamente a realidade em cada um dos dois países, é preciso reconhecer que as duas situações agrárias estão em rápida evolução.

A antiga policultura-criação das explorações agrícolas francesas

A força da agricultura familiar francesa reside no fato de ela ter sido praticada durante muito tempo por pessoas que viviam em suas explorações, conheciam suas terras, responsabilizavam-se pelos seus atos e dispunham de uma real autonomia de decisão para se adaptar permanentemente às condições variáveis de seu ambiente ecológico e econômico. Essa agricultura familiar tinha a peculiaridade de quase sempre estar enraizada em um “pays” [*pays*, em francês, pode referir-se também à terra natal, original, matriz local/regional como “minha terra” e é o radical do substantivo e adjetivo *paysan/ne*, *camponês(a)* – N.T.], com produtores que expressam um conhecimento apurado de suas terras, seus “*terroirs*” (*terroir*, em francês, não se refere apenas a aspectos edafoclimáticos de uma terra, sugere também a dimensão social e humana, o território, os saberes associados à terra, à alimentação – N.T.), e um profundo respeito pelo seu entorno natural. Ela era o fruto do amadurecimento de uma lenta e longa acumulação de saberes práticos transmitidos de pais para filhos já há muitas gerações. Entretanto, longe de ela estar engessada na tradição, a agricultura familiar francesa foi objeto de rápidas transformações. Os camponeses franceses que conseguiram poupar e que tiveram acesso ao crédito agrícola realizaram geralmente seus investimentos agrícolas de modo a poderem viver melhor de seu próprio trabalho familiar, e comparando com o que poderiam ganhar fora da agricultura. Assim, essa agricultura familiar surgiu como a mais capaz de regular os problemas de emprego e de êxodo rural: um camponês jamais substituíria sua mão de obra familiar por máquinas enquanto ela não encontrasse emprego mais bem remunerado fora de sua exploração.

Os camponeses franceses buscaram durante muito tempo gerenciar da melhor forma o emprego da força de trabalho familiar, distribuindo seus

trabalhos ao longo do ano, buscando evitar períodos de grande demanda de trabalho, bem como períodos de subemprego relativo. Para tanto, eles tinham todo interesse em diversificar os sistemas de cultivo e de criação dentro de suas unidades de produção, de modo que as atividades estivessem relativamente esparsas no tempo. E isso foi feito de maneira conjugada à manutenção da policultura-criação, a rotações frequentes de culturas, à reciclagem dos resíduos de colheita e a melhor utilização dos dejetos animais. Essas formas de agriculturas familiares revelaram-se, em geral, relativamente respeitosas da fertilidade dos solos e da sustentabilidade dos agroecossistemas.

As extensas explorações agrícolas especializadas no Brasil

O Brasil, por sua vez, foi dominado durante muito tempo por estruturas agrárias de extrema desigualdade, com explorações agrícolas muito extensas, cujos proprietários ausentes não trabalham diretamente, preferindo investir capital nelas. Esses notáveis e acionistas, cujas propriedades eram geralmente confiadas a gerentes assalariados, não tinham necessariamente interesse em investir de maneira significativa em suas explorações, por ser geralmente mais lucrativo e menos arriscado para eles investir seu dinheiro em outros setores de atividades que não a agricultura: o setor imobiliário, do comércio, financeiro, etc. Preocupados em aumentar incessantemente o retorno de seus investimentos em capitais imobilizados realizados em grandes explorações, esses gerentes quase sempre desenvolveram um número limitado de sistemas de cultivo e de criação, de modo a absorver o mais rapidamente possível o custo de seus equipamentos e se beneficiarem da economia de escala máxima.

Dessa situação decorre o baixo número de sistemas de produção com base na policultura-criação e a implantação de itinerários técnicos motomecanizados praticados uniformemente em uma escala muito grande. O drama é que essa dissociação frequente da agricultura e da criação não permitiu nem mesmo a produção de estrume. As palhas de cereais e outros resíduos de cultivos também não serviram à produção de

forragens para animais e, às vezes, foram queimadas no próprio campo, sem poder participar da renovação do húmus dos solos. Privados de húmus, os solos perdem sua capacidade de retenção da água e dos elementos minerais, sua estabilidade estrutural é diminuída e tornam-se cada vez mais sensíveis à erosão eólica ou pluvial. E esse divórcio crescente entre agricultura e criação (e entre os ciclos do carbono e do nitrogênio) também tem consequências negativas em matéria de custos de transporte e de emissões de óxido nítrico, poderoso gás do efeito estufa.

As extensas explorações especializadas, em que a monocultura de grande escala foi praticada no Brasil, foram a causa frequente de outros graves desequilíbrios ecológicos: compactação dos solos provocada pela passagem repetida de tratores e grades de arado nas grandes explorações de algodão e soja; poluições provocadas pelo uso excessivo de pesticidas nos imensos bananais; proliferação de ervas daninhas resistentes aos herbicidas da Monsanto nas lavouras de milho e soja transgênicos (sorgo de Alep, amaranto selvagem, erigeron-do-Canadá, etc.); erosão da biodiversidade domesticada e selvagem, etc.

Assim, os grandes proprietários, receosos em especializar seus sistemas de produção de modo a realizarem importantes economias de escala e maximizarem suas taxas de lucro, na verdade não contribuíram para a criação de empregos para camponeses sem-terra ou minifundiários situados no entorno de suas explorações, pois logo que os custos salariais tendessem a aumentar, tornava-se mais lucrativo substituir a mão de obra assalariada por máquinas e praticar sistemas de produção extensivos pouco exigentes em termos de mão de obra: criação bovina extensiva, plantios perenes necessitando de pouca manutenção (frutas, coqueiros, sisal, bambus), monocultura de cana-de-açúcar ou soja a perder de vista, etc. Isso explica, aliás, por que o Brasil é uma das regiões do mundo onde a urbanização ocorreu mais rapidamente. Por conseguinte, ocorrem com frequência graves problemas sociais nas regiões para as quais o êxodo rural foi maciço (favelas), sem que empregos tenham sido criados em número suficiente nas cidades. E cujas consequências são os

fenômenos crescentes de delinquência e de insegurança urbana noticiados na imprensa brasileira.

Apesar de ser uma grande potência agroexportadora, o Brasil nem por isso deixou de conviver com conflitos agrários, às vezes muito violentos, devido à ainda frequente e demasiada repressão de que são vítimas os camponeses sem-terra. Em número de 13 milhões aproximadamente, esses camponeses continuam exigindo terras para o cultivo, e sua principal organização sindical, o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), coordena periodicamente ocupações ilegais de extensas propriedades, com o apoio da Comissão Pastoral da Terra.

Sem dúvida caberia relativizar um pouco esse quadro em função das regiões. Pôde-se verificar o êxito de explorações agrícolas familiares de dimensão média no sul do Brasil (Estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina), após a chegada de imigrantes europeus no final do século 19 e no início do século 20. Foram os herdeiros desses imigrantes que puderam, graças as rendas obtidas nessas explorações familiares, colonizar posteriormente e cultivar extensos espaços de savana no Mato Grosso, com maquinário motorizado de forte tração. Foi precisamente nesses estados do Sul que a industrialização do Brasil pôde começar rapidamente, notadamente graças à existência de um mercado interno relativamente homogêneo nas proximidades das usinas. As famílias camponesas conseguiram rapidamente vender excedentes agrícolas (trigo, milho, soja e produtos animais) e comprar produtos manufaturados de primeira necessidade, favorecendo dessa maneira o desenvolvimento das novas indústrias.

A especialização crescente da agricultura francesa após a Segunda Guerra Mundial

Ademais, é preciso reconhecer que um movimento similar de especialização crescente dos sistemas de produção agrícola, associado à partida dos produtores menos competitivos, também ocorreu no quadro da agricultura familiar francesa. Para que pudessem se manter competitivos

nos mercados internos e internacionais, os agricultores franceses foram obrigados a equipar cada vez mais suas explorações. E para amortizar o mais brevemente os enormes investimentos realizados para tanto, tornou-se necessário especializar seus sistemas de cultivo e de criação, e cada produtor teve de produzir apenas um número limitado de produtos para os quais eram destinados os investimentos. É por essa razão que a maioria das explorações cerealíferas da bacia parisiense não dispõe mais de rebanhos e que as explorações leiteiras da Bretanha quase não produzem mais cereais para a venda.

O drama é que assim, ninguém mais produz estrume. As palhas de cereais já não servem de forragem para animais e são queimadas em campo; e os nitratos produzidos pela urina e outras dejeções animais escoam por fim para as redes de águas superficiais e subterrâneas, sem terem sido fixados no húmus do solo, e provocaram a fertilização de montes de algas verdes no litoral da Bretanha. Privados do nitrogênio orgânico, os produtores cerealíferos aplicam uma quantidade crescente de adubos nitrogenados sintéticos, contribuindo também para a poluição dos lençóis freáticos; privados de húmus, os solos perdem sua estabilidade estrutural e tornam-se mais vulneráveis à ação da erosão, etc. Ao que podemos acrescentar doravante os casos de proliferação de insetos predadores e agentes patógenos que só podem ser combatidos por meio de pulverizações de produtos fitossanitários, geralmente nocivos para a saúde, em quantidades cada vez maiores. A especialização exagerada dos sistemas de cultivo e criação é geralmente acompanhada de processos de produção cada vez mais padronizados, e do fornecimento de uma alimentação muito menos diversificada do que no passado.

Cada vez mais especializada, a agricultura francesa tornou-se, por sua vez, altamente motomecanizada e consumidora de energia fóssil, de adubos químicos e defensivos agrícolas. Ela também acarreta graves danos ao nosso meio ambiente: abate de cercas vivas, perda da biodiversidade domesticada e selvagem, desaparecimento progressivo das abelhas, teor excessivo de

nitratos nas águas superficiais e subterrâneas, proliferação de algas verdes no litoral da Bretanha, diminuição do nível dos lençóis freáticos devido ao uso irrestrito da irrigação, contaminação das águas e do ar com pesticidas, perda do húmus nas terras aráveis, lixiviação e erosão dos solos, etc. A passagem repetida de tratores, revolvimentos do solo demasiadamente frequentes, a criação de ruminantes e as aplicações repetidas de adubos químicos nitrogenados provocam significativas emissões de gases do efeito estufa: gás carbônico, metano e óxido nitroso. A agricultura chamada de “agricultura de precisão”, que emprega técnicas de cultivo assistidas por drones e GPS poderia reduzir o consumo de adubos químicos e de defensivos agrícolas; mas essas técnicas são onerosas e por enquanto são apenas rentáveis para uma minoria de explorações muito extensas.

No que concerne a empregos e renda agrícolas, a constatação é amarga: muitos camponeses franceses não conseguiram reunir os meios necessários para se manterem na “corrida” e tiveram de abandonar prematuramente a agricultura, apesar de o desemprego afetar mais de 10% da população ativa. O número de explorações agrícolas diminuiu mais da metade em vinte anos. As explorações leiteiras e de policultura-criação sofreram as maiores perdas em termos de efetivos. Regiões inteiras, como o Limousin ou as Vosges, cujo único “erro” consiste em terem sido menos favoráveis à implementação das técnicas padronizadas de produção, estão em vias de “desertificação”. Nas regiões cerealíferas mais favorecidas, o desaparecimento das menores explorações permite no oposto a expansão daqueles que conseguem se manter. As maiores explorações assumem doravante o formato de empresas: agrupamentos agrícolas de exploração comum (GAEC) e explorações agrícolas com responsabilidade limitada (EARL). Essas últimas recorrem cada vez mais ao trabalho assalariado e a prestadores de serviços.

Desse modo, o caráter familiar da agricultura francesa tende progressivamente a se esfacelar. E podemos temer o fato de essa tendência se acentuar em um futuro próximo, devido à concorrência de um grande número de explorações latifundiárias muito extensas situadas não apenas no Novo Mundo, mas igualmente na Europa Central e Oriental (Romênia,

República Tcheca, antiga Alemanha do Leste, Ucrânia, etc.) E não são os subsídios da União Europeia, atribuídos em proporção da superfície, que poderão amenizar esse movimento de concentração fundiária. Estima-se que, na configuração atual, 80% das ajudas diretas sejam atribuídas a apenas 20% aproximadamente dos produtores agrícolas franceses, enquanto 80% dos agricultores se beneficiam apenas de 20% do total dos subsídios.

Na verdade, muitos podem pensar que, um dia, a agricultura familiar francesa possa se tornar competitiva, na escala mundial, para o fornecimento de produtos padronizados de baixo custo oriundos de sistemas de cultivo e criação conduzidos em grande escala. Na França dos inúmeros pequenos *terroirs*, a única chance de sobrevivência da agricultura familiar residirá sem dúvida na produção de gêneros com altíssimo valor agregado por hectare: produtos orgânicos e de *terroirs* que se beneficiam de selos de qualidade e/ou de certificações de origem controlada. Dois terços de seu excedente da balança comercial agroalimentar já não são constituídos de vinhos, bebidas espirituosas, *foie gras*, queijos de qualidade superior e outros produtos artesanais?

Reforma agrária e apoio público tardio à agricultura familiar no Brasil

A redemocratização do Brasil permitiu iniciar uma tímida reforma agrária. No entanto, as expropriações de terras em desvantagem dos grandes latifundiários foram pouco numerosas e geralmente realizadas sob a pressão do MST e de ocupações de terra espetaculares pelos “sem-terra”. O problema é que as redistribuições fundiárias, realizadas muitas vezes sob a pressão das reivindicações camponesas, e cujo objetivo primordial é apaziguar as tensões sociais, concerniu principalmente a terras de fácil mobilização, em áreas nem sempre favoráveis para a agricultura intensiva. A reforma traduziu-se frequentemente pela entrega de títulos de propriedade a famílias que ocuparam terras públicas, notadamente em áreas de fronteira agrícola da bacia amazônica. A posse de títulos legais permitiu que alguns beneficiários vendessem facilmente em seguida seus lotes a grandes criadores, após

terem-nos desmatado e cultivado e neles terem formado pastos. Graças ao dinheiro obtido com a venda dos terrenos, esses camponeses puderam por vezes adquirir motosserras para desmatar novas áreas em outras terras e comprar gado para nelas praticar a criação. Ao invés de fixar os camponeses em terras férteis e de frear as migrações em direção à floresta amazônica, a reforma agrária parece muitas vezes ter criado, pelo contrário, as condições mais favoráveis a sua intensificação.

Estudos de sistemas agrários realizados sob os auspícios da FAO no final da década de 1990 em diversas regiões do Brasil revelaram, todavia, que teria sido economicamente mais eficiente conceder aos camponeses terras férteis em áreas já equipadas com infraestrutura. Em todas as regiões estudadas, o valor agregado por unidade de superfície mostrou ser mais de 2 a 10 vezes superior nas explorações familiares mercantis que nas grandes explorações capitalistas com trabalhadores assalariados. A diferença entre as duas categorias de explorações é maior (em uma relação de mais de 1 para 5) nas regiões de recente colonização agrária (Estados do Mato Grosso e Pará) que nas regiões férteis de ocupação mais antiga. Porém, em termos absolutos, a diferença de riqueza produzida por hectare revela-se bem maior nas regiões mais favorecidas (Estados do Paraná e de São Paulo).

Dezoito milhões de pessoas ainda sofrem com o desemprego nas regiões mais densamente povoadas do Brasil e não conseguem trabalhar terras por conta própria, enquanto terras de boa qualidade ainda são utilizadas apenas de modo extensivo. A reforma agrária nessas regiões já equipadas com infraestruturas deveria permitir fornecer, a um menor custo, um emprego produtivo e remunerador a essas populações sem-terra. Essa reforma poderia não apenas desempenhar um papel importante em matéria de justiça social, mas poderia ser igualmente de grande eficiência econômica. Apesar da imensa vastidão do país, é a força de trabalho, e não a superfície agrícola, que representa o recurso relativamente mais abundante do país. As áreas disponíveis em diversas regiões dos cerrados e nos limiares da floresta amazônica revelaram sua baixa fertilidade, enquanto uma grande parte da mão de obra brasileira padece de desemprego crônico. Os sistemas de produção

agrícola, mais conformes ao interesse geral, são aqueles que, intensivos em trabalho, podem criar empregos para essa mão de obra abundante, cujo custo de oportunidade é praticamente nulo, tanto para a nação quanto para os responsáveis pelas explorações familiares. Esse fato justifica o interesse em privilegiar as explorações agrícolas familiares em detrimento das explorações que empregam mão de obra assalariada. No entanto, o problema é que, no ritmo atual das redistribuições fundiárias realizadas pelo Instituto Nacional de Colonização e de Reforma Agrária (Incra) desde a redemocratização do país (80.000 famílias assentadas por ano), seriam necessários aproximadamente 50 anos para atender inteiramente às demandas por terras.

Referências

BITTENCOURT, G. A.; BIANCHINI, V. *Estudos dos sistemas agrários de Pitanga e Boa Ventura (Paraná)*. Brasília: Projeto FAO-Incra UFT/BRA/O36, 1996.

FREITAS ALVES, A.; MOREIRA, E.; DUQUÊ, G.; BAINVILLE, S. *Agricultura familiar em áreas de reforma agrária: Região Nordeste*. Brasília: Projeto FAO-Incra UFT/BRA/O36, 1997.

GUANZIROLI et al. *Agricultura familiar e reforma agraria no século XXI*. Rio de Janeiro: FAO; MDA; Garamond, 2001.

INCRA. *Sistemas agrários na microrregião do Guamá (Pará)*. Brasília: Projeto FAO-Incra UFT/BRA/O36, 1997.

PRADO GARCIA, D.; RODRIGUES VEGRO, C. L.; DAVIES, P. A. *Diagnóstico dos sistemas agrários: Município de Promissão (São Paulo)*. Brasília: Projeto FAO-Incra UFT/BRA/O36, 1996.

SHIKI, S.; PIETRAFESA, J. P.; HURTADO, A. *Relatório de pesquisa sobre sistema agrário de Nova Xavantina (Mato Grosso)*. Brasília: Projeto FAO-Incra UFT/BRA/O36, 1996.

POLÍTICA AGRÍCOLA E AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL E NA FRANÇA: EMBATES ATUAIS E PERSPECTIVAS

Os trabalhos agrupados nesta seção são dedicados ao tema das políticas públicas voltadas para a agricultura, mais particularmente para a agricultura de cunho familiar. Efetivamente, identificam no Brasil um processo de reforço das políticas públicas destinadas ao apoio à agricultura familiar. Mostram que, desde a implantação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, é possível destacar uma multiplicação de ações inovadoras para a sustentação de formas familiares de produção e de serviços em meio rural.

A participação social, a valorização da produção local ou a agroecologia fazem parte das ideias que são concebidas em favor de um desenvolvimento fundado na agricultura familiar. Estes apoios são implantados paralelamente a diferentes escolhas que correspondem mais ao modelo do agronegócio, o que provoca frequentemente tensões e críticas.

No caso francês e europeu, aponta-se que a política agrícola se transforma com vistas a responder cada vez mais às preocupações sociais e ambientais, em meio a fortes pressões ligadas à internacionalização crescente dos mercados agroalimentares. Desta forma, o produtivismo que caracterizou a modernização agrícola, permitindo ganhos incontestáveis em termos de abastecimento dos mercados alimentares, é colocado em xeque em razão de seus excessos em termos da degradação ambiental ou do desaparecimento de muitas unidades de produção agrícola.

Neste quadro, o debate sobre o futuro da Política Agrícola Comum (PAC) e das políticas francesas de desenvolvimento rural parece abrir um horizonte de possibilidades para importantes renovações. Estes artigos cruzam análises sobre estas duas evoluções a fim de fertilizar um campo de reflexão sobre amplos problemas em torno da ruralidade, agricultura e alimentação nos dias de hoje. Busca-se, através de um carácter reflexivo e também propositivo, apresentar pistas e possibilidades que se abrem ao agrícola e ao rural a partir do cenário atual.

CAPÍTULO 6

Afirmação da agricultura familiar nas políticas públicas no Brasil

CAIO GALVÃO DE FRANÇA¹¹

Introdução

Em meados do século XX, a França e o Brasil passaram por profundas mudanças em suas agriculturas, sustentadas por uma incisiva ação do Estado e apresentadas como modernizadoras do setor. Incidiram sobre contextos econômicos e políticos distintos e evoluíram de forma diferenciada.

Nos anos 1980 e seguintes, as consequências econômicas, sociais e ambientais levaram a um questionamento dos modelos agrícolas e das políticas públicas adotadas nesses e em outros países, reforçando um campo de interesse comum sobre novas vias para o desenvolvimento rural. Assim, a reflexão crítica sobre as trajetórias distintas desses dois países e o cruzamento de análises podem contribuir com um diálogo contemporâneo sobre tal desafio.

O presente texto apresenta um panorama da evolução das políticas agrícolas no Brasil, com ênfase nas políticas públicas diferenciadas dirigidas

¹¹ Mestre em Sociologia. Analista Técnico de Políticas Sociais. Ex-Chefe da Assessoria para Assuntos Internacionais e de Promoção Comercial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (Brasil).

à agricultura familiar e às comunidades rurais. Apresenta-se, de forma não exaustiva, uma visão sintética sobre a trajetória de tais políticas, seguida da abordagem de inovações recentes e mudanças em discussão. Por fim, destacam-se alguns dos desafios e embates atuais.

Novos rumos em disputa na redemocratização

Um marco da trajetória recente das políticas agrícolas foi a redemocratização do Brasil no início dos anos 1980, num ambiente de instabilidade política e de crise econômica e num quadro internacional de mudança de agenda e alteração da correlação de forças, com a afirmação do programa da contrarreforma neoliberal. Observou-se a retomada das lutas sociais e da reorganização dos atores, o desmonte dos instrumentos e das políticas agrícolas anteriores e a entrada em cena das demandas por políticas diferenciadas para os pequenos produtores.

Explicitava-se, simultaneamente, a crise do desenvolvimento brasileiro e a crise do Estado, pela “incapacidade de absorver a representação de interesses econômico-sociais emergentes” e pela perda progressiva da capacidade do Estado de nuclear o desenvolvimento nacional (SALLUM JR., apud ÁRABE, 1998).

Como assinala Árabe (1998), “se a década de 80 não desenhou um padrão alternativo, expressa, contudo, o questionamento do ‘caminho único’ da modernização iniciada vinte anos atrás”, abrindo-se um período de disputas na formulação de saídas da crise.

Foi nesse contexto que se exauriu a “modernização conservadora” da agricultura brasileira. Conservadora porque a modernização técnica e empresarial se deu preservando e renovando o poder dos grandes proprietários de terra e a exclusão dos trabalhadores rurais. Mecanismos tradicionais de dominação foram mantidos ou reciclados e, associados à repressão, interromperam a ascensão dos movimentos sociais do campo dos anos 1950.

A ação incisiva do Estado havia consolidado “um modelo fundiário e de produção rural integrado ao modelo de crescimento, urbanização

e industrialização”, produzindo um marco institucional que disseminou novos padrões produtivos – via crédito rural subsidiado, incentivos fiscais, pesquisa, assistência técnica e políticas de comercialização, constituição de expressiva indústria de insumos e máquinas – com uma crescente subordinação dos produtores aos interesses agroindustriais, inclusive de segmentos da agricultura familiar. Regiões foram transformadas, novas áreas foram incorporadas ao novo padrão produtivo – como é o caso do Cerrado na região central do país – e agravaram-se a concentração fundiária e a exclusão social (SANTOS, 2011).

Esse mesmo processo teve sua contrapartida na geração ou transfiguração de sujeitos políticos relevantes – como o agronegócio, as massas de assalariados temporários, as cooperativas e multicooperativas de perfil empresarial, os sem-terra – e na renovação de suas formas de representação e de expressão política (MORAES; ÁRABE; SILVA, 2008).

No cenário da transição política da redemocratização e da crescente mobilização de diferentes atores, uma importante fonte de contestação do modelo agrícola foi tecida na esfera intelectual, com a qualificação das consequências da modernização, a revelação da diferenciação social na agricultura, o questionamento das noções que prevaleciam sobre a questão agrária e a revelação não só de formas renovadas de subordinação e exclusão, mas também de diversas práticas de resistência e formas de produção e organização social imaginadas e construídas pelos setores populares.

Insiste-se, assim, sobre a noção democrática de que não há uma exclusividade na representação de interesses do meio rural, de que não há uma via única ou exclusiva para o desenvolvimento da agricultura, e que são legítimos os novos atores e suas demandas.

Foi nesse contexto que se deu a reorientação na política agrícola, em função das necessidades dos ajustes macroeconômicos e das mudanças políticas. O avanço na liberalização dos mercados agrícolas interno e externo, o incentivo à produção de mercadorias exportáveis, importáveis ou substitutos de importados vêm acompanhados da redução do alcance das políticas agrícolas, como é o caso do crédito oficial e da política de

garantia de preços mínimos, e pelo desmonte de algumas das principais agências governamentais nas áreas de comercialização, abastecimento, armazenagem e extensão. As tentativas de superação da crise econômica “foram acompanhadas de ciclos de euforia e crise no setor agropecuário nacional” e “produziram instabilidade de preços de ativos, sobretudo terras, gado e *commodities* agrícolas, que acabaram por conduzir o setor a uma profunda crise de endividamento e estagnação da produção (SANTOS, 2011).

A afirmação de atores centrais e novas coalizões

Pelas repercussões que os processos de afirmação de novos atores sociais têm na configuração das arenas de disputa sobre as políticas agrícolas, inclusive no cenário atual, faz-se necessário enfatizar alguns aspectos relacionados a afirmação do agronegócio e da agricultura familiar.

A imposição do agronegócio

O processo de elaboração da nova Constituição Federal num ambiente de crise e de mobilização diante da retomada de propostas de reforma agrária estimulou a renovação das formas de representação do setor patronal rural, com a unificação de sua atuação parlamentar (bancada ruralista), a criação de organizações setoriais, a revitalização da Confederação Nacional da Agricultura (entidade de terceiro grau da estrutura sindical oficial de empregadores rurais) e a afirmação da Organização das Cooperativas Brasileiras.

Novos agentes passaram a falar em nome desse setor e a expressar seus interesses, deslocando grupos anteriormente estabelecidos. Um destaque deve ser dado à construção da identidade política do setor patronal rural como agronegócio, que se orientou para abarcar os diferentes segmentos que compõem as cadeias produtivas da agropecuária, reunindo grandes produtores “modernos”, cooperativas, entidades da indústria de insumos e de processamento.

Como assinala Grynszpan (2009), a imposição da noção e desse ator social combinou diversas iniciativas, sendo que algumas delas remontam ainda ao final dos anos 1980: criação de novas entidades de representação, formais e informais (Frente Ampla da Agropecuária, Associação Brasileira de *Agribusiness*); articulações com a política e com os centros de produção de políticas públicas; estímulo a pesquisa, a produção de informações e a cursos de pós-graduação; feiras e eventos de difusão. Várias delas induzidas ou implementadas de forma associada com agências governamentais. Assim, o agronegócio, como categoria de aglutinação e identificação de agentes e instituições, conquistou a capacidade para falar em nome da agricultura e do conjunto de setores relacionados e de fazer dessa noção uma “norteadora” da formulação de políticas.

Para legitimar interesses e um projeto para a agricultura brasileira – de sustentação de um determinado padrão de desenvolvimento – produziu um discurso comum, disseminado e consolidado em diferentes setores, que valorizava sua condição moderna e empresarial, o seu peso na sustentação da estabilidade e do crescimento econômico (SANTOS, 2011).

Para Heredia, Leite e Palmeira (2010), a operação discursiva de construção dessa “nova” identidade sintetiza-se no deslocamento da defesa da propriedade e das tradições para a defesa do que seria a atividade empresarial no campo e das grandes propriedades produtivas responsáveis pelo desenvolvimento. Entretanto, na produção dessa nova identidade política opera-se uma renovação discursiva que não altera a posição contrária à reforma agrária e de crítica às políticas diferenciadas que reconhecem a heterogeneidade da agricultura brasileira.

A gênese da agricultura familiar

A renovação das formas de representação nos marcos da crise e da transição política no Brasil dos anos 1980 também está presente no campo popular.

A retomada das lutas sociais no campo – elemento importante da própria redemocratização – foi impulsionada por novos atores e antigos protagonistas, que se depararam com os efeitos excludentes da modernização conservadora e da liberalização econômica, bem como com as dificuldades para acessar os instrumentos de política agrícola existentes, num cenário de ausência de políticas diferenciadas.

O sindicalismo rural, sob coordenação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), tencionou os limites da ordem com campanhas que expressavam demandas silenciadas dos assalariados rurais, com as lutas pela reforma agrária, pela extensão ao campo dos direitos trabalhistas – já conquistados pelos trabalhadores urbanos há mais de 50 anos – e por políticas agrícolas que atendessem às necessidades dos pequenos produtores. A então recém-criada Central Única dos Trabalhadores constituiu um espaço específico de organização dos trabalhadores rurais, com a intenção de agrupar sindicatos, associações e movimentos. Novas organizações foram construídas e se credenciaram a expressar a diversidade de situações do meio rural, com suas variadas formas de trabalho, acesso e uso dos recursos naturais e de reprodução social. Surgiu o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra num cenário de bloqueio da sucessão rural e de deslocamentos gerados por grandes obras públicas, retomando experiências organizativas do início dos anos 1960. As lutas de resistência dos seringueiros na defesa das florestas e da reforma agrária na Amazônia desembocaram na criação do que é hoje conhecido por Conselho Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Extrativistas. As mulheres rurais avançaram em sua organização, com a criação de movimentos e entidades próprias e espaços específicos em entidades gerais. Povos e comunidades tradicionais, como indígenas, quilombolas e pescadores, também se mobilizaram para expressar suas demandas por reconhecimento e direitos. E diferenciações se processaram no sindicalismo rural, com a criação da Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar do Brasil (Fetraf) e da Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (Feraesp).

Combinaram-se lutas unitárias e ações recortadas pelas diferentes organizações, compondo uma agenda convergente, centrada na superação da violência no campo, na defesa da reforma agrária, na garantia dos direitos trabalhistas – entre eles o direito à previdência social – e na demanda por políticas agrícolas, articuladas com experiências associativas locais de organização econômica.

Observou-se uma opção política adotada por lideranças sindicais, comunidades de base das Igrejas católica e luterana e organizações não governamentais, para buscar a unificação de uma diversidade de situações desses setores, que tinham em comum o fato de “dependerem do seu trabalho e de sua família para sobreviver”, com a construção de uma linguagem comum e a articulação em torno a bandeiras comuns de luta (PALMEIRA, 1985, apud SANTOS, 2011; MEDEIROS, 2010).

Uma conquista democrática importante foi o reconhecimento, pela Constituição Federal de 1988, do direito dos trabalhadores rurais em regime de economia familiar à previdência social, com a criação da condição de Segurado Especial.

Trata-se de um período rico de “redefinição organizativa”, de afirmação de identidade política e de ampliação de presença autônoma na vida política brasileira, no qual se combinam disputas por representação de base social e protagonismo, e se fortalecem laços de solidariedade para disputas mais amplas de hegemonia no meio rural (SANTOS, 2011).

O surgimento das políticas públicas diferenciadas ocorreu simultaneamente à emergência do conceito político de agricultura familiar, de continuidade do processo de reorganização dos atores do meio rural e de consolidação de demandas específicas por crédito, seguro e instrumentos de comercialização.

Entretanto, é bom lembrar que “a agricultura familiar não é uma categoria social recente nem a ela corresponde uma categoria analítica nova na Sociologia Rural”, mas que há novidades e renovação em “sua utilização, com o significado e a abrangência, que lhe têm sido atribuídos nos últimos anos no Brasil” (WANDERLEY, 2009).

Além disso, é importante registrar – como assinala Medeiros (2010) ao tratar da gênese da categoria agricultura familiar – que, embora as “formas de agricultura em regime familiar sempre tenham tido lugar em nosso país, elas nem sempre foram reconhecidas social e politicamente”. E, ainda, que diferentes formas associativas foram experimentadas para representar “todos os que viviam no campo”. A partir da regulamentação do direito de sindicalização no campo, em 1962, por exemplo, houve uma unificação das categorias (lavradores, trabalhadores agrícolas, trabalhadores na pecuária e trabalhadores na indústria extrativa) no sindicato dos trabalhadores rurais (MEDEIROS, 2010).

Sua legitimidade se ampliaria com o trabalho realizado por diversos pesquisadores (entre os quais KAGEYAMA; BERGAMASCO, 1989; VEIGA, 1991, 1995; ABRAMOVAY, 1992; NEVES, 1995; LAMARCHE, 1993; GUANZIROLI et al., 1994; GUANZIROLI; CARDIN, 2000; ABRAMOVAY et al., 1996) para definir esse segmento, a partir de estatísticas oficiais disponibilizadas pelo Censo Agropecuário.

No decorrer dos anos 1990 e na década seguinte, o termo agricultura familiar foi progressivamente adotado e sua afirmação passou a ser objeto de disputa e de contestação, tanto no âmbito da representação política como na confrontação com o agronegócio, e sua consolidação se deu com a criação de um conjunto de políticas agrícolas diferenciadas.

Mudanças na trajetória das políticas agrícolas

A eleição do presidente Fernando Henrique Cardoso e a estabilidade monetária produzida pela implementação do Plano Real representaram um ponto de flexão na configuração das políticas agrícolas.

Diante do agravamento das condições no campo, com a descapitalização e perda de renda, com a brutal queda dos preços das terras e elevação dos preços dos insumos agrícolas, além do aumento da violência no campo, ocorreu uma reação tanto por parte das organizações dos

trabalhadores rurais como do setor patronal, com o recurso a bloqueios de estradas e marchas a Brasília.

No âmbito da ação estatal havia elementos de continuidade na política agrícola, como a liberalização e desregulamentação, mudanças institucionais, e outros que caracterizam uma inflexão na trajetória anterior e, ainda, de inauguração de uma nova trajetória no caso das políticas diferenciadas para a agricultura familiar, com a criação do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), associada a ação em maior escala da política de assentamentos rurais. A reorganização das políticas agrícolas permitiu a retomada do crescimento da produção agropecuária, com sucessivas renegociações das dívidas do crédito rural, a retomada do crédito rural e a criação de mecanismos de apoio às exportações, como as desonerações promovidas com isenções de ICMS no caso dos produtos primários exportados. Criou-se um programa de financiamento de investimentos para a aquisição de tratores, caminhões e colheitadeiras, novas medidas foram tomadas na armazenagem e houve mudanças no sistema de garantia de preços, com o término da indexação dos preços mínimos e a introdução de contratos de opção de venda e do Prêmio de Escoamento do Produto (PEP), que levaram a substancial redução das compras baseadas nos preços mínimos (SANTOS, 2011; FRANÇA; DEL GROSSI; MARQUES, 2009).

Mas o marco desse período foi a criação, em 1995, do Pronaf, que pode ser considerada a primeira política pública diferenciada relevante para a agricultura familiar. Sua criação responde à pressão do sindicalismo rural e desdobra medida tomada anteriormente, de criação de um crédito subsidiado para investimento (Provape, Programa de Valorização da Pequena Produção) e do Programa de Geração de Emprego e Renda Rural (Proger Rural).

Apesar das condições ainda muito desfavoráveis do crédito disponibilizado pelo Pronaf em seu primeiro ano, a definição de agricultura familiar e a explicitação das fontes de recursos, representaram para o sindicalismo rural uma conquista inaugural, que poderia ser gradativamente aperfeiçoada. Representou, como assinala Francisco Urbano, então diretor da Contag, uma

aposta para abrir a porta para uma nova lógica de política pública, uma aposta “na abertura de uma política para a agricultura familiar” (SANTOS, 2011).

A criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário, com a função de integrar a política de assentamentos com o Pronaf, foi uma mudança institucional importante, que possibilitou a criação de novos programas, como o de investimentos em infraestrutura por intermédio da transferência de recursos federais às prefeituras para projetos aprovados pelos conselhos municipais, recém-constituídos e integrantes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CNDRS).

O Pronaf institucionalizou uma antiga reivindicação por crédito diferenciado e específico, e seu desenho incorporou aspectos importantes de propostas do sindicalismo rural. O recorte do seu público-alvo, por exemplo, é semelhante à caracterização da Contag de produtor rural, assentada na “noção de unidade familiar de produção, seja em relação à força de trabalho empregada, à origem da renda familiar e à limitação da área máxima explorada” (Contag, 1989, citado por SANTOS, 2011). Em outras políticas públicas criadas posteriormente também se encontram referências a reivindicações e demandas apresentadas pelas organizações e movimentos sociais desde os anos 1980.

A criação do Pronaf representou uma conquista importante, mas ainda insuficiente para fortalecer e reposicionar a agricultura familiar e para impulsionar um novo padrão de desenvolvimento rural.

Institucionalização de políticas públicas diferenciadas

A criação do Pronaf representou uma conquista importante – inaugural de uma nova trajetória – mas insuficiente para reposicionar a agricultura familiar na agenda do desenvolvimento nacional.

No período que inclui os dois mandatos do presidente Lula (2003 a 2010) e o início do mandato da presidenta Dilma, houve a institucionalização de um conjunto de políticas diferenciadas para a agricultura familiar e abriram-se novas oportunidades para a sua afirmação, especialmente com

a constituição do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Já no âmbito dos instrumentos voltados para o setor patronal, houve elementos de continuidade e algumas inovações importantes.

As principais mudanças residem na retomada do papel do Estado na indução do desenvolvimento, com o crescimento dos investimentos públicos e a constituição de uma ampla rede de proteção social. A política econômica orientada para fortalecer o mercado interno e, de forma articulada, as políticas sociais buscaram a universalização do acesso aos direitos, criando novas bases para sustentar um ciclo de crescimento com distribuição de renda.

Os avanços sociais observados na redução da pobreza e das desigualdades decorreram dessas medidas e, em especial, das ações dirigidas aos mais pobres, que têm no Programa Bolsa Família, de transferência de renda condicionada, e no Programa Brasil Sem Miséria suas principais expressões, sendo que ambos guardam profundos vínculos com a estratégia do Programa Fome Zero.

São 36 milhões de pessoas que saíram da extrema pobreza e que contam com melhores condições para conquistar sua autonomia, com ações de acesso a serviços públicos, assistência social e inclusão produtiva urbana e rural (formação técnica e profissional, microcrédito produtivo orientado, Água para Todos, Luz para Todos, além das políticas agrícolas diferenciadas).

As transformações qualitativas e quantitativas representaram uma inflexão na trajetória anterior da política agrícola dirigida à agricultura familiar. Lutas e conquistas pela afirmação social da agricultura familiar associaram-se a uma decisão política do governo federal, em um ambiente favorável à participação social na formulação e implementação das políticas. Em uma dinâmica de convergência conflitiva entre a ação estatal e a dos movimentos sociais, importantes reivindicações foram institucionalizadas. Inovações e ajustes incrementais criaram um complexo e vasto repertório de políticas e instrumentos de intervenção, direcionados à agricultura familiar, que repercutem sobre a dinâmica do desenvolvimento rural e que incidem sobre a própria construção da identidade política desse setor.

Houve a difusão para outras áreas de governo de políticas e programas complementares ou diretamente relacionados àquelas sob gestão do

Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), no que Santos (2011) denominou “espalhamento da agricultura familiar como alvo de políticas públicas”.

O repertório de políticas constituído é extenso e abarca, entre outras, ações voltadas para: a garantia do direito à terra e a democratização da estrutura fundiária; o apoio à produção e à garantia da renda – crédito, comercialização, agroindustrialização, energia elétrica, seguro de preços e climático; a superação da desigualdade imposta às mulheres rurais e a promoção de sua autonomia econômica; o acesso ao conhecimento e à educação – assistência técnica, educação e formação técnica; o desenvolvimento territorial; a promoção da segurança alimentar e nutricional; e a integração regional.

Produziram-se mudanças institucionais importantes, com o fortalecimento do MDA e do Incra, a ampliação de suas atribuições, de seu orçamento, de sua participação na agenda governamental e de suas relações intergovernamentais e federativas, com mecanismos de interlocução e cooperação com governos estaduais e municipais, além da consolidação de espaços de participação social, como é o caso do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural e Sustentável (Condraf) e do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea).

Uma inovação importante foi a criação de um Plano Safra específico para a agricultura familiar, que passou a ser um momento anual de atualização das regras e dos procedimentos das políticas, bem como de anúncio dos novos instrumentos negociados com os movimentos sociais do campo, de renovação e de ampliação de compromissos com o setor.

Um destaque deve ser dado à aprovação da Lei 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabeleceu as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais e representou a institucionalização no marco legal da noção agricultura familiar, com a especificação dos diferentes segmentos sociais incluídos. Essa lei possibilitou que tal recorte passasse a ser adotado por diversos programas e políticas governamentais, que diferenciaram seus instrumentos para beneficiar esse segmento.

Esse “espalhamento da noção” chegou até a política externa do Brasil, com efeitos sobre a cooperação internacional, a agenda dos organismos e

fóruns multilaterais, as relações sul-sul e a própria dinâmica da integração regional. Um destaque deve ser dado à criação da Reunião Especializada da Agricultura Familiar do Mercosul, composta por representantes de governos e da sociedade civil, e orientada para a coordenação e promoção de políticas diferenciadas e para a superação das assimetrias entre os países da região. Nesses dez anos de existência tornou-se um espaço de diálogo político, capaz de constituir e sustentar uma agenda regional, e de diálogo sobre políticas públicas, que resultaram em avanços institucionais em cada país. Produziu-se uma definição comum de agricultura familiar ancorada em uma decisão formal do Mercosul e em uma intensa agenda de cooperação e intercâmbio na estruturação de capacidades institucionais nacionais, em especial, nos temas dos registros nacionais da agricultura familiar, de compras institucionais e de promoção da igualdade e autonomia das mulheres rurais.

Outro avanço importante decorrente da aplicação da Lei da Agricultura Familiar foi a divulgação, de forma inédita, em 2009, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de estatísticas oficiais sobre a agricultura familiar, a partir dos dados do Censo Agropecuário 2006. Uma iniciativa conjunta do Ministério do Desenvolvimento Agrário com o IBGE possibilitou a construção de variáveis derivadas que permitiram identificar os estabelecimentos agropecuários que atendem aos critérios da referida lei. Após a incorporação à base de dados do IBGE, qualquer pesquisador ou interessado pode analisar todas as informações disponibilizadas pelo Censo com o recorte da agricultura familiar.¹²

Aproveitando oportunidades abertas na agenda do governo, surgiram outras inovações de coordenação de políticas e articulação intersetorial. O Programa Territórios da Cidadania garante uma oferta de ações e investimentos de vários ministérios, que é submetida às instâncias locais de participação. Atua para criar as condições de articulação das ações de

¹² A construção metodológica das variáveis derivadas que permitiram a identificação dos estabelecimentos da agricultura familiar no Censo Agropecuário 2006 consta de Marques e Del Grossi (2010).

inclusão produtiva, acesso a direitos e investimentos em infraestrutura para o desenvolvimento territorial.

Outra inovação recente foi o Programa Mais Alimentos, voltado para o aumento da produção de alimentos da agricultura familiar mediante investimentos em máquinas e equipamentos (por exemplo, tratores e resfriadores de leite), como parte das medidas anticíclicas adotadas para enfrentar a crise de 2008. Os resultados alcançados e a demanda de outros países levaram à criação do Mais Alimentos Internacional, que integra as aquisições de máquinas e equipamentos com ações de intercâmbio e cooperação em políticas para a agricultura familiar e, especialmente, sobre assistência técnica e extensão rural.

No plano das políticas agrícolas dirigidas ao setor patronal houve uma continuidade na aplicação de instrumentos preexistentes, que sofreram ajustes e foram ampliados e novas medidas complementares foram tomadas. O suporte governamental ao agronegócio continuou importante, mas com peso diferenciado nas diferentes políticas e nos diferentes setores produtivos, pois esse setor depende mais de aspectos da política macroeconômica do que de instrumentos setoriais, como o crédito oficial, para dinamizar sua produção. O *funding* de financiamento do custeio da produção agropecuária combina vários instrumentos: recursos próprios, crédito rural oficial, integração vertical mediante contratos de venda antecipada para *trading*, indústrias ou cooperativas, uso de títulos mercantis privados. Apenas 30% do capital de giro para o custeio vem do crédito rural e o peso menor do crédito oficial está na Região Centro-Oeste, na produção de soja e milho. Para dar mais liquidez ao mercado, foram lançados novos títulos (por exemplo, Certificado de Depósito Agropecuário e *Warrant* Agropecuário CDA-WA) e um Programa de Subvenção do Seguro Rural para ampliar a proteção a riscos.

No financiamento do custeio, as alterações atenderam às solicitações de setores tradicionalmente demandantes do crédito oficial, como os cafeicultores e os produtores de grãos da região centro-sul: aumento do volume de recursos disponibilizados, redução da taxa de juros e aumento

da participação dos juros controlados. Ao mesmo tempo, o governo reduziu o seu custo direto, especialmente na equalização da taxa de juros, com o aumento da participação de recursos privados decorrentes de modificações na exigibilidade bancária.

Já no crédito de investimento o setor depende bastante do crédito oficial, oriundo dos programas do BNDES e seus fundos, além dos demais fundos constitucionais (FCO, FNE, FNO), para promover a competitividade do setor (máquinas e implementos agrícolas, armazenagem e irrigação; crédito e apoio às cooperativas, conservação de solos e pastagens e sistematização de várzeas, agregação de valor nas cadeias produtivas).

Com a melhoria das condições macroeconômicas houve a retomada e ampliação dos instrumentos de garantia de preços, tanto por meio da política de garantia de preços mínimos como pelas modalidades de subvenção para o escoamento, nas quais o governo não entra adquirindo e armazenando, mas estimulando a aquisição, por setores privados, de determinadas quantidades de determinados produtos. Essa “ramificação de instrumentos” e novas modalidades incluem o Programa de Escoamento de Produto (PEP), o Prêmio de Risco para a Aquisição de Produção Agrícola (PROP) e o Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (PEPRO).

Houve, ainda, uma nova e abrangente renegociação das dívidas em 2008; e, para ampliar os produtos e o volume da produção nacional, foi estruturado um plano nacional de fertilizantes.

Apesar do crescimento das ações de suporte ao setor e de pedidos de socorro emergenciais, não se organizou uma nova agenda de demandas de políticas do setor patronal rural. A agenda do setor segue priorizando o financiamento da produção, o aperfeiçoamento do seguro, a ampliação dos investimentos em infraestrutura – especialmente de transporte, armazenagem, portos e energia –, além de críticas à política cambial e à insegurança jurídica dos proprietários, diante da “ameaça” da reforma agrária. Seu sentido permanece sendo o de garantir e alavancar a competitividade do setor, o que expressa o horizonte limitado do projeto do agronegócio para o meio rural do país.

Inovações recentes e em discussão¹³

A constituição e a implantação de um “feixe simultâneo de políticas públicas”, nos termos usados por Ignacy Sachs, abrangendo todo o espectro do ciclo produtivo da agricultura familiar e várias dimensões do trabalho no meio rural brasileiro, não significa que as condições para o desenvolvimento deste setor e para uma nova dinâmica do desenvolvimento rural estejam dadas.

Há uma longa jornada pela frente, que não será de meros ajustes incrementais ou de mera continuidade de trajetória. Há muito a ser feito no aperfeiçoamento dos instrumentos, seja para a ampliação do seu alcance e de sua efetividade, seja para a avaliação de seus efeitos. Faz-se necessário, também, produzir mudanças qualitativas na articulação dos atuais instrumentos setoriais e sua integração em um sentido estratégico comum de empoderamento econômico e de criação de condições para a transição do modelo agrícola.

O debate atual, em âmbito governamental e na interlocução com os movimentos sociais, propõe-se a compreender em maior profundidade a diversidade da agricultura familiar e incorporar no desenho das políticas agrícolas diferenciadas as desigualdades socioeconômicas, regionais e de biomas.

De forma mais ampla, as medidas que vêm sendo tomadas, e outras em fase de discussão, buscam conectar as ações dirigidas à agricultura familiar com os atuais desafios de política econômica. É, portanto, num cenário de crescimento do mercado de consumo interno, resultante da distribuição de renda em curso – e seus efeitos sobre a redução da pobreza e das desigualdades –, de limitações para responder a intempéries climáticas e de instabilidades oriundas do mercado internacional, que se pretende uma atualização dos instrumentos disponíveis e do seu próprio encadeamento.

Observa-se uma valorização do planejamento para produzir maior racionalização e antecipação do uso dos instrumentos de política agrícola, superando uma lógica em que os ajustes decorrem de demandas emer-

¹³ Os aspectos abordados neste tópico correspondem ao cenário de abril de 2013, quando este texto foi elaborado. Portanto, inovações institucionalizadas desde então não constam aqui.

genciais ou pontuais. Como é o caso da pressão para repassar ao governo federal a responsabilidade pela internalização dos custos decorrentes da redução de preços das *commodities* no mercado internacional.

Há uma preocupação com os preços dos alimentos e sua repercussão sobre a taxa de inflação que se desdobrou na criação de um comitê específico de acompanhamento, formado pelos ministérios da Fazenda, Agricultura, Casa Civil e Desenvolvimento Agrário, e de iniciativas específicas deste último na criação de uma capacidade institucional de análise e proposição em articulação com acadêmicos e especialistas.

Espera-se para maio de 2013 o anúncio de algumas das medidas em negociação no interior do governo e com os movimentos sociais no lançamento do Plano Safra 2013/2014. Alguns dos instrumentos atuais deverão ser ajustados em sua lógica interna, escopo e escala e inovações deverão ser anunciadas. De forma especulativa, pois as discussões e negociações ainda estão em curso, sendo abordados alguns dos principais temas.

No âmbito mais geral destacam-se as medidas em discussão sobre abastecimento e armazenagem para ampliar a capacidade de regulação e garantir alguma estabilidade na renda do produtor, na produção e no consumo, mesmo na permanência de adversidades climáticas e de preço. Há problemas com a capacidade instalada e a localização dos armazéns, assim como dificuldades para mobilizar com agilidade os estoques públicos e privados, e os instrumentos de apoio à comercialização têm tido pouca capacidade de indução e realocação da produção.

Discute-se, ainda, a criação de uma agência de assistência técnica e extensão rural para promover a difusão de tecnologia e coordenar e racionalizar as ações, combinando diferentes instrumentos para as situações diferenciadas dos agricultores, a participação de entidades privadas e públicas e a efetivação da cooperação federativa, integrando governos estaduais e municipais.¹⁴ O público-alvo será formado por agricultores

¹⁴ A Lei 12.897/2013 autorizou o Poder Executivo federal a instituir Serviço Social Autônomo denominado Agência Nacional de Assistência e Extensão Rural (ANATER).

familiares e comunidades tradicionais, incluindo-se os médios produtores, pois os grandes produtores contam com mecanismos privados próprios, como a contratação de profissionais ou o acesso aos serviços oferecidos pelas indústrias de insumos ou de processamento.

Outro tema é a constituição de uma agenda de governo específica para a região do semiárido, de caráter mais estrutural, em reação às consequências de um longo período de seca e aos limites dos instrumentos paliativos existentes. Os efeitos destrutivos da seca sobre a economia e a vida das pessoas não resultou em grave crise social em função da rede de proteção social criada a partir da ampliação do acesso à Previdência Social rural, do Programa Bolsa Família e dos instrumentos de seguro, como o Programa Garantia Safra. Mas seus efeitos não podem ser subestimados.

Essa agenda inclui a repercussão de grandes obras de estabilização da oferta de água, como a interligação dos rios da Bacia do São Francisco, a aceleração das medidas para garantia da segurança hídrica nas áreas rurais, abrangendo o acesso à água para consumo e produção (cisternas, reuso de águas, canais subterrâneos de irrigação etc.), voltada à efetivação e consolidação de uma estratégia de convivência com o semiárido.

A atualização das políticas diferenciadas orienta-se, também, por um balanço dos últimos 10 anos, com foco nos resultados alcançados e na identificação dos gargalos e inadequações dos instrumentos. Esse balanço assinala os resultados na geração de renda, com ênfase no aumento da renda do trabalho na agricultura familiar numa taxa superior à média nacional; os resultados na redução da pobreza e das desigualdades, fruto da combinação da rede de proteção social com as políticas de apoio à produção; o aumento da participação econômica da agricultura familiar e das relações desse setor com o mercado institucional (por exemplo, compras públicas de alimentos) e com a indústria de máquinas e equipamentos (Programa Mais Alimentos e recuperação de estradas).

O balanço inclui, também, uma discussão mais profunda sobre o Pronaf e sobre os demais instrumentos existentes de promoção da autonomia econômica dos vários segmentos da agricultura familiar. Trata-se de

identificar e avaliar suas contribuições para a retomada e intensificação da atividade produtiva de alguns segmentos e seus limites como agente estruturador da produção e como indutor de transições nos padrões produtivos. Isso envolve a adequação dos instrumentos às especificidades regionais, de bioma e às diferenciações internas da agricultura familiar.

Isso significa valorizar o repertório de políticas construído, abri-lo para os vários segmentos e enfrentar seus gargalos e, ao mesmo tempo, criar as condições para que possam ser conectadas e acessadas de forma simultânea e integrada.

O balanço de 17 anos do Pronaf comporta diferentes visões dos movimentos sociais. Alguns enfatizam uma suposta estagnação e sua incapacidade de universalizar o acesso, e cobram mudanças pontuais. Outros, em função dos limites identificados, defendem opções de apoio à produção por fora do setor bancário. O governo federal aposta na reforma do sistema de crédito, com a revisão de suas linhas e condições, combinando, em determinadas situações, com ações que permitam o acesso a recursos financeiros por vias não bancárias.

Nesse sentido há iniciativas relevantes em curso no âmbito do Programa Brasil Sem Miséria (BSM), como a criação e disponibilização de um aporte financeiro de fomento (crédito não retornável) vinculado a um serviço de assistência técnica capaz de desenhar, em cada situação concreta, vias de estruturação produtiva.

A constituição de uma agenda específica para a convivência com o semiárido tem o potencial para beneficiar um contingente bem maior do que as 253 mil famílias atualmente beneficiárias do BSM. Segundo o Censo 2006, existem 4,3 milhões de estabelecimentos da agricultura familiar, e são 1,5 milhões de contratos de Pronaf. A universalização do alcance do BSM permitirá beneficiar com recursos e assistência técnica 1,8 milhões de agricultores pobres e outras centenas de milhares poderão ser incluídas com ajustes no sistema de crédito.

Estão em discussão alterações na delimitação do público da agricultura familiar para efeitos de acesso às políticas diferenciadas, em particular o

crédito. O reconhecimento da pluriatividade, das novas relações urbano e rural e da dinâmica atual do mercado de trabalho sugere uma redução diferenciada por regiões no nível de participação da renda oriunda da atividade agrícola e da propriedade para o enquadramento na condição de beneficiário das políticas dirigidas ao setor, preservando um percentual mínimo da renda originada de atividades agropecuárias na propriedade. Outro tema em discussão é a alteração ou retirada do limite superior de renda para acessar o Pronaf, com a prevalência dos critérios de enquadramento estabelecidos pela Lei da Agricultura Familiar.

Outra prioridade reside no reforço da garantia de renda por meio da combinação de diferentes iniciativas, como a revisão do Seguro da Agricultura Familiar e alterações no Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF), de forma a estimular e orientar a produção e cobrir o total da renda esperada (e não apenas parte dela, como ocorre atualmente) no caso de intempéries climáticas e variações nos preços dos produtos.

A expansão do mercado institucional de compras públicas da produção da agricultura familiar deverá contar com ajustes no Programa de Aquisição de Alimentos, em suas várias modalidades, e na estratégia de implementação da Política Nacional de Alimentação Escolar, que já prevê que 30% dos recursos aplicados sejam dirigidos à compra de produtos desse setor. Além de garantir mercado e renda e conectar o setor com a política de segurança alimentar e nutricional, essas ações fortalecem um circuito econômico local e regional, valorizam hábitos regionais de consumo e promovem a saúde.

Há reformulações previstas, e em curso, nas ações de reforma agrária a partir de um cenário em que duas dinâmicas divergentes repercutiram na estabilidade do índice de Gini da concentração da propriedade da terra.

Por um lado, as políticas redistributivas de terras em diversas regiões do país, associadas à interrupção de mecanismos tradicionais de expropriação, possibilitaram que cerca de 80 milhões de hectares estejam sob controle de assentados da reforma agrária e agricultores familiares. Uma parte expressiva, do ponto de vista absoluto e relativo, mesmo conside-

rando a estrutura concentrada, em que, por exemplo, os 15% maiores proprietários de terras ocupam 70 milhões de hectares.¹⁵

A essa dinâmica desconcentradora contrapõe-se uma com sentido oposto nas áreas de expansão da fronteira agrícola (na Região Norte, no oeste da Bahia, no sul do Piauí e do Maranhão). Nessas regiões predominantemente de agricultores familiares com poucos recursos, a ocupação se dá mediante expressivos investimentos privados, em um processo acelerado de concentração da terra. Uma dinâmica que não encontra resistências nem dos movimentos sociais – que nessas regiões não têm a mesma força e capacidade de mobilização –, nem da ação estatal – em função da ausência de mecanismos efetivos de ordenamento agrário.

Na agenda da reforma agrária, para além da necessária revisão do marco legal, que limita a redistribuição de terras, e do entendimento prevacente no Judiciário, que interrompe e suspende desapropriações, tem se buscado fortalecer a capacidade de gestão e governança fundiária, com investimentos em tecnologia, para garantir informações mais precisas e georreferenciadas sobre a malha fundiária, e atualização dos procedimentos para a certificação dos imóveis rurais. Além disso, estão em curso mudanças institucionais e administrativas para agilizar e qualificar o processo de obtenção de terras para fins de reforma agrária. Ampliou-se o controle do MDA sobre o processo de obtenção e foram definidos parâmetros regionais de preços (ex., limite de valor da terra por família assentada) e de viabilidade econômica, além da utilização do Cadastro Único de beneficiários das políticas sociais (CadÚnico) para a seleção das famílias a serem assentadas.

Há, também, importantes mudanças na estratégia de desenvolvimento dos assentamentos. A garantia de alguns direitos dos assentados passou a se dar pela integração com políticas sob responsabilidade de outros

¹⁵ Para uma visão sobre a relevância de sua participação na produção agropecuária nacional e regional, na geração de ocupações e na preservação ambiental, ver Marques, Del Grossi e França (2012).

órgãos federais. Um caso ilustrativo é o da inclusão dos assentados no Programa Minha Casa Minha Vida, substituindo as ações de habitação do Incra. Discute-se uma profunda reforma do crédito dirigido aos assentados, com o desenho de instrumentos que poderão se conectar de forma sucessiva ou não, sob orientação da assistência técnica, abrangendo diferentes etapas. As medidas devem abranger: a recomposição inicial das condições de sobrevivência, com recursos para o consumo e para iniciar produção; a garantia da segurança alimentar; a ampliação da capacidade produtiva, com ações de comercialização viabilizadas pelo microcrédito orientado, nos termos do programa Agroamigo do Banco do Nordeste; a reformulação de linha de crédito específica do Pronaf (Pronaf A) de forma a compatibilizar as necessidades de recursos com as características dos projetos e as possibilidades de geração de renda; a conexão dos assentados com as demais políticas diferenciadas voltadas para a agricultura familiar.

Outra frente de inovações repercute diretamente, mas de forma ainda incipiente, sobre o modelo de produção. A partir da aprovação recente da lei da Política Nacional de Agroecologia e Produção Sustentável estão sendo feitos ajustes nos instrumentos disponíveis e novos estão sendo criados. Entre as prioridades estão a garantia da assistência técnica aos cerca de 80 mil agricultores já certificados, que integram as redes de agroecologia, e estímulos ao manejo sustentável das águas, do solo e dos insumos, com a priorização de regiões de concentração de agricultores familiares que reuniriam condições mais favoráveis para a indução de mudanças nas práticas agrícolas.

Há, ainda, um conjunto de medidas em curso para aperfeiçoar e fortalecer a política de desenvolvimento territorial (Pronat), tanto no âmbito do MDA e de outros órgãos federais, como nas esferas subnacionais, inclusive com a incorporação de novos territórios.

Uma das prioridades é “transversalizar” a abordagem e a estratégia territorial no conjunto das políticas sob coordenação do MDA. E isso tem como referência principal a inclusão e a estruturação produtiva, de tal forma que as experiências e as institucionalidades construídas no âmbito da política territorial contribuam para a articulação e integração das ações

e para ampliar o controle social, com a identificação de gargalos e avanços no monitoramento e na avaliação de seus resultados.

Outra inovação importante é a construção, pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), de uma agenda de desenvolvimento territorial, como parte do sistema nacional de planejamento em reestruturação. Tendo por referência a elaboração do novo PPA – Plano Plurianual (instrumento de planejamento quadrienal) –, a intenção é integrar e convergir os investimentos e os programas existentes em âmbito federal e estadual, em alguns temas prioritários, denominados dimensões estratégicas do desenvolvimento (proteção social, sustentabilidade, inovação etc.). A iniciativa já conta com a adesão de 20 governos estaduais (de um total de 27) e prevê ações dirigidas aos municípios para integrá-los nessa sinergia.

Há, também, a retomada do Programa Territórios da Cidadania (PTC), com a reafirmação de seus objetivos e de seu desenho (ciclo de gestão, estruturas de coordenação, matriz) e com ajustes na composição da matriz de ações que compõem a oferta nacional aos territórios. Foram retiradas ações do Bolsa Família, que já está em fase de universalização do acesso aos beneficiários, e do Pronaf. Foram incluídas ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2), dirigidas aos municípios com até 50 mil habitantes, como habitação e recuperação de estradas vicinais, e outras ações, como o Pronatec (qualificação profissional), inclusão digital, pontos de cultura, entre outras. A retomada inclui ações de dinamização do funcionamento dos colegiados territoriais e de sua contribuição para a democratização do poder local, e de repactuação com governos estaduais e municipais.

Esse esforço governamental vem acompanhado por um trabalho de elaboração intelectual com diferentes iniciativas, em cooperação com instituições acadêmicas e organismos internacionais. Entre os temas estão a avaliação de experiências concretas de implementação do PTC, uma reflexão sobre as definições do rural e a análise de suas implicações para as políticas públicas.

Por fim, um destaque deve ser dado à evolução das políticas de promoção da igualdade e da autonomia das mulheres rurais, com um

conjunto de ações dirigidas ao acesso à terra, à documentação civil e ao fortalecimento de sua organização produtiva, com medidas específicas de crédito, comercialização e assistência técnica.

Desafios, embates e perspectivas

Como se buscou demonstrar, ocorreram mudanças importantes na evolução das políticas agrícolas no Brasil. De forma simultânea ao processo de afirmação da identidade da agricultura familiar ocorreu a configuração de políticas diferenciadas de apoio a esse setor, que deu início a uma nova trajetória de políticas públicas no Brasil rural (SANTOS, 2011).

Inaugurada em 1995, essa trajetória sofreu uma inflexão importante no início do Governo Lula, em 2003, e seu desenvolvimento é marcado pela institucionalização crescente de políticas diferenciadas que se vêm dando “a quente”, na combinação de transformações econômicas e políticas com a afirmação de novas identidades sociais e ampliação da participação social, com um “movimento de elaboração intelectual” e de alterações na agenda de decisão do governo federal.

Como assinala Santos (2011), são variados “os efeitos políticos produzidos pelas políticas públicas de apoio à agricultura familiar”. Dentre eles podem-se destacar:

- a crescente visibilidade das políticas repercutiu sobre o sistema político, construindo legitimidade perante eleitores, partidos e poderes constituídos, e ampliou as possibilidades de interlocução das organizações populares com gestores da esfera nacional e subnacional e outros setores;
- a coparticipação atribuída a essas organizações permitiu o acesso dos beneficiários e aumentou a sua própria legitimidade;
- as mudanças administrativas e da capacidade do Estado, em diferentes níveis de governo, alargaram as possibilidades de ações estatais;

- criou-se um novo padrão de diálogo, que hoje faz parte da própria dinâmica institucional e é central para a efetivação e diversificação das políticas e para a reprodução das organizações populares;
- as políticas passaram a ser consideradas como referência para as reivindicações das organizações, centralizam suas demandas e incidem sobre a própria construção da identidade política da agricultura.

Além disso, essas políticas, ao explicitarem interesses, concepções políticas, e ao darem sustentação para alianças sociais, abrem novas possibilidades para a disputa de projetos que resultam, naturalmente, no acirramento dos embates com os demais setores que compõem a agricultura brasileira e, também, no âmbito do debate intelectual.

A origem política da noção agricultura familiar e das políticas diferenciadas e sua relevância e legitimidade estão, segundo Santos (2011), na base do “incômodo gerado” a intelectuais e, também, a agentes públicos, “preocupados em demonstrar o equívoco e a inadequação da noção tal como construída no Brasil, fortemente ligada às lutas sociais”.

As críticas à noção e às políticas diferenciadas compõem o campo central dos embates atuais sobre as políticas agrícolas e se expressam de forma variada. Houve uma tentativa de desqualificação do Censo Agropecuário 2006, em função da apresentação de estatísticas oficiais da agricultura familiar, e persistem críticas à existência de dois ministérios atuando sobre a agricultura, o que seria responsável por gerar ineficiência na política agrícola, divisões e conflitos desnecessários.

Além desses aspectos, podem ser identificados, de forma aproximativa, outros desafios e embates contemporâneos sobre as políticas de desenvolvimento rural.

Desafios na participação social

Observa-se a dinamização da participação social, com o fortalecimento dos atores e das políticas, repercutindo sobre as condições de reprodu-

ção e de intervenção dos atores e sobre as próprias políticas públicas, provocando alterações em sua dinâmica.

Em uma etapa inicial da trajetória das políticas diferenciadas, as reivindicações dos movimentos rurais cumpriram um papel central no estabelecimento da agenda de decisão do governo federal. Gradualmente, as pautas de reivindicações deslocaram-se (é evidente que não completamente), da demanda pela criação de políticas e novos instrumentos, para a promoção de ajustes incrementais nas políticas. Em um momento mais recente, a ação dirigida à criação de novos programas e políticas deslocou-se para a esfera governamental. As iniciativas não emergiram das pautas de reivindicações, não expressaram diretamente demandas institucionalizadas e propostas mais consolidadas dos movimentos. E as condições para sua legitimação interna ao governo não decorreram diretamente de mobilizações sociais. Isso ocorreu na formulação dos Programas Territórios da Cidadania, Mais Alimentos e Terra Legal. Após serem gerados internamente às instâncias de governo, no âmbito mais estrito do MDA e de suas mediações interministeriais, foram deslocados para a arena pública e tornaram-se objeto de interlocução com os movimentos (FRANÇA, 2012).

Essas alterações chamam a atenção para os novos desafios à participação social na formulação e gestão de políticas públicas voltadas para temas mais amplos que os instrumentos anteriormente criados, e que contenham redes mais complexas de implementação e de governança, com ênfase em elementos de coordenação federativa e intersetorial (FRANÇA, 2012).

Outro aspecto importante refere-se à participação das organizações dos movimentos sociais e de outras entidades da sociedade civil na execução direta das políticas de desenvolvimento rural. Há preocupações com os efeitos dessa participação sobre a autonomia dos movimentos, sobre uma eventual dependência de recursos públicos para sua autossustentação e um eventual “enquadramento” político que restringiria suas críticas. Há, sim, novos problemas com esse tipo de participação, pois a contratação e execução de políticas e serviços públicos obedecem a um marco legal que não é adequado para diversas situações encontradas na área rural, por isso um novo marco normativo sobre esse tema está em discussão no governo.

Entretanto, o que se observa é que o crescimento da participação nas políticas públicas não arrefeceu os movimentos e suas lutas. Os impactos atuais sobre a capacidade de mobilização dos movimentos decorrem mais de mudanças nas condições objetivas da população rural, em função do crescimento da economia e da rede de proteção social, demandando atualizações nas estratégias de sensibilização para a adesão às formas de luta propostas, do que da ampliação da participação institucional dos movimentos.

Disputas pela representação

Há uma retomada em novas bases do protagonismo da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), entidade sindical de representação do setor patronal rural, que repercute na representação política do setor e na sua atuação sobre as políticas que incidem sobre o meio rural. A afirmação do agronegócio no período anterior ocorreu sustentada por outros segmentos, na crítica do padrão “atrasado” e não empresarial, que predominava na gestão das grandes propriedades, numa referência genérica à base social da CNA.

No início dos anos 2000, a CNA intensificou sua presença na agenda pública, com uma atitude dura de oposição e de confronto ao Governo Lula. Uma crítica ideológica e de desqualificação das propostas para a reforma agrária e para a agricultura, que se expressava na atuação coesa, atenta e intensa da bancada ruralista no Congresso Nacional.

As ações de combate ao trabalho escravo, a contribuição da pecuária para o desmatamento da Amazônia e o crescimento da agenda ambiental produziram desgastes na opinião pública e riscos de isolamento, que pressionaram a CNA a atualizar seu programa, seu discurso e seu posicionamento político. Além de incorporar a noção de agronegócio, essa entidade tomou medidas para representar os setores médios, assumiu um papel mais ativo na disputa pela representação da agricultura familiar e buscou associar-se à agenda das políticas sociais do governo federal. Ao mesmo tempo, intensificou sua crítica ao MDA, à reforma agrária

e às políticas diferenciadas, questionando publicamente o recorte da agricultura familiar.

Seu giro recente incluiu uma mudança de orientação política em relação ao governo federal, passando de uma franca oposição à condição de interlocutor frequente e de parceiro em várias iniciativas de políticas agrícolas e na área ambiental e educacional, inclusive de defensora de propostas do governo no Congresso Nacional e até de mediadora em situações conflituosas. Essa mudança política fortaleceu a CNA nas disputas sobre a definição das políticas agrícolas e das demais relacionadas ao desenvolvimento rural.

Disputa por terra e territórios

Identificam-se dois campos principais de disputa. Um primeiro, de disputa pelo controle da terra, que se expressa de forma latente e explícita tanto nas regiões tradicionais, como nas regiões de expansão da agricultura. Por um lado, a luta pela preservação das terras ocupadas pela agricultura familiar e para avançar a reforma agrária. Por outro, a pressão para a incorporação das áreas existentes ao agronegócio. E essa disputa se torna ainda mais acirrada em função do processo recente de “estrangeirização” das terras rurais, apesar do marco regulatório nacional que impõe restrições à aquisição e ao arrendamento de imóveis rurais por empresas brasileiras com controle acionário estrangeiro (MARQUES, 2010).

Um segundo campo é o da determinação da dinâmica econômica nesses “territórios”, onde a relação entre os atores é também muito desigual e ganha novos contornos com a formação de conglomerados agroindustriais apoiados por bancos públicos, especialmente na produção de carne e de biocombustíveis.

Atravessando esses dois campos de disputa há um potencial a ser mais bem explorado nas regiões de concentração de agricultores familiares e de assentados, onde se podem experimentar novas relações entre o urbano e o rural, entre a produção e o consumo, entre as atividades agrícolas e

as de serviço e industriais. O campo potencial para a experimentação é amplo, abrangendo temas como: a criação de circuitos locais e regionais de produção e consumo; a verticalização da produção da agricultura familiar e a ampliação do acesso a mercados institucionais e privados, em âmbito regional e nacional; a produção de inovações tecnológicas, na organização da produção e no manejo dos recursos; a articulação da pesquisa, educação e assistência técnica em novas bases; a radicalização do combate às desigualdades impostas às mulheres e na produção de sua autonomia; a regulação do ordenamento territorial com uma perspectiva de democratização da estrutura fundiária.

Essa experimentação social e econômica pode criar condições mais favoráveis para que a agricultura familiar possa vertebrar novas dinâmicas de desenvolvimento territorial, ampliar sua presença nas estruturas econômicas e incidir mais sobre o desenvolvimento nacional. Iniciativas que devem vir acompanhadas de disputas políticas e ideológicas que legitimem vias alternativas de desenvolvimento e que precisarão se sustentadas por alianças sociais mais amplas do que aquelas formadas pelas organizações e movimentos rurais.

Disputas pela gestão das políticas

Há um potencial para o aperfeiçoamento e a integração das políticas diferenciadas que se pode efetivar nos marcos institucionais vigentes e no padrão atual de divisão de responsabilidades entre os órgãos federais. Vários instrumentos são geridos de forma conjunta, sem que isso represente um risco para sua efetivação. Um caso ilustrativo é o do Programa de Aquisição de Alimentos, cuja gestão, inclusive orçamentária, envolve o MDA, a Conab/MAPA e o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Há situações em que o desafio é fazer com que as demandas da agricultura familiar, que já chegaram a algumas instituições, desdobrem-se em ações diferenciadas com a dimensão esperada. Não se trata de um processo automático, pois frequentemente isso envolve a revisão de

prioridades e mesmo alterações de concepção. Um caso ilustrativo é o da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), que faz parte da estrutura do MAPA e apenas marginalmente gera e difunde tecnologias demandadas pela agricultura familiar. Outro é o do sistema de inspeção da produção animal e vegetal, em que se expressam resistências corporativas e institucionais que impedem a efetiva implementação do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Animal (Suasa) e restringem as possibilidades de comercialização da produção da agricultura familiar.

O fato é que não se esgotou o atual marco institucional, pois ainda há um espaço significativo para o crescimento das políticas diferenciadas. Entretanto, sua expansão qualitativa demandará diferentes graus de ajustes, explicitará conflitos pela alocação de recursos e de concepções, que terão de ser mediados, especialmente no campo da regulação dos investimentos na estruturação de cadeias produtivas, no da produção e difusão de tecnologias e no tema da sustentabilidade. Um campo de disputas ainda novo para os setores vinculados à agricultura familiar, tanto no governo como na sociedade civil.

Disputas pela agenda da sustentabilidade

A afirmação da pauta ambiental ocorrida nos últimos anos aporta novos elementos para a formulação de políticas públicas e organiza novos campos de disputa entre os atores do meio rural e entre gestores de políticas setoriais.

Decorre de uma pressão oriunda dos novos compromissos assumidos pelo governo federal, internamente e em fóruns internacionais relacionados às mudanças climáticas e à conservação da biodiversidade. Decorre, também, da constatação das consequências ambientais de um padrão de desenvolvimento que faz uso intensivo dos recursos naturais e não vem sendo acompanhado de práticas de manejo adequadas.

O desmatamento na Amazônia, a preocupação com a qualidade dos alimentos e a valorização de práticas sustentáveis pressionam pela

produção de inovações nas políticas agrícolas. Entre as medidas já tomadas estão o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica e o Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono da Agricultura (Plano ABC).

O crescimento dessa agenda veio acompanhado da explicitação de novas arenas de conflitos. Uma delas refere-se à utilização de sementes transgênicas, e uma das disputas centrais refere-se à aplicação do marco legal que prevê o princípio da precaução na realização de estudos e experimentos previamente à liberação de sementes transgênicas. Além das preocupações com a qualidade dos alimentos, o tema refere-se, também, à necessidade de preservar as condições de produção para os agricultores que não optarem pelo uso das sementes transgênicas, em um contexto de aumento do poder de controle sobre a produção agrícola das indústrias de sementes e insumos. Já surgiram conflitos, também, entre as indústrias de sementes transgênicas e os produtores, que envolvem o pagamento de *royalties* e o prazo de validade das patentes.

Um outro campo de disputas é o da certificação de orgânicos, controlado por poucas instituições e com regramentos que dificultam a comercialização dos agricultores familiares que optem por esse sistema produtivo.

A revisão do Código Florestal brasileiro, ocorrida recentemente, foi, também, um momento rico de explicitação de disputas decorrentes de diferentes formas de apropriação da noção de sustentabilidade, que apesar das semelhanças nos discursos diferenciam-se claramente na hora da definição dos instrumentos de regulação da atividade econômica. Um exemplo é a discussão sobre qual seria a melhor estratégia para preservar e conservar a floresta amazônica, na qual estão presentes propostas de valorização do extrativismo sustentável e com agregação de valor, e de valorização da pecuária e da agricultura intensiva orientada por novas exigências ambientais.

O controle no uso dos agrotóxicos é também um campo de disputa, na qual se expressam posições diferenciadas, como as dos órgãos de vigilância sanitária (Anvisa), dos profissionais da saúde, dos produtores e das indústrias de defensivos.

Desafios para a configuração da coalizão reformista

A reorganização dos atores representou, de certa forma, a implosão da categoria “trabalhador rural”, permitindo aflorar e afirmar a diversidade identitária existente e a constituição de organizações específicas.

Ao mesmo tempo, uma conquista da democracia participativa foi a criação de diversos espaços institucionalizados e processos de interlocução dos movimentos sociais rurais com o governo federal.

A combinação desses dois fenômenos resultou na consolidação de distintos processos negociais – às vezes, simultâneos – sobre as políticas diferenciadas para a agricultura familiar, com cada movimento nacional. Apesar da diversidade de organizações e de processos negociais, como assinala Santos (2011), os movimentos convergem em suas pautas e as direcionam no sentido do fortalecimento das políticas existentes.

Essas dinâmicas individualizadas podem ser entendidas a partir da importância que as mobilizações e as negociações têm na afirmação da identidade de cada movimento, para a educação política de seus membros e para a divulgação de suas reivindicações e conquistas. E, ainda, pelas diferenciações políticas entre os movimentos e eventuais concorrências pela representação de determinados segmentos.

Para além dos desafios de gerenciamento do diálogo social, o ponto a ser ressaltado refere-se ao desafio da produção de unidade política e de uma convergência necessária para fazer avançar a agenda democrática do desenvolvimento rural. A segmentação dos movimentos sociais na participação social, apesar de legítima, não favorece a produção dessa unidade, que demanda o aprofundamento dos vínculos e das identidades

para impulsionar uma elaboração programática comum, que sustente uma intervenção mais articulada sobre o conjunto dos temas envolvidos.

Como os esforços atuais de unificação são ainda pontuais e efêmeros, persiste o desafio de criar as condições para um esforço conjunto de elaboração que seja capaz de impulsionar, a partir das políticas e dos espaços conquistados, um programa de transição do modelo agrícola, que integre e influencie uma nova dinâmica do desenvolvimento nacional. Um programa que tenha vocação hegemônica e que terá de ser capaz de galvanizar uma aliança social mais ampla que a dos movimentos do campo, assentada na compreensão de que as transformações no meio rural, decorrentes da reforma agrária e do fortalecimento da agricultura familiar, são parte vital da democratização econômica e política do país.

Como se pode observar na trajetória das políticas agrícolas brasileiras, não são apenas novas formas de luta e novas organizações que passam a compor a agenda nacional sobre as políticas agrícolas. Uma energia democrática repercutiu sobre o Estado a partir do reconhecimento da heterogeneidade da agricultura e da legitimidade de novos atores e de suas demandas. Um reconhecimento que se desdobrou na institucionalização de um “feixe simultâneo de políticas públicas” garantidoras de direitos, promotoras de autonomia e da igualdade.

Nesse cenário, ampliaram-se as possibilidades de consolidação de uma agenda democrática para a agricultura e para o desenvolvimento rural, que vem sendo gradativamente tecida na complexa tarefa de construção de identidades e laços de solidariedade, e de disputas entre coalizões.

Sem abrir mão de valorizar os avanços conquistados, o principal desafio que se coloca é analisar criticamente o que ainda precisa ser feito para um novo padrão de fortalecimento econômico da agricultura familiar e de seu protagonismo na configuração de uma nova dinâmica para o desenvolvimento nacional. E, nesse esforço de elaboração crítica, o intercâmbio, a reflexão conjunta e a análise comparada seguem sendo instrumentos imprescindíveis.

Referências

ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. 2. ed. São Paulo: Hucitec; Edunicamp, 1992. 275p.

ABRAMOVAY, R.; VICENTE, M. C. M.; BAPTISTELLA, C. S. L.; FRANCISCO, V. L. F. S. Novos dados sobre a estrutura social do desenvolvimento agrícola no Estado de São Paulo. *Agricultura em São Paulo*, São Paulo, v. 43, n.2, p. 67-88, 1996.

ÁRABE, Carlos Henrique Goulart. *Desenvolvimento nacional e poder político: o projeto do Partido dos Trabalhadores em um período de crise*. 1998. 130 p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, Campinas, 1998.

FRANÇA, Caio Galvão de. Participação social na organização da agenda e na gestão de políticas públicas de desenvolvimento rural. *Revista Desenvolvimento em Debate*, IE/UFRJ, 2010.

FRANÇA, Caio Galvão de; DEL GROSSI, Mauro E.; MARQUES, Vicente P. M. de Azevedo. *O Censo Agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2009.

GRYNSPAN, Mário. *A afirmação do agronegócio: novos agentes e representações do rural*. Trabalho apresentado no 33º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, MG, 2009.

GUANZIROLI, C. E. et al. (Coord.). *Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável para a pequena produção familiar: versão preliminar*. Brasília: FAO; Inkra, 1994. 98 p. (Projeto de Cooperação Técnica FAO/Inkra-UTF/BRA/036).

GUANZIROLI, C. E.; CARDIN, S. C. S. (Coord.). *Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto*. Brasília: MDA, 2000. (Projeto de Cooperação Técnica FAO/Inkra-UTF/BRA/036).

HEREDIA, Beatriz; PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sergio Pereira. Sociedade e economia do “Agronegócio” no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 25, n. 74, p. 159-196, out. 2010.

KAGEYAMA, A.; BERGAMASCO, S. M. P. Novos dados sobre a produção familiar no campo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL (SOBER), 27., 1989, Piracicaba. *Anais...* Brasília, DF: Sober, 1989. p. 369-391.

LAMARCHE, H. (Org.). *A agricultura familiar: comparação internacional – uma realidade multiforme*. Campinas: Unicamp, 1993.

MARQUES, Vicente P. P. M.; DEL GROSSI, Mauro Eduardo. Agricultura familiar no censo agropecuário 2006: o marco legal e as opções para sua identificação. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, ano 18, n. 1, p. 127-157, abr. 2010.

MARQUES, Vicente P. P. M de Azevedo; DEL GROSSI, Mauro Eduardo; FRANÇA, Caio Galvão de. *O Censo 2006 e a reforma agrária: aspectos metodológicos e primeiros resultados*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2012.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. Agricultura familiar no Brasil: aspectos da formação de uma categoria política. In: MANZANAL, Mabel; NEIMAN, Guillermo (Org.). *Las agriculturas familiares del Mercosur: trayectorias, amenazas y desafíos*. Buenos Aires: Ciccus, 2010.

MORAES, Reginaldo C.; ÁRABE, Carlos Henrique G.; SILVA, Maitá de Paula e. *As cidades cercam os campos: estudos sobre projeto nacional e desenvolvimento agrário na era da economia globalizada*. São Paulo: Editora Unesp; Brasília, DF: NEAD, 2008.

NEVES, D. P. Agricultura familiar: questões metodológicas. *Reforma agrária*, Campinas, v. 25, n.2, p. 21-36, 1995. (Texto apresentado no XVI Encontro Nacional da Associação PIPSA, Belo Horizonte, dez. 1992).

SANTOS, Fábio Pereira dos. *Coalizações de interesses e configuração política da agricultura familiar no Brasil*. 2011. Tese (Doutoramento em Administração Pública e Governo) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2011.

VEIGA, J. E. *Desenvolvimento agrícola: uma visão histórica*. 1. ed. São Paulo: Edusp; Hucitec, 1991. v. 1. 219 p.

VEIGA, J. E. Delimitando a agricultura familiar. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA (ANPEC), 23., 1995, Salvador. *Anais ...* Salvador: Anpec, 1995. v. 2, p. 41-59.

VEIGA, J. E. Delimitando a agricultura familiar. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL (SOBER), 23., 1995, Curitiba. *Anais ...* Brasília, DF: Sober, 1995.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudell. *O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade*. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

CAPÍTULO 7

Políticas agrícolas e consolidação do modelo familiar na França

GILLES BAZIN¹⁶

Introdução

Este artigo propõe-se, em sua primeira parte, descrever as grandes evoluções econômicas da agricultura francesa desde o período do pós-guerra, para entender como as explorações agrícolas conservaram em ampla medida seu caráter familiar, operando simultaneamente uma reestruturação fundiária e uma capitalização rápida, que possibilitou um aumento significativo da produção e da produtividade da agricultura francesa.

Na segunda parte, examinaremos os dois principais fatores sociais e políticos de consolidação do modelo familiar: a antiga organização profissional, sindical, cooperativa e mutualista dos produtores, por um lado, e, por outro, a implementação de políticas agrícolas que apoiam, há mais de um século (em âmbito nacional primeiramente e europeu em seguida), o desenvolvimento das explorações mais eficientes.

¹⁶ Professor emérito na AgroParisTech, Departamento de Ciências Econômicas, Sociais e de Gestão, UFR Agricultura Comparada e Desenvolvimento Agrícola (França).

Na conclusão, analisaremos as especificidades do modelo de desenvolvimento da agricultura francesa, bem como os limites de sua reprodução, em condições históricas, socioeconômicas e políticas nacionais diferentes.

Perspectivas históricas e realidades atuais da agricultura familiar na França

O modelo familiar “camponês” francês tem suas origens remotas na história da França, visto já existir durante o Antigo Regime. Com a Revolução Francesa de 1789, esse modelo é consolidado por meio de uma verdadeira reforma agrária, que expropriou a nobreza e o clero em benefício do campesinato e da burguesia, mesmo que desigualdades fundiárias importantes ainda tenham perdurado em seguida (ver a comunicação de B. Roux). As políticas agrícolas protecionistas implementadas desde o final do século 19 e reforçadas pela política agrícola comum (PAC) a partir de 1960 exerceram um papel predominante na manutenção e no desenvolvimento da agricultura familiar francesa.

Algumas características da agricultura familiar francesa

A redução dos empregos na agricultura, a ampliação das explorações e a substituição maciça do trabalho pelo capital representaram as evoluções determinantes da agricultura francesa durante estes últimos 60 anos.

Essas evoluções impressionam (ver Tabela 1). Em 60 anos, a agricultura francesa perdeu mais de 5 milhões de empregos e restam apenas 1 milhão segundo o último censo de 2010, ou seja, menos de 4% do total nacional de empregos. O número de explorações foi dividido por dois a cada 25 anos e restam 490.000 em 2010, com 52 hectares em média. Em contrapartida, a superfície agrícola utilizada (24 milhões de hectares) diminuiu lentamente (60.000 hectares por ano), devido ao fato de a maioria das terras deixadas pelos agricultores ao se aposentarem, por não terem sucessores, serem retomadas (por meio de compra ou arrendamento) por agricultores em expansão.

Essa reestruturação fundiária é fundamental para entendermos o processo de desenvolvimento da agricultura francesa. Em 1950 um agricultor cultivava 5 hectares; atualmente, ele cultiva uma área dez vezes maior. Esse movimento de êxodo agrícola e de expansão fundiária deve provavelmente continuar (ao ritmo de 2% ao ano) e o Ministério da Agricultura prevê para 2020 o número aproximado de 400.000 explorações com 70 hectares em média.

Essas explorações cada vez maiores e mais capitalizadas continuam sendo essencialmente familiares. O trabalho assalariado representa apenas 27% do total de trabalho na exploração, dos quais 17% correspondem a trabalhadores assalariados permanentes e 10% a assalariados sazonais. No entanto, desde 1990 o número de trabalhadores assalariados permanentes tende a se estabilizar, enquanto os trabalhadores familiares ativos na agricultura seguem reduzindo seu efetivo ao ritmo de 3% ao ano.

As explorações “patronais” que empregam trabalhadores assalariados, nas quais o responsável pela exploração está presente, dirige e participa dos trabalhos, representam menos de 10% do total das explorações. Observa-se o maior número de empregos assalariados nas produções em que algumas tarefas são pouco mecanizadas, como na arboricultura, horticultura e viticultura, além de se desenvolver também nas grandes explorações cerealíferas e de pecuária.

As explorações de tipo “capitalista”, que são caracterizadas pelo emprego de muitos trabalhadores assalariados e pela separação entre o dono do capital e o responsável da exploração, constituem um fenômeno raro na França, existindo quase unicamente nas prestigiosas vitícolas certificadas e em algumas explorações cerealíferas de muito grande dimensão. O baixo rendimento do capital imobilizado na agricultura é uma das causas essenciais da falta de interesse dos investidores estrangeiros, o que reforça seu caráter familiar e patrimonial. Com efeito, o valor dos capitais imobilizados (mais de 200.000 euros por exploração na implantação da exploração) e seu baixo rendimento apontam para a importância de um patrimônio transmitido, ao menos em parte, pela família a um custo menor, o que permite reduzir

os custos de implantação do jovem agricultor na mesma proporção. Desse modo, mais de 80% dos jovens agricultores que se estabelecem na França são oriundos de famílias de agricultores, e implantações fora do âmbito familiar continuam difíceis e seus resultados aleatórios.

Portanto, trata-se de uma atividade apoiada essencialmente no núcleo familiar, dado que os responsáveis pelas explorações representam 57% do trabalho agrícola, os cônjuges 11% e os ajudantes familiares 5%. Atualmente, uma exploração agrícola emprega em média apenas 1,5 trabalhadores, e aproximadamente metade dos produtores trabalham sós em suas explorações. Os cônjuges trabalham cada vez mais fora das explorações (caso de um terço das esposas de produtores). A atividade dupla dos responsáveis pelas explorações apresenta uma proporção estável no tempo, da ordem de 20%. Assim, 40% das famílias de agricultores recebem ganhos assalariados externos que contribuem, na maioria dos casos, ao bom funcionamento da exploração. Uma pesquisa fiscal mostrava que, em 2003, os ganhos financeiros de origem não agrícola representavam 47% da renda total das famílias de agricultores (DELAME, 2006).

Observa-se, de fato, que as formas societárias de produção estão se desenvolvendo e representam atualmente 30% das explorações e 60% da Superfície Agrícola Útil (SAU). Mas essas explorações, em sua maioria, sejam grupamentos agrícolas de exploração comum (GAEC) ou explorações agrícolas com responsabilidade limitada (EARL), consistem apenas em formalização jurídica do coletivo de trabalho familiar efetuada por motivos sociais e fiscais.

Tabela 1. Evolução do fundiário, do emprego e das produções da agricultura francesa entre 1955 e 2010.

	1955	1970	1988	2000	2010
Superfície agrícola (milhões de hectares)	33,0	31,5	28,6	27,8	27,4

Média por exploração (em hectares)	15	21	28	42	52
Número de explorações agrícolas (em milhões)	2,2	1,5	1,0	0,66	0,49
Trabalhadores agrícolas (em milhões)	6,1	3,8	2,0	1,3	1,0
Importância da população ativa total (%)	27,0	14,0	6,0	4,5	3,5
PRODUÇÃO AGRÍCOLA					
Trigo (milhões de toneladas)	10,4	14,4	31,4	36,1	35,7
Rendimento Trigo (toneladas/ha)	2,5	4,5	6,6	7,5	7,4
Cevada (milhões de toneladas)	2,7	9,4	11	10,6	10,2
Milho (milhões de toneladas)	1,1	5,7	14,0	17,0	14,0
Colza/Girassol (milhões de toneladas)	0,1	0,7	4,7	5,0	7,3
Leite (milhões de hectolitros)	178	212	223	226	227
Carne bovina (toneladas)	900.000	1.200.000	1.910.000	1.760.000	1.480.000
Carne porcina (toneladas)	400.000	1.000.000	1.730.000	2.310.000	2.030.000

Carne de aves (toneladas)	300.000	640.000	1.870.000	2.300.000	1.770.000
Vinho (milhões de hectolitros)	60	70	65	56	45
Valor agregado agrícola/PIB	11 %	7 %	3 %	2 %	1,5 %
Excedente da balança agroalimentar (Bilhões de euros correntes)	- 1,5	0	+7,9	+9,3	+7,9

Fonte: Recenseamentos agrícolas.

O caráter familiar da empresa agrícola francesa manifesta-se também pela propriedade dos meios de produção. A metade da superfície agrícola francesa pertence aos agricultores. O capital de exploração é pessoal (financiado por meio de empréstimo de aproximadamente 30% do capital). Os agricultores dispõem dos frutos de seu trabalho e podem vender seus produtos nos mercados de sua escolha (pelo menos em teoria). Trata-se, portanto, de uma agricultura composta, em grande maioria, por explorações individuais com a responsabilidade pessoal do produtor e de sua família, explorações que estão integradas aos mercados agrícolas e agroalimentares, altamente capitalizadas e altamente produtivas. Como essas explorações puderam se desenvolver e quais são seus resultados econômicos?

A dimensão das disparidades existentes entre as explorações familiares

A modernização das explorações familiares que permitiu à França tornar-se o primeiro produtor europeu (com 20% da produção europeia) e o segundo exportador mundial, com 58 bilhões de euros de exportações agroalimentares em 2012, esteve amplamente vinculada ao crescimento

geral da economia francesa. O excedente de empregos na agricultura foi absorvido pelo restante da economia até a década de 1980. No entanto, esse desenvolvimento das explorações foi desigual em função das regiões, dos sistemas de produção e da dimensão das explorações, reproduzindo importantes disparidades de renda e de desenvolvimento agrícola.

As 490.000 explorações existentes em 2010 abrigam realidades produtivas, econômicas e sociais muito diferentes. É verdade que, em média, os ganhos agrícolas e o padrão de vida dos agricultores se aproximam daqueles das outras categorias profissionais. Porém, o mundo agrícola apresenta forte heterogeneidade. As desigualdades de renda e das condições de vida podem ser muito marcadas em função das produções praticadas, da dimensão econômica da exploração e da região. Assim, em 2010, as 300.000 explorações “profissionais” (com renda bruta acima de 25.000 €), com 75 hectares em média, concentravam 95% da SAU e do produto da agricultura, enquanto as explorações classificadas como “não profissionais”, com 10 hectares em média, correspondiam apenas a 5%. Desde 2010, a renda agrícola líquida por trabalhador familiar é superior a 30.000 €, superior ao valor de 20.000 € obtido anteriormente (Gráfico 1). Mas esse resultado é devido principalmente à alta expressiva dos preços das culturas arvenses, nas quais a renda por trabalhador ultrapassa os 50.000 €, enquanto a renda dos criadores estagnou abaixo dos 20.000 €. As disparidades regionais de renda também são fortemente marcadas, dado que a renda média por exploração variou, em 2010, em uma escala de um a oito entre os dez departamentos mais ricos e os dez mais pobres.

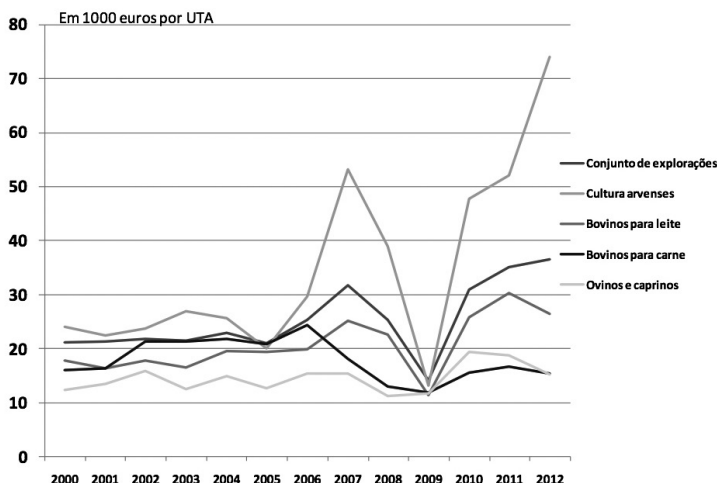


Gráfico 1. Evolução da renda (em euros) por trabalhador familiar em explorações agrícolas médias e grandes na França.

A organização profissional dos agricultores e a consolidação do modelo familiar

A união faz a força: os agricultores atores de sua própria transformação

Tais microempresas, como as explorações familiares, sentiram logo (desde o fim do século 19) a necessidade de se agruparem de modo a se dotarem de instrumentos de desenvolvimento econômico e financeiros próprios e de organizarem suas relações com o Estado e com as outras categorias sociais (notadamente seus clientes e seus fornecedores). Essas organizações assumiram geralmente formas sindicais e formas cooperativas e mutualísticas que viriam a se tornar organizações de peso no cenário econômico e político francês: o banco *Crédit Agricole*, cooperativas mutualísticas como a *Mutualité Sociale Agricole*, *Assurances agricoles*, *Coopération agricole*, organizações sindicais como o *Syndicalisme agricole* e outras tantas.

Resultado desse processo é a constituição de uma rede complexa de organizações agrícolas com funções diversas na esfera local, departamental e nacional:

- **funções econômicas e sociais** (comprar, vender, transformar para os agricultores, fornecer-lhes serviços, gerenciar interesses comuns);
- **funções educativas** (formação, extensão e desenvolvimento);
- **definição e implementação da política agrícola em parceria com o poder público** (cogestão de algumas políticas agrícolas e função das interprofissões na gestão dos mercados);
- **representação e pressões políticas** (função do sindicalismo agrícola particularmente forte na França, onde, de cada quatro agricultores, três são sindicalizados).

Uma outra estrutura, as câmaras agrícolas, desempenharam um papel essencial no desenvolvimento agrícola e rural desde a década de 1960.

Criadas em 1924 dentro de cada departamento, as câmaras de agricultura são estabelecimentos públicos que representam os interesses agrícolas de sua circunscrição junto ao poder público. Elas são dirigidas por um conselho de administração composto por representantes eleitos dos produtores agrícolas, dos ajudantes familiares, dos trabalhadores assalariados e de organizações agrícolas, dos proprietários fundiários, assim como de organizações profissionais agrícolas. As câmaras departamentais (95) e regionais (21) são representadas na esfera nacional pela assembleia permanente das câmaras de agricultura (APCA), que organiza debates e estabelece arbitragens a serem defendidas em instâncias nacionais e europeias encarregadas da elaboração das políticas agrícolas.

Esse conjunto é composto por 4.200 representantes eleitos e 8.000 trabalhadores assalariados, e administra um orçamento de 600 milhões de euros, cuja metade provém de recursos públicos. As câmaras de agricultura desempenham uma função essencial no desenvolvimento das explorações no plano local e departamental. Seus engenheiros e técnicos

estão encarregados também, desde 1966, da aplicação das políticas de desenvolvimento agrícola *in loco*, de maneira concertada e sob o controle das Direções departamentais da agricultura (DDT), que representam o Estado. Elas criaram numerosos serviços (jurídico, fundiário, ordenamento rural, extensão, formação) de acordo com as missões de cada uma delas. Os serviços mais conhecidos são os serviços de utilidade agrícola de desenvolvimento (SUAD), os estabelecimentos departamentais de criação pecuária (EDE) e os centros de economia rural. As câmaras são secundadas em âmbito local por uma grande quantidade de associações de agricultores, como os grupos de desenvolvimento agrícola (GDA), os centros de estudos técnicos agrícolas (CETA), os centros de informação e de extensão para a agricultura (CIVAM), entre outras mais, que dispõem com frequência de técnicos cedidos pelas câmaras de agricultura. A repartição das atividades das câmaras de agricultura por função indica que mais da metade de suas atividades se refere à consultoria, à *expertise* e à dinamização; 14% à pesquisa-experimentação; 11% ao controle técnico e 6% aos estudos.

As câmaras de agricultura têm como missão elaborar programas plurianuais de desenvolvimento agrícola, a fim de coordenar o conjunto das ações no plano regional e beneficiar de financiamentos nacionais alocados notadamente pelo Ministério da Agricultura e Pesca. Essa impressionante rede não alcança, na mesma proporção, todas as categorias de agricultores. Uma das dificuldades do desenvolvimento de explorações familiares de dimensões e de produções muito variadas reside na adequação da consultoria à realidade de cada agricultor. As pequenas explorações, julgadas por vezes como marginais (ou sem futuro) pelas organizações profissionais agrícolas, são as explorações menos apoiadas pelas organizações de desenvolvimento.

A organização econômica dos produtores

Dentre as organizações profissionais determinantes na evolução econômica das explorações familiares, vale destacar:

- As organizações de produtores, que buscam reduzir os investimentos e os custos ligados ao uso de materiais agrícolas agrupando-se para suas compras. Existem hoje cerca de 13.000 cooperativas de uso de materiais agrícolas (CUMA) na maioria das regiões francesas. A política agrícola apoia seus investimentos por meio de empréstimos bonificados a 3%.
- As organizações locais ou regionais de colocação no mercado, do tipo associação de produtores, que buscam formalizar em contratos as relações entre produtores e comerciantes ou industriais. Por meio do respeito de normas de qualidade, as associações de produtores buscam garantir o escoamento da produção e preços mínimos.
- As interprofissões por produtos, que reúnem a administração (France Agrimer) e os profissionais dos setores implicados para o gerenciamento dos mercados no plano nacional e também para aplicar mecanismos comunitários de intervenção nesses mercados.
- As cooperativas agrícolas de abastecimento de *inputs*, de colheita e de transformação dos produtos agrícolas, que se constituíram, faz um século, atores incontornáveis do desenvolvimento da agricultura e da indústria agroalimentar. O volume de negócio das 2.900 cooperativas agrícolas elevou-se a 83 bilhões de euros em 2010, equivalentes a 40% do volume de negócios do setor agroalimentar francês. Nove em cada dez explorações francesas fazem parte de alguma cooperativa. As cooperativas concentram-se e agrupam-se de modo a afrontar a concorrência das multinacionais do setor agroalimentar. Contabilizam-se 16 grupos cooperativos de dimensão internacional entre os 40 mais importantes grupos agroalimentares franceses, e 2/3 do volume de negócios dessa cooperação são realizados por menos

de 10% das empresas. Aliás, o gigantismo das estruturas e o distanciamento dos centros de decisão são as principais críticas formuladas pelos produtores com relação a suas cooperativas.

- A organização dos setores com certificação de qualidade dos produtos (certificação de origem controlada, selos, agricultura orgânica etc.), que representa atualmente cerca de 130.000 explorações e um volume de negócios da ordem de 30 bilhões de euros em 2010. Esses rótulos de qualidade, gerenciados pelos produtores sob o controle da administração, permitem geralmente que produtos de alta qualidade sejam mais bem remunerados.

As organizações profissionais agrícolas souberam dotar-se de poderosas ferramentas de desenvolvimento em setores diversos da vida econômica que não eram, *a priori*, de sua competência (crédito, seguros, transformação dos produtos). No entanto, elas não levaram a cabo sua lógica de controle para além desses setores nem previram o desenvolvimento espetacular da grande distribuição na França a partir da década de 1960. Atualmente, cinco grandes centrais de compras controlam 2/3 do consumo alimentar dos franceses (equivalente a um volume de negócios de 80 bilhões de euros). A grande distribuição incide sobre os preços pagos aos produtores devido à relação de poder entre produtores agrícolas e industriais do setor agroalimentar, em desvantagem dos primeiros.

O papel das políticas agrícolas no desenvolvimento da agricultura familiar

A intervenção pública na agricultura é uma realidade antiga na França

Vale lembrar rapidamente que a intervenção do Estado francês na agricultura não se iniciou com o Tratado de Roma, que instituiu a política agrícola comum (1957), tampouco com as leis de orientação de 1960 e 1962. Desse modo, a taxação das importações dos produtos agrícolas provenientes de

países novos, instaurada por Méline a partir de 1884, permitiu que a França se mantivesse ao abrigo da concorrência e que conservasse um campesinato numeroso até o período do pós-guerra (ele representa 30% da população ativa em 1946). A intervenção nos mercados dos produtos agrícolas com medidas relativas ao armazenamento e de preços garantidos inicia-se em 1936, com a criação do serviço do trigo e em 1923, com um serviço para leite e carne bovina. Subestima-se geralmente o alcance do estatuto do arrendamento adotado em 1946, que busca garantir o direito de exploração, ao limitar consideravelmente o direito de propriedade. A consequência foi a queda dos preços de arrendamento e de compra e venda de terra para os níveis mais baixos da Europa, o que facilitou ainda mais a reestruturação fundiária e o investimento agrícola. Da mesma maneira, o apoio do Estado ao desenvolvimento de instrumentos cooperativos e mutualísticos (notadamente com a criação da Caixa Nacional do Crédito Agrícola), a partir do início do século, impulsionou o desenvolvimento do setor agrícola e agroalimentar, sem esquecer da pesquisa agrônômica, prioridade no período de pós-guerra.

No entanto, a maior parte das intervenções do poder público buscava principalmente fornecer respostas às crises conjunturais, mais do que implementar um verdadeiro projeto de desenvolvimento da agricultura francesa. Foram as leis de orientação agrícola francesas de 1960 e 1962 que marcaram a vontade política e profissional de promover um projeto de desenvolvimento da agricultura francesa, com base na modernização e na reestruturação das explorações familiares. Desenvolvimento das explorações que não será orientado apenas pelas leis de mercado, mas também pela implementação de um dispositivo de apoio à acumulação de capital e à expansão fundiária para explorações médias, cujos instrumentos diversos ainda estão em funcionamento atualmente.

Política agrícola e reestruturação das explorações familiares: o modelo das três agriculturas

Ao isolar a agricultura europeia dos mercados mundiais, ao abrigar as explorações agrícolas atrás de “redes de proteção” representadas pela garantia de preços mínimos, as organizações comuns de mercado estabelecidas a partir de 1960 pela PAC serviram de verdadeiro seguro contra os riscos ligados às flutuações brutais dos preços característicos dos mercados agrícolas. Os agricultores podiam produzir sem se preocupar com mercados e com os custos induzidos pelo escoamento de suas produções. Esse tipo de política, que reunia as condições ideais para se atingir a autosuficiência alimentar em escala europeia, provocou problemas políticos e financeiros temíveis, assim que a autonomia alimentar foi alcançada.

A agricultura francesa, em particular, tirou proveito desses mecanismos de apoio. Distinguem-se esquematicamente quatro grandes fases em seu desenvolvimento desde o pós-guerra:

- Na primeira fase, trata-se de restabelecer a autonomia alimentar do país com base nas produções de grande consumo (cereais, laticínios, carne, ovos, legumes e batatas), situação alcançada a partir de meados da década de 1950.
- Na segunda fase, correspondente à construção comunitária, trata-se de desenvolver as exportações para outros países da Europa, a fim de equilibrar a balança comercial agroalimentar, meta que foi atingida em meados da década de 1970, quando a balança comercial agroalimentar francesa se torna excedentária estruturalmente. Esse excedente elevou-se, em 2012, a 11,9 bilhões de euros.
- Na terceira fase, trata-se de fazer da França um país de peso no *ranking* dos exportadores mundiais de produtos agrícolas e agroalimentares. Meta alcançada no final da década de 1980, momento em que a França se torna o segundo exportador mundial, atrás dos Estados Unidos.

- Adentramos uma quarta fase com a lei de orientação agrícola de 1999, em que a ampliação dos volumes (alimentares, comerciais) já não é mais o objetivo principal, mas em que se pede aos agricultores para se adequarem a certas finalidades econômicas, sociais e ecológicas que, se não são novas, rompem de algum modo com a lógica produtivista anterior.

Os instrumentos que acompanharam essa evolução (caracterizada por um volume global de produção multiplicado por 4 no período de 50 anos, com um número de trabalhadores dividido por 6, o que corresponde à multiplicação por mais de 20 da produtividade do trabalho agrícola) são notáveis pela sua permanência, apesar das reformas sucessivas da PAC.

O apoio aos preços agrícolas, a regulação dos mercados e a política das estruturas¹⁷ foram os três pilares que permitiram assegurar, primeiramente no âmbito do país e, em seguida, em escala comunitária, o desenvolvimento do modelo agrícola chamado de modelo “das três agriculturas” cuja meta foi acelerar a transferência dos meios de produção para as explorações familiares em processo de crescimento.

Esse modelo de crescimento, esquematizado a seguir (figura 1) (Kroll, 1990), distingue uma primeira agricultura, constituída por explorações de dimensão econômica suficiente para que os preços agrícolas possam lhes garantir um nível de renda elevado o bastante para lhes permitir investir nas explorações e ampliá-las e, assim, conservar sua competitividade em termos de produtividade do trabalho agrícola e de custo de produção. No polo oposto, pode-se distinguir uma agricultura constituída de explorações de pequenas dimensões, mantidas por agricultores idosos, muitos dos quais sem sucessores, sem viabilidade a prazo, pois seu nível de renda não permite atender simultaneamente às necessidades da família e investir

¹⁷ Entende-se por políticas de estruturas os dispositivos relativos aos meios de produção da agricultura: o emprego (apoios à instalação dos jovens e à cessação de atividade dos produtores idosos), o capital de exploração (apoios ao investimento), o fundiário (facilitação das transferências fundiárias para as explorações em processo de crescimento). As políticas de estruturas são políticas seletivas de apoio ao desenvolvimento de algumas categorias de explorações para as quais se busca orientar o capital e o fundiário.

na exploração. Entre esses dois polos existe um conjunto de explorações médias, com dificuldades para seguir o ritmo de acumulação do capital das explorações mais produtivas, mas que, no entanto, têm fortes potenciais para o aumento de sua produtividade, desde que o poder público apoie sua capacidade de investimento e sua expansão fundiária.

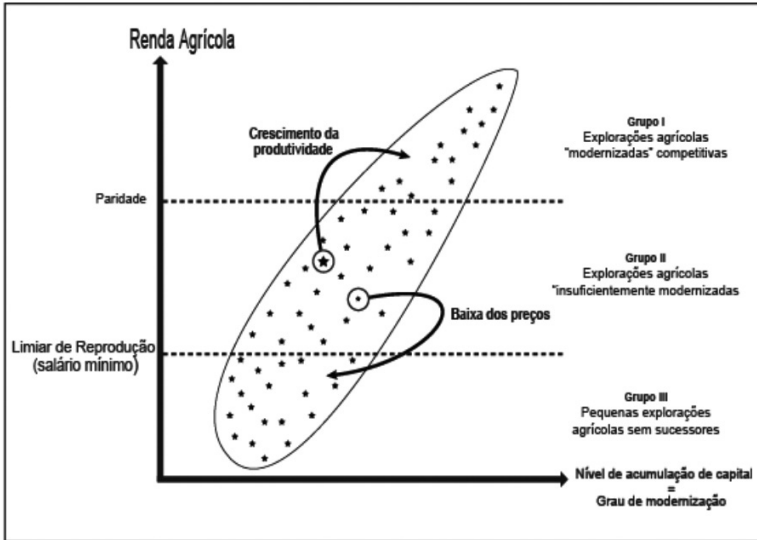


Figura 1. O modelo de reestruturação e de modernização das explorações familiares: Renda Agrícola versus Grau de Modernização.

Fonte: Kroll, 1990.

A política de estruturas buscou acelerar o desaparecimento das explorações pouco competitivas ao implementar uma política de cessação de atividade de produtores idosos (desde a implementação, em 1962, de pagamentos vitalícios de indenização por cessação de atividade até o dispositivo de pré-aposentadoria de 1992, mais de 1,2 milhões de produtores foram beneficiados com essas medidas, disponibilizando mais de 15 milhões de hectares, dos quais dois terços foram destinados à ampliação

das explorações restantes). O objetivo da intervenção fundiária realizada com as empresas de ordenamento fundiário e de implantação rural (Safer) é garantir a transferência das terras disponibilizadas para explorações médias. A intervenção seletiva do poder público que não fornece apoio ao investimento a explorações abaixo de determinada superfície mínima na fase da implantação, ou abaixo de determinada renda mínima no âmbito de planos de desenvolvimento, devia permitir que somente explorações de porte médio recuperassem uma situação favorável ao recebimento de apoios. Os promotores dessa política consideravam que a partir do momento em que as explorações não viáveis estivessem extintas e que as explorações médias tivessem se tornado competitivas, a reestruturação fundiária estaria encerrada. As três agriculturas foram reduzidas a um núcleo de explorações viáveis e reprodutíveis, integradas de forma paritária na sociedade e adaptadas à evolução dos mercados agrícolas. O modelo de modernização das explorações tinha como finalidade alcançar, a prazo, uma situação de estabilidade das estruturas agrícolas, apesar de não ter levado em consideração as consequências da tendência de queda dos preços agrícolas.

Na verdade, a queda dos preços em francos constantes (variável em função dos produtos, mas que tem alcançado 60% em média desde 1970) tende a fazer com que as explorações cujo ritmo de acumulação e de aumento da produtividade foi inferior à diminuição dos preços sejam sempre trazidas aquém do limite de viabilidade econômica. As explorações que não conseguem acompanhar o ritmo de acumulação imposto pela queda dos preços agrícolas tendem a ser pauperizadas e a sobreviver consumindo seu próprio capital até seu desaparecimento. Desse modo, a pauperização contínua de uma franja de agricultores é assegurada, fornecendo novas terras para a reestruturação fundiária e reproduzindo assim o modelo das três agriculturas.

Acumular ou desaparecer permanecem mecanismos centrais para o crescimento da agricultura familiar francesa. Os trabalhos que tratam da simulação dos efeitos da diminuição dos preços agrícolas na renda das explorações, imposta pelas reformas sucessivas da PAC, demonstram que a ampliação e o

aumento dos rendimentos continuam os meios mais seguros de compensar as diminuições de renda (Blanc et al, 2000). As alternativas possíveis para o desenvolvimento das explorações, durante muito tempo, receberam pouco apoio das políticas agrícolas, e, ainda atualmente, apesar dos discursos de valorização da diversidade e da multifuncionalidade das explorações, é forçoso constatar que as medidas classificadas como de desenvolvimento rural representam apenas uma parte mínima dos recursos públicos alocados:¹⁸

Será que um modelo de crescimento que reproduz indefinidamente famílias camponesas em via de marginalização econômica ainda é compatível com a situação econômica e social que prevalece na França há aproximadamente três décadas? Entre 1980 e 2000, a agricultura perdeu metade de seus trabalhadores, ou seja, 1.200.000 trabalhadores, equivalentes a 900.000 empregos de tempo integral (Unidade Trabalho Anual – UTA), enquanto o número de desempregados na economia crescia, passando de 1,3 a 2,5 milhões no mesmo período. Isso não significa que os trabalhadores que deixaram a agricultura se tornaram desempregados (3/4 aposentaram-se), mas que postos de trabalho foram suprimidos no setor agrícola, embora sua manutenção, em parte ao menos, poderia ter limitado o crescimento do desemprego. Se a reestruturação foi necessária na conjuntura dos trinta gloriosos (1945-1975) para enfrentar a concorrência europeia, o discurso que justifica a continuidade do processo pelo alinhamento necessário dos níveis de competitividade nos mercados mundiais (notadamente o mercado de cereais) não pode servir para mascarar o fato que essa competitividade é, em grande medida, artificial, por ser apoiada pelas ajudas de compensação da PAC no âmbito interno e pelas restituições no âmbito externo. As ajudas diretas da PAC representam, em média, dois terços da renda agrícola, e sua repartição, muito desigual por serem atribuídas em função da superfície, acarreta importantes disparidades de desenvolvimento agrícola.

¹⁸ As medidas de desenvolvimento rural que reúnem apoios à instalação, ao investimento, ao agroambiente e à compensação dos limitantes naturais representam aproximadamente 1,7 bilhões de euros em 2012, equivalentes a 15% do montante total dos recursos públicos para a agricultura produtiva, 14,5 bilhões de euros.

Quais são as perspectivas de desenvolvimento para as explorações familiares francesas?

O esgotamento do modelo de desenvolvimento agrícola francês¹⁹ dominante e a contestação crescente de seus impactos negativos sobre o meio ambiente e a qualidade dos produtos alimentares provocaram uma aceleração da tomada de consciência da necessidade de uma reforma da política agrícola francesa no final da década de 1990. A lógica de reestruturação apresentada anteriormente não pode permitir, a prazo, a existência de uma minoria de grandes explorações apenas (150.000 grandes explorações) que concentre a maior parte dos meios de produção e dos subsídios públicos, enquanto um grande número de produtores, em explorações de dimensões reduzidas e/ou em regiões difíceis, busca viabilizar seus sistemas de produção fora dos esquemas de crescimento dominantes e são beneficiados, na maioria das vezes, por subsídios reduzidos.

A representação a seguir (figura 2) apresenta algumas vias diferenciadas de desenvolvimento possíveis para as explorações agrícolas francesas.

¹⁹ O fato de o valor agregado bruto produzido pela agricultura francesa diminuir regularmente há mais de 35 anos é um dos limites do modelo que consegue aumentar a produção de riqueza somente reduzindo o número de agricultores.

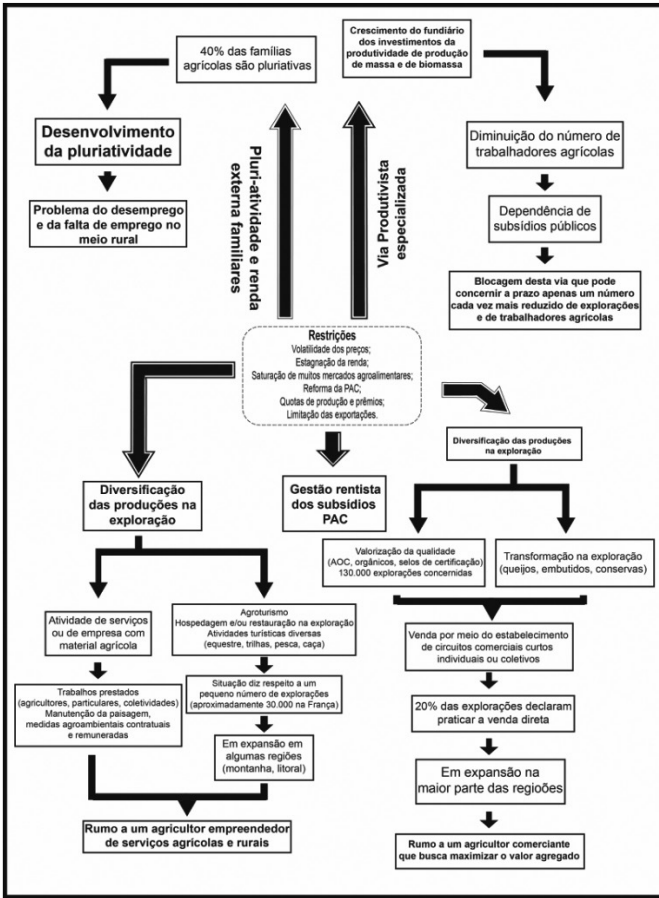


Figura 2. Quais são as vias de desenvolvimento possível para as explorações familiares francesas?

Essas vias já são seguidas em muitas explorações que procuram e experimentam novas soluções diante das restrições cada vez mais rígidas que limitam atualmente seu desenvolvimento (volatilidade dos preços e saturação de alguns mercados, quotas de produção e prêmios etc.). Essas explorações, muitas vezes em situações naturais ou estruturais difíceis, são obrigadas a seguir vias de desenvolvimento diferentes para sobreviver.

As soluções encontradas, mais ou menos originais, estão fundamentadas principalmente na valorização dos patrimônios e recursos locais, sejam produtivos, turísticos, ambientais ou culturais. Essas experiências, por iniciativa dos agricultores e de suas associações, não encontram respaldo suficiente nas políticas de desenvolvimento agrícola e rural, que precisam ser orientadas nessa direção.

As alternativas ao modelo produtivista dominante estão fundamentadas na diversificação das produções e das atividades e no fortalecimento do suporte à multifuncionalidade da agricultura francesa: valorização da qualidade, transformação da produção na exploração ou em pequenas unidades com venda direta individual ou coletiva, pluriatividade das famílias de produtores agrícolas, pagamento por atividades e serviços mercantis (agroturismo) ou não mercantis (agroambiente). Esse conjunto de atividades já permite viabilizar pequenas e médias explorações em toda a União Europeia e principalmente nas regiões mais marginalizadas economicamente.

Não se deve, no entanto, mistificar as possibilidades de desenvolvimento trazidas pela diversificação das produções e das atividades da agricultura e pelo reconhecimento mercantil de suas funções ambientais. Essas atividades precisarão, para se desenvolver, de uma política agrícola profundamente renovada, em que os subsídios públicos não sejam mais distribuídos majoritariamente em proporção à superfície ou à quantidade de cabeças de gado. O desenvolvimento de uma agricultura multifuncional e sustentável requer também uma política territorial e rural mais diferenciada em função das regiões e das categorias campesinas a serem mantidas.

Conclusão

A organização profissional dos produtores agrícolas e o subsídio das políticas agrícolas, aplicadas há mais de um século no plano nacional francês inicialmente, e comunitário em seguida, representam a base do processo de desenvolvimento das explorações familiares. O exemplo da agricultura francesa revela que as explorações familiares não são intrin-

secamente mais frágeis ou menos produtivas que as explorações do tipo capitalista desenvolvidas principalmente nos países em que a terra e o trabalho eram baratos.

No entanto, as capacidades de desenvolvimento das explorações familiares dependem estreitamente, na França como nos outros países, do nível da renda agrícola que determina as capacidades de investimento e de endividamento a prazo. Para assegurar esse desenvolvimento nas condições ideais, subsídios públicos são indispensáveis para a agricultura familiar ao menos por dois motivos: a instabilidade dos mercados agrícolas que fragiliza os produtores e a baixa rentabilidade do capital na agricultura que restringe as possibilidades de investimento.

A proteção dos mercados agrícolas e a limitação da flutuação dos preços por um lado, e os subsídios aos investimentos agrícolas individuais e coletivos por outro lado, constituem os dois pilares que permitem limitar a instabilidade econômica dos produtores e assegurar seu desenvolvimento. No entanto, essas políticas são onerosas e cada vez mais difíceis de serem implementadas no âmbito da organização mundial do comércio que restringe esse tipo de apoio.

A via seguida pela agricultura francesa, sem ser universal nem exclusiva (notadamente por que o nível de apoio assegurado pela PAC é privilégio dos países ricos) evidencia, no entanto, os enormes potenciais de desenvolvimento a que pode pretender uma economia campesina integrada ao mercado, conquanto estejam reunidas as condições econômicas e políticas para seu crescimento. Esse exemplo revela que, para além dos objetivos técnicos e econômicos, toda política agrícola é uma arbitragem entre os interesses das diferentes categorias que compõem a sociedade (ver, sobre o assunto, a análise de M. Mazoyer e L. Roudard, 1997).

Toda política fundiária (de atribuição de terras ou de restrição de arrendamentos) ocorre por meio de uma arbitragem entre os interesses dos proprietários e dos camponeses. Toda política de preços agrícolas representa uma arbitragem entre os interesses dos agricultores, dos industriais e dos consumidores. Toda política de fortalecimento da agricultura por meio de

subsídios ou de créditos bonificados é uma arbitragem entre as categorias de exploração e as regiões beneficiadas e as excluídas. Em especial, uma política de desenvolvimento agrícola pode reduzir ou, pelo contrário, agravar as desigualdades entre explorações e entre regiões. Desse modo, as escolhas feitas por cada Estado em matéria de política agrícola, ao apoiarem uma determinada estrutura de propriedade, um determinado tipo de exploração (grandes propriedades e explorações capitalistas ou propriedades camponesas e associações de produtores, por exemplo) constituem os principais desafios econômicos, políticos, sociais para o futuro.

Referências

Agreste Graphagri (2012), « L'agriculture, la forêt et les industries agroalimentaires » Ministère de l'Agriculture.

Bazin G., rapporteur (2010). « Quelle PAC pour quelle agriculture européenne après 2013 ? ». Compte rendu de l'Académie d'agriculture de France » Vol. 96, n° 2.

Bazin G., Bourdeau-Lepage L. « L'agriculture dans les nouveaux Etats membres : continuité et adaptation » Economie rurale, n° 325-326 spécial « Transition agricole et rurale à l'Est ».

Bazin G., Roux B. (1992), « *Les facteurs de résistance à la marginalisation dans les zones de montagne et défavorisées méditerranéennes communautaires* ». Commission des Communautés Européennes, DGVI, Bruxelles.

Bazin G. (2003). « La Politique Agricole Commune contre la multifonctionnalité ». Economie Rurale n°273.

Blanc C., Mathurin J., Blogowski A, Debaud M. (2000), « *Les conséquences de l'accord de Berlin pour l'agriculture française* », Notes et études économiques n° 11.

Cambino M., Laisnet C., Vert J., (coord. 2012), « *Le monde agricole en tendances. Un portrait social prospectif des agriculteurs* » Centre d'études et de prospective, Ministère de l'Agriculture.

Delame N. (2006) « Revenu des foyers d'agriculteurs. La pluriactivité se développe » INSEE Première, n°1068, février 2006.

Hervieu B., Purseigle F. (2013) « Sociologie des mondes agricoles » Collection U. INSEE (2007), « L'agriculture nouveaux défis » INSEE.

Kroll J.C. (1990), « *Agriculture : changer de politique* ». Syros, Paris.

Loyat J. et Petit Y. (2007), « *La politique agricole commune : un enjeu de société* ». La Documentation française, Paris.

Mazoyer M., Roudart L. (1997), « *Histoire des agricultures du monde* ». Editions du Seuil, Paris.

DEBATES ATUAIS SOBRE A QUESTÃO FUNDIÁRIA E A REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL E NA FRANÇA

Esta terceira parte, intitulada “**Debates atuais sobre a questão fundiária e Reforma Agrária no Brasil e na França**”, agrega trabalhos que tem como foco as transformações no campo e na agricultura nos últimos anos. Apontam como tais transformações levam a interpretações bastante distintas sobre o quadro atual e sobre perspectivas em torno da questão agrária e das políticas públicas para o desenvolvimento rural. Impregnada de uma hierarquia de valores industriais e mercantis que legitimaram a modernização da agricultura brasileira, a defesa do modelo fundado no agronegócio assinala a capacidade e eficácia da produção agrícola, propondo, eventualmente, algum ajuste com vistas a adequar os sistemas produtivos aos princípios mais sustentáveis. Já o reconhecimento do papel da agricultura familiar/ campesinato, no âmbito notadamente das políticas públicas e das pesquisas universitárias, leva a demandas por apoios decisivos a estas formas sociais de produção, especialmente com vistas à multiplicação das unidades produtivas familiares via reforma agrária. Assim, as tensões fundiárias em curso no Brasil são pontos fundamentais de reflexão, considerando sobretudo o congelamento de novas implantações de assentamentos com o privilégio da consolidação daqueles existentes. Neste quadro, o debate central concentra-se nas formas de amparo que os agricultores familiares, particularmente os beneficiários da reforma agrária, recebem, envolvendo desde o acesso à terra até as formas de comercialização. A discussão abarca formas alternativas de sustentação dos assentamentos, notadamente baseadas em

processos de comercialização através de circuitos curtos locais/regionais e mercados institucionais, no marco institucional favorável à participação econômica e social dos agricultores familiares. Portanto, trata-se de um campo efervescente de debate, com embates de diferentes matizes. Neste capítulo são apresentadas e discutidas as características destas tensões, procurando notadamente iluminar iniciativas inovadoras e considerar abordagens analíticas promissoras.

CAPÍTULO 8

Entre avanços, equívocos e indefinições, perspectivas de ressignificação da Reforma Agrária no Brasil

SONIA MARIA PESSOA PEREIRA BERGAMASCO²⁰
VANILDE FERREIRA DE SOUZA ESQUERDO²¹

Introdução

A declaração do atual Secretário-Geral da Presidência da República de que os assentamentos de trabalhadores rurais brasileiros, implantados pelo Incra (Instituto de Colonização e Reforma Agrária), constituem “quase favelas rurais” suscitou inúmeras polêmicas entre governo e movimentos sociais e entre pesquisadores ligados aos estudos socioeconômicos do rural. Essa polêmica traz à tona duas ordens de questões: a primeira é a constatação de um arrefecimento na implantação de assentamentos rurais, na segunda metade do segundo governo do Presidente Lula da Silva e na primeira do atual governo Dilma Rousseff; e a segunda é a de que é preferível adotar programas de desenvolvimento agrícola para os assentamentos já existentes, através de políticas públicas.

²⁰ Professora na Feagri/Unicamp e UFSCar Araras (Brasil).

²¹ Professora na FCA e Feagri/Unicamp (Brasil).

Diante disso, este texto busca fazer um balanço da política de assentamentos das duas últimas décadas, atentando para o fato de que, apesar da diminuição no número desses assentamentos e das dificuldades enfrentadas pelos assentados, há indícios de que as políticas públicas vêm garantindo uma melhoria nas condições de vida dessas populações. No entanto, essa constatação não retira a pertinência de uma reforma agrária no Brasil, mesmo que ela mereça uma ressignificação.

Há que se referir que os índices de concentração fundiária continuaram inalterados no período que vai de 1975 a 2006. A perspectiva de a reforma agrária possibilitar a desconcentração fundiária é controversa, entretanto é inequívoca aos indicadores a oportunidade aos trabalhadores rurais de desenvolverem seus projetos de vida, resgatando a dignidade de uma população historicamente excluída. A conquista da terra possui significados que vão desde o resgate da cidadania até a melhoria das condições de vida dessa população, pela aquisição de bens, produtos e serviços. As recentes políticas públicas do governo brasileiro voltadas aos agricultores familiares, que dizem respeito ao crédito, à assistência técnica e à garantia de colocação no mercado dos bens produzidos, se, por um lado, se revestem de importância crucial para o desenvolvimento dos assentados e dos assentamentos, por outro, se constituem em uma série de desafios e problemas de diferentes ordens que necessitam ser analisados. Para dar conta desses objetivos, os dados foram obtidos tanto em fontes secundárias oficiais como em resultados de pesquisas qualitativas realizadas em diversos assentamentos no Estado de São Paulo.

Este texto apresenta uma análise sobre a reforma agrária brasileira, na qual se constata que nos últimos anos houve diminuição no número de novas famílias assentadas. Tal fato pode estar baseado na mudança de foco dessa política, qual seja, a prioridade para a adoção e implementação por parte do governo federal de políticas públicas que promovam o desenvolvimento dos assentamentos rurais já estabelecidos.

Apesar das discontinuidades dessas políticas públicas, os assentamentos vêm apresentando resultados positivos, colocando-se como uma estraté-

gia de políticas de integração social, já que possui uma potencialidade na geração de empregos e aumento do nível de renda das famílias assentadas.

Porém, há que se destacar que o modelo de reforma agrária pensado como distribuidora de terras visando a uma desconcentração fundiária não se concretizou. Tal fato pode ser corroborado pela forte estabilidade do índice de Gini, que em 1975 era de 0,855, em 1985 foi de 0,858, em 1995/96 foi de 0,857 e em 2006 ficou em 0,856. Importante lembrar que, quanto mais perto de 1, maior o grau de concentração. Historicamente, através de governos autoritários e militares, ou por governos democráticos, a estrutura fundiária no Brasil pouco foi alterada nos últimos 50 anos (NAKATANI et al., 2012).

Outro fato relevante é de que a constituição dos assentamentos rurais no país é, sobretudo, oriunda da luta e da pressão dos trabalhadores rurais sem-terra, em especial o MST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra). A extensão da luta pela terra é conhecida por meio das diversas manifestações cotidianas dos sem-terras, que vai desde o trabalho de base às ocupações de terra; dos acampamentos e dos protestos com ocupações de prédios públicos às intermináveis negociações com o governo; do assentamento à demanda por política agrícola, na formação da consciência de outros direitos básicos, como educação, saúde, etc. (FERNANDES, 2000).

Assim, os assentamentos rurais desempenham um importante papel no espaço rural brasileiro devido a sua contribuição social e econômica em termos de geração de emprego, da diminuição do êxodo rural, do aumento da oferta de alimentos, dos incrementos na produção agropecuária e na elevação do nível de renda, com conseqüente melhoria na qualidade de vida dos trabalhadores rurais.

Refletindo sobre a ressignificação da reforma agrária, isto é, a mudança de foco por parte do governo federal para essa política, este texto busca fazer um balanço da política de assentamentos das duas últimas décadas, observando que, apesar da diminuição no incremento de novas áreas de assentamentos e das dificuldades enfrentadas pelos assentados, há indicativos de que as políticas públicas implementadas vêm garantindo uma melhoria nas condições de vida dessas populações.

A Reforma Agrária Brasileira nas duas últimas décadas

Em função da abertura política e da maior atuação dos movimentos sociais, a reforma agrária foi um tema presente na agenda política do governo Fernando Henrique Cardoso, em meados da década de 1990. Porém, as restrições orçamentárias fizeram com que seus resultados fossem bastante limitados (KAGEYAMA et al., 2010). O conceito que a reforma agrária tinha no programa de governo FHC resumia-se a ações fundiárias mais agressivas quando comparadas aos governos anteriores, mas não havia a menor pretensão de sequer arranhar a estrutura fundiária do país.

Apesar de esse governo assegurar a importância da desapropriação, como instrumento para conseguir novas terras requeridas para cumprir as metas de famílias assentadas, o governo FHC propôs uma nova forma de aquisição de terras, denominada reforma agrária de mercado (ANJOS; CALDAS, 2003). Dentro dessa perspectiva, em 1997 foi implantado, com apoio financeiro do Banco Mundial, o Programa Cédula da Terra em cinco estados brasileiros (Ceará, Maranhão, Pernambuco, Bahia e Minas Gerais), previsto para três anos de duração.

Entre o período de 1995 a 1998 o governo do presidente FHC assentou, sob diferentes formas (desapropriação, arrecadação, regularização fundiária, etc.), 284.228 famílias, em uma área total de 12,8 milhões de hectares, distribuídos por 2.428 projetos de assentamentos (FERREIRA; SILVEIRA, 2003).

No início do segundo mandato do governo de Fernando Henrique Cardoso foi divulgado o que se denominou de “Novo Mundo Rural”, uma iniciativa cujas propostas eram consideradas modernas em sua concepção e objetivos, os quais, de acordo com seus idealizadores, apresentavam um novo desenho institucional, capaz de articular todas as instâncias do poder público na promoção desse “novo mundo rural”. Como consequência dessas propostas, algumas ações foram estabelecidas, entre elas a extinção do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária, o Procera, e a criação do Banco da Terra. Com tal medida, a reforma agrária de mercado ganhou força até o final desse governo.

Entre os anos de 1999 e 2002 o governo FHC assentou 139.585 famílias, em 2.672 projetos de assentamentos, em uma área total de 9,2 milhões de

hectares. Aqui também estão inclusas todas as formas de acesso à terra, sejam assentamentos implantados via programa tradicional de reforma agrária em terras obtidas, sobretudo, por desapropriações e arrecadação de terras, ou por meio da compra direta de terras, através do Banco da Terra e do Crédito Fundiário (FERREIRA; SILVEIRA, 2003). No segundo mandato do governo FHC registra-se o redirecionamento do aparato institucional no sentido de fundir as políticas de reforma agrária com as políticas de fortalecimento da agricultura familiar em geral (KAGEYAMA et al., 2010).

Segundo Esquerdo e Bergamasco (2013), a mudança de governo em 2003 despertou novas esperanças em relação à questão agrária no Brasil, pois a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva contou com o apoio de inúmeros movimentos sociais, entre eles o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra). Assim, ainda em 2003 foi lançado o II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), que simbolizava a realização do maior plano de reforma agrária da história do país, pois tinha o compromisso da realização de uma reforma agrária massiva, ao objetivar o assentamento de 400.000 novas famílias no período 2003-2006 e a regularização fundiária de 100.000 propriedades.

Porém, em 2003, o governo federal conseguiu assentar apenas 36.301 famílias. Ao todo, esse governo assentou 117.555 famílias em dois anos (2003 e 2004), alcançando 81% da meta de 145 mil famílias estabelecida para esse período (60.000 em 2003 e 85.000 em 2004) pelo II Plano Nacional de Reforma Agrária (MDA; INCRA, 2005).

Para Sauer e Souza (2008, p. 79), durante o primeiro mandato do governo do Partido dos Trabalhadores (PT) (2003-2006), “a questão agrária deixou de ser tratada como caso de polícia. Por outro lado, o governo avançou muito pouco no que tange à democratização do acesso à terra por meio do assentamento de famílias em projetos de reforma agrária”.

Entre 2003 e 2010 foram implantados 3.543 projetos de assentamentos, numa área de 48,47 milhões de hectares, sendo que a Região Nordeste foi a que mais registrou assentamentos implantados (1.671 PAs). O número de projetos implantados em 2010, em todas as regiões, foi bem inferior

se comparado aos anos anteriores, apenas 210, sendo o menor número registrado na Região Sul, que contou com somente 11 projetos implantados nesse ano. Por esse fato, verifica-se que no ano eleitoral pouco se fez pela reforma agrária, sendo os objetivos do governo concentrados em outros assuntos estratégicos, como, por exemplo, a sucessão presidencial (ESQUERDO; BERGAMASCO, 2013).

Verifica-se, pela Tabela 1, que durante os dois mandatos do governo Lula (2003-2010) 2006 foi o ano em que houve o maior número de famílias assentadas (136.358), porém, após esse ano, observa-se um decréscimo considerável em relação ao incremento de novas famílias em áreas de assentamentos rurais no Brasil, principalmente em 2010, ano em que foram assentadas apenas 39.479 famílias nos 210 projetos citados.

Tabela 1. Número de famílias assentadas nas diferentes regiões do Brasil, 2003-2010

Regiões	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Total
Norte	16.004	31.774	58.373	81.573	23.502	34.259	25.805	20.184	291.474
Nordeste	13.256	28.522	39.726	35.313	20.534	20.545	17.757	10.836	186.489
Sudeste	1.566	2.459	6.540	3.260	3.311	2.316	3.177	2.295	24.924
Sul	1.038	3.638	2.987	2.059	1.717	1.802	1.195	1.959	16.395
C.Oeste	4.437	14.861	19.880	14.153	18.471	11.235	7.564	4.205	94.806
Total	36.301	81.254	127.506	136.358	67.535	70.157	55.498	39.479	614.088

Fonte: INCRA, 2013.

Para o Incra, a política agrária brasileira melhorou muito nos últimos anos, uma vez que a área incorporada ao programa de reforma agrária saltou de 21,1 milhões de hectares de terras obtidos entre 1995 e 2002 para 48,3 milhões entre 2003 e 2010, significando um aumento de 129%. Durante os dois mandatos do governo Lula o número de famílias beneficiadas também aumentou totalizando 614.088 famílias assentadas.

Estes dados, no entanto, têm sofrido críticas tanto de estudiosos como de movimentos sociais, ao afirmarem que os dados da reforma agrária do governo Lula não correspondem à realidade, porque eles somaram como assentamentos novas áreas de regularização fundiária, áreas de reconhecimento de assentamentos antigos e reassentamentos de atingidos por barragens.

Além disso, outra crítica contundente é o fato de que no segundo mandato não houve a elaboração do III Plano Nacional de Reforma Agrária, o que poderia melhorar o número de assentamentos no país. Assim, houve um descompromisso do governo em realizar a reforma agrária, passando a adotar uma política de contrarreforma agrária.

Em 2011, ao assumir o poder, a presidenta Dilma Rousseff, também do Partido dos Trabalhadores, enfatizou que a prioridade do seu governo seria a erradicação da pobreza extrema do país, porém, para contemplar tal objetivo, nada foi mencionado a respeito da realização da reforma agrária.

Falar em erradicação da pobreza extrema, necessariamente, significa que a reforma agrária deve ser colocada como uma das ações principais, pois sem mexer na estrutura fundiária altamente concentrada do país, a possibilidade de acabar com a pobreza é muito pequena, uma vez que muitas dessas terras são utilizadas como reserva de especulação e empregadas por transnacionais para gerar o lucro (AGÊNCIA BRASIL, 2011). Isso significa que sem alterar a estrutura fundiária não se altera também a renda, extremamente concentrada, como a terra.

As críticas em relação à reforma agrária no governo Dilma são muitas, chegando a ser comparado o baixo desempenho, tanto em relação ao assentamento de famílias quanto à implantação de novos projetos de assentamento, ao desempenho do governo do presidente Figueiredo, durante a ditadura militar. O fato é que, de acordo com os dados do Incra, em 2013 foram assentadas 30.239 famílias, distribuídas em 132 projetos de assentamentos rurais. Entre 2011 e 2013, o governo Dilma Rousseff assentou 75.335 famílias, em 358 novos projetos de assentamentos rurais, numa área total de 2.540.772 ha (Tabela 2), números extremamente baixos se comparados aos governos dos presidentes Lula e FHC.

Tabela 2. Área (ha) e número de projetos de assentamentos implantados no Brasil em 2011, 2012 e 2013.

2011		2012		2013		Total	
Projeto	Área (ha)	Projeto	Área (ha)	Projeto	Área (ha)	Projeto	Área (ha)
109	1.902.884	117	322.314	132	315.574	358	2.540.772

Fonte: DT/Gab-Monitoria – Sipra em 31/12/2013.

Diante dessa realidade, é recorrente, por parte de lideranças do MST, a crítica de que o governo Dilma paralisou a política de reforma agrária no país.

Para o Incra, um dos fatores que explica a diminuição no número de assentamentos no país é a queda na demanda, havendo hoje um número menor de famílias acampadas comparado ao governo do presidente Lula. De acordo com esse Instituto há atualmente no Brasil cerca de 150 mil famílias acampadas, número inferior ao das décadas de 1980 e 1990. Esses números também são contestados pelos movimentos sociais, que apontam cerca de 400 mil famílias acampadas por todo o país.

O fato é que, ao olhar os números referentes à reforma agrária, o governo Dilma registrou em sua biografia a marca do pior desempenho, desde o governo FHC, na execução da reforma agrária no Brasil.

Atualmente, parece haver, por parte do governo, um direcionamento pela resignificação da reforma agrária brasileira, em que se acredita haver uma superação da reforma agrária clássica, que envolve um processo de democratização da terra. O atual caminho segue no sentido da adoção de programas de desenvolvimento agrícola para os assentamentos já existentes, mediante políticas públicas. Contudo, é certo que ainda há um número considerável de pessoas demandantes por terra, além da extrema concentração fundiária do país, que certamente necessita ser modificada.

As prioridades do atual governo: políticas de desenvolvimento (social e agrícola) em detrimento da modificação da estrutura fundiária

Ao longo do primeiro mandato do governo Lula, a estratégia para a área agrária estava voltada para a “qualificação dos assentamentos rurais existentes”, ou seja, a recuperação dos assentamentos já realizados e que se encontravam em condições precárias, principalmente em termos de produção e de infraestrutura. Assim, a maior parte dos recursos desse primeiro período foi destinada às ações de recuperação, com baixos investimentos em desapropriações de novas áreas (MATTEI, 2012).

Desse modo, durante os dois mandatos do governo Lula registram-se importantes ações no que tange à criação e ao desenvolvimento de políticas públicas. Muitas das políticas implementadas nesse período tiveram como foco o meio rural. O governo Lula priorizou ações importantes, como:

- a) distribuição de renda através do Bolsa Família, que é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, em benefício de famílias que se encontram em situação de pobreza e de extrema pobreza;
- b) aumento na geração de emprego, promovendo políticas de inclusão produtiva que proporcionem a todos a autonomia para sobreviver com dignidade sustentável;
- c) fortalecimento da agricultura familiar através:
 - do incremento do crédito rural do Pronaf;
 - da criação da Lei 11.326/2006, definindo a agricultura familiar;
 - do estabelecimento do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que adquire produtos da agricultura familiar para o atendimento de populações em situação de insegurança alimentar;
 - do estabelecimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), através da Lei 11.947/2009, que determina a

utilização de, no mínimo, 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para alimentação escolar, na compra de produtos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas;

- da formulação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater);
 - da criação da Lei 12.188/2010, a Lei de ATER, que institui a Pnater e o Programa Nacional de ATER (Pronater);
- d) criação do programa Fome Zero;
- e) criação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), por meio da Lei 11.346/2006, visando assegurar o direito do ser humano à alimentação adequada;
- f) fortalecimento e reestruturação da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), tornando-se um órgão importante para a comercialização de produtos oriundos da agricultura familiar;
- g) fortalecimento do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), oferecendo cursos de educação básica (alfabetização e ensinos fundamental e médio), técnicos profissionalizantes de nível médio e cursos superiores e de especialização;
- h) combate ao trabalho escravo;
- i) criação, em 2003, do Programa Luz para Todos, cujo objetivo é acabar com a exclusão elétrica no país.

Seguindo a mesma linha política, todas essas ações tiveram continuidade no governo da presidenta Dilma Rousseff. Apesar do arrefecimento no número de famílias assentadas e de novas áreas de assentamentos rurais, não se pode negar uma avaliação da melhoria das condições de vida das famílias assentadas, graças a um conjunto de fatores, como moradia, lugar seguro para a reprodução social, mais recursos financeiros para os

assentados via políticas públicas como o Pronaf, criado em 1996, ainda no governo FHC, o PAA (criado em 2003), o PNAE (Lei 11.947/2009), a melhoria na segurança alimentar e nutricional, incluindo o autoconsumo e nas condições de emprego e renda.

Quando se pesquisa o tema da educação no meio rural e, sobretudo, nos assentamentos, os estudos mostram a significativa mudança quanto à escolaridade dos jovens, os quais são mais escolarizados do que os adultos, indicando uma grande transformação educacional intergeracional (MOLINA, 2004). Nesse sentido, estudos têm demonstrado que os assentamentos rurais favorecem a escolarização das novas gerações (BERGAMASCO et al., 2005; LEITE et al., 2004; CASTRO, 1999).

Dentre as políticas criadas na década de 1990, destaca-se o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), criado em 1998, a partir da luta e reivindicação dos movimentos sociais do campo. O Pronera tem a missão de melhorar os níveis de escolarização formal dos assentados e assentadas no Brasil. É um instrumento de democratização do conhecimento no campo, uma vez que promove e apoia projetos de educação baseados no uso de metodologias direcionadas ao desenvolvimento de áreas de reforma agrária.

De acordo com Molina e Jesus (2010), desde o seu nascimento, em 1998, o Pronera garantiu o direito de alfabetização de milhares de jovens e adultos das áreas de reforma agrária do país. Além disso, as autoras comprovaram que:

além da própria elevação da escolarização formal dos assentados, o acesso a maiores níveis de educação tem contribuído para desencadear mudanças também nos processos de organização da produção. A ampliação dos cursos técnicos profissionalizantes foi apontada como fator positivo, no sentido de ampliar as possibilidades de promoção da sustentabilidade das áreas reformadas. Outro item relacionado à sustentabilidade diz respeito à continuidade e à permanência

das ações de escolarização promovidas junto aos assentados. A Avaliação Externa comprovou o acerto do Programa quanto à estratégia de formar educadores das próprias comunidades assentadas (MOLINA; JESUS, 2010, p. 44-45).

Dessa forma, deve-se reconhecer que a situação educacional nesses novos espaços é melhor que a da média da população rural, em que a incidência de analfabetismo é superior e a escolaridade alcançada menor (DI PIERRO, 2006).

Outro programa visando a melhoria das condições de vida dos assentamentos é o “Minha Casa, Minha Vida”. Esse Programa foi lançado em 2009 pelo governo federal com a finalidade de promover o acesso à casa própria. Em 2013, esse Programa estendeu suas ações para as áreas de reforma agrária de todo o Brasil através da Portaria Interministerial nº 78, publicada em parceria com ministérios do Desenvolvimento Agrário (MDA), das Cidades e do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). O documento inclui as famílias beneficiárias da reforma agrária no Programa Nacional de Habitação Rural, integrante do “Minha Casa, Minha Vida”. A proposta é que em 2013 sejam atendidas 60 mil famílias entre construção e reforma de casas.

Em todo o Brasil, a meta do Programa “Minha Casa, Minha Vida” para 2013 é a construção de 22,2 mil habitações em assentamentos distribuídos por todos os estados. Para a construção das casas, serão disponibilizados créditos de R\$ 28,5 mil por família, gerando um investimento total que deve ultrapassar os R\$ 630 milhões até dezembro de 2013 (PORTAL BRASIL, 2013). Os resultados ainda não aparecem nas estatísticas disponíveis.

A conquista da terra pode ser um caminho para reverter a situação de pobreza e, conseqüentemente, diminuir os índices de insegurança alimentar no meio rural brasileiro, pois conquistar a terra significa para muitos assentados o resgate das origens camponesas, sendo tal característica reforçada após essa conquista. Assim, a terra é o fator essencial para a sua reprodução, não possuindo apenas um valor monetário, mas também

um valor moral, significando também liberdade em relação a quem os expropriou. A mudança para a terra conquistada constitui a possibilidade de iniciar uma nova vida (MARTINS; MENASCHE, 2011).

Pesquisas empíricas²² realizadas em assentamentos rurais demonstram que as famílias assentadas se encontram em situação de segurança alimentar, ou seja, quando não há restrição alimentar de nenhuma natureza, nem mesmo a preocupação com a falta de alimentos no futuro.

Esquerdo et al. (2013) verificaram os níveis de segurança alimentar em 10 áreas de assentamentos rurais do Estado de São Paulo. Em assentamento localizado na região leste do Estado de São Paulo (Araras I), a porcentagem de famílias assentadas em segurança alimentar chegava a 100%. Acrescentando a porcentagem de famílias que declararam ter insegurança alimentar leve, ou seja, quando é identificada a preocupação relativa à possibilidade de o alimento vir a faltar, além de problemas com a qualidade da alimentação, a menor porcentagem de famílias foi encontrada no assentamento Araras IV, com o total de 78% (Segurança Alimentar+Insegurança Alimentar Leve).

Tabela 3. Porcentagem de famílias em situação de Segurança Alimentar e em situação de Insegurança Alimentar Leve em assentamentos do Estado de São Paulo, 2011/2012.

Assentamento	% de Famílias		
	Segurança Alimentar	Insegurança Alimentar Leve	Total
Ipanema	68	26	94
Palu	64	30	94
Santo Antônio dos Coqueiros	82	18	100

²² OLIVEIRA, J. T. A. (Coord.). Segurança alimentar no campo: redesenhos agroecológicos da produção em áreas de assentamentos e remanescentes de quilombos. [Projeto de pesquisa, Edital CNPq/MCT 19/2010, Processo 559493/2010-0]. Campinas: Feagri; Unicamp, 2010.

Lagoinha	80	14	94
Tremembé	65	27	92
Rancho Alto	58	25	83
Araras I	100	0	100
Araras II	85	15	100
Araras III	77	11	88
Araras IV	39	39	78

Fonte: *Segurança alimentar no campo*: redesenhos agroecológicos da produção em áreas de assentamento e remanescentes de quilombos (Dados Preliminares).

A reforma agrária pode promover impactos favoráveis quanto à Segurança Alimentar, como geração de trabalho e renda, o que contribui para o acesso à alimentação; dá condições para que as famílias assentadas possam produzir seus próprios alimentos e fortalece a “Segurança Alimentar local”, uma vez que há produção diversificada de alimentos na região (DOMBEK, 2006).

Em relação ao direcionamento das prioridades do governo para as políticas de desenvolvimento agrícola, constata-se, entre as pesquisas realizadas em assentamentos rurais do Estado de São Paulo, a irrefutabilidade de que a participação desse público junto aos programas de fortalecimento da agricultura familiar promove maior visibilidade e legitimidade local, reforçando o seu papel como agentes econômicos desencadeadores de desenvolvimento (CAMARGO et al., 2013b).

O Programa de Aquisição de Alimentos, criado em 2003, caminha nessa direção, pois estimula a compra de produtos dos assentamentos e das comunidades tradicionais, como povos indígenas e quilombolas, o que leva ao fortalecimento da agricultura familiar.

O PAA completou 10 anos de existência. Nesse período, registrou R\$ 5,3 bilhões em investimentos e 4 milhões de toneladas de alimentos adquiridos até 2013, em um processo que não exige licitação, aplica os valores médios do mercado e se destaca principalmente nas regiões

Nordeste, Sul e Sudeste do país. No entanto, essa política se tornou o único exemplo de política agrícola em substituição a uma política agrária de implementação de assentamentos pelo governo federal, em complementação ao Programa Luz para Todos e ao Bolsa Família (REDE BRASIL ATUAL, 2014).

No Estado de São Paulo, diversas pesquisas demonstram a importância do PAA na melhoria das condições de vida dos assentados rurais. Dentre elas, destacamos a pesquisa realizada no Assentamento 23 de Maio, no município de Itapetininga, São Paulo, em que Camargo et al. (2013a) destacam que, após a implantação do programa, foram registradas significativas modificações de cunho qualitativo no assentamento. Uma dessas transformações refere-se a mudanças nos sistemas de produção, na organização social dos agricultores, na forma de exploração dos lotes e na segurança alimentar das famílias. Resumindo, antes de os assentados terem acesso ao PAA, sua preocupação era voltada para a produção de consumo da própria família e/ou *commodities* de fácil comercialização, não exigindo dessa forma uma maior organização social.

Em pesquisa realizada por Andrade et al. (2012) sobre o PAA e o PNAE em assentamentos rurais do município de Araras, em São Paulo, verificou-se uma modificação positiva em relação à alimentação das famílias após a participação delas nesses dois programas. Tal fato é devido à diversificação da produção vegetal e ao aumento da área de plantio. Além disso, as famílias participantes desses dois programas tiveram um incremento em sua renda. Dessa forma, a análise do PAA e do PNAE nesses assentamentos demonstrou que esses programas trouxeram implicações positivas para as famílias, relativas, principalmente, ao aumento da renda, à diversificação da produção e à garantia da segurança alimentar, melhorando, conseqüentemente, sua qualidade de vida.

Da mesma forma, diversas outras pesquisas, no Estado de São Paulo, vêm demonstrando os efeitos positivos de programas como o PAA e o PNAE na vida dos assentados.

O PAA, na sua modalidade Compra da Agricultura Familiar para Doação Simultânea, constitui um elemento inovador do debate sobre a reforma agrária e o desenvolvimento rural do Pontal do Paranapanema. Suas lógicas favorecem uma reorientação em favor de sistemas produtivos diversificados, de comercialização alimentar em circuito curto e descentralização associativa (LE MOAL, 2013, p. 120).

Ferrante et al. (2012), em pesquisa realizada em duas regiões distintas no Estado de São Paulo, constataram que, nos assentamentos localizados na região central do Estado de São Paulo, 45% da produção era destinada para o autoconsumo, 27% para o PAA e 20% para a Merenda Escolar por meio do PNAE. Ao todo, 47% da produção dos assentamentos pesquisados era destinada ao mercado institucional. Outros 6% para a venda direta (feiras, quitandas, supermercados), 1% para troca entre os assentados e 1% apenas para atravessadores.

Percebe-se que, tanto o PAA quanto o PNAE, trouxeram pontos positivos aos assentamentos/assentados, principalmente em relação a: melhoria na renda, diversificação da produção, garantia de mercado para a comercialização, fortalecimento das organizações nos assentamentos. Durante os dez anos de operação do PAA pela Conab, milhares de famílias foram beneficiadas pela venda de seus produtos ao governo federal, obtendo garantia de renda e de melhoria na qualidade de vida. Porém, a quantidade de recursos disponibilizada pelo governo ainda é bastante pequena diante do universo dos agricultores familiares assentados, abarcando apenas uma pequena fatia desse público. Em 2012, os agricultores familiares tradicionais foram os que mais acessaram o PAA (71%), seguidos de agricultores assentados, cuja porcentagem foi de 23,8%. Nesse sentido, sendo o PAA um programa que visa o atendimento de agricultores menos capitalizados, verifica-se que o acesso ao Programa ainda é limitado para essa faixa de produtores (ESQUERDO, 2013).

Apesar da pouca cobertura do PAA e do PNAE, diante do universo de agricultores familiares brasileiros, especialmente de assentados rurais, esses programas vêm alcançando, a cada ano, seus objetivos, promovendo a geração de renda, a sustentação de preços aos agricultores familiares e garantindo a segurança alimentar e nutricional da população urbana e rural.

Embora os programas aqui apresentados representem um avanço para o fortalecimento da agricultura familiar brasileira, especialmente dos assentamentos rurais, deve-se enfatizar a importância do assentamento de novas famílias, a fim de melhorar a distribuição de terras no país, e também aumentar a produção da agricultura familiar, uma vez que ainda há entre 5 milhões e 6 milhões de famílias que esperam ser beneficiadas com a reforma agrária.

Considerações finais

A perspectiva de a reforma agrária possibilitar a desconcentração fundiária é controversa; entretanto, é inequívoca, aos indicadores, a oportunidade que os trabalhadores rurais possuem para desenvolver seus projetos de vida, resgatando a dignidade de uma população historicamente excluída. A conquista da terra possui significados que vão desde o resgate da cidadania até a melhoria das condições de vida dessa população, pela aquisição de bens, produtos e serviços.

Percebe-se que o atual governo da presidenta Dilma Rousseff centra seus esforços na tentativa de melhoria da qualidade de vida das populações assentadas, uma vez que se torna importante, para a manutenção desses novos espaços de vida e de trabalho, a oferta de políticas visando o seu desenvolvimento. Contata-se que programas como o Pronera são fundamentais para a transformação social, não apenas pelo fato de melhorarem a escolarização formal dos assentados, mas, sobretudo, por contribuir para a ampliação de oportunidades que podem ocorrer, por exemplo, via organização social e participação em cursos de capacitação técnica.

Verifica-se, também, um empenho maior por parte do atual governo para a melhoria das moradias no meio rural, por meio do Programa

“Minha Casa Minha Vida”. Além desses programas, há uma atenção voltada àqueles que contribuem para a comercialização da produção de gêneros alimentícios da agricultura familiar, como o PAA e o PNAE.

Contudo, apesar dos investimentos em políticas públicas direcionadas à agricultura familiar brasileira, não se pode negar que a concentração fundiária do país não diminuiu. Portanto, acredita-se que a reforma agrária efetiva deva aliar políticas de desenvolvimento para os assentamentos já estabelecidos, sem, contudo, esquecer que ainda há, no Brasil, uma enorme população demandante de terra.

Referências

ANDRADE et al. Implicações do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) nos assentamentos rurais de Araras/SP. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 50., 2012. *Anais...*, Vitória (ES), 2012. CD-Rom.

AGÊNCIA BRASIL. *Estrutura fundiária brasileira continua inalterada*. Entrevista Gilma Mauro, fev. 2011. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/11286>>. Acesso em: 24 maio 2011.

ANJOS, Flávio Sacco dos; CALDAS, Nádya Velleda. A Reforma agrária na contramão: a controvertida experiência do Banco da Terra. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 41., 2003. *Anais...*, Juiz de Fora, 2003. CD-Rom.

BERGAMASCO, S. M. P. P.; SOUZA, V. F.; CHAVES, T. A. B. A formação escolar em assentamentos rurais: desafios para as novas gerações. In: FERRANTE, V. L. S. B.; ALY Jr., O. (Org.). *Assentamentos rurais: impasses e dilemas (uma trajetória de 20 anos)*. Brasília: Incra; Araraquara: Uniara, 2005. p. 389-404.

CAMARGO, E. Ap. de O. et al. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como instrumento de fortalecimento de assentamentos rurais: o caso do Assentamento 23 de Maio, Itapetininga, Estado de São Paulo. *Informações Econômicas*, São Paulo, v. 43, n. 1, jan./fev. 2013a.

CAMARGO, R. Ap. L. de et al. Caracterização dos assentados do nordeste paulista que participam do PAA e PNAE. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 51., 2013. *Anais...*, Belém, 2013b. CD-Rom.

CASTRO, E. G. de. A escolarização nos assentamentos rurais: uma caracterização comparada. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 12, p. 80-103, abr. 1999.

DIPIERRO, M. C. Situação educacional dos jovens e adultos assentados no Brasil: uma análise de dados da Pesquisa Nacional de Educação na Reforma Agrária. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 29., 2006. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPEd, 2006. CD-Rom.

DOMBEK, L. A. *Autoconsumo e segurança alimentar em assentamentos rurais do Pontal do Paranapanema*. 2006. 94 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Agrícola, Campinas, SP, 2006.

ESQUERDO, V. F. de S.; BERGAMASCO, S. M. P. P. O processo de implantação da Lei 11.947/2009 (PNAE) nos municípios do Circuito das Frutas-SP. In: SIMPÓSIO SOBRE REFORMA AGRÁRIA E QUESTÕES RURAIS: POLÍTICAS PÚBLICAS E CAMINHOS PARA O DESENVOLVIMENTO, 5., 2012. *Anais...* Araraquara: Uniara, 2012. CD-Rom.

ESQUERDO, V. F. de S. *O impacto das políticas agrícolas nos municípios do Circuito das Frutas-SP*. Relatório Final de Pesquisa. São Paulo: Fapesp, 2013. [Processo: 2010/10928-2. FAPESP].

ESQUERDO, V. F. de S. et al. Segurança alimentar e nutricional e qualidade de vida em assentamentos rurais. *Segurança Alimentar e Nutricional*, Campinas, v. 20, n. 1, p. 13-23, 2013.

FERREIRA, Brancolina; SILVEIRA, Fernando Gaiger. A reforma agrária e o Pronaf nos anos FHC (1995-2002). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 41., 2003. *Anais...*, Juiz de Fora, 2003. CD-Rom.

FERNANDES, Bernardo Mançano. A questão agrária no limiar do século XXI. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 15., 2000. *Anais...*, Goiânia, 2000. CD-Rom.

FERRANTE, V. L. S. B.; DUVAL, H. C.; GEMERO, C. G. Sistemas produtivos e políticas públicas nos assentamentos em duas regiões do Estado de São Paulo: similitudes e diferenças. In: CONGRESSO DA SOBER – SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA,

ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 50., 2012. *Anais do ER – Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural*, 2012. v. 1.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Pesquisa confirma que reforma agrária é um instrumento de combate à pobreza. *Jornal Incra*. Publicação Especial do INCRA, ano 1, n. 2, dez. 2013 (a).

KAGEYAMA, Ângela; BERGAMASCO, Sonia M. P. Pereira; OLIVEIRA, Julieta T. Aier de. *Assentados e familiares no Censo Agropecuário de 2006*. 2010. Disponível em: <http://www.uniara.com.br/nupedor/nupedor_2010/00%20textos/mesas/Kageyama.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2014.

LEITE, S. P. et al. *Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro*. São Paulo: Unesp, 2004. 392 p.

LE MOAL, M. F. *Programa de Aquisição de Alimentos nos assentamentos rurais da reforma agrária: análise sob as lentes da multifuncionalidade da agricultura*. 2013. 134 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, Esalq, Piracicaba, SP, 2013.

MARTINS, V. S.; MENASCHE, R. Trajetórias do lugar de viver em terras de reforma agrária. *Retratos de Assentamentos*, v. 14, n. 1, p. 69-92, 2011.

MATTEI, L. F. A reforma agrária brasileira: evolução do número de famílias assentadas no período pós-redemocratização do país. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 301-325, 2012.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO; INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. *Relatório de Gestão Exercício de 2004*. Brasília: MDA; Incra, fev. 2005.

MOLINA, M. C. O Pronera como construção prática e teórica da educação do campo. In: ANDRADE, Márcia Regina; DI PIERRO, Maria Clara; MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo de (Org.). *A educação na reforma agrária em perspectiva: uma avaliação do Pronera*. São Paulo: Ação Educativa; Brasília: Pronera, 2004.

MOLINA, M. C.; JESUS, S. M. dos S. Contribuições do Pronera à educação do campo no Brasil. In: MOLINA, M. C.; SANTOS, C. Ap. dos; JESUS, S. M. dos S. (Org.). *Memória e história do Pronera: contribuições para a educação do campo no Brasil*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010. p. 29-67.

NAKATANI, P. et al. Histórico e os limites da reforma agrária na contemporaneidade brasileira. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 110, p. 213-240, abr./jun. 2012.

PORTAL BRASIL. *Famílias de assentados da reforma agrária serão contempladas com moradias do programa Minha Casa Minha Vida*. 2013. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/infraestrutura/2013/05/familias-de-assentados-da-reforma-agraria-serao-contemplados-com-moradias-do-programa-minha-casa-minha-vida>>. Acesso em: 13 mar. 2014.

REDE BRASIL ATUAL. *Programa de Aquisição de Alimentos fortalece agricultura familiar*. 2014. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/economia/2014/02/programa-de-aquisicao-de-alimentos-fortalece-agricultura-familiar-6226.html>>. Acesso em: 13 mar. 2014.

ROMEIRO, Adhemar et al. (Org.). *Reforma agrária: produção, emprego e renda*. O relatório da FAO em debate. Rio de Janeiro: Vozes/Ibase/FAO, 1994.

SAUER, Sérgio; SOUZA, Marcos R. Movimentos sociais na luta pela terra: conflitos no campo e disputas políticas. In: FERRANTE, V. L. B.; WHITAKER, D. C. A. (Org.). *Reforma agrária e desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais*. Brasília: MDA; São Paulo: Uniara, 2008. p. 53-87.

CAPÍTULO 9

Justificações em torno de Assentamentos periurbanos no estado de São Paulo: uma justiça ecológica em questão

PAULO EDUARDO MORUZZI MARQUES²³
CARLOS ARMENIO KHATOUNIAN ²⁴
LUCIANE CRISTINA DE GASPARI²⁵
MORGANE RETIÈRE²⁶

Introdução

Este artigo veicula análises de dados obtidos no âmbito da pesquisa “Múltiplos impactos da implantação de assentamentos: estudos de casos próximos a metrópoles paulistas” (apoiada pelo CNPq), notadamente provenientes de entrevistas realizadas junto a interlocutores do Assentamento Milton Santos, situado em Americana e Cosmópolis/SP. Nossas interpretações se

²³ Professor do Departamento de Economia, Administração e Sociologia da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq) e do Programa de Pós-Graduação em Ecologia Aplicada Interunidades (Esalq-CENA), da Universidade de São Paulo (Brasil).

²⁴ Professor do Departamento de Produção Vegetal da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq) e do Programa de Pós-Graduação em Fitotecnia da Esalq, da Universidade de São Paulo (Brasil).

²⁵ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ecologia Aplicada Interunidades (Esalq-CENA), da Universidade de São Paulo (Brasil).

²⁶ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ecologia Aplicada Interunidades (Esalq-CENA), da Universidade de São Paulo (Brasil).

apoiam também em informações obtidas em outras investigações, como será mencionado abaixo. Nossas hipóteses admitem que o engajamento na luta pela terra, particularmente no caso de assentamentos periurbanos, é em grande medida uma escolha de fuga da precariedade, cujo sentido aqui não é propriamente ligado à pobreza, mas às situações de grande incerteza e insegurança. Assim, o desejo de mais segurança a partir do enfrentamento de muitas dificuldades em suas trajetórias favorece disposições importantes para uma ação persistente visando reconstruir um projeto de vida em assentamento. Nosso estudo permite constatar que o acesso à terra representa uma transformação profunda para essas famílias. Com efeito, a atividade agrícola, realizada com muitos obstáculos, oferece uma perspectiva de estabilidade e de reconhecimento.

A partir dessas hipóteses, nosso estudo mobilizou a sociologia das justificações com vistas a situar as argumentações de nossos interlocutores em termos de princípios de mundo justo, considerando a pluralidade de concepções de justiça nas sociedades ocidentais contemporâneas. Nesse propósito, apresentamos na primeira parte do artigo os aspectos essenciais dessa sociologia. Em seguida, desenvolvemos uma caracterização do assentamento em foco e, na última parte, nossas interpretações sobre os argumentos construídos por nossos interlocutores.

Justificações como abordagem para a análise de itinerários de vida

Desde 2009, nossa equipe – formada no âmbito do Grupo Terra (Territórios Rurais e Reforma Agrária) da Esalq, que integra atualmente o Núcleo de Agroecologia dessa escola, e do Grupo de Pesquisa em Agriculturas Emergentes e Alternativas do Programa de Pós-Graduação Interunidades (CENA e Esalq) em Ecologia Aplicada, ambos da Universidade de São Paulo – desenvolve trabalhos no assentamento PDS (Projeto de Desenvolvimento Sustentável) Milton Santos. Inicialmente, os esforços de investigação voltaram-se à obtenção de dados sobre o perfil das famílias assentadas (MORUZZI MARQUES; OLIVEIRA; NEMOTO e ANTIER, 2010). Esse primeiro

material de investigação foi uma base importante para a escolha de um grupo de vinte famílias representativas da diversidade de situações. Tal grupo foi interrogado segundo o método de relatos de vida (BERTAUX, 1997), com aportes também daquele de história oral (ALBERTI, 2006), entre agosto e novembro de 2011. A questão-chave foi procurar saber dos entrevistados quais foram as principais transformações provocadas em suas vidas com a instalação do assentamento nesse território periurbano.

Num momento posterior, graças ao apoio da Fapesp para o desenvolvimento do projeto “Críticas e justificativas no campo agroalimentar: produção e sustentabilidade em causa”, nossa perspectiva analítica passou a considerar o plano das justificações formuladas pelos indivíduos quanto a suas ações e suas perspectivas, inscrevendo a análise no âmbito da sociologia pragmática da crítica (BOLTANSKI, 1990; BOLTANSKI e THÉVENOT, 1991; e BOLTANSKI, 2009). Nessa linha, foi possível propor que um relato de vida corresponde em grande medida a uma autobiografia, na qual o recurso à memória se orienta em boa medida para justificar escolhas ao longo da trajetória de vida. Convém também salientar rapidamente que essa sociologia se direciona para as análises de situações nas quais uma ação necessita justificação, o que representa apenas uma parte do que ocorre na vida social (BOLTANSKI, 1990).

Para a construção deste artigo, outros trabalhos no assentamento foram também tomados em consideração. Em julho de 2012, membros do Núcleo de Agroecologia Nheengatu da Esalq/USP²⁷ entrevistaram 52 famílias com vistas a recolher dados pormenorizados sobre a obtenção de renda pelas famílias assentadas e sobre a organização produtiva da

²⁷ O Núcleo de Agroecologia Nheengatu é uma articulação de Grupos de Extensão da Esalq, visando a potencializar os resultados dos esforços nessa temática. Foi inicialmente articulado pelo Professor Carlos Aramênio Khatounian, incluindo os grupos focados em agricultura orgânica (*Amaranthus*), sistemas agroflorestais (*Pirasykawa*), produção e consumo solidários (Rede Guandu) e reforma agrária (*Terra*), tendo apoio do MDA e CNPq. Os grupos participantes do Núcleo mantiveram sua identidade e foco originais, tendo diversas atividades exclusivas ou compartilhadas com o envolvimento de dois ou mais grupos. Nesse quadro, a partir de 2011, o Assentamento Milton Santos se converte num espaço de trabalho articulado dos quatro grupos do Núcleo Nheengatu.

atividade agrícola. Esses dados nos permitiram conceber categorias associadas a diferentes estratégias de ocupação do lote. Consideramos ainda dados sobre as experiências de comercialização, analisados na dissertação de mestrado de Morgane Retière (2014).

Considerando a abordagem sociológica das justificações, a construção de nossas hipóteses levou a realçar que valores de um mundo de justiça mercantil e industrial ofereceram os princípios justos para avaliar a modernização da agricultura. Graças a um discurso de eficácia e de redução de preços alimentares, essa modernização obteve legitimidade, associada a provas efetivas de veracidade (quer dizer, o que é desejável, “produzir mais com menor custo”, deve ser verificado). Porém, admitimos como hipótese que há um forte crescimento da legitimidade da crítica contra a validade dos princípios de justiça industriais e mercantis. É verdade que a agricultura produtivista desenvolveu sistemas muito eficazes para responder às provas de veracidade, em quadro no qual as arbitragens de conflitos se orientam por princípios eminentemente mercantis e industriais. Efetivamente, esses últimos estão profundamente inscritos e enraizados nos objetos e nas instituições em torno dos sistemas agroalimentares (pesquisa agrônômica, formação profissional agrícola, oferta de bens e serviços para a produção).

Mesmo considerando tal pujança, as provas de veracidade geradas por princípios mercantis e industriais são cada vez mais contestadas a partir de pontos de apoios normativos situados em outros mundos de justiça, o que permite alimentar de maneira mais ou menos vigorosa a elaboração de argumentos críticos que conhecem, mais que anteriormente, uma recepção favorável. Aqui, consideramos cinco mundos justos para nossa análise, a saber: 1. os domésticos; 2. os cívicos; 3. os ecológicos; 4. os industriais; e 5. os mercantis. As três primeiras ordens de justiça serão apresentadas abaixo, enquanto as duas últimas foram consideradas acima.

No que se refere aos princípios domésticos, o valor ou a importância das pessoas são associados às posições ocupadas numa cadeia de dependências pessoais. Trata-se de uma ordem de mundo justo que reproduz

a organização familiar no nível da sociedade. Com efeito, é a monarquia absolutista que constitui o modelo por excelência dessa ordem, o rei correspondendo à figura paterna que garante segurança e estabilidade para seus familiares (e, por consequência, para seus súditos), que em contrapartida lhe devem obediência.

Para nosso estudo, convém observar que não são propriamente princípios em torno de relações de dependências pessoais que são mobilizados para justificar uma postura em favor de alternativas agrícolas familiares ou para contestar o modelo mercantil e industrial, mesmo que eles possam estar subjacentes.

Efetivamente, a agricultura familiar é concebida como base de outro modelo de desenvolvimento rural. Portanto, os valores da família encontram-se no cerne da alternativa. Se podemos supor que a autoridade paterna funda esse ordenamento, é, no entanto, o papel desempenhado por essa agricultura, em termos de segurança e abastecimento alimentar, que é amplamente difundido com vistas à legitimação do apoio político a seu favor. Nessa perspectiva, a tradição, a confiança, a especificidade e a proximidade podem constituir princípios de mundo justo sobre os quais os argumentos em prol da agricultura familiar são susceptíveis de se apoiar, tal como frequentemente é possível observar nos debates sobre o desenvolvimento territorial (CAZELLA, BONNAL e MALUF, 2009) ou sobre os circuitos curtos de proximidade (DARROT e DURANT, 2010). A título de exemplo, a apresentação do dispositivo de controle social da produção orgânica para casos de venda direta é elucidativa de uma construção apoiada em princípios desta natureza:

o comércio de produtos orgânicos no Brasil e no mundo depende da relação de confiança entre produtores e consumidores. Mas, para que isso aconteça, a venda direta para o consumidor final é de muita importância. Afinal de contas, é a partir dela que são estabelecidos preços mais justos e o produtor tem a oportunidade de mostrar sua preocupação

com o cultivo dos alimentos, que, no caso dos orgânicos, leva em conta o respeito à natureza e à saúde do homem utilizando técnicas especiais (BRASIL, 2008).

Quanto ao mundo cívico de justiça, seu ordenamento funda-se na convergência das aspirações humanas, tal como concebe Jean Jacques Rousseau a propósito da passagem dos interesses particulares à formação da vontade geral. Assim, essa concepção reside na ideia da transferência do poder do rei para uma soberania republicana. As grandezas dessa ordem de justiça são medidas em termos, por exemplo, da salvaguarda de bens públicos ou do engajamento no debate com vistas à constituição do interesse comum.

Agora, antes de tratar do mundo de justiça ecológica, convém explicar que a noção de compromisso tem importância central na teoria das justificações. Quer dizer, considerando a pluralidade de princípios de justiça, existe uma interpenetração constante entre diferentes concepções de mundo justo nas formulações de antagonistas em situações de divergência e de negociação. A análise da construção desses compromissos no nível dos discursos críticos ou das posturas de negociação permite salientar a evolução dos princípios considerados como legítimos, em nosso caso, no campo das arbitragens em torno dos conflitos relativos à atividade agroalimentar.

Na construção e no debate dessa teoria, a consolidação de um compromisso pode representar a formação de uma nova ordem de princípios de justificação. Neste estudo, propomos que é possível pensar nesses termos para o caso de uma ordem ecológica de justiça.

De nosso ponto de vista, a composição de uma ordem de justiça ecológica amadurece em rápidas etapas, oferecendo um quadro analítico mais contemporâneo e mais preciso que a combinação de certos elementos presentes em diferentes ordens de justiça. Trata-se de um compromisso que se consolida em nova ordem justa ainda inacabada, o que implica certas ambiguidades. Recentemente, Denise Van Dam e Jean Nizet (2012) conceberam um modelo pertinente no âmbito da teoria das justificações no qual se destaca o esboço de um mundo de justiça de tipo ecológico.

Caracterização do assentamento Milton Santos

O Assentamento Milton Santos abriga um coletivo de 68 famílias instaladas em pequena área de 100 ha desde 2005, graças à intervenção do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá), em razão da pressão do movimento social. De fato, o assentamento é o resultado de uma ação do MST, a partir de um trabalho de base nas cidades de Limeira, Americana e Nova Odessa. Com a mobilização das famílias e após a realização de ocupações sem sucesso na região, os sem-terra em questão ocuparam o Sítio Boa Vista, em dezembro de 2005. Esse sítio fez parte da Fábrica de Tecidos Carioba S.A., propriedade da família Abdala. Em razão de sua desapropriação em 1976 motivada por dívidas acumuladas, o sítio foi repassado ao INPS (Instituto Nacional de Previdência Social). Com a extinção desse órgão, tal patrimônio foi transferido ao INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social). Destinada à produção de cana-de-açúcar, a área do sítio continuou, todavia, a ser explorada irregularmente pela Usina Ester até 2005. Com a ocupação pelas famílias engajadas no movimento, o INSS acabou por transferir o domínio das terras para o Incra, o que permitiu a realização do projeto de assentamento.

Aqui ainda é importante realçar que, no âmbito do MST, esse assentamento nasceu de uma concepção batizada de “comuna da terra”. Trata-se de uma forma de assentamento rural que se propaga desde 2001 no Estado de São Paulo. As principais ideias dessa perspectiva são: 1. os assentados são sobretudo originários de grandes cidades; 2. as terras se situam em zonas próximas das grandes aglomerações urbanas; 3. a agroecologia e a cooperação são pilares dos projetos produtivos; 4. o acesso coletivo à concessão da terra é privilegiado (MORUZZI MARQUES; LUCAS; GASPARI, 2014). Por outro lado, no âmbito do Incra, o assentamento está inscrito na modalidade de “projeto de desenvolvimento sustentável”, PDS. Em poucas palavras, esses PDSs se inscrevem numa perspectiva de conciliação entre proteção ambiental e desenvolvimento dos assentamentos.

Contudo, essa conciliação entre proteção ambiental e uso econômico não está claramente traduzida na ocupação dos pequenos lotes de 1 ha, tamanho que limita muito as escolhas agrícolas. O levantamento do Núcleo Nheengatu, em 2012, revelou um quadro heterogêneo em termos da utilização das parcelas pelas famílias, que vai desde uma ocupação apenas como moradia até o uso intensivo de toda a área disponível, como local de residência e de produção agrícola. As diferenças estão em grande medida associadas, de um lado, ao tipo e à intensidade da precariedade vivenciada anteriormente pelas famílias, o que será discutido mais tarde, e, de outro lado, às estratégias de reprodução social e às capacidades familiares diante das oportunidades econômicas do mercado regional de trabalho e de inserção mercantil de seus produtos agrícolas.

Para melhor discutir esse quadro, é agora oportuno apresentar os padrões de utilização dos lotes no assentamento. Evidentemente, existe aqui um risco de simplificação excessiva, associado à tentativa de enquadramento da realidade em arquétipos arbitrariamente definidos. De todo modo, tal esforço analítico favorece o estudo de situações complexas graças à concepção de categorias úteis para a compreensão dos processos sociais. Dessa maneira, os trabalhos desenvolvidos ao longo dos últimos anos permitem identificar três tipos principais de uso do solo: o exclusivamente residencial; aquele que associa residência e produção para o consumo doméstico; e aquele de moradia com produção comercial intensiva. Nos lotes com ocupação residencial, representando 17 famílias em 52 consideradas, a estratégia familiar é, sobretudo, gerar renda em trabalhos não agrícolas, frequentemente fora do lote, predominantemente nas áreas urbanas. Normalmente, são trabalhos exigindo alguma especialização, associados principalmente à construção civil, manutenção de automóveis e jardinagem. Comumente, as famílias desse grupo apresentam membros jovens com plena capacidade de trabalho e maior escolaridade, quando comparada com os outros grupos. Porém, também há casos de famílias com uma ou duas pessoas cuja capacidade de trabalho está comprometida por doenças físicas ou mentais. Nesses

lotes, observam-se especialmente a habitação e um pequeno quintal, o restante da área tendo pouco aproveitamento. É possível encontrar algumas árvores frutíferas e pequenas áreas com culturas menos exigentes, como mandioca e milho. Com tais lógicas, essas famílias dispõem de tempo reduzido para dedicação à produção agrícola.

No padrão de tipo consumo doméstico, representando 12 famílias, os lotes costumam estar plenamente ocupados com culturas, particularmente espécies alimentícias rústicas, especialmente a mandioca e o milho. No quintal doméstico, são frequentes árvores frutíferas, especialmente bananeiras, mas também citros, abacateiros e mangueiras. Esse padrão de uso está associado a famílias mais idosas, de menor tamanho e com menor tempo de permanência na escola. Muitas vezes, mencionam problemas de saúde na família. Assim, a inserção no mercado externo de trabalho é mais difícil. Em compensação, essas famílias costumam contar com benefícios das aposentadorias e tiveram algum tipo de experiência agrícola no passado. Nessa situação, a geração de renda no lote é menos premente para tais famílias, dispendo de tempo para dedicar-se a uma produção agrícola voltada para sua alimentação. Tais lotes apresentam notável aspecto agrícola, são efetivamente produtivos, mas o valor unitário dos produtos colhidos é reduzido, o que é bem exemplificado pelo estudo do caso da mandioca, principal cultura desse padrão de ocupação. Estimando-se, num ciclo de 12 meses, um rendimento realista de 12 toneladas de raízes comerciais descascadas por hectare, vendidas diretamente ao consumidor a R\$ 2,00/kg, a renda bruta dessa produção corresponderia a apenas R\$ 0,25 por mês por metro quadrado de área cultivada.

Os lotes inscritos na categoria de tipo produção comercial intensiva, representando 23 famílias, pertencem a assentados que obtêm a maior parte de sua renda da agricultura, dependendo dessa fonte para fazer frente a suas despesas monetárias. Frequentemente, são famílias apresentando menor escolaridade, com importante capacidade trabalho representada por uma maior presença de adultos com mais de 40 anos. Elas se dedicam à produção de hortaliças folhosas, com destaque para a alface e a rúcula.

Em sua maioria, as famílias não possuem experiência agrícola anterior, de modo que enfrentam o desafio de aprender um novo ofício. A opção por hortaliças é facilmente compreendida: uma cultura de alface, num ciclo de 40 dias após o transplante, plantada no espaçamento de 0,3m x 0,3m, vendida diretamente ao consumidor por R\$ 1,00 por cabeça, rende R\$ 7,50 por metro quadrado de canteiro por mês, o que equivale a 30 vezes mais por metro quadrado do que a mandioca. Por outro lado, um hectare em produção diversificada de hortaliças exige 4 a 5 pessoas em tempo integral, enquanto na produção de mandioca uma pessoa pode conduzir de 3 a 5 hectares de lavoura. Assim, as famílias envolvidas em produção comercial intensiva de hortaliças frequentemente conhecem dificuldades em termos de mão de obra, o que explica em boa medida a ocupação comumente parcial dos lotes com hortas. Ainda mais limitante para a expansão da produção hortícola nesses lotes é a reduzida disponibilidade de água para irrigação.

Nessa categorização é possível propor ainda tipos intermediários entre esses três padrões, o que permite apresentar um panorama mais consistente do uso do solo nos assentamentos. Com efeito, tal tipificação revela a racionalidade das famílias agricultoras em suas estratégias econômicas, orientada pelos recursos de que dispõem (conhecimento, capacidade física de trabalho) e por suas percepções sobre as oportunidades para o trabalho familiar. A propósito, no levantamento realizado no assentamento, uma pergunta-chave referiu-se ao quanto os agricultores acreditavam em poder obter de renda de um dia de trabalho dedicado ao lote ou vendido fora. Para 49% dos assentados interrogados, a remuneração diária por trabalho efetuado fora do assentamento se situaria entre 75 e 100 reais, enquanto 65% dos entrevistados acreditam que a renda gerada por um dia de trabalho no lote poderia alcançar até 30 reais.

Para completar esta caracterização do Assentamento Milton Santos, é importante abordar a comercialização dos alimentos ali produzidos. A evolução das formas de comercialização acompanha a consolidação do assentamento em termos de infraestrutura e de sistemas produtivos.

Até a construção das casas, a produção dificilmente passava daquela destinada ao autoconsumo. Uma vez instalada a infraestrutura básica de habitação, os assentados puderam dedicar seu tempo de trabalho a atividades produtivas em seus próprios lotes, de modo que a produção de alimentos para a venda tornou-se mais significativa. Convém ainda ressaltar, que ao lado do barracão comunitário, fora dos lotes individuais, em área coletiva com aproximadamente 0,5 hectare, aproveitando a disponibilidade no local de água para irrigação, quinze assentados, em seus canteiros individuais, iniciaram a produção comercial de hortaliças.

Essa etapa da evolução do assentamento corresponde também à implantação, com apoio do Incra, do primeiro contrato inscrito no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), em 2008. Rapidamente, cumpre assinalar que o PAA constitui um dispositivo inovador de compras públicas locais de produtos da agricultura familiar, destinados ao socorro alimentar de populações nas proximidades em situação de vulnerabilidade, graças ao abastecimento de instituições públicas ou de organizações socioassistenciais.

É com esse marco vinculado ao PAA que muitos assentados identificam o momento a partir do qual o assentamento como um todo começou de fato a produzir. Tratou-se de um meio essencial para viabilizar o escoamento da produção, mesmo para aqueles que produziam volumes pequenos, inferiores em valor a R\$ 100,00 por semana, insuficiente para justificar esforços e despesas para vender fora do assentamento.

Antes do estabelecimento dos contratos do PAA no assentamento, alguns assentados, mais jovens, com maior experiência e capacidade de trabalho, desenvolveram experiências de comercialização. Entre elas, a venda de porta em porta nos bairros próximos ao assentamento, de carro ou de carroça com tração de cavalo. Apesar das dificuldades associadas ao tempo despendido e ao custo do transporte, ainda se trata de uma solução que atrai os agricultores, por oferecer uma sensação de autonomia: o dinheiro obtido é diretamente embolsado e a escolha sobre onde e como vender é um atributo exclusivo do assentado.

A propósito, esses motivos justificaram uma experiência mais recente de comercialização da produção dos assentados na feira de Paulínia, município vizinho. No entanto, tal esforço durou pouco tempo, em razão, sobretudo, das dificuldades dos assentados em se inserir nessa feira, que conta com numerosas bancas tendo freguesia estabelecida e oferecendo uma gama de produtos não diferenciados. Por outro lado, um grupo pequeno de agricultores realizou investimentos para acessar os programas de alimentação escolar. Durante o ano de 2012, entregaram mandioca descascada e embalada a vácuo às escolas de Cosmópolis. No entanto, em 2013, não houve novo edital público dessa natureza, por motivos desconhecidos pelos assentados, embora tenham realizado investimento em máquina de embalar a vácuo e *freezer*. Tal problema revela as dificuldades em termos de garantias de estabilidade à produção e comercialização a partir do acesso aos programas públicos em favor da agricultura familiar, em particular nesse caso em que há pouco diálogo com as autoridades locais responsáveis pelos programas de compras públicas.

Ainda sobre a importância do PAA para a produção no assentamento, convém ressaltar que, desde o final de 2013, houve uma interrupção do fornecimento de alimentos por parte dos assentados graças ao programa, em razão de problemas administrativos em torno da associação local. Dessa forma, observa-se uma nítida diminuição do número de hortas em atividade, tanto na área de uso comum quanto em vários lotes.

Pluralidade de princípios de justiça como chave para compreender as motivações dos assentados

Com essa caracterização do assentamento em termos principalmente do uso do solo e das formas de comercialização, torna-se mais consistente uma análise sobre as motivações e justificações dos assentados, fundada no repertório de ordens de princípios de justiça concebido no âmbito da sociologia das justificações. A interpretação das entrevistas com nossos interlocutores assentados leva a destacar as transições nas construções

argumentativas, tomando em conta os momentos anteriores, simultâneos e posteriores aos conflitos mais agudos em torno da implantação do assentamento. Num primeiro momento, é uma ancoragem em princípios de justiça domésticos que predomina nos discursos. Em seguida, são notadamente princípios de um mundo justo industrial que contribuem a legitimar a implantação do assentamento, sobretudo em situações de conflito intenso. Enfim, quando as referências do interlocutor são em termos do futuro, os princípios de justiça mobilizados são aqueles do mundo cívico. Nossa reflexão leva a considerar também a importância de argumentos que poderiam ser analisados em termos de uma justiça ecológica.

A partir dessa interpretação preliminar, convém mencionar que nossas entrevistas revelam que o engajamento em luta por terra é motivado em primeiro lugar pela ideia de que se trata de uma via consistente para fugir da precariedade. É a proteção da família que é colocada em primeiro lugar como argumento para a luta, o que permite pensar na ordem doméstica de justificação. O assentamento constitui uma perspectiva de mais estabilidade e mais bem-estar para a família, cujo quadro anterior de vida era muito precário.

A respeito, convém lançar luzes sobre a noção de precariedade. Em nossas entrevistas, as condições de vida lembradas antes da instalação no assentamento são associadas à incerteza e principalmente à insegurança. Dessa maneira, é possível salientar esta última sensação (de insegurança), e não propriamente de pobreza, para definir em primeiro lugar a situação precária da qual querem se afastar. Esse sentimento de insegurança, que é recorrentemente mencionado por nossos interlocutores, funda, portanto, o sentido de precariedade, tal como destacado em estudos sobre o tema (BRESSON, 2010). Esse mesmo sentido é identificado por Yamila Goldfarb (2006) em sua análise de projetos de retorno ao campo daqueles envolvidos em “comunidades da terra”, perspectiva de constituição de assentamentos mencionada anteriormente. Em sua interpretação, trata-se de uma “possibilidade de superação da precariedade e incerteza, sobretudo com relação ao trabalho, o que permite a retomada de uma

autoridade moral e, portanto, da dignidade de trabalhador”. Os fatores dessa precariedade seriam “a sujeição a um patrão, a insegurança da instabilidade no emprego e o isolamento pela perda da proximidade da família” (GOLDFARB, 2006, p. 128-133).

A fim de escapar dessa condição precária, foi possível encontrar interlocutores que justificam claramente o engajamento no movimento de luta pela terra como uma maneira de realizar uma vocação agrícola, associada a uma infância vivida em meio rural ou ao gosto pelo trabalho já experimentado na agricultura. Assim, o assentamento permite, ao mesmo tempo, satisfazer o desejo de deixar a dura realidade das periferias urbanas e aquele de se instalar como agricultor. Para alguns assentados, a possibilidade de trabalho na agricultura encontra-se, no entanto, em segundo plano, pois o ingresso no movimento por terra se justifica antes pelo desejo de evitar uma vida insegura e de oferecer mais oportunidades e garantias para as famílias. A preocupação com a proteção da família justifica a escolha, o que permite pensar em argumento apoiado em princípio de justiça de tipo doméstica.

Nessas entrevistas, que levam os interlocutores a recordarem diferentes eventos do processo de implantação do assentamento, quando a lembrança diz respeito aos preconceitos contra os assentados ou às disputas judiciais (portanto, em momentos agudos de conflito), a justificativa mobilizada, bem como as provas de veracidade mencionadas, apoia-se essencialmente na produção alimentar. Se esta aqui pode assegurar uma proteção para a família, também fornece argumentos considerados como legítimos apoiados em ordens de princípios de justiça além daquela doméstica. Em boa medida, é o mundo justo industrial que constitui uma base importante sobre a qual esses argumentos são construídos para afrontar tais situações de forte disputa.

Nessa ótica, podemos observar que a ideia de colocar em produção terras que não produziam antes é por vezes mencionada para justificar a implantação dos assentamentos. No entanto, essa ideia não correspon-

de propriamente ao que permitiu a instalação do Assentamento Milton Santos, pois as terras em questão estavam produzindo cana-de-açúcar.

É possível interpretar, a partir de depoimentos sobre esses momentos de conflito agudo, certa resignação aos princípios industriais e mercantis, quando, por exemplo, é lembrado que, diante do juiz, os sem-terra justificam sua ação com vistas a obter meios de trabalho, mas não desejando terra em propriedade legalmente estabelecida. Mesmo que sejam em grande medida desfavoráveis aos sem-terra, esses argumentos são, contudo, susceptíveis de apoiar reivindicações parciais, considerando o peso desses princípios de justiça na sociedade brasileira contemporânea.

Vale lembrar que, na abordagem teórica aqui considerada, as justificações susceptíveis de recepção favorável são aquelas que se remetem a um interesse comum, permitindo uma dessingularização. Essa resposta ao interesse comum é inerente a todos os mundos de justiça: trata-se da hipótese segundo a qual os ganhos e privilégios daqueles que se situam no topo de uma escala hierárquica em cada mundo justo repercutem favoravelmente sobre a vida de todos os membros da sociedade. Assim, no mundo justo mercantil, por exemplo, a acumulação de riquezas é positiva para toda a sociedade, independentemente de sua concentração na mão de poucos²⁸.

Então, nos conflitos agudos em torno dos sem-terra, é o mundo de ordenamento industrial que, em última análise, fornece os elementos-chave para justificar a implantação do assentamento, visto que seus valores superiores são ligados à ativação contínua da máquina produtiva, com eficácia, o que seria benéfico para toda a sociedade. Insistindo sobre o peso dos princípios de justiça mercantil e industrial como elementos de legitimação da atividade agrícola, convém, porém, notar que, no caso da instalação do assentamento, o relevo das justificações se encontra no mundo industrial. Os princípios cívicos substituem em grande medida

²⁸ Esse fenômeno explica, por exemplo, o estabelecimento do Produto Interno Bruto (PIB) como principal indicador da "riqueza das nações", sem considerar a distribuição desses recursos.

aqueles mercantis, pois estes últimos são extremamente desfavoráveis ao acesso mais democrático à terra. Nesse sentido, um assentado avalia que poderia ter trabalhado toda sua vida sem jamais poder adquirir um “pedaço de terra”. Então, o assentado deve mostrar que é justo obter terras graças a outros dispositivos distintos daqueles fundados sobre as lógicas do mercado fundiário.

Nos casos dos conflitos com a vizinhança em razão de preconceitos contra os sem-terra, o material obtido em nossas entrevistas admite pensar que a produção permite aos nossos interlocutores construir justificações, consideradas como legítimas, apoiadas em boa medida em ordem de justiça industrial. De toda evidência, as relações com a vizinhança melhoraram na medida em que os moradores locais passaram a conhecer a realidade produtiva do assentamento. Anteriormente, imaginavam que o assentamento era o resultado de uma usurpação ou que o assentado seria violento. Para combater essa visão, nossos interlocutores desenvolvem a ideia segundo a qual os agricultores assentados produzem alimentos, particularmente para instituições de assistência social, graças ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Assim, uma metamorfose tem lugar com a substituição dos preconceitos por certo reconhecimento do papel de produtor alimentar desempenhado pelas famílias assentadas. Os argumentos em torno desse papel relativo à produção de alimentos pelos assentados e ao abastecimento alimentar do território, o que constitui em última análise o principal ponto permitindo legitimar a permanência dos assentados nas terras que ocuparam, são construídos sob justificações fundadas, sobretudo, em princípios de justiça domésticos e industriais.

Princípios cívicos também contribuem para a formulação dessa justificação, tornando-se ainda mais evidentes quando os argumentos se relacionam com as perspectivas de futuro. Nesses termos cívicos, a terra pode ser para todos na condição de participar de um coletivo com vistas a melhor zelar por um bem comum. Nessa ordem de ideias, os assentados mencionam frequentemente seus planos de investimentos nos sistemas produtivos do lote, notadamente quando se trata de com-

parar os projetos em concorrência no território. Diante da monocultura de cana-de-açúcar, o assentamento estaria em melhores condições de assegurar a preservação de um bem de interesse comum, a natureza. Nesses momentos de comparação, o mundo doméstico de justiça é menos mobilizado, predominando claramente elementos de um mundo justo cívico: “o assentamento não pertence a ninguém”, “o que ocorre aqui é estabelecido pela lei” e “esta experiência é uma construção de uma sociedade para o futuro”.

Nessa linha de argumentação, o desejo de investir na produção visa transformar o assentamento em lugar de vida e trabalho agradável e saudável. Essa perspectiva constitui uma base maior de edificação de discursos de diferenciação e legitimação da maneira de praticar a agricultura no assentamento em relação à monocultura de cana-de-açúcar. Esta última é vista como um contramodelo radical para o desenvolvimento local. Essa agricultura industrial, amplamente dependente de agroquímicos, inclusive tendo empobrecido o solo do assentamento, é contestada por nossos interlocutores, que apresentam suas agriculturas como mais respeitadas do meio ambiente, respondendo ao mesmo tempo às necessidades alimentares da população local.

Esse tipo de argumento é favorecido pelo PAA, que assegura uma renda importante para os assentados a partir da atividade agrícola e diminui o tempo de trabalho ligado ao escoamento e à comercialização da produção. Em 2012, cinquenta assentados se inscreveram no programa, fornecendo alimentos a cerca de 9.000 pessoas em estado de vulnerabilidade alimentar.

Por outro lado, esse programa contribui de alguma maneira a uma sensibilização para práticas agroecológicas, prevendo um prêmio para produtos orgânicos e agroecológicos. O PAA estimula igualmente a diversificação dos cultivos em razão do amplo leque de alimentos que são aceitos para distribuição nas instituições de assistência social. A incitação em favor da agroecologia ocorre também em torno dos apoios oferecidos ao assentamento, o que efetivamente contribui com a elaboração de discursos de legitimação fundados nesse tipo de perspectiva.

A propósito, convém abrir parênteses aqui para destacar as atividades junto aos assentados propostas pelo Núcleo de Agroecologia da Esalq/USP, que visam notadamente uma conversão agroecológica. Para esse objetivo, as estratégias de ação desse Núcleo consideraram profundamente as dimensões da precariedade vivenciadas e as possibilidades de superação consideradas por cada família, conforme proposto por Khatounian (2001).

Essa experiência familiar e as estratégias socioeconômicas das famílias são refletidas no padrão de ocupação dos lotes, tendo sido consideradas como pontos de partida para as propostas de incremento produtivo e de sustentabilidade agrônômica e socioeconômica do assentamento. Por sua própria concepção, tais propostas foram definidas em conjunto com os assentados envolvidos, de modo interativo, mas com o cuidado de não romantizar nem o saber dos agricultores nem aquele dos técnicos.

Para as famílias no padrão de horticultura comercial intensiva, a principal proposta foi promover o aprimoramento do cultivo de hortaliças, ajustado às exigências da garantia de qualidade orgânica definidas pelo MAPA. Nessa perspectiva, foram conduzidas atividades de formação em diversos aspectos técnicos da produção, em particular direcionados à articulação de “organizações de controle social” (OCS)²⁹.

Para as famílias assentadas em lotes enquadrados como do padrão de ocupação residencial, foi proposta a produção de ovos de tipo caipira. De fato, embora essas famílias não tenham tempo/mão de obra para uma produção agrícola intensiva, podem dedicar uma ou duas horas ao lote, o que é suficiente para a condução de um plantel modular de 50 poedeiras. Ao mesmo tempo, o esterco obtido pode responder a uma limitação à

²⁹ A legislação brasileira de alimentos orgânicos reconhece o papel da relação de confiança entre produtores e consumidores, permitindo que o termo orgânico seja utilizado sem certificação por terceira parte, desde que a venda seja direta e que os agricultores estejam organizados em organizações de controle social (OCS). A OCS é composta por um grupo de, no mínimo, três agricultores familiares, representados em associação, cooperativa ou consórcio, com ou sem personalidade jurídica, devendo estar registrada no MAPA.

produção de hortaliças no assentamento. Ainda mais, os ovos caipiras se acoplam bem às vias de escoamento das hortaliças.

Quanto aos lotes com prioridade para consumo doméstico, não foram concebidas propostas específicas. Tais famílias têm-se envolvido tanto na produção comercial de hortaliças como naquela de ovos, embora de maneira menos intensa.

Tomando em conta o assentamento como um todo, embora as atividades de produção de hortaliças e de ovos possam estar no mesmo lote, nosso levantamento das expectativas dos agricultores revelou que 21% das famílias desejam apenas desenvolver a avicultura, 20% apenas a horticultura, e 23% ambas as atividades. Essa divisão, *grosso modo*, reflete as perspectivas presentes nos três padrões considerados de ocupação dos lotes.

Essas ações em favor de uma produção agroecológica sustentam propósitos dos assentados relativos ao futuro do assentamento. Sob a ótica das justificações, é possível interpretar de maneira consistente que tais propósitos se ancoram em pontos de apoio normativos de um mundo justo de tipo ecológico. Com efeito, podemos interpretar que se trata de uma perspectiva de reconstrução das relações entre homem, sociedade e natureza, afastados de princípios de justiça que autorizam o domínio completo da natureza com vistas ao desenvolvimento industrial ou ao enriquecimento daqueles mais competitivos.

No debate em torno do modelo das justificações, esta interpretação se associa àquela de Denise Van Dam e Jean Nizet (2012), quando propõem uma tipologia correspondendo a uma justiça ecológica. Em sua concepção, os autores sugerem que essa justiça ecológica requer, para alcançar reconhecimento e legitimidade, respeito à biodiversidade, desejo de vida simples e sustentação de um desenvolvimento em sintonia com as necessidades das gerações futuras.

Conclusões

Nosso trabalho procura evidenciar os princípios de justiça que são mobilizados para justificar a implantação de assentamento, considerando a pluralidade de concepções de mundo justo tal como propõe a sociologia das justificações. Em primeiro lugar aqui, vale a pena realçar que as famílias assentadas procuram justificar a alternativa agrícola de desenvolvimento local a partir de uma combinação de princípios de justiça doméstica, industrial e cívica. A justiça industrial é, sobretudo, perceptível em situações de conflito agudo, o que favorece, em nossa sociedade contemporânea, a aceitação de argumentos em favor do assentamento como lugar de produção agrícola eficaz. As justificações se apoiam em princípios domésticos quando é lembrado que essa produção se destina ao abastecimento em alimentos da população local.

Os princípios domésticos de justiça são mais evidentes nas justificações associadas às explicações em torno do engajamento na luta pela terra. Trata-se de assegurar oportunidades para a família em ambiente saudável e seguro. De outra parte, a defesa do assentamento como modelo alternativo de desenvolvimento territorial (diante daquele da monocultura da cana-de-açúcar) permite evidenciar a mobilização de princípios de uma justiça cívica.

Enfim, nosso trabalho assinala a pertinência da hipótese de emergência de um mundo de justiça ecológica. Tal fenômeno permite pensar em mudanças profundas de referências aceitas como legítimas, notadamente nas disputas em torno de problemas agroalimentares. De fato, argumentos ancorados numa ordem identificável como de justiça ecológica são frequentemente mobilizados pelos assentados, mas estão certamente longe de assegurar ganho de causa nos conflitos do domínio agroalimentar, notadamente aqueles em torno do acesso à terra.

Referências

- ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006.
- BERTAUX, Daniel. *Les récits de vie*. Paris: Nathan, 1997.
- BOLTANSKI, Luc. *L'amour et la justice comme compétences*. Paris: Gallimard, 1990.
- BOLTANSKI, Luc. *De la critique*. Paris: Gallimard, 2009.
- BOLTANSKI, Luc; DARRÉ, Yann; SCHILTZ, Marie-Ange. La dénonciation. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 51, p. 3-40, 1984.
- BOLTANSKI, Luc; THEVENOT, Laurent. *De la justification*. Paris: Gallimard, 1991.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. *Controle social na venda direta ao consumidor de produtos*. Brasília: ACS/MAPA, 2008.
- BRESSON, Maryse. *Sociologie de la précarité*. Paris: Armand Colin, 2010.
- CAZELLA, Ademir; BONNAL, Philippe; MALUF, Renato. *Agricultura familiar, multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.
- DAMATTA, Roberto. *Conta de mentiroso: sete ensaios de antropologia brasileira*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- DARROT, Catherine; DURANT, Guy. Référentiel central des circuits courts de proximité: mise en évidence et statut pour l'action. In: TRAVERSAC, Jean-Baptiste. *Circuits courts: contribution au développement régional*. Dijon: Educagri Éditions, 2010.
- GOLDFARB, Yamila. Do campo à cidade, da cidade ao campo: o projeto comunas da terra e a questão dos sujeitos da reforma agrária. *Agrária*, São Paulo: FFLCH/USP, n. 5, p. 109-138, 2006.
- KHATOUNIAN, Carlos Armênio. *A reconstrução ecológica da agricultura*. Botucatu: Agroecológica, 2001.
- MORUZZI MARQUES, Paulo Eduardo; OLIVEIRA, Leandro J.; NEMOTO, Eliane; ANTIER, Clémentine. Condições de trabalho e planos de reconstrução de vida: o caso do assentamento Milton Santos em Americana/SP. In: SIMPÓSIO SOBRE REFORMA AGRÁRIA E ASSENTAMENTOS RURAIS: CONTROVÉRSIAS E ALTERNATIVAS DE DESENVOLVIMENTO, 4., 2010, Araraquara. *Anais...* Araraquara: Uniara, 2010.

MORUZZI MARQUES, Paulo Eduardo; LUCAS, Ademir de; GASPARI, Luciane Cristine de. Desenvolvimento territorial em questão: estudo obre assentamento periurbano no Estado de São Paulo. *Retratos de Assentamentos*, v. 17, n. 01, p. 161-178, 2014.

RETIÈRE, Morgane. *Agricultores inseridos em circuitos curtos de comercialização: modalidades de venda e adaptações dos sistemas agrícolas*. 2014. Dissertação (Mestrado) –Programa de Pós-Graduação Interunidades (Esalq-CENA) em Ecologia Aplicada, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2014. Disponível em:<<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/91/91131/tde-06102014-160246/>>.

SOUZA, Jessé. A sociologia dual de Roberto DaMatta: descobrindo nossos mistérios ou sistematizando nossos auto-enganos? *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 16, n. 45, 2001.

VAN DAM, Denise; NIZET, Jean. Les agriculteurs bio deviennent-ils moins bio? In: VAN DAM, Denise; STASSART, Pierre; NIZET, Jean; STREITH, Michel. *Agroécologie: entre pratiques et sciences sociales*. Dijon (FRA): Educagri, 2012.

CAPÍTULO 10

Desigualdades fundiárias e dualidade da agricultura: Olhares cruzados França – Brasil

YANNICK SENCÉBÉ³⁰
ADEMIR ANTONIO CAZELLA³¹

Introdução

O Brasil, gigante verde cujo crescimento se baseia na exportação de produtos agrícolas, permanece também um dos países com maior desigualdade em termos de estrutura fundiária. Com efeito, menos de 1% das propriedades detêm 44,4% da superfície total das unidades agrícolas, enquanto 86% possuem apenas 21,4% (IBGE, 2006). Seu modelo de desenvolvimento baseia-se, em grande parte, na dualidade de sua agricultura. Como lembra o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)³², a grande agricultura empresarial produz com vistas na exportação e na geração de divisas, enquanto a agricultura familiar alimenta a população brasileira. A criação desse Ministério, em 1999, constitui o marco do reconhecimento

³⁰ Mestre de Conferência em Sociologia, Agrosup Dijon, UMR INRA Cesaer (França).

³¹ Professor na Universidade Federal de Santa Catarina (Brasil).

³² Segundo os dados do MDA, mais de 2/3 da alimentação consumida no Brasil é produzida pela agricultura familiar.

oficial da agricultura familiar. No entanto, ele coexiste com o Ministério da Agricultura, dedicado ao setor do agronegócio. Essa separação pode surpreender. Entretanto, do lado francês, muitas ambivalências marcaram também a política fundiária e agrícola no âmbito do mesmo ministério (instalação/ampliação; alimentar o país/exportar). A França pode igualmente ser considerada como grande potência agrícola e, sem dúvida alguma, como um dos últimos bastiões camponeses da Europa, com sua modernização agrícola tendo ocorrido muito tardiamente. Assim, propõe-se uma análise comparativa desses dois países em que a agricultura ocupa um lugar peculiar, focalizando na questão fundiária que marcou profundamente suas histórias e que assume uma feição peculiar no atual contexto de crise alimentar e ambiental.

Essa análise provém de um trabalho de exploração elaborado na perspectiva de uma pesquisa comparativa entre os dois países. Os dados apresentados provêm de trabalhos de campo realizados paralelamente e de forma conjunta³³, bem como da leitura cruzada de fontes estatísticas e bibliográficas. A análise inicia-se esboçando o quadro preliminar das questões fundiárias com referência à situação agrícola francesa e brasileira atual. Em seguida, descreve suas histórias agrárias e fundiárias, de modo a permitir a compreensão dos objetivos e das relações de poder na origem das políticas fundiárias, e que podem explicar a situação atual da agricultura. Por fim, a análise faz emergir os ensinamentos dessas duas histórias por meio de olhares cruzados sobre os limites e os acertos das políticas fundiárias francesas e brasileiras.

³³ Além de nossos respectivos trabalhos sobre o fundiário e a agricultura, enquadramos trabalhos de estudantes de forma conjunta, e iniciamos uma leitura cruzada das políticas fundiárias na França e no Brasil. Uma pesquisa de campo realizada conjuntamente foi elaborada no Estado do Piauí, um dos Estados mais pobres do Brasil no que tange à instalação coletiva de camponeses sem-terra, e uma missão científica e técnica de quadros do MDA e de sindicalistas brasileiros foi organizada na França.

Desigualdades fundiárias e demografia agrícola na França e no Brasil

A demografia agrícola segue trajetórias inversas nos dois países. Enquanto na França a fusão dos efetivos agrícolas é um fenômeno antigo, no Brasil se observa o aumento do número de suas propriedades. Na França, o censo agrícola de 2010 aponta para uma diminuição de 26% do número de suas propriedades ao longo dos últimos 10 anos (AGRESTE PRIMEUR, 2011). No Brasil, pelo contrário, a análise dos censos agrícolas em mais longo prazo revela uma tendência de crescimento desse número desde os anos 1970.

Entretanto, essas trajetórias quase inversas convergem em uma mesma tendência: a dualização da agricultura. No Brasil, essa dualidade se expressa por baixo: 84% dos cinco milhões de explorações do país são considerados familiares (4.367.902). A distinção entre as unidades agrícolas familiares e não familiares, uma inovação do último censo, traduz o reconhecimento oficial desse tipo de agricultura³⁴, que representara menos de 74% dos ativos ocupados em meio rural. No entanto, certa dualidade interna caracteriza a agricultura familiar, entre o sul do país, onde ela está integrada à agroindústria e é muito eficiente, e o Nordeste, onde vive de autoconsumo e de subsídios sociais.

Na França, a dualidade da agricultura é expressa pelo alto, visto que a imensa maioria das pequenas explorações do pós-guerra não cessou de desaparecer em benefício da ampliação das explorações médias e da constituição mais recente das grandes empresas agrícolas. As pequenas propriedades ainda representam 36% do total e um quarto dos ativos agrícolas, com um papel social e territorial doravante destacado nas publicações de estatísticas agrícolas (AGRESTE PRIMEUR, 2011, p. 3).

³⁴ Segundo a lei de julho de 2006, a agricultura familiar deve satisfazer os seguintes critérios: 1) não possuir, por meio de qualquer outro estatuto, uma superfície superior a quatro módulos fiscais (cujo tamanho varia segundo as condições técnico-produtivas das microrregiões do país); 2) utilizar predominantemente mão de obra familiar nas atividades econômicas da exploração; 3) obter a renda familiar principalmente por meio das atividades econômicas da exploração; 4) administrar a exploração com a família.

Todavia, a situação das pequenas propriedades é bem diferente, bem como as questões levantadas pela repartição desigual da estrutura fundiária. No Brasil, o censo de 2006 revelou a persistência de graves problemas no tocante ao acesso à terra. Cerca da metade dos agricultores proprietários (1.840.734) sobrevivem em parcelas de menos de dois hectares, vendendo sua força de trabalho de maneira sazonal (CAZELLA; BURIGO, 2011). No que concerne aos não proprietários (mais de um milhão de agricultores), sejam eles posseiros, meeiros ou arrendatários, sua situação fundiária é precária. Suas famílias, obrigadas a buscar incessantemente novas terras para se estabelecer, estão expostas a uma grande insegurança, notadamente alimentar.

Na França, o problema principal é a intensa concorrência fundiária observada, tanto entre agricultores quanto entre os diferentes usos do espaço rural. A concorrência entre agricultores é tão forte que, devido à existência da Política Agrícola Comum, sua renda depende em grande parte da superfície ocupada. Com isso, qualquer parcela disponibilizada, por menor que seja, é adquirida pelos mais abastados financeiramente ou pelos mais reconhecidos na profissão (BOINON, 2011). O principal entrave à instalação é o acesso à terra, dado que apenas 50% das terras disponibilizadas a cada ano são destinadas a novos estabelecimentos, 40% à ampliação das estruturas existentes e 10% à urbanização (BERNIER, 2005, p. 36).

Histórias agrárias e políticas latifundiárias

A análise interessa-se agora pela história das políticas agrárias, com uma atenção especial para a dimensão fundiária, de modo a compreender as escolhas feitas em termos de modelo agrícola, de repartição e de administração do fundiário.

Na França: grandeza e decadência do controle fundiário

Na França, os principais instrumentos fundiários foram implantados após a guerra, no âmbito do amplo movimento de modernização agrícola e rural. A vontade modernizadora sobre a qual se baseou o governo gaullista em nome do “produtivismo democrático” (ALPHANDERY e SENCEBE, 2009) convergiu com as aspirações de uma juventude agrícola preocupada em se equiparar aos urbanos (em nível e modo de vida), e em obter seu reconhecimento profissional. Assim, esses anseios resultaram na cogestão das políticas agrícolas, entre a “profissão” organizada em torno de dois principais sindicatos (um dedicado aos jovens, outro aos mais de 35 anos) e o Ministério da Agricultura. Buscava-se favorecer uma agricultura intensiva e produtiva, por meio do modelo escolhido, aquele da propriedade familiar de porte médio.

A primeira medida adotada com vistas à modernização agrícola foi o estatuto do arrendamento de 1946. Esse estatuto conferiu aos arrendatários sólidas garantias e atribuiu ao fundiário o estatuto de instrumento produtivo. O arrendatário – com a garantia de se manter de modo duradouro (contrato de nove anos renovável automaticamente), de poder melhorar seu instrumento de produção por meio de investimentos, de recuperar o valor em caso de saída (indenização pelo proprietário), bem como a garantia de adquirir a propriedade (o arrendatário é prioritário em caso de venda) – foi o agente mais ativo da modernização (DE CRISENOY, 1988). Esse novo estatuto permitiu limitar a presença de rentistas fundiários, regulamentando de maneira rígida os arrendamentos, e permitiu impulsionar os investimentos necessários à modernização das estruturas (BOINON, 2011). No entanto, o efeito visado inicialmente, que era favorecer o acesso dos arrendatários à propriedade, acarretou em um fenômeno inverso: assim, em 2010, cerca de 76% da Superfície Agrícola Útil era explorada por meio de arrendamento (COURLEUX, 2011). Dessa maneira, assiste-se à concentração das estruturas exploradas por meio de arrendamento (por um único arrendatário ou por vários sócios de uma sociedade) e à fragmentação da propriedade (ainda nas mãos de

famílias de origem agrícola, mas cada vez mais distantes desse setor de aposentados, para o qual o arrendamento constituía uma fonte de renda).

A segunda medida importante para a modernização agrícola consistiu na política das estruturas iniciada com as leis de modernização agrícola de 1960-1962. Assim, o “campesinato” foi liquidado com uma política social (criação de uma indenização de saída para os pequenos camponeses e os mais velhos), de modo a permitir a transferência do fundiário disponibilizado para as categorias-alvo da modernização (jovens e explorações médias). Contudo, essa liquidação foi objeto de grandes questionamentos (MENDRAS, 1967) e de intensas “resistências” (Movimento dos Camponeses Trabalhadores, que deu origem à Confederação Camponesa, em 1989).

Ademais, a lei implantou dois limiares que estabeleciam condições para o acesso ao fundiário, com a definição de um limite, de um “tamanho médio”, nunca definido exatamente: entre uma Superfície Mínima de Instalação, abaixo da qual o candidato ao estabelecimento era excluído dos subsídios, e uma superfície máxima, acima da qual o produtor, arrendatário ou proprietário, devia solicitar uma autorização de exploração junto a uma comissão local composta por representantes da profissão e do governo. Esse foi o limite essencial dessa política, baseada em parte no engajamento local da profissão para o exercício de um controle sobre seus próprios serviços (BERNARDI e BOINON, 2009).

A última medida estruturante adotada foi a implantação das Safer (*Sociétés d'Aménagement Foncier et d'Etablissement Rural*), com a lei de 1960 e 1962. Essas empresas de ordenamento fundiário e de apoio à instalação rural logo foram encarregadas de uma função ordenadora, e suas missões – reagrupamento, drenagem, ordenamento florestal – foram progressivamente ampliadas ao ponto de se tornarem “operadores polivalentes do espaço rural e periurbano” (SENCÉBÉ, 2012). Além disso, essa instituição foi dotada de poderes que a tornaram uma peça mestra no controle da propriedade fundiária, complementar ao controle das estruturas atuantes na exploração das terras. Essas empresas, informadas de todas as transações relativas aos bens rurais (obrigação imposta aos tabeliões), dispõem de um conhecimento

amplo sobre o mercado fundiário e podem exercer o direito de preempção (substituir-se ao comprador), solicitar a revisão de preços, bem como eleger os candidatos preferenciais para as terras submetidas à preempção e que podem ser estocadas durante o período de até cinco anos. Contudo, a ação dessas empresas é limitada, notadamente pelo fato de elas não poderem exercer a preempção sobre os arrendatários, que são prioritários, ou sobre os compradores pertencentes à família do vendedor (fato que incentiva a ampliação das estruturas). Ademais, a convergência dos interesses da elite agrícola e dos governos explica a opção em atribuir essas empresas a membros da profissão, com um baixo controle efetivo do governo. Desde sua adoção, a instituição sempre foi objeto de intensas críticas, e o Tribunal de Contas³⁵ (2014) elaborou recentemente uma denúncia contra a opacidade de suas decisões e alguns desvios de conduta com tendências clientelistas. Além dessas críticas, a instituição tem de enfrentar o desengajamento financeiro do Estado e o desinvestimento da profissão. Nesse contexto, as Safer reorientam suas ações para as coletividades territoriais e acompanham seus projetos participando da urbanização das terras agrícolas.

No Brasil: a luta pela terra entre movimentos sociais e elites agrárias

É preciso retornar ao período colonial para compreender as desigualdades atuais que caracterizam o Brasil. A Lei de Terras de 1850, que determinava que o acesso à terra fosse possível somente por meio da compra, permitiu à elite agrária regularizar suas posses coloniais antes da abolição da escravidão (1888) e bloqueou o acesso à propriedade para os escravos libertos e os imigrantes europeus (MARTINS, 2000). Foi preciso esperar a década de 1950 para que um movimento social se estruturasse com

³⁵ Esse Tribunal de Contas, formado por juízes independentes e inamovíveis, assegura o bom uso dos recursos públicos.

a criação das Ligas Camponesas³⁶. No entanto, o Golpe Militar de 1964 viria reprimir duramente qualquer forma de oposição política. Contudo, de modo a conter os espíritos mais revoltados, a ditadura implantou um “Estatuto da Terra”³⁷, anunciando “*uma melhor distribuição da terra*” que se traduziu na realidade por uma política de colonização das frentes pioneiras (Amazônia) deportando e relegando o problema fundiário e os sem-terra para as áreas “virgens”, por meio da criação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá). O pavio da contestação seria aceso pelas modalidades muito desiguais da “modernização conservadora” empreendida pela ditadura (MARTINE, 1991) e o MST formar-se-ia em 1979, no sul do país, região de colonização europeia e núcleo da agricultura familiar (WANDERLEY, 1999).

O final da década de 1970 foi marcado pela “transição democrática”, com o empoderamento da sociedade civil. Em 1985, foi aprovado o 1º Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República, que previa “desapropriar” 43 milhões de hectares em benefício de 1,4 milhões de famílias no período de cinco anos. Entretanto, os resultados alcançados estiveram muito aquém dos objetivos visados, devido à organização política dos grandes proprietários na União Democrática Ruralista³⁸, seguida da constituição de um grupo parlamentar, ainda muito ativo³⁹, atuando contra as medidas favoráveis à reforma agrária.

A intervenção do Estado Brasileiro na estrutura fundiária por intermédio do MDA é efetivada atualmente por meio de três tipos de políticas, herdadas,

³⁶ Esse movimento esteve na origem da criação, em 1963, da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag), uma das principais forças sindicais atuais desse setor.

³⁷ Esse Estatuto é inspirado na Aliança para o Progresso, do governo dos USA, que temia uma extensão da revolução cubana e que fazia uso da reforma agrária como um meio para limitar o risco de um colapso social.

³⁸ Esse movimento de extrema direita, além de fazer uso da violência contra trabalhadores rurais, apropriou-se do discurso sobre a livre-iniciativa, de modo a garantir alianças políticas com os empreendedores do setor industrial e financeiro.

³⁹ Esses partidos, que se apresentam como moderados, são financiados por banqueiros e industriais, donos de grandes propriedades, o que ilustra o poder ainda real da oligarquia fundiária brasileira.

no caso das duas primeiras, das lutas pela terra. A desapropriação concerne ao assentamento de agricultores sem-terra em terras públicas ou grandes áreas “expropriadas”. Essa política, prevista desde 1964, foi realmente implementada somente a partir de 1985, com a democratização do país e as pressões do MST. O Incra, que foi integrado ao MDA, define as áreas que podem ser desapropriadas e garante a assistência técnica às famílias assentadas. Entretanto, o MST antecipa muitas vezes a ação do Incra, organizando ocupações ilegais, de modo a fazer pressão sobre o governo. Os assentamentos também podem decorrer de ações de regularização, dado que a obtenção de um título de propriedade pode levar muitos anos (ELOY et al., 2002).

A regularização fundiária representa um reconhecimento oficial, pelo governo federal, do estatuto de proprietário para “ocupantes” com origens muito diversas. Segundo o último censo, mais de 400.000 famílias estão em situação de ocupação precária, sobretudo na Amazônia. Sua regularização, principal resultado da ação do Incra, constitui uma questão importante, pois a obtenção de um título condiciona o acesso a outras políticas assistenciais e oferece uma segurança fundiária aos pequenos agricultores perante a prática da grilagem⁴⁰.

Em suma, o balanço da reforma agrária é significativo, mesmo se ainda há muito a ser feito: segundo o banco de dados do Incra, 1.235.130 famílias (cumuladas) foram assentadas por meio dos programas da reforma agrária, até o final de 2011, em 70 milhões de hectares. Entretanto, a concentração dos assentamentos de grande porte na Amazônia é criticada pelos movimentos sociais, por deslocar o problema fundiário para as regiões menos desenvolvidas, expondo os colonos a condições de vida muito difíceis (fato que limita a perenidade dos assentamentos) e por ser objeto de práticas (desmatamento maciço, grilagem) que acarretam problemas ecológicos e sociais.

Por fim, o Programa Nacional de Crédito Fundiário, lançado em 2003, permite o acesso dos agricultores à terra por intermédio do mercado. O

⁴⁰ Prática que consiste na apropriação de terras por meio de falsos títulos de propriedade, subordinando os tabeliões e com recurso à violência (uso de capangas) junto aos pequenos “ocupantes”.

governo compra propriedades (geralmente de porte médio) que serão reembolsadas em longo prazo pelos agricultores com taxas de juros bonificadas. No entanto, o alcance dessa política permanece limitado com 131.552 famílias beneficiadas até o final de 2010. Dois fatores explicam seu desenvolvimento reduzido: a resistência dos movimentos sociais, que a consideram na realidade como um meio utilizado para pacificar a luta pela reforma agrária, e as deficiências e falhas da assistência técnica destinada aos agricultores assentados (CAZELLA, 2010). Contudo, alguns sindicatos ligados à agricultura familiar reconheceram recentemente sua pertinência. Nos Estados com fronteiras de expansão “fechadas”⁴¹, a questão do acesso à terra é colocada em termos de transmissão, e o crédito fundiário pode permitir a pequenos agricultores retomarem propriedades sem sucessores. Nos estados do Nordeste, o crédito fundiário permite estabilizar a situação de famílias até então obrigadas a trabalhos precários em grandes plantações. O crédito fundiário é implantado no âmbito de assentamentos e articulado a políticas assistenciais condicionadas a uma organização coletiva dos camponeses. A melhoria das condições de vida é facilitada pelo trabalho coletivo (construção coletiva da habitação, irrigação) e a produção em conjunto facilita a colocação no mercado, enquanto o Estado se compromete a comprar parte da produção para cantinas de alimentação coletiva local.

⁴¹ No sentido em que não existem mais frentes pioneiras a serem colonizadas e tampouco novas terras a serem desmatadas e ocupadas.

Conclusão

Essas histórias contrastadas evidenciam que a política fundiária é uma alavanca poderosa que incide na atribuição e na redistribuição das riquezas e do espaço em um país. Toda reforma agrária, toda reestruturação fundiária traduz o questionamento de uma ordem existente: a estrutura fundiária é antes de tudo uma estrutura social, sustentada, mantida ou redefinida por um poder político. Na França, esse questionamento efetuou-se pela convergência muito contingente entre os interesses da elite política e aqueles de uma parte da profissão, em um determinado momento da história socioeconômica do país. No Brasil, ele remete à luta dos movimentos sociais que visam exercer pressão sobre o poder político, de modo a provocar a evolução da estrutura agrária em detrimento da elite fundiária. Apesar da forte resistência dessa elite, quase um quarto dos agricultores familiares teve acesso à terra, por meio da reforma agrária e do crédito fundiário. Mas será que se pode afirmar que o modelo francês seja mais sólido que o modelo brasileiro, por ele estar assentado no encontro oportuno e convergente entre certos interesses, em determinado momento de sua história que, ademais, está cada vez mais distante?

Na França, a implantação de uma “meritocracia fundiária” também regulou o acesso à terra, de forma simultaneamente endogâmica (no interior do mesmo grupo profissional – N. T.) e seletiva, excluindo a cada geração os “menos viáveis ou modernizáveis” da profissão, e abrindo caminho para a ampliação tendencial das explorações. Assim, a política das estruturas significou, ao mesmo tempo, a promoção e a ruína da agricultura familiar de médio porte. Essa centrífuga agrária, que deve levar ao fim do campesinato, gera assim suas próprias contradições, mas alimenta resistências e resgates camponeses em cada época, do movimento camponesino do planalto do Larzac da década de 1960 aos agricultores atuais, que clamam por um modelo mais sustentável (AUCLAIR et al., 2006). Contudo, esses resgates e essas resistências são exercidos, assim como os movimentos sociais ligados à terra no Brasil, por formas contestatárias

e por grupos sem ou com pouco acesso ao poder fundiário e às diversas instituições que regulam a política agrícola.

No Brasil, a política fundiária não foi implantada, como no caso da França, a partir de uma base unificada e de um modelo agrícola claramente identificado. Ela resulta muito mais do histórico das relações de poder entre as elites agrárias e os movimentos sociais. Dessa maneira, os três mecanismos de alavancagem evocados anteriormente (expropriação, regularização, crédito fundiário) constituem estratos simultaneamente sedimentados e renovados em cada época. Atualmente, cada um desses mecanismos é objeto de debates entre os defensores de uma melhor repartição fundiária (movimentos sociais, universitários, membros do MDA, sindicatos). Assim, a regularização fundiária, contestada pelo MST por ser considerada um meio para mascarar a ausência de redistribuição fundiária, é defendida pelos mais pragmáticos como um meio de proteção fundiária dos pequenos camponeses. O crédito fundiário, defendido pelos mais pragmáticos como um meio de proteção fundiária, de renovação das propriedades familiares e de melhoria das condições de vida no campo, é apontado pelo MST como uma solução mercantil e não política para as desigualdades agrárias, bem como um instrumento de pacificação social. Do lado oposto, infelizmente, a elite agrária parece permanecer unida perante a questão da manutenção de sua posição fundiária, social e de sua influência política.

Observa-se, finalmente, por vias muito diferentes, uma tendência à dualização da agricultura, tanto na França quanto no Brasil. Essa dualidade não assume a mesma dimensão nos dois países, no entanto, ela implica mecanismos semelhantes de concentração fundiária e nas mesmas dificuldades de acesso à terra para os pequenos agricultores. A anterioridade do Brasil em matéria de dualidade de sua agricultura conduz, de qualquer modo, a certas questões referentes ao futuro do campo francês: assistir-se-á a uma maior dualidade entre a agricultura de exportação e a agricultura de proximidade e de qualidade? Na ausência de fomento destinado a esse tipo de agricultura e de uma política fundiária destinada a facilitar seu acesso à terra, arrisca-se a assistir a outras formas de dualidade: consumidores

com acesso ou não a produtos de qualidade, paisagens banalizadas pela grande agricultura cerealífera de um lado e valorizadas por uma agricultura “paisagística” de outro, e, por fim, a dualidade do meio ambiente preservado em “santuários” em meio a enormes conjuntos geridos por uma agricultura empresarial. Pois se trata, além da estrutura fundiária, da sociedade em um sentido mais amplo: de seu modelo agrícola e, por conseguinte, de sua alimentação, da gestão do recurso natural que representa a terra e, portanto, da preservação do meio ambiente.

Referências

AGRESTE PRIMEUR. Les premières tendances du recensement agricole de 2010, n. 272, sept. 2011.

ALPHANDERY, P.; SENCÉBÉ, Y. L'émergence de la sociologie rurale en France (1945-1967). *Etudes Rurales*, janv./juin, n. 183, p. 23-40, 2009.

AUCLAIR, L.; ASPE, C.; BAUDOT, P. (Dir.). *Le retour des paysans? À l'heure du développement durable*. Paris: IRD Éditions, 2006.

BERNARDI, V.; BOINON, J-P. L'action des syndicats agricoles en faveur de l'installation dans les commissions départementales d'orientation agricole. *Economie Rurale*, n. 312, p. 80-92, 2009.

BERNIER, M. *Évolution de la démographie agricole et ses conséquences sur l'organisation, le fonctionnement et la transmission des exploitations agricoles*. Rapport de mission parlementaire auprès du Ministre de l'agriculture et de la pêche. Déc. 2005. [La documentation Française].

BOINON, J-P. Les politiques foncières agricoles en France depuis 1945. *Economie et Statistiques*, n. 444-445, p. 19-37, 2011.

CAZELLA, A. A. Crédito fundiário: reforma agrária de mercado ou instrumento salvaguarda da agricultura familiar? *Boletim do OPPA*, n. 34, jun. 2010. Disponível em: <http://oppa.net.br/artigos/portugues/artigo_OPPA_br_034-06_2010>. Acesso em: 28 ago. 2012.

CAZELLA, A. A.; BURIGO, F. L. O Plano Brasil Sem Miséria não contempla as especificidades da pobreza rural. *Boletim do OPPA*, n. 38, jul. 2011. Disponível em: <http://oppa.net.br/artigos/portugues/artigo_OPPA_br_038-07_2011>. Acesso em: 28 ago. 2012.

COULOMB, P. La politique foncière agricole en France: une politique foncière à part? *Cahiers Options Méditerranéennes*, v. 36, p. 69-94, 1999.

COUR DES COMPTES. Les Safer: les dérives d'un outil de politique d'aménagement agricole et rural. In: *Rapport public annuel 2014*. Paris, févr. 2014. t. 1, p. 91-123. Disponível em: <<http://www.ccomptes.fr/Publications/Publications/Rapport-public-annuel-2014>>. Acesso em: 15 de junho de 2014.

COURLEUX, F. Augmentation de la part des terres agricoles en location: échec ou réussite de la politique foncière? *Economie et Statistique*, n. 444-445, p. 39-53, 2011.

DE CRISENOY, C. De l'origine et du rôle de la politique foncière agricole. *Économie Rurale*, n. 184-185-186, p. 85-91, 1988.

ELOY, L. et al. Questions foncières et politiques de réforme agraire au Brésil. *Géoconfluence*, 15 mai 2009. [Dossier: Le Brésil, ferme du monde, 2002]. [en ligne: consulté le 2/09/12]. IBGE. *Censo Agropecuário de 2006*. Brasília: IBGE, 2006.

MARTINE, G. A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia? *Lua Nova*, São Paulo: Marco Zero, n. 23, 1991.

MARTINS, J. Reforma agrária – o impossível diálogo sobre a História possível. *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 97-128, 2000.

MENDRAS, H. *La fin des paysans*. Paris: Armand Colin, 1967.

SACHS, I. L'imagination et le savoir: le développement selon Furtado. *Cahiers du Brésil Contemporain*, 1998, p. 179-183.

SENCÉBÉ, Y. La SAFER – De l'outil de modernisation agricole à l'agent polyvalent du foncier: hybridation et fragmentation d'une institution. *Terrains et Travaux*, n. 20, p. 105-120, 2012.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos. *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. Passo Fundo: EdUPF, 1999. p. 23-56.

AGROECOLOGIA E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL NO BRASIL E NA FRANÇA

O grupo de trabalhos reunidos nesta quarta seção tem como foco principal as reflexões acerca da sustentabilidade na agricultura. Os artigos reunidos apontam que os rumos da contemporaneidade no mundo têm apontado para crises em suas várias dimensões. Essas crises, como frutos do modelo produtivista *stricto sensu* na agricultura, indicam que é chegada a hora de se buscar as possibilidades de sua superação seja dentro ou fora da própria agricultura. Entre essas possibilidades se coloca a questão da sustentabilidade. Enquanto no Brasil esta palavra está desacreditada, banalizada, na França é o termo que direciona as transformações no campo. No Brasil, a Agroecologia é pensada enquanto um paradigma para além dos sistemas de produção, que possa conduzir à Agricultura Sustentável. O ser sustentável, nesta concepção, não tem a conotação conservadora, já bastante difundida em vários segmentos da sociedade brasileira, mas, sim é visto como uma forma de tratar diferentemente os desiguais na direção da justiça social e da garantia dos recursos naturais para as próximas gerações. O debate agroecológico tem-se intensificado no Brasil há pelo menos três décadas. Nesse debate vem se consolidando a complexidade do tema, a busca de novas bases epistemológicas, as dúvidas, as incertezas e a necessidade de se construir um diálogo que aproxime outros saberes historicamente acumulados pelos povos na obtenção de seus alimentos e da sua própria sobrevivência material e social. A Agroecologia contrapõe-se ao paradigma vigente, buscando uma agenda de pesquisa científica e de extensão que valide novas práticas agrícolas orientadas pela diversidade e pela postura

de um diálogo na direção de um novo modelo de desenvolvimento, fundado na articulação do social, do econômico, do ambiental e do cultural. Na França, após o modelo de intensificação agrícola do pós-guerra e suas consequências sociais, econômicas e ambientais, várias vertentes surgiram como correntes contra-hegemônicas. Nesse processo, foram criados diferentes grupos, associações e cooperativas que, de várias formas, alavancaram para além do segmento produtivo, articulando a transformação do produto, comercialização e organização dos produtores. Estas transformações tomaram vulto inicialmente na região Oeste – suinocultura intensiva, poluições de várias ordens – com o surgimento da Rede Agricultura Sustentável e se expressam ainda hoje pelo termo de «durable». Sua importância deve-se ao seu pioneirismo (início dos anos 1990) e às suas práticas, sem, no entanto, excluir outras modalidades de praticar agricultura (orgânica, biológica, natural, biodinâmica, integrada, de conservação, permacultura, etc.). No Brasil, o termo forte, para tais mudanças é Agroecologia embora várias práticas de natureza ecológica, social e econômica possam aí ser incluídas. Neste capítulo, discute-se as similitudes e diferenças entre Agroecologia e “Agriculture Durable”, no sentido de seus princípios teórico-metodológicos, suas propostas, suas práticas e níveis de inclusão desses processos entre os agricultores, os consumidores, o Estado e a sociedade. O que vem a ser Agroecologia e Agricultura Sustentável nos dois países? Porque no Brasil, apesar de um momento de euforia com a Agroecologia em diversos segmentos sociais, não ocorrem mudanças de maior intensidade na dinâmica do desenvolvimento rural? São estas questões que perpassam os trabalhos reunidos neste capítulo.

CAPÍTULO 11

Agroecologia e Agricultura Sustentável: significados e diferenças no Brasil contemporâneo

MARISTELA SIMÕES DO CARMO⁴²

Introdução

O Brasil atual vem presenciando transformações sociais, econômicas e ambientais que geram conflitos, mas também novas oportunidades de manifestação no ambiente rural, dentro das possibilidades locais existentes de recursos naturais e humanos. Isso se expressa em novas ruralidades que vão além da produção agrícola em direção à maior qualidade de vida, à preservação ambiental e aos anseios dos diversos atores locais por moradia, lazer, e inserção familiar na produção. Esse contexto gera espaços multifuncionais para o surgimento de novas estratégias reprodutivas com base em atividades inovadoras, não somente de caráter produtivo, mas também de possibilidades extras, como serviços ecossistêmicos, turismo rural, valorização de produtos de origem e belezas cênicas, entre outros.

⁴² Professora Adjunta na Faculdade de Ciências Agrônômicas da Unesp, Botucatu e Professora colaboradora na pós-graduação da Faculdade de Engenharia Agrícola da Unicamp (Brasil).

Para além da lógica da máxima eficiência tecnológica-produtiva e econômica está a busca de novas soluções que primem pela relação harmoniosa dos homens consigo próprios e deles com a natureza. O ideal seria que os grupos sociais rurais e as famílias de agricultores pudessem construir estratégias produtivas e reprodutivas, a partir de suas peculiaridades, para uma dinâmica favorável de participação na economia da localidade na qual se inserem.

Nesse sentido, a questão da sustentabilidade se impõe trazendo novas facetas e oportunidades agrícolas e não agrícolas para a população rural⁴³ e mesmo para a população urbana carente de qualidade de vida, produtos orgânicos e contato com a natureza.

Pensar em novos princípios socioprodutivos diferentes dos atuais, que têm por bases tecnologias agroquímicas intensivas em uso de recursos naturais e capital, conduz a um imperativo de visão territorial e a necessidade de que se respeitem a dinâmica ecológica e social de seus agroecossistemas⁴⁴.

O objetivo principal do trabalho é discutir, no momento atual, o que se entende por Agricultura Sustentável, com especial ênfase na Agroecologia no Brasil. Qual é o significado desses termos para os atores que agem no rural contemporâneo brasileiro? O que vem a ser a sustentabilidade e a Agroecologia para a sociedade brasileira, que pretende transformações importantes e anseia por diminuir as iniquidades no país?

⁴³ Entenda-se população rural aquela que mora além dos limites da cidade, que pode ou não tirar seu sustento das atividades estritamente agrícolas. Dentro do rural existe uma parte da população que é agrícola – tira seu sustento da agricultura – e outra parte que tem o campo como espaço de vida, e mesmo como força e expressão social, embora ligada à dinâmica urbana.

⁴⁴ Agroecossistema é um ecossistema em que, convivendo com os seres vivos e o meio físico, se encontra uma atividade agrícola ou pecuária, regulada pela intervenção humana na produção de bens e serviços que satisfaçam suas necessidades de alimentos, energia, fibras e outros produtos. Simplificando, é um sistema natural modificado pela ação dos homens, no qual ocorrem complexas relações biológicas e sociais.

Diálogos Polissêmicos do Estado e da Sociedade com a Agroecologia e a Sustentabilidade da Agricultura no Brasil Contemporâneo

O debate sobre a questão agroecológica tem se intensificado no Brasil há pelo menos quatro décadas. A Agroecologia surge nos anos 1970 e consolida sua permanência em 1980, com o aumento dos impactos ambientais advindos da revolução verde. Desde então a discussão vem demonstrando a complexidade do tema, a procura por novas bases de conhecimento, as dúvidas, as incertezas e o imperativo de se construir um diálogo que aproxime outros saberes historicamente acumulados pelos povos na obtenção de seus alimentos e da sua sobrevivência econômica, material e social.

O termo agroecologia sugere uma série de conceitos relacionados semanticamente à palavra e de fato tem sido utilizado para dar sentido a diferentes concepções do que se convencionou chamar de Agricultura Sustentável. Fala-se em disciplina agroecológica, transdisciplina agroecológica, agricultura sem agrotóxicos ou abordagem agrícola sustentável, sendo crescente a utilização do adjetivo “agroecológico” acompanhando um produto ou um processo de produção agrícola (MOREIRA, 2003, p.7).

Para muitos, talvez a maioria dos brasileiros que pesquisam o tema, a Agroecologia é uma ciência cuja base epistemológica se apoia em várias disciplinas (CAPORAL; COSTABEBER; PAULUS, 2006). Wezel et al. colocam outras possibilidades de entendimento do termo além de ciência, como uma prática agrícola ou um movimento social, o que induz alguns autores a considerarem a Agroecologia uma ciência militante (BORSATTO, 2011), ou então defendida como Agroecologia Política. Agroecologia ainda é reconhecida por muitos, para além de um modelo econômico-tecnológico, como um modo de vida mais saudável e natural, uma filosofia, um projeto de vida.

O que é a Agroecologia no Brasil? A Agroecologia, bem como a agricultura sustentável tem uma polissemia que muitas vezes afasta o discurso do mundo real, afetado por ideologias e interesses de grupos sociais.

Para muitos, é considerada um novo campo do conhecimento, uma ciência, e, portanto, marcado por relações entre indivíduos e entidades que disputam o mesmo espaço ou objeto ao se assumir o conceito bourdiniano. Para outros, é um novo paradigma de desenvolvimento, apoiada na bandeira de luta dos movimentos sociais, sendo o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) a expressão maior dessa manifestação no Brasil.

O mais grave, no entanto, é associar a Agroecologia apenas como outra corrente de práticas agrícolas de base ecológica. Nada contra as agriculturas de caráter ecológico, muito pelo contrário, porém não se pode resumir uma proposta de transformação social somente no emprego de tecnologias não agressivas ao meio ambiente.

Com essa característica encontra-se a abordagem da agricultura sustentável, em que o caráter conservador expressado pelas empresas no *marketing* verde, se apropria do manto protetor de uma produção defensora da ecologia, o que nem sempre acontece, para moldar uma alavancagem à acumulação.

A agricultura sustentável, ao ter seu entendimento assimilado pelo *status quo*, é praticada pelo agronegócio com competência aos seus desígnios. Porém, esse segmento não consegue introjetar os princípios e as premissas da Agroecologia, uma vez que não absorve a possibilidade de trabalhar com a diversidade, nem a biológica e muito menos com a etnodiversidade.

De outro lado, hoje há uma forte discussão no país sobre os serviços ecossistêmicos. Os agroecossistemas estão relacionados com serviços ambientais, que, na visão dos atores e agentes que trabalham com o rural, devem ser remunerados aos proprietários desses recursos.

A discussão sobre Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) no Brasil, embora polêmica, segue em parte a linha desenvolvida para os mecanismos de mercado no questionamento do desenvolvimento limpo – MDL – no sentido de que os agroecossistemas preservados devem receber pagamento monetário, aliviando os seus proprietários do “ônus” da sua preservação, pois se constituem em áreas “inproveitadas” para a produção agrícola.

A agricultura ecologicamente intensiva, atualmente discutida por vários autores (BONNY, 2011) tem na análise de agroecossistemas proposta pela Agroecologia uma abordagem bastante difundida para a realização da transição agroecológica (MOREIRA, 2003).

De toda forma, embora com imprecisões no uso do termo, a Agroecologia, atualmente, está sendo objeto de programas de governo e tema para o estabelecimento de políticas públicas.

Iniciativas recentes no campo da Agroecologia

Atualmente, tanto no Brasil como na América Latina, têm aparecido inúmeras iniciativas em direção às mudanças no desenvolvimento econômico, com tentativas de transformar a realidade para diminuir as iniquidades sociais e ambientais, tanto na esfera pública quanto na sociedade civil.

Um dos primeiros passos importantes dado pelo poder público brasileiro nessa direção foi a promulgação da lei dos orgânicos⁴⁵, em 2003, que dispõe sobre Agricultura Orgânica e dá outras providências. No seu artigo 1º, § 2º, a lei estabelece que “o conceito de sistema orgânico de produção agropecuária e industrial abrange os denominados: ecológico, biodinâmico, natural, regenerativo, biológico, agroecológicos, permacultura e outros que atendam os princípios estabelecidos por esta Lei”. E considera “produto da agricultura orgânica ou produto orgânico, seja ele *in natura* ou processado, aquele obtido em sistema orgânico de produção agropecuário ou oriundo de processo extrativista sustentável e não prejudicial ao ecossistema local”⁴⁶

⁴⁵ Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003.

⁴⁶ Na lei é definido “sistema orgânico de produção agropecuária todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do

Outro passo, também fundamental, implementado recentemente pelo governo brasileiro é a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo)⁴⁷, cujo objetivo, no seu artigo 1º, é “integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população, por meio do uso sustentável dos recursos naturais e da oferta e consumo de alimentos saudáveis” (BRASIL, 2012).

A Pnapo, publicada no segundo semestre de 2012, terá sua implementação pela União, porém em regime de cooperação com Estados, Distrito Federal e Municípios, organizações da sociedade civil e outras entidades privadas⁴⁸.

Os programas dos governos mais recentes⁴⁹ procuraram aprimorar a legislação ambiental, apoiar e promover ações voltadas às políticas públicas direcionadas ao fortalecimento da Produção Orgânica como um primeiro nível da transição agroecológica. Exemplo disso são as Comissões Nacional e Estadual da Produção Orgânica (Cporgs)⁵⁰, formadas por determinação da Instrução Normativa nº 7, primeiro regulamento da produção orgânica, anterior à Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, encontrando-se em funcionamento desde fins da década de 1990⁵¹.

processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente”.

⁴⁷ Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012.

⁴⁸ Tal política, quando de sua efetivação, será gerida por uma Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Cnapo), composta por membros dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Desenvolvimento Agrário, da Saúde, da Educação, da Ciência, Tecnologia e Inovação, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, do Meio Ambiente, da Pesca e Aquicultura, além de quatorze representantes de entidades da sociedade civil, coordenados pela Secretaria-Geral da Presidência da República.

⁴⁹ Governos Fernando Henrique Cardoso I e II (1995-2002), Luiz Inácio Lula da Silva I e II (2003-2010) e Dilma Vana Rousseff (2011-atualidade).

⁵⁰ A Comissão da Produção Orgânica do Estado de São Paulo realiza reuniões mensais ordinárias e extraordinárias para discutir e subsidiar a Comissão Nacional no aperfeiçoamento da legislação do uso de insumos, produção, comercialização e certificação de produtos orgânicos. Entre outras atividades, realiza eventos e coordena grupos de trabalho específicos.

⁵¹ A criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em 1999, foi um marco nesse processo. Houve, na sequência, a implantação de vários programas governamentais, como o

No âmbito do Poder Legislativo, por sua vez, estão sendo criadas frentes de parlamentares, em conjunto com a sociedade civil, inspiradas na necessidade de criar uma cultura de direito e dar aos cidadãos uma legislação que estabeleça a importância da produção orgânica e da Agroecologia para orientar o desenvolvimento rural sustentável. Entre elas, cabe assinalar a Frente Parlamentar Mista pelo Desenvolvimento da Agroecologia e Produção Orgânica, em nível federal, e a Frente Parlamentar em Defesa da Produção Orgânica e Desenvolvimento Agroecológico, no âmbito do Estado de São Paulo.

De outro lado, para fortalecer as lutas sociais, estão sendo construídas redes sociais, em número crescente, com o objetivo de dar visibilidade e amplitude aos movimentos e às organizações da sociedade civil, bem como estão sendo criados cursos técnicos e superiores em Agroecologia (graduação e pós-graduação), revistas de divulgação técnicas ou científico-acadêmicas, entre outras iniciativas.

Apenas para citar algumas: Socla – Sociedad Científica Latinoamericana de Agroecología; Maela – Movimiento Agroecológico de América Latina y el Caribe; ANA – Articulação Nacional de Agroecologia; APA – Articulação Paulista de Agroecologia; RAU – Rede de Agroecologia da Unicamp; ABA – Associação Brasileira de Agroecologia; As-PTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa Agroecologia e Agricultura Familiar; Rede Ecovida – 3.000 agricultores organizados em grupos regionais; Campanha Nacional contra os Agrotóxicos e pela Vida; Curso de mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural/Ufscar; *Revista Brasileira de Agroecologia*; *Leisa – Revista de Agroecologia*; *Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável* (Emater/RS); Teses de doutorado e

Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), em 1995 e o Programa Território da Cidadania, em 2008.

dissertações de mestrado (inúmeras) dos vários programas de pós-graduação nos estados brasileiros, em especial no Sul e Sudeste⁵².

Marco conceitual: sustentabilidade e agroecologia

Para vários autores, na literatura recente sobre a economia globalizada, as desigualdades e o desenvolvimento sustentável têm, na sua essência, o questionamento da mercantilização da natureza e do Homem. Porém, desenvolvimento sustentável, nas suas mais variadas concepções não descarta a “economização” do meio ambiente natural ao “coisificar” as pessoas e os recursos naturais, tratando tais relações como “fatores de produção”.

Devido à incapacidade dos países do Norte em regular sua pegada ecológica, o processo que se estabeleceu, em nível internacional, ao se optar, por exemplo, por Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL) em acordos internacionais, acarretou, no limite, a transformação da biodiversidade em mercadoria, com preços regulados pelo mercado de carbono (LEFF, 2002). Por esse caminho abrem-se os espaços para o Sul vender seus créditos de carbono, admitindo ser possível atribuir valores monetários ao conjunto de seres vivos, e assim manter cristalizadas as condições de desigualdades já estabelecidas.

A sustentabilidade como relação social

As possibilidades agroecológicas do ambiente local para a produção agrícola fornecem a indicação do que é possível na exploração dos recursos naturais em diferentes ecossistemas. O conhecimento geoambiental de uma região constitui a dimensão inicial do desenvolvimento regional sus-

⁵² Cabe ainda frisar que o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) têm aportado recursos para desenvolver investigações nas temáticas agricultura familiar, agriculturas de bases ecológicas e movimentos sociais no campo.

tentável. As outras dimensões estão relacionadas às características sociais, econômicas, políticas, institucionais, histórico-culturais e tecnológicas.

A palavra sustentável traz embutida a ideia do manter, conservar uma determinada situação ou condição. Dependendo de quem e para o quê se empregue o termo, tem-se diversas conotações e pontos de vista, contendo a sua interpretação tamanha relatividade que é normal os interlocutores não chegarem a um entendimento comum, mais parecendo um diálogo de surdos.

Para o empresário capitalista, significa não alterar as relações produtivas entre capital e trabalho ou, mais do que isso, melhorar tal relação a seu favor. Já para os trabalhadores, sustentar tem o significado prioritário de garantir seus empregos para poder manter suas condições de vida e dar continuidade às suas famílias. Ao ambientalista é *mister* a preservação da natureza e a conservação dos recursos ambientais.

Nesse sentido, a sustentabilidade, palavra tão genérica que a princípio nada diz a não ser a manutenção de um estado, pode ser encarada como uma relação social. Assim como a tecnologia, que é produto de uma evolução histórica e social, fruto de um processo de dominação capitalista, o conceito ou as relações de sustentabilidade também o são, e correm o risco de se tornar, também, um instrumento muito mais apropriado às necessidades das forças hegemônicas do que do desenvolvimento social equitativo. A qualidade da sustentabilidade coloca-se, nesse caso, num campo de lutas sociais, com grandes possibilidades de se reverter em respostas apropriadas aos interesses dos grupos sociais dominantes.

A generalidade desse conceito abre espaço para as mais diferentes proposições ideológicas, que, ao defender o desenvolvimento sustentável, na verdade propõe o “mudar para manter”, garantindo, assim as condições sociais iniciais.

O consenso de desenvolvimento sustentável é hoje, no Brasil, quase uma entidade que, por si só, é boa e tem a seu favor a unanimidade social, mas acaba por levar a uma *ecologização* dos discursos para a sustentabilidade, que no fundo encobre a diversidade e os interesses dos diferentes

grupos sociais, sob o manto impessoal da preservação ambiental dos recursos naturais, suficiente para conduzir a uma sociedade ideal.

Porém, vista sob o ângulo das relações sociais, é a dimensão técnico-econômica da sustentabilidade que rebate diretamente na vertente político-institucional como um campo organizativo das forças sociais vivas.

No Brasil o termo sustentável possui uma conotação altamente conservadora, pois não contempla os aspectos distributivos da riqueza social. Assim, tratando-se de Agricultura Sustentável, há uma forte ligação com o uso da técnica na produção agrícola. Ao se utilizar uma tecnologia menos agressiva ao meio ambiente, como o plantio direto, que não revolve profundamente o solo e há um aproveitamento melhor da palhada da safra anterior, está-se fazendo agricultura sustentável, embora não se reduza o uso de agrotóxicos nem haja maiores preocupações com os trabalhadores e outros recursos naturais. O termo Agricultura Sustentável no Brasil já foi totalmente absorvido pelo grande agronegócio produtor de *commodities* para a exportação, sem maiores compromissos que não aqueles voltados à manutenção do *status quo* e do calibre dos lucros.

Embora para alguns intelectuais, cientistas e professores, o entendimento da sustentabilidade ambiental possa ser abrangente o suficiente para extrapolar a técnica e englobar o social e o econômico, para o homem comum, ator social e agente econômico produtivo, o sustentável não vai, obrigatoriamente, além do ambiente físico para atingir os contornos sociais. Ao contrário, buscar rentabilidade e competitividade não permite olhares sociais sob o risco de fracasso nas iniciativas produtivas.

Ao se incluir a proteção ambiental como inovação nos negócios, hoje uma técnica poderosa de *marketing*, o discurso aponta para os ganhos de toda sociedade, uma vez que o ambiente se torna mais despoluído ou mais recursos são poupados. Porter & Linde (1995) argumentam que a poluição é vista como uma ineficiência do processo e um desperdício econômico, o que relativiza as regras concorrenciais capitalistas, mas não descarta as possibilidades de aumento dos custos privados e da perda em competitividade.

A visão da degradação ambiental como ineficiência no uso dos recursos produtivos só contempla a dimensão tecnológica, na medida em que coloca a necessidade de tecnologias reparadoras do meio ambiente para a obtenção de mais lucros.

É essa a face dominante da sustentabilidade na agricultura brasileira moderna, tendo a dimensão ambiental estreita correlação com a lucratividade e o jogo competitivo, dentro, obviamente, das relações estabelecidas entre o capital e o trabalho. É, portanto, o entendimento do crescimento sustentável dos “fatores de produção”, cujas técnicas possam minimizar os impactos visíveis sobre o ambiente físico, trazendo assim um sobrefôlego ao circuito da acumulação capitalista, e dando visibilidade às empresas e ao Estado como defensores da ecologia.

Contextualizando a Agroecologia: objeto e bases conceituais

Discutir desenvolvimento sustentável coloca em questão o modelo produtivo ocidental de caráter global, em especial na agricultura, considerada entre os maiores poluidores do planeta. Saídas na direção de um “neoliberalismo ecológico”, para usar a expressão de Enrique Leff, traz um processo ecologizador da economia, como se fosse possível, dessa forma, resolver os problemas das desigualdades e da erosão cultural a que estão submetidos os povos tradicionais.

Pensando na contraposição local *versus* global, a Agroecologia está se firmando como uma nova possibilidade de transformação, não apenas da base produtiva, mas também da inclusão humana na modificação de agroecossistemas, em uma visão evolutiva sociedade-natureza.

Na literatura recente é possível identificar duas correntes mais expressivas de intelectuais que se dedicam a reflexão e estudos sobre Agroecologia: a norte-americana, com concentração de estudiosos no estado da Califórnia; e a europeia, tendo por base estudos de natureza sociológica centralizados na Espanha. Ambas, segundo Moreira (2003),

têm suas origens no México, a partir da herança teórica de Angel Palerm e Efrain Hernandez Xolocotzi.

Embora se admita que exista polissemia no entendimento do que seja a Agroecologia (WEZEL et al., 2009), gerando entendimentos diferentes no emprego do termo, neste artigo foi seguida a orientação das chamadas Escolas Agroecológicas de Córdoba e Berkeley, que têm entre seus ícones Eduardo Sevilha-Guzmán, do Instituto de Sociologia e Estudos Camponeses (Isec) da Universidade de Córdoba/Espanha, e Miguel Altieri, da Universidade da Califórnia.

A Agroecologia, então, é vista como uma nova abordagem científica, multidimensional, na medida em que procura o aporte das mais diferentes disciplinas para construir seu escopo teórico, tendo sempre como unidade de estudo o agroecossistema. O objetivo é “trabalhar com e alimentar sistemas agrícolas complexos em que as interações ecológicas e sinergismos entre os componentes biológicos criem, eles próprios, a fertilidade do solo, a produtividade e a proteção das plantas” (ALTIERI, 1998, p.18, apud CARMO, 2008).

Bonny (2011, p.452), a partir do Cirad, alerta para os processos ecossistêmicos na discussão sobre Agricultura Biologicamente Intensiva:

L'agriculture doit s'appuyer sur lês processus et les fonctionnalités écologiques qui permettent de lutter contre les bioagresseurs, de réduire les nuisances, de mieux valoriser les ressources rares, comme l'eau, ou encore d'améliorer les services écologiques (stockage du carbone, diversité biologique, prévention des catastrophes dites naturelles): c'est l'intensification écologique.

O funcionamento biológico dos agroecossistemas é o grande desafio da pesquisa de uma nova agricultura, que prioriza a intensificação das potencialidades ambientais, ativando seu uso, na medida em que coloca os processos biológicos e químicos, naturais e culturais, a serviço da humanidade.

O objeto da Agroecologia é, pois, o estudo do agroecossistema no seu sentido amplo de relações naturais e socioeconômicas, o que implica, obrigatoriamente, ter como seu princípio básico a diversidade.

A matriz do conhecimento agroecológico interliga dois princípios fundamentais, quais sejam: a preservação e ampliação da biodiversidade dos agroecossistemas (saúde ecológica) e a preservação da diversidade cultural das populações (saúde cultural).

O primeiro princípio é a base para se produzir autorregulação e sustentabilidade dos sistemas agrícolas com a natureza, uma vez que, quando a biodiversidade se restabelece, várias e complexas interações entre solo, plantas e animais e os ciclos geoquímicos naturais voltam a aparecer, traduzidos em efeitos benéficos ao meio ambiente.

Está, portanto, relacionado com os ensinamentos fundamentais da preservação e do aumento da diversidade biológica, voltado à ascensão do autofuncionamento e da estabilidade ecológica dos sistemas agrícolas. Alguns desses efeitos são percebidos quando se assegura uma produção sem o emprego de agroquímicos – como na agricultura de bases ecológicas e na agricultura biológica e orgânica – que possam contaminar o meio ambiente, e também como forma de se aumentar o uso múltiplo dos recursos da região ou território.

O segundo princípio procura assegurar a diversidade de experiências e conhecimentos de grupos tradicionais, presentes nas agriculturas locais, tendo o etnoconhecimento um papel central na geração de tecnologias. Os agricultores, então, trabalham o agroecossistema conforme seu saber acumulado durante anos de convívio entre os elementos do ambiente e suas práticas agrícolas.

A autoridade dos grupos étnicos da localidade está na convivência com os ecossistemas, que lhes arbitra um saber sobre o ambiente, a vegetação, o solo, os animais, o clima, entre outros, fruto da sua permanência, às vezes por gerações, naquele lugar. O conhecimento camponês sobre os ecossistemas resulta em formas produtivas multidimensionais de uso da terra, a partir das quais conseguem obter a autossuficiência alimentar das comunidades. Esse

saber vai além dos aspectos produtivos, incorporando decisões de caráter multidimensional para a utilização da terra e da sua reprodução social.

Portanto, os sistemas tradicionais de conhecimento trazem aos pesquisadores informações sobre as técnicas agrícolas adequadas aos controles de riscos no uso da base dos recursos naturais e das necessidades socio-reprodutivas dos grupos nativos de agricultores.

Produção estável, sustentável, só é possível quando conta com uma organização social que resguarde a integridade dos recursos naturais, base da produção, e ao mesmo tempo propicie a harmonia entre os membros da comunidade. A meta é que os agricultores possam vir a ser os agentes e os construtores de seu próprio destino e desenvolvimento. E a Agroecologia vem ao encontro dessa finalidade ao fornecer as ferramentas metodológicas para que a real participação da comunidade se transforme na seiva geradora para o atendimento dos anseios colocados nos projetos de desenvolvimento.

A concepção agroecológica, em que a terra é local de trabalho e de vida, encontra, no centro das suas bases metodológicas, três pressupostos que orientam as ações voltadas à transição ao desenvolvimento rural sustentável: a abordagem coevolucionista dos agroecossistemas; o potencial local na geração de CT&I endógenas; e a ação social coletiva.

O convívio Homem-Natureza

A abordagem coevolutiva das sociedades humanas com a natureza é um conceito-chave da Agroecologia, uma vez que considera os agroecossistemas como produto social dessa comunhão. Os sistemas agrários afloram da evolução mútua e inter-relacionada entre os seres humanos e os elementos naturais, de tal sorte que a produção na agricultura é o resultado de pressões econômicas que a sociedade aplica sobre os ecossistemas naturais ao longo da sua história evolutiva, em constante integração da tradição e dos costumes com o ambiente natural. Dentro dessa visão, não são aceitas verdades tecnológicas universais para se apli-

car o saber da ciência, uma vez que cada agroecossistema se desenvolve a partir de uma história coevolutiva diferente. A natureza das partes só é esclarecida no contexto da evolução conjunta da sua totalidade, o que não quer dizer que se rejeite a ciência convencional, visto que é da sua fusão com o conhecimento tradicional que a Agroecologia busca estabelecer suas bases. É por isso que os estudos devem ser realizados *com* os agricultores e não *para* todo e qualquer agricultor do planeta, como ocorre na homogeneização do pacote tecnológico da revolução verde.

Terra: local de vida, moradia e sentimentos

É no sentimento de localidade que aflora mais um conceito-chave da Agroecologia, o potencial local ou endógeno. Cada comunidade se faz representar pelo seu espaço singular e diferenciado, seja do ponto de vista dos recursos naturais, seja quanto às ações sociais e culturais das populações. Essa potencialidade é dada pelas forças naturais e sociais do lugar que, se devidamente acionadas, podem alavancar iniciativas mais condizentes com um desenvolvimento sustentável. É, portanto, caracterizado pelo conjunto de recursos que vão gerar estratégias na promoção do desenvolvimento local em bases permanentes.

Tanto as especificidades sociais quanto as formas de apropriação dos recursos ambientais têm a finalidade de orientar as pesquisas por tecnologias mais condizentes com as possibilidades dos agroecossistemas singulares, únicos, particularizados. É portanto, um desenvolvimento de técnicas para as condições de produção localizadas, num processo endógeno de mudanças a partir do local. As estratégias fluem por meio da articulação do saber local com o conhecimento científico, o que autoriza com muito mais propriedade o surgimento de sistemas agropecuários de bases ecológicas, potencializadores da biodiversidade e da diversidade sociocultural.

É necessário levar-se em consideração, nas atuações junto às comunidades, o forte sentimento de localidade dos agricultores, de pertencer a um sítio, território ou região. Nesse sentido, é forte o chamamento de

alguns movimentos sociais quando adotam como *slogan* de suas campanhas “terra para trabalhar e morar”, “local de trabalho e vida”, “solo para produzir, terra para viver e deixar para os filhos”.

Ações coletivas: a solidariedade em questão

O outro pilar em que se apoia a Agroecologia vem ainda na direção de alterar o enfoque unidimensional do desenvolvimento voltado exclusivamente ao mercado, e procurar uma transição que desenvolva laços de solidariedade entre os povos. Nesse escopo, esforça-se para ir além do econômico, e compor um marco teórico mais apropriado às transformações da realidade social, para uma visão mais ampla da agricultura como cenário de atividades socioculturais e intercâmbios ambientais.

As estratégias de ação coletiva são justapostas, em paralelo, aos processos de ecologização das técnicas agrícolas, pois a legitimização das práticas agroecológicas somente se concretiza como forma de libertar o agricultor da dependência secular e o conduzir à participação efetiva nas decisões sobre os rumos do seu desenvolvimento.

A ação coletiva vem do interesse e da adesão dos atores sociais da localidade em participar de projetos conjuntos com base nas suas necessidades, expectativas e valores compartilhados. Entre esses existe uma gama de atitudes, que pode incluir desde as estratégias para aumentar as rendas monetárias (e não monetárias) via organização e comercialização da produção, até a procura pela inclusão social, melhor qualidade de vida, educação e lazer.

Fica claro que, para os agricultores que aderem à Agroecologia, é fundamental que articulem seus interesses particulares aos objetivos estratégicos do coletivo, pois na transição ocorrem passagens difíceis de serem transpostas isoladamente pela forte presença da ideologia dominante, das pressões econômicas e do próprio desconhecimento dos agricultores do seu potencial de cooperação e solidariedade.

A ação coletiva é, pois, a proposta que potencializa a atuação dos protagonistas locais no desenho de novas bases para a exploração dos agroecossistemas, em conjunto com os agentes mediadores do processo, o Estado e a sociedade civil nos seus vários níveis de atuação.

Conclusões

A Agroecologia está cada vez mais se consolidando como um ramo do conhecimento, de caráter multidisciplinar, em que se toma como unidade de estudo o agroecossistema e como meta o seu uso otimizado ecológica e socialmente. O agroecossistema, como unidade espacial e sociocultural, é o *lócus* onde ocorrem transformações, fruto da ação da natureza e dos homens. Perturbações nesses ambientes, que não levem a um equilíbrio ecológico e social, mesmo que em novos patamares, não se coadunam com intervenções na direção da agricultura sustentável, do desenvolvimento sustentável, e tampouco da Agroecologia.

Nessa perspectiva, a mudança da agricultura rumo à sustentabilidade está intimamente relacionada aos processos de transformação da sociedade como um todo, premissa que não condiz com a simples substituição de insumos industriais por insumos naturais, padrão característico das chamadas agriculturas empresariais de bases ecológicas do agronegócio orgânico.

O processo de construção de uma agricultura efetivamente sustentável deve passar, necessariamente, pelo fortalecimento da agricultura de base familiar, por profundas modificações na estrutura fundiária do país, por políticas públicas consistentes e coerentes com a emancipação de milhões de brasileiros da miséria e pela revisão dos pressupostos epistemológicos e metodológicos que guiam ações de pesquisa e desenvolvimento (MOREIRA; CARMO, 2004).

A Agroecologia apresenta um conjunto de pressupostos fundamentais ao desenvolvimento rural sustentável e à própria organização da sociedade como um todo. Acima de tudo, é necessário um enfoque amplo e integral da agricultura e do desenvolvimento rural, onde a influência mútua entre os seres humanos e a terra, ou a sociedade e a natureza, não seja tratada apenas como

uma questão econômica, cuja eficiência deriva da manipulação físico-química e do aporte de capital, senão como um processo complexo que pressupõe a compreensão do funcionamento dos ecossistemas e a preocupação com a justiça na repartição dos seus produtos.

No entendimento deste trabalho a Agroecologia concretiza um esforço de consolidar um novo paradigma de agricultura e sociedade, com conhecimentos que partem da interação entre a biodiversidade ecológica e sociocultural local, dos saberes dos agricultores e da ciência convencional para um desenvolvimento sustentado no campo e na cidade. Compreendida dessa forma, recuperando a visão de Paulo Freire, a Agroecologia supera o conceito de extensão, na medida em que a ação dos técnicos se dá pelo diálogo e respeito à cultura e à visão de mundo dos agricultores.

Pensando na contraposição local *versus* global, a Agroecologia está se firmando como uma nova possibilidade de transformação, não apenas da base produtiva, mas também da inclusão humana na modificação de agroecossistemas, em uma visão evolutiva sociedade-natureza, e como tal também é parte da bandeira de luta de movimentos sociais no campo (LAMSAIF; CARMO; LEMOS, 2013).

Caporal e Costabeber (2002) apresentam uma explanação bem formulada da agroecologia, como o *campo do conhecimento* que proporciona as bases científicas para promover a transição do padrão de agricultura convencional *para estilos de agriculturas ecológicas*, na direção de também transformar o modelo convencional de desenvolvimento para *modelos sustentáveis de desenvolvimento rural*.

Enquanto uma ciência em construção, a base epistemológica da agroecologia vem da contribuição das várias disciplinas do conhecimento, com uma visão integradora e sistêmica do estudo da realidade. É nesse somatório que ela procura sua estrutura de conhecimento, com enfoque teórico e metodológico próprios, dentro ainda do aporte das experiências de distintos atores sociais que interatuam ativamente com os recursos naturais.

A abordagem agroecológica incentiva os pesquisadores a apreender as práticas dos agricultores, resgatando seu conhecimento, para desenvolver

agroecossistemas com uma dependência mínima de insumos químicos e energéticos externos. Almeja um agroecossistema perfeitamente equilibrado entre seus componentes – plantas, solo, nutrientes, luz solar, umidade e organismos coexistentes –, com o intento de superar, naturalmente, as perturbações sofridas com os sistemas artificializados de produção agrícola. A finalidade sempre é restaurar a resiliência e a força dos agroecossistemas, combatendo as causas dos estresses e restabelecendo o equilíbrio. No limite, quando da total regeneração e estabilização do agroecossistema, não seriam mais necessários aportes de insumos externos. Com esse pensamento fica fácil perceber que a intenção é a otimização do sistema como um todo no longo prazo e não a busca, a qualquer preço, de altos níveis de produtividade no curto prazo.

Porém, o que parece é que a crise econômico-social-cultural-ambiental que abalou os alicerces do padrão químico-mecânico da revolução verde ainda não atingiu um ponto de não retorno, cujo impacto propicie uma virada nos rumos do desenvolvimento de caráter mais abrangente. O modelo atual, concentrador, ainda dita as regras e seus defensores ainda não estão convencidos da sua vulnerabilidade.

Como então usar o potencial transformador da Agroecologia para ir além das suas proposições de diversidades econômica, técnica, social, ambiental e cultural, harmonizando-as às ações de desenvolvimento sustentável?

As dificuldades encontradas pela Agroecologia estão sendo superadas em várias iniciativas que modelam uma transição bastante intensa no Brasil atual. Mas, infelizmente, ainda em muitas situações, o nível do discurso suplantava o das atuações propriamente ditas do poder político dominante e da sociedade como um todo.

Porém, para não se perder numa discussão impertinente, é fundamental ocupar os espaços que se abrem, institucionais ou de conscientização da população, e pensar que mais do que um campo científico, uma bandeira de luta dos movimentos sociais, ou uma prática agrícola, o importante é exercitar a Agroecologia utilizando seus princípios de respeito às diversidades biológicas e sociais.

Referências

BONNY, S. L'agriculture écologiquement intensive: nature et défis. *Cah Agric*, Paris, France: Inra, v.20, n.6, nov.-dez. 2011, p.451-462.

BORSATTO, R. S. *A agroecologia e sua apropriação pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e assentados da reforma agrária*. 2011. Tese (Doutorado) –Unicamp, Campinas, 2011.

BRASIL, Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7794.htm>. Acesso em: 15 abr. 2013.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Análise multidimensional da sustentabilidade: uma proposta metodológica a partir da agroecologia. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, Porto Alegre, v.3, n.13, p.70-85, 2002.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A.; PAULUS, G. *Agroecologia: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável*. Brasília, 2006.

CARMO, M. S. do. *Agroecologia: novos caminhos para a agricultura familiar. Tecnologia&Inovação Agropecuária*, Campinas: APTA/SAASP, n.2, p.28-40, dez. 2008. Disponível em: <www.apta.sp.gov.br>.

LEFF, E. Límites y desafíos de la dominación hegemónica: La geopolítica de la biodiversidad y el desarrollo sustentable: economización del mundo, racionalidad ambiental y reapropiación social de la naturaleza. In: CECEÑA, A. E.; SADER, E. (comp.). *La guerra infinita: hegemonía y terror mundial*. Buenos Aires: Clacso, 2002. p.191-216.

LAMSAIF, S. D.; CARMO, M. S. do; LEMOS, S. V. Agroecologia: aspectos comparativos Brasil-França. In: FÓRUM AMBIENTAL DA ALTA PAULISTA, 9., 2013, Tupã. *Fórum Ambiental da Alta Paulista*, Tupã, 2013, v.9, n.7, p. 26-45.

MOREIRA, R. M. *Transição agroecológica: conceitos, bases sociais e a localidade de Botucatu/SP*. 2003. Dissertação (Mestrado) – Feagri/Unicamp, Campinas, 2003.

MOREIRA, R. M. M.; CARMO, M. S. do. Agroecologia na construção do desenvolvimento rural sustentável. *Agricultura em São Paulo*, v.51, n.2, p.37-56, jul.-dez. 2004.

PORTER, Michael E.; LINDE, Claas van D. Ser verde também é ser competitivo. *Exame*, nov.1995, p.72-75.

WEZEL, A. et al. Agroecology as science, a movement and a practice: a review. *Agron. Sustain. Dev.*, França: Inra, n.29, p.503-515, 2009. Disponível em: <www.agronomy-journal.org>. Acesso em: 13 abr. 2013.

CAPÍTULO 12

Agroecologia e agricultura sustentável: Triangulações, territórios e transições

STÉPHANE BELLON⁵³

Após certo êxito da agricultura sustentável, é a vez da agroecologia (AE) encontrar sucesso. Doravante, na França como no Brasil, a AE está na agenda das políticas públicas. Ela tornou-se um elemento importante do vocabulário científico e, potencialmente, um novo estandarte da agricultura. A AE estaria substituindo a agricultura sustentável ou outras proposições menos difundidas, como aquela da agricultura racional na França?

Coincidência ou não, dois eventos foram realizados no dia 17 de outubro de 2013 nas duas capitais. Em Paris, o Inra organizou um colóquio intitulado “Agroecologia e pesquisa”, sob os auspícios do Ministério da Agricultura, Agroalimentar e Florestas. Em Brasília, a presidenta Dilma Rousseff lançou⁵⁴ o “Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica” (Planapo)⁵⁵ – Brasil Agroecológico. Esse paralelo é apenas aparente, visto o

⁵³ INRA Ecodéveloppement – Site Agroparc, Avignon (França).

⁵⁴ Esse lançamento foi realizado no âmbito da segunda conferência nacional de desenvolvimento rural sustentável e solidária. Ver, sobre o assunto, <<http://aspta.org.br/2013/10/dilma-lanca-plano-nacional-de-agroecologia-e-producao-organica/>> e uma nota emitida pela Embaixada da França no Brasil (<<http://www.bulletins-electroniques.com/actualites/75229.htm>>).

⁵⁵ O termo atribuído no Brasil é produção orgânica. Por comodidade, os autores traduziram o termo em francês por produção “biológica”, em razão de a agricultura biológica (AB) ser

Brasil há muito já ter se engajado na agroecologia. E no Brasil um vínculo é previamente estabelecido entre agroecologia e agricultura orgânica (AO) (*Agriculture Biologique* – AB, em francês), enquanto na França a AO é um dos componentes de um “projeto agroecológico”⁵⁶.

Nesses dois países constata-se que o desenvolvimento da agroecologia está inter-relacionado a posições institucionais, questões científicas e práticas. Apesar da defasagem no tempo na adoção da AE pelas organizações de pesquisa pública no Brasil como na França (Embrapa e Inra), a AE foi desenvolvida também fora do âmbito institucional. A institucionalização e certa “cientifização” da AE não tenderiam a distanciá-la de seu programa inicial (ALTIERI, 1986)? Seu desenvolvimento permite produzir conhecimentos originais – por meio das interações renovadas entre cientistas ou entre praticantes e cientistas, com dispositivos de pesquisa participativos – e reforçar os vínculos entre agricultura, alimentação e meio ambiente, e entre agricultura e sociedade também? Para além das fronteiras e das especificidades regionais e nacionais, existem questionamentos comuns, por exemplo, sobre os modelos a serem elaborados e as políticas públicas capazes de apoiar sua construção e as transições?

Este texto busca apresentar as especificidades do desenvolvimento da AE nos dois países e os ensinamentos que podem ser tirados da análise dessas duas situações. Para tanto, recorreremos a nossa experiência nos dois países e à análise de documentos. Na primeira parte, apresentaremos as ambições e realidades da AE e, especialmente, tal como ela é apresentada em documentos de programação e em produções científicas. Em seguida, abordaremos o lugar ocupado pela AE em diferentes comunidades profissionais. Na terceira parte, discutiremos os desafios da AE no que diz respeito às transições e à construção de novos modelos de agriculturas ecológicas, entre os quais a AO.

referenciada dessa maneira no mundo francófono.

⁵⁶ Ele integra o *Plan Ambition bio 2017* (Plano Ambição orgânica 2017), assinado por quatro ministros (Agricultura, Educação, Ecologia e Economia Social e Solidária). Disponível em: <<http://agriculture.gouv.fr/ambition-bio-2017>>.

Triangulações: a agroecologia como elemento de programação científica

A pluralidade de acepções da AE é atualmente reconhecida (BEAUVAL, 2010; DAVID et al., 2011; SCHALLER, 2013), embora exista um consenso acerca da interpretação minimalista de agricultura sustentável (com seus três pilares). A AE é frequentemente apresentada como um campo científico que busca acompanhar transições agrícolas. Aliás, é sob esse ângulo que a AE foi popularizada, com a publicação da obra de referência de M. Altieri em espanhol (1983), francês (1986), inglês (1987) e português (1989). Em seguida, no âmbito acadêmico, a AE resultou em diversas categorizações (DALGAARD et al., 2003; SICARD, 2009; STASSART et al., 2012; MENDEZ et al., 2013; MONTEDURO, 2013; NORDER et al., 2015). No entanto, diversas posições se fazem presentes no que concerne às disciplinas mobilizadas, aos objetos de estudo concernidos e às finalidades das pesquisas.

Em um primeiro nível, a AE pode ser considerada como o cruzamento da agronomia e da ecologia, de onde decorre sua grafia “agroecologia” (SOUSSANA, 2013), especialmente em um documento de orientação do Inra, de 2010. Embora reconhecendo o interesse da posição anterior, com vistas no “reequilíbrio ecológico dos sistemas produtivos agrícolas”, alguns autores brasileiros (CAPORAL et al., 2006) apresentam a AE como matriz que articula diversas disciplinas (n=10) e campos do conhecimento (n=31), além de integrar saberes empíricos. A abordagem inter ou transdisciplinar representa um primeiro divisor de águas, dependendo da função ocupada pelas ciências sociais e pelos saberes dos agricultores e outros atores (consumidores, ambientalistas etc.) nos roteiros de pesquisa⁵⁷.

Outra acepção, mais restrita, seria a de uma agronomia que se preocupa com questões ambientais ou, ainda, sua definição simétrica, uma

⁵⁷ Para a avaliação de entidades de pesquisa, o referencial da Aeres assinala que o termo *transdisciplinaridade* foi recentemente utilizado para qualificar também um novo modo de produção de conhecimentos, apoiado em colaborações de organizações alheias ao mundo da pesquisa e que busca integrar saberes científicos e saberes de atores (profissionais, decisores, etc.).

ecologia aplicada aos sistemas agrícolas. Ela induz a certa confusão entre agroecologia e agroambiente. Ela reduz as dimensões sociais⁵⁸. Ela introduz também a questão da relação com a ação, por meio da identificação de práticas e de inovações tecnológicas (WEZEL et al., 2014), estudando não apenas os processos ecológicos relativos às técnicas agrícolas.

Essa visão, de certo modo normativa, pode ser contraposta à análise transformativa. Ela integra ao programa da AE perspectivas de reconcepção e de transição de sistemas agrícolas e alimentares (HILL e MAC RAE, 1995; LEVIDOW et al., 2014), especificadas adiante no texto. A integração (ou não) da questão alimentar representa outro elemento de diferenciação. As definições propostas por Francis et al. (2003) e Gliessman (2007) estão voltadas para a “ecologia dos sistemas alimentares”, cujos componentes técnicos, socioeconômicos e políticos são declinados em diferentes níveis de organização e não se referem mais a uma escala espacial privilegiada (campo cultivado, unidade de produção, agroecossistema etc.). Outros autores estendem o campo da AE ao direito à alimentação (DE SCHUTTER, 2011) ou à soberania alimentar (ALTIERI e TOLEDO, 2011).

Essas diferenças de acepções revelam não somente particularidades geográficas ou posições institucionais, mas também evidenciam elementos comuns e conceitos sistêmicos, apesar das diferenças entre sistemas-objetos. Desse modo, a maior parte das acepções da AE refere-se a, e questiona o uso e as contribuições das ciências para as agriculturas embasadas tanto em conceitos da ecologia quanto em práticas e conhecimentos empíricos. Referindo-se às situações francesa e brasileira notadamente, Wezel et al. (2009) propuseram uma visão que integra as diferentes vertentes da AE. Ela pode ser representada sob a forma de um triângulo cujos vértices são “ciência”, “movimento social” e “práticas agrícolas”. Ela foi utilizada para descrever as dinâmicas da AE na França e no Brasil em função de cada

⁵⁸ Na França, o primeiro edital, lançado em 2013, acerca de uma “mobilização coletiva para a agroecologia” era destinado a coletivos de agricultores desejosos de desenvolver formas de agricultura eficientes nos planos econômico e ambiental (<<http://agriculture.gouv.fr/AAP-Agroecologie>>). O terceiro pilar social, clássico da acepção mínima da agricultura sustentável, está ausente.

um dos vértices (BELLON e OLLIVIER, 2012; LAMSAIF et al., 2013). Esse triângulo difere daquele que representa a noção de sustentabilidade por meio de três pilares, cujos pesos relativos são frequentemente desiguais (economia > meio ambiente > social). Ele foi revisto sob a forma de outro triângulo cujos vértices são “ciências”, “políticas” e “práticas” (BELL e BELLON, 2013). A singularidade – AE considerada como ciência, prática e movimento social – cede lugar à diversidade – AE como ciências, práticas e políticas – em cada um dos vértices e nas junções das arestas do triângulo (Figura 1). Assim, o vértice “ciências” apresenta-se mais como programa interdisciplinar do que como uma nova disciplina; o vértice “práticas” abre para o campo dos modelos candidatos; e o vértice “políticas públicas” expressa o fato de que a AE se refere muitas vezes a políticas intersetoriais (agricultura, meio ambiente, economia).

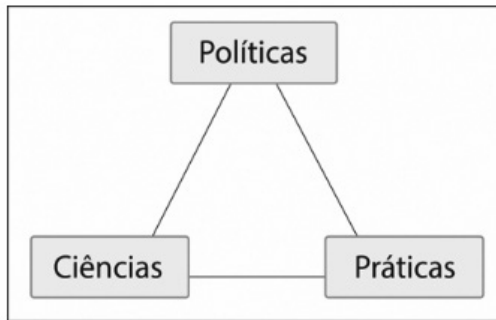


Figura 1. Os três pilares e vertentes da agroecologia.

Na França como no Brasil, a agroecologia foi inicialmente expressão de movimentos sociais (BELLON e OLLIVIER, 2012). A substituição do movimento social por políticas decorre da ampliação de fatos sociais para além dos movimentos sociais unicamente (COMPAGNONE, 2012), como da institucionalização da AE nos dois países (BRANDENBURG, 2008; BELLON e OLLIVIER, 2012; PETERSEN et al., 2013; VAN DEN AKKER, 2013). As interações entre os vértices do triângulo também estão em sintonia com a implementação da AE nos planos nacionais: (i) entre os

vértices “políticas” e “práticas”, o projeto francês “Vamos produzir de outra maneira”⁵⁹ recorre a relatos de agricultores; (ii) entre “políticas” e “ciências”, esses planos integram um componente de pesquisa; (iii) entre “ciências” e “práticas”, foram propostos os contornos de uma agroecologia destinada à ação, com base em experiências e com finalidades de programação científica (WARNER, 2007; TICHIT et al., 2010). As trocas de saberes entre cientistas e profissionais ampliam-se, bem como os projetos de pesquisa participativa.

A dimensão científica da AE também é utilizada no Brasil por movimentos sociais (FERGUSON e MORALES, 2010), bem como para redefinir as formas de apoio ao desenvolvimento (Ater). Na França, no entanto, esse uso é menos significativo (BELLON e OLLIVIER, 2012).

Se, de fato, a AE está ancorada na esfera científica (WEZEL e SOLDAT, 2009), existe ademais uma ciência da sustentabilidade. Essa ciência apresenta (i) pesquisas pluri-inter-trans-disciplinares, (ii) a coprodução de conhecimentos, (iii) inovações sistêmicas, (iv) articulações entre local e global, e (v) uma orientação de aplicação (KAJIKAWA, 2008). A agricultura é o polo mais presente na literatura relativa a essa ciência (KAJIKAWA et al., 2007). A conservação e a gestão da fertilidade dos solos são temas dominantes, como na AE (ALTIERI, 2002). No entanto, outros temas são mais representados no campo da AE que na ciência da sustentabilidade⁶⁰, que dispõe de suas próprias publicações (por exemplo, *Sustainability*, *Sustainability Science*, *Sustainability: Science, Practice, & Policy*, etc.). A questão alimentar se fez presente somente há pouco tempo, ao menos na França, enquanto uma ecologia da alimentação é lecionada na Alemanha desde 1987 (REDLINGSHOFER, 2006). Isso se expressou pela emergência de um novo campo, relativo à alimentação sustentável, e acarretou na

⁵⁹ Com exemplos trazidos da pesquisa de campo, iniciativas, individuais ou coletivas, de agricultores trilhando os passos do projeto agroecológico para a França, lançado por Stéphane Le Foll, ministro da Agricultura, Agroalimentar, Floresta e Pesca.

⁶⁰ Como a gestão de habitats e da biodiversidade, o controle biológico, os sistemas alimentares.

sua formulação em termos de desafios de pesquisa (ESNOUF et al., 2011). A institucionalização da agroecologia nos meios científicos franceses e brasileiros, bem como no âmbito das *expertises* internacionais, foi descrita alhures (BELLON e OLLIVIER, 2012).

Um trabalho colaborativo de análise da literatura científica foi iniciado (AVENTURIER e ALENCAR, 2013). A Tabela 1 indica a quantidade de referências disponíveis sobre agroecologia (AE), agricultura sustentável (AS) e agricultura orgânica (AO), bem como de suas interseções em diversas bases de dados bibliográficos, classificadas por país.

Tabela 1. Ocorrências dos radicais agroecolog*, agricultura sustentável e agricultura orgânica na França e no Brasil, entre 2009 e 2013 (segundo AVENTURIER e ALENCAR, 2013; atualizado em abril de 2014).

Palavras-chave Base de dados	<i>Agroecolog*</i>	<i>Agricultura sustentável (AS)</i>	<i>Agricultura orgânica (AO)</i>	<i>Agroecolog* e AS</i>	<i>Agroecolog* e AO</i>
Web of Science (WoS)	2.267 (Br: 253) (Fr: 153)	8.650 (Br: 369) (Fr: 457)	12.904 (Br: 760) (Fr: 681)	314 (Br: 26) (Fr: 35)	1.192 (Br: 75) (Fr: 70)
Organic Eprints (arquivos AB) http://www.orgprints.org/	153	421	3.295	63	83

As ordens de grandeza apresentadas para a França e para o Brasil⁶¹ são comparáveis, seja qual for a base de dados generalista (WoS ou Scopus) analisada. A AO é predominante nessas duas bases internacionais, enquanto a agroecologia está muito mais representada na base de dados da Embrapa (BPDA). Obviamente, a AO está mais representada na base de dados que lhe é dedicada (Organic Eprints, arquivos abertos da AO). A interseção entre AE e AO é bem superior àquela entre AE e

⁶¹ Apesar de incompleta, uma análise complementar com a base Scopus confirma essa constatação.

agricultura sustentável, com ordens de grandeza também comparáveis entre a França e o Brasil. Ela representa somente cerca de 3% do total das referências para AE e AS, e 8% do total para AE e AO no WoS. E esses resultados analisados por país não são muito diferentes. Outros vínculos existem entre os campos da AE e agricultura sustentável. Assim, a edição regional latino-americana da revista *Leisa*⁶² tem como subtítulo “Revista de Agroecologia”, enquanto a versão brasileira é intitulada “Agriculturas” (em referência à rede AgriCulturas). A revista *Agroecology and Sustainable Food Systems*, lançada no início de 2013, chamava-se anteriormente *Journal of Sustainable Agriculture*. Do mesmo modo, na segunda versão em português de sua obra de referência, M. Altieri modificou o título para *Agroecologia: bases científicas de uma agricultura sustentável*. Com efeito, a agricultura alternativa desapareceu do título inicial (ALTIERI, 1986).

Em resumo, a agricultura orgânica (AO) segue predominante nesses últimos anos; a agroecologia (AE) ganha espaço e exerce uma influência crescente sobre as agriculturas com base ecológica; e a referência à agricultura sustentável (AS) diminui, em comparação à década de 1990.

Territórios: as comunidades da agroecologia

Uma multiplicidade de comunidades está presente, refletindo a diversidade da AE, como foi evocado na parte anterior. Na França, um primeiro levantamento foi realizado, a partir de sítios da web de atores que recorrem ao termo de agroecologia (BELLON e OLLIVIER, 2012). No final de 2011, os autores identificaram dois polos. O primeiro polo abriga sítios de instituições de alto nível, com mandados internacionais (FAO, AFD e Cirad). A Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) destaca-se pela quantidade importante de *links*. Esses sítios estão associados a sítios de institutos de pesquisa, de ensino agrícola e de atores econômicos (serviços agrícolas,

⁶² *Leisa*: Low External Input Sustainable Agriculture (<www.leisa.info>). Disponível em: <<http://www.agriculturesnetwork.org/>>.

bancos), inseridos historicamente no dispositivo de modernização agrícola. Encontram-se também sítios de associações que promovem a agricultura de conservação, entre os quais o sítio da BASE (Bretanha Agricultura Solo Meio Ambiente) e, especialmente, o da AEI (Associação Internacional para a Agricultura Ecologicamente Intensiva), criada em 2009.

No polo oposto, os sítios correspondem principalmente ao meio associativo e aos movimentos sociais, com uma forte centralidade em torno de P. Rahbi (sítios de Terra & Humanismo, do movimento Os Colibris), de Natureza e Progresso, e das sementes crioulas. Esses sítios desenvolvem proposições críticas a respeito da modernização agrícola. Alguns deles funcionam como sítios “intermediários” (por exemplo, a Fundação Nicolas Hulot, AgriSud International), na medida em que compartilham *links* com os dois polos anteriores, institucional e de movimento social. A atualização dessa imagem das redes confirmaria certamente essa polarização, revelando ao mesmo tempo novos atores (Maaf e Inra, de um dos lados; “Rede de AgroEcologistas Sem Fronteiras”⁶³ do outro; ou situações intermediárias como o “Coletivo para o Desenvolvimento da Agroecologia”⁶⁴).

O edital “Mobilização coletiva para a agroecologia”, lançado em 2013 pelo Maaf⁶⁵, tinha como alvo projetos elaborados por coletivos de agricultores que desejavam desenvolver formas de agricultura que atendessem, dentro de uma abordagem sistêmica, aos princípios da agroecologia. O edital buscava também preparar a implantação das Giee (Grupamentos de Interesse Econômico e Ambiental), com vistas em agriculturas duplamente eficientes. No entanto, as comunidades profissionais agroecológicas ainda são pouco organizadas na França.

No Brasil, essas comunidades estão estruturadas em torno de duas entidades: a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), com uma organi-

⁶³ Autores de um manifesto: “A agroecologia, uma dinâmica para nossos territórios!”.

⁶⁴ Disponível em: <<http://collectif-agroecologie.fr/>> ou <<http://agriculture.gouv.fr/Collectif-d-agriculteurs-pour-la-transition>>.

⁶⁵ Disponível em: <<http://agriculture.gouv.fr/AAP-Agroecologie>>.

zação em grandes regiões, e a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). A ABA representa mais a vertente acadêmica; e a ANA, os movimentos sociais (LUZZI, 2007; WEZEL et al., 2009; PETERSEN et al., 2013). Essas duas entidades estão vinculadas, por meio dos pertencimentos duplos de indivíduos e da organização conjunta de eventos e congressos (FERGUSON e MORALES, 2010). Elas também estão ligadas a homólogos latino-americanos (ABA e Socla – Sociedade Latino-Americana de Agroecologia; ANA e Maela – Movimento Latino-Americano de Agroecologia). Diversas revistas especializadas existem no Brasil: *Revista Brasileira de Agroecologia*; *Cadernos de Agroecologia*; *Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável*; e *Revista Agriculturas*. No entanto, elas são pouco visíveis no âmbito internacional, apesar de levantarem questões relevantes da AE. A Via Campesina constitui uma exceção à parte, devido a seu caráter internacional. Ela integrou a AE em sua agenda desde o fim da década de 2000 (CONFÉDÉRATION PAYSANNE, 2010; ROSSET et al., 2011; THIVET, 2014), às vezes após a AO (ROSSET et BENJAMIN, 1994) ou de maneira relacionada à agricultura sustentável (HOLT-GIMÉNEZ, 2006).

No âmbito acadêmico, formações superiores foram desenvolvidas na França como no Brasil, muitas vezes em parceria com países europeus ou americanos. Diversas escolas de agricultura e de agronomia francesas oferecem cursos de agroecologia. Dentre essas escolas, quatro estão agrupadas na Fesia (Federação das Escolas Superiores de Engenheiros em Agricultura) desde 1984. É de se destacar um programa de dois anos de mestrado em Agroecologia europeu. Durante os dois anos de máster, os módulos básicos são cumpridos na Noruega (semestre 1: Universidade Norueguesa das Ciências da Vida [NMBU]; <<http://www.agroecos.fr/>>) ou na Holanda (Universidade de Wageningen [WUR], com o rótulo duplo de “agroecologia-agricultura orgânica”; <www.agroecology.fr>) e em seguida na França (semestre 3: Instituto Superior de Agricultura e Agroalimentar Rhône-Alpes [Isara-Lyon]). Entre os dois semestres desse máster europeu, várias possibilidades são oferecidas em diferentes países (EU e USA). Outros vínculos existem com a Europa do Norte, principalmente por meio da Rede

Nova de Universidades, que dispõe um programa de pesquisa, formação e desenvolvimento em agroecologia (<<http://www.agroasis.org/>>). A AE é definida, no âmbito desse programa, como ecologia dos sistemas alimentares (FRANCIS et al., 2003), em referência a abordagens sistêmicas, à fenomenologia e aos métodos de formação-ação (SALOMONSSON et al., 2014).

Na Europa do Sul, a Universidade Internacional da Andaluzia (Unia) oferece desde 2011 dois cursos de máster. Um deles está mais voltado para as ciências sociais (Agroecologia e Desenvolvimento Rural – Unia em parceria com a UCO [Universidade de Córdoba]). O outro está centrado nas ciências técnicas (Agricultura, Criação Animal e Silvicultura Orgânicos – Unia em parceria com a Universidade Pablo de Olavide⁶⁶, ligada à Sociedade Espanhola de Agricultura Orgânica [Seae]). Desde a década de 1990, esses mestrados, bem como um doutorado em Agroecologia, possibilitaram a formação de muitos estudantes estrangeiros, e principalmente brasileiros ainda ativos no campo da AE. As formações de nível máster também foram privilegiadas na Europa do Norte, notadamente em formatos como aqueles oferecidos nas escolas de verão de AE (<<http://issae.enfa.fr/>>). Isso abre a possibilidade um doutorado em Agroecologia (SALOMONSSON et al., 2014), semelhante àqueles já existentes na América Latina desde 2013 e vinculados à Socla (<<http://agroeco.org/socla/>>).

No Brasil, Aguiar (2010) enumera mais de uma centena de cursos de formação em AE, para diferentes níveis (do ensino médio ao doutorado). No entanto, grande parte desses cursos estaria mais orientada para uma abordagem que privilegia as formas de ensino convencionais e a questão da substituição dos insumos do que uma verdadeira vontade de reconcepção dos sistemas agrícolas (PETERSEN et al., 2013). Existem também iniciativas de educação ambiental no âmbito das escolas primárias que se referem à AE (FIGUEIREDO, 2012). A AE também é apoiada por meio de cursos de aperfeiçoamento e de formação política, de formação técnica e de outras

⁶⁶ O título do Master Interuniversitário em Agroecologia é: Uma Perspectiva para a Sustentabilidade Rural.

modalidades de formação contínua (NORDER et al., 2015). Uma parte dessas atividades foi iniciada diretamente pelos movimentos sociais, em espaços que privilegiam as trocas e aprendizagens diretas entre agricultores (“*campesino a campesino*”). Ademais, encontram-se qualificações em escolas de AE ou universidades campesinas, na América Latina e na África (ROSSET e MARTINEZ-TORRES, 2013). Observa-se um questionamento dos esquemas verticais de transmissão do conhecimento agronômico. Uma lei brasileira (12.188/2010) instituiu a “Política Nacional de Assistência Técnica e de Desenvolvimento Rural para a Agricultura Familiar e a Reforma Agrária – Pnater” e um “Programa Nacional – Pronater”, geridos pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em que a AE é vista como instrumento de renovação do apoio ao desenvolvimento (AZEVEDO, 2011).

Na França como no Brasil, a abertura para a AE possibilita também evoluções no ensino das ciências agronômicas (DORÉ, 2010; SARANDÓN, 2002). Alguns autores (FRANCIS, 2009) enxergam na AE uma oportunidade para repensar os métodos pedagógicos, por meio de um aprendizado embasado na ação e nos fenômenos. O destino profissional dos diplomados desses cursos de AE coloca-se como questão importante. O objetivo seria criar uma nova profissão de agroecólogo, diferente de engenheiro agrônomo? A adoção de uma concepção peculiar da AE reflete ao mesmo tempo a dimensão pedagógica e a definição da prática profissional dos diplomados, em termos de competências e de deontologia. A experiência brasileira é muito útil desse ponto de vista, dada a anterioridade das formações ou qualificações em AE bem como a existência de uma base unificada de *curriculum vitae* (<<http://lattes.cnpq.br/>>). Essa base de dados possibilita consultas acerca das trajetórias e atividades profissionais, e relativas às redes de colaboração (AGNEL, 2012). Os trabalhos ainda estão em curso e os primeiros resultados de um projeto colaborativo⁶⁷ revelam o potencial de análises comparativas entre os dois países. Para

⁶⁷ Projeto “A agroecologia na França e no Brasil: entre redes científicas, movimentos sociais e políticas públicas” (2011-2014), financiado pela Capes-Cofecub.

além do uso dessa base de dados, entrevistas com atores da AE trazem especificações sobre suas trajetórias e as redes em que se inserem.

Em resumo, a AE está presente em arenas e espaços diversos, no entanto, sua profissionalização ainda se encontra em construção. As comunidades são mais estruturadas no Brasil que na França, além de estarem abertas às trocas internacionais.

Transições: temporalidades e tecnologias em agroecologia

A institucionalização da AE iniciou-se há vários anos no Brasil, enquanto ainda é recente na França. A AE seria uma verdadeira estratégia de transformação agrícola e agronômica ou tratar-se-ia, de alguma forma, de um processo gradual com vistas à conformação da agricultura (LEVIDOW et al., 2014). Em termos estratégicos, a diferenciação entre visão fraca ou forte da AE pode ser determinada em função de três aspectos (objetivos, fronteiras e temporalidades) definidos também pela força dos relatos a eles associados (BELL e BELLON, 2013). A noção de sustentabilidade também pode ser classificada em fraca ou forte. Seu poder de atração inicial resultou, sem dúvida, de uma dominância da estratégia fraca e aberta, acarretando na adesão de vários atores, mas que pode ser usada, no entanto, para manter o *status quo*! É difícil, de fato, não aprovar a intenção geral tal como foi formulada pela célebre Comissão Brundtland. E a trajetória da sustentabilidade buscou privilegiar práticas antes de se engajar no campo científico, que, aliás, esteve muitas vezes focalizado nas métricas da avaliação (BELL e MORSE, 2008), embora os desafios de produção de conhecimentos sejam bem maiores (HUBERT, 2002).

Em um relatório de referência, o IIASTD (2009) situa os sistemas agroecológicos como uma etapa intermediária em direção a sistemas sustentáveis com alto nível de produtividade (Figura 2).

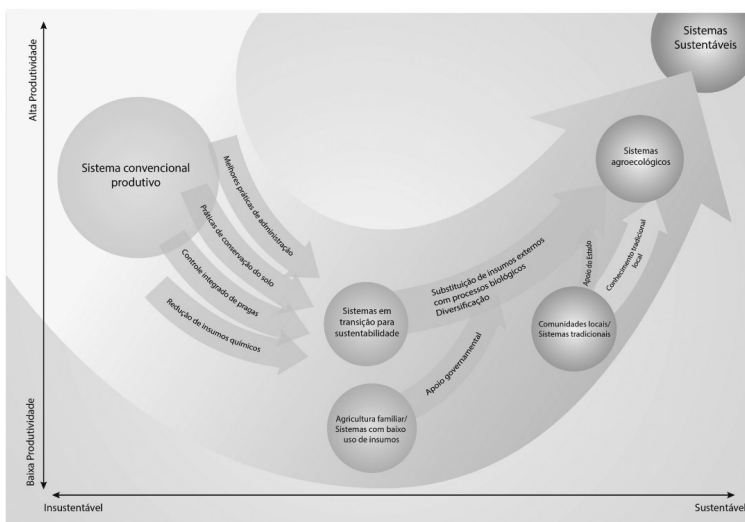


Figura 2. Representação dos processos de transição para sistemas sustentáveis. **Fonte:** IIASTD, 2009.

Essa figura sugere que as transições têm origem em uma melhoria das práticas agrícolas e na redução do uso de alguns insumos danosos para o meio ambiente (lado esquerdo da Figura 2). Porém, nesse estágio, o quadro de referência continua sendo aquele da agricultura convencional (ou “com veneno”/ com “agrotóxicos”, como se diz às vezes no Brasil). Substituir insumos externos priorizando a ativação de processos ecológicos é uma etapa a mais na transição para sistemas agroecológicos. As agriculturas campesina e tradicional são consideradas como estando próximas dessa etapa (lado direito da Figura 2).

A transição é um dos fundamentos da AE, inspirada em proposições relativas ao modelo “ESR” (HILL e MacRAE, 1995; ESTEVEZ et al., 2000; GLIESSMAN, 2007), ou seja, Eficiência, Substituição e Reconcepção. Elas encontram um respaldo crescente nas estratégias de pesquisa, no Brasil como na França (EMBRAPA, 2006; RICCI et al., 2011). No entanto, a perspectiva de reconcepção de sistemas agrícolas e agroalimentares nem sempre é explicitada. Ademais, o lugar da AO com relação à AE e à agricultura sustentável difere na França e no Brasil.

Autores influentes da AE (por exemplo, ROSSET e ALTIERI, 1997) criticaram a visão fraca da agricultura sustentável, que não questiona a especialização dos sistemas (em prejuízo da diversificação das produções), privilegia as preocupações ambientais (em detrimento da integridade dos recursos) e busca a rentabilidade em curto prazo e a otimização de itinerários técnicos. Combinações entre E, S e R são possíveis em uma mesma exploração agrícola (WEZEL et al., 2014), em função das produções e de sua localização (gargalos técnicos e sensibilidade diferenciada de cada cultura). Agricultores podem ter conseguido instaurar equilíbrios ecológicos em algumas áreas, porém mantêm-se mais dependentes de insumos externos em outras produções. O caso de determinado agricultor dificilmente pode ser associado a uma posição fixa no modelo ESR, pois não consiste em um *continuum*, além de ser dificilmente acessível por meio de categorias estatísticas, apesar de alguns autores (CAPORAL e COSTABEBER, 2000) terem tentado classificar explorações em alguma dessas categorias (E, S e R) no Estado do Rio Grande do Sul.

As ambições de reconcepção dos sistemas agrícolas expressas pelos defensores da AE também devem ser relativizadas.

a. Por um lado, a agroecologia pode ser vista como particularmente adaptada aos pequenos produtores, à agricultura familiar, e inspirada em sistemas tradicionais que já comprovaram sua resiliência (ALTIERI, 2002). Ela é contraposta aos desenvolvimentos tecnológicos com base em pacotes técnicos e transmissão vertical dos conhecimentos. A perspectiva agroecológica é principalmente descritiva e comparativa. Apesar de legitimar os saberes camponeses, ela continua desprovida para abordar a reconcepção. Esse é um dos limites da referência incondicional a sistemas tradicionais, mesmo quando já comprovaram sua “sustentabilidade”, ou ao menos sua reprodutibilidade.

b. Por outro lado, Petersen (2013) questiona o alcance do modelo ESR: os dois primeiros níveis (E e S) não significam obrigatoriamente ampliação da capacidade de autonomia e de adaptação. E as propostas de reconcepção (R) agroecológica são muitas vezes marginais em situações como aquela dos quilombolas ou dos assentamentos. Nesse último caso, como valorizar a diversidade de trajetórias individuais e familiares,

apesar de essas comunidades estarem confrontadas às mesmas condições edafoclimáticas (às vezes qualificadas abusivamente de “agroecológicas”)? Assim, a AE é vista como modelo total, com um projeto político de transformação da agricultura, que inclui tanto dimensões técnicas quanto dimensões sociais e organizacionais.

Dos dois lados, a AE decorre de um movimento de “recampesinização”. Mas é principalmente no Brasil que os governos implantaram meios para dar suporte à agricultura familiar e para organizar sua coexistência com a agricultura industrial (DE SCHUTTER, 2014)⁶⁸.

O modelo ESR também não pode ser considerado como uma série de etapas sucessivas. A referência à AO permite esclarecer esse ponto e especificar suas relações com a AE e a agricultura sustentável. Por definição, a conversão à agricultura orgânica (AO) implica, como condição mínima, a substituição dos insumos, já que se trata de produzir, transformar e conservar sem recorrer a auxílios químicos. No entanto, os produtores e operadores orgânicos podem buscar também uma melhor eficiência dos insumos elegíveis em AO, ao invés de reprojeter seu sistema, caso em que o modelo funcionaria mais na forma SE(R). E as evoluções regulamentares europeias em AO caminham nesse sentido, devido a obrigações de curto prazo (por exemplo, redução do uso do cobre; uso de mudas e sementes certificadas).

No Brasil, a AO é muitas vezes reduzida à abordagem em termos de substituição de insumos (AQUINO e ASSIS, 2005), ou até mesmo oposta à AE em diferentes cenários (ALTIERI e NICHOLLS, 2008; CANUTO, 2011). Essa posição vai ao encontro da tese da “convencionalização” da agricultura orgânica, documentada há mais de quinze anos (BUCK et al., 1997). Em resumo, o argumento é que, se o referencial da AO for o mesmo de um setor da agricultura convencional, a AO pode seguir os mesmos rumos que a agricultura contra a qual ela se constituiu! Certa confusão surgiu para verificar a validade dessa tese, confrontando práticas da AO com

⁶⁸ Olivier De Schutter: Nosso modelo agrícola mundial está esgotado”. Le Monde.fr | 29.04.2014 | Propósitos recolhidos por Gilles van Kote.

princípios da AE (GUTHMAN, 2000), quando deveriam ser confrontadas com princípios atualizados da AO (DARNHOFER et al., 2010). Na França, o selo “Biocoerência” da Fnab⁶⁹, bem como o plano de desenvolvimento “Ambição orgânica 2017”, busca antecipar esses desafios de desenvolvimento. A sustentabilidade da AO emergiria por meio de duas características contraditórias: sua capacidade de se estender por redes econômicas com um quadro restrito (diferente, no entanto, de uma lista de insumos); e uma flexibilidade que possibilita à AO redefinir-se permanentemente e adaptar-se a novas situações (TEIL, 2014). Isso expressa uma visão da AO como vetor de inovação e relacionada ao conjunto da agricultura, visão contida na noção de protótipo de agriculturas sustentáveis (BELLON e PENVERN, 2014).

A relação da AO com a AE revela-se problemática. Na França ela é inclusiva, pelo fato de a AO estar imbricada no projeto agroecológico. No Brasil, os dois termos figuram no mesmo nível no âmbito do “Planapo”, dotado de meios significantes (aproximadamente 1 bilhão de euros/ano durante 3 anos). Enquanto a AE se torna uma referência forte para as agriculturas com base ecológica (BRANDENBURG, 2008; KOOHAFKAN et al., 2011; OLLIVIER e BELLON, 2013), ela também recorre à AO como modelo e principalmente para ilustrar as questões de transição de base agroecológica (GLIESSMAN, 2007; PENNY e MOESKOPS, 2012). Uma dúzia de critérios pode ser utilizada para apontar diferenças ou convergências entre AO e AE (BELLON et al., 2011), distribuídos abaixo em quatro categorias:

- Paradigmas: definições, princípios, conceitos, disciplina (ou interdisciplinaridade).
- Referencial: atores-chave, modelos agrícolas, perspectiva de transição.
- Práticas: relação às tecnologias, à biodiversidade, à alimentação.
- Padrões: regulamentação, certificação.

⁶⁹ *Fédération Nationale d'Agriculture Biologique* (<<http://www.fnab.org/>>) (Federação Nacional de Agricultura Orgânica).

As escolhas tecnológicas da AO são explícitas, bem como seus processos de transformação e sua identificação como marca de qualidade. No entanto, no âmbito de algumas variantes da AE, as tecnologias são objeto de debates (por exemplo, a utilização de herbicidas em plantios diretos). Elas incluem igualmente a transformação e a conservação dos produtos. Nesse sentido, tecnologias que valorizem procedimentos ecológicos (ecoconcepção e ecoprocedimentos) também devem ser elaboradas, e existem até mesmo várias proposições que privilegiam ferramentas desenvolvidas na agricultura de precisão (robótica, captosres, teledetecção) e na agricultura de conservação (plantio direto, diagnóstico em campo). Outras questões ainda permanecem bem pouco presentes em AE, como a integração das iniciativas de comercialização e o reconhecimento mercantil da AE – com exceção da rede Ecovida no Sul do Brasil, com sua certificação participativa (BRANDENBURG, 2008). Por fim, a AE interpela também a AO, para que ela reencontre seus fundamentos ecológicos, que leve em consideração as dimensões sociais, a questão fundiária e a questão das sementes, de modo a apoiar a reprodução dos sistemas.

Revelam-se, igualmente, elementos comuns à AO e à AE. Ambas propõem uma abordagem que busca: fechar ciclos nos agroecossistemas; valorizar a diversidade vegetal e animal; contar com processos biológicos para gestão da fertilidade dos solos e para controlar doenças e pragas; apoiar trajetórias de transição para sistemas agrícolas ecológicos; favorecer sinergias entre diversos tipos de conhecimentos (BELLON e ABREU, 2005). Enfim, AO e AE oferecem também uma oportunidade para integrar elementos de abordagens fenomenológica, sistêmica e ecológica em sua formação (FRANCIS, 2009).

Em suma, as relações entre AE, AO e AS não são inclusivas nem exclusivas. Todas as três evoluem, e essa dinâmica própria interpela as outras. Apesar dos percursos diferentes, é preciso considerá-las em suas sinergias e seu projeto comum de transição agrícola e até mesmo agroalimentar.

Conclusões e perspectivas

As relações entre AE e AS são múltiplas. Os três ângulos por meio dos quais elas foram abordadas demonstram que suas dinâmicas são fortes e parcialmente imbricadas. Observa-se um tensionamento da agricultura em direção a formas ecológicas (OLLIVIER e BELLON, 2013). Esse processo é acompanhado de um risco de desvio ou de esgotamento, como ocorreu na França com a agricultura racional, ou de alguma assimilação da AE ao sistema de plantio direto (SPD) como ocorre no Brasil.

O foco na questão do uso de insumos ofusca três tipos de desafios com relação às performances, à reconcepção e ao meio ambiente. As performances ainda são consideradas de maneira segmentada, e são vistas preferivelmente no imediato, mais que em sua dinâmica de aquisição ou em seus compromissos. Uma opção consiste em definir as propriedades almejadas (por exemplo, resiliência, autonomia, diversidade, equidade), e emergentes por sua configuração, previamente à aquisição de performances e da escolha de instrumentos e unidades de medida (BOSSSEL, 2002; BELL & MORSE, 2008). Essas propriedades intervêm como fatores de orientação de um projeto de produção, em relação com uma dinâmica territorial. A perspectiva de reconcepção acarreta a ampliação do leque de modelos de produção, especialmente em situações pouco referenciadas, como a dos assentamentos, com sua diversidade de trajetórias individuais. O papel da criação animal e dos produtos madeireiros (arbustivos e arbóreos) precisa ser definido, dado tratar-se de sistemas de policultura-criação (BONAUDO et al., 2013) e agrossilvipastoris (SIEFFERT et al., 2014). Por fim, o meio ambiente ainda é abordado de maneira compartimentada (sol, ar, água). Entretanto, a noção de agroecossistema pede uma visão mais integrada do meio ambiente.

A AO intervêm de forma alternada, como referência ou como campo de experimentação dos princípios da AS e da AE. Uma visão fraca da AE não questiona o lugar ocupado pela AO nas agriculturas com base ecológica. Porém, uma visão forte da AE pode servir como um incentivo, reintegrando

a ecologia e dando mais espaço às questões sociais no programa da AO. Uma genealogia das agroecologias também permitiria esclarecer suas convergências possíveis (BELLON e OLLIVIER, 2012).

Comprometer-se com o desenvolvimento da AE possibilita não somente análises específicas, mas comparações entre países também. Na França como no Brasil, três acepções da noção de “público” emergem: um público-alvo (perfis de agricultores, procedimentos de cientistas, profissionalização); uma contribuição ao debate público (sobre o futuro da agricultura e sua relação com a alimentação); e a consideração de bens públicos (biodiversidade) como condição ampla para a reprodução da agricultura. Assim como a agronomia em seu tempo (SEBILLOTTE, 1974), a AE confirma a construção de um campo interdisciplinar relacionado à evolução da agricultura, e até mesmo uma transformação mais radical, que reconfigura as relações entre natureza, ciências e sociedades.

Referências

- AGNEL, C. *Trajectoires et réseaux de l'agroécologie au Brésil: propositions méthodologiques pour l'analyse de la base de données* Currículo Lattes. Angers, FR: ESA, 2012. 25 p.
- AGUIAR, M. V. A. Educação em agroecologia – que formação para sustentabilidade? *Revista Agriculturas*, v. 7, n. 4, p. 4-6, 2010.
- ALTIERI, M. A. *Agroécologie: bases scientifiques d'une agriculture alternative*. Paris: Debard Ed., 1986.
- ALTIERI, M. A. Agroecology: the science of natural resource management for poor farmers in marginal environments. *Agr. Ecosyst. Environ.*, v. 93, p. 1-24, 2002.
- ALTIERI, M. A.; NICHOLLS, C. I. Sauver l'AB. Sortir d'un modèle de production et de distribution spécialisé de type industriel. *Nature & Progrès*, n. 70, 2008.
- ALTIERI, M. A.; TOLEDO, V. M. The agroecological revolution in Latin America: rescuing nature, ensuring food sovereignty and empowering peasants. *Journal of Peasant Studies*, v. 38, n. 3, p. 587-612, 2011.

AQUINO, A. M. de; ASSIS, R. L. de (Ed.). *Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável*. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2005.

AVENTURIER, P.; FAGGION DE ALENCAR, M. C. Uso e gestão de fontes bibliográficas de agroecologia em trabalhos técnicos-científicos [Oficina]. In: CONGRÈS BRÉSILIEN D'AGROÉCOLOGIE, 8, 2013, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre, 2013.

AZEVEDO, E. O. de. Desafios e perspectivas da agroecologia. In: CAPORAL, F. R.; AZEVEDO, E. O. de (Org.). *Princípios e perspectivas da agroecologia*. Curitiba: Instituto Federal do Paraná– EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA, 2011. p. 167-185.

BEAUVAIL V. Confrontation de deux visions. Dossier L'agro-écologie, fertilisant naturel de l'agriculture paysanne ? *Campagnes solidaires* n° 251: IV-V, 2010.

BELL, S.; MORSE, S. *Sustainability indicators: measuring the immeasurable?* 2. ed. London: Earthscan, 2008.

BELL, M.; BELLON, S. *Strong versus weak agroecology: positions, trajectories, strategies*. Paper for the conference on "New Forms of Agriculture: Ordinary practices, public debate and social critique". Dijon, France, 20-21 nov. 2013. 23 p.

BELLON, S.; ABREU, L. S. Formes d'organisation des maraîchers biologiques péri-urbains de São Paulo. *Cahiers Agricultures*, v. 14, n. 1, p. 144-148, 2005.

BELLON, S.; OLLIVIER, G. L'agroécologie en France: l'institutionnalisation d'utopies. In: GOULET, F. et al. (Ed.). *L'agroécologie en Argentine et en France: regards croisés*. Paris: L'Harmattan, 2012. p. 55-90.

BELLON S., LAMINE C., OLLIVIER G., de ABREU, L. S., 2011. The relationships between organic farming and agroecology. Ifoam-Isolar Korean Organic World Congress [kowc]: 235-238.

BELLON S., OLLIVIER G., 2012. L'agroécologie en France : l'institutionnalisation d'utopies. In : Goulet F., Magda D., Girard N., Hernandez V. (Eds.) *L'Agroécologie en Argentine et en France. Regards croisés*. Paris, L'Harmattan, coll. Sociologies et Environnement, pp. 55-90.

BELLON S., PENVERN S., 2014. Organic farming as a prototype for sustainable agricultures. In S. Bellon & S. Penvern (Coords). *Organic Farming, Prototype for Sustainable Agricultures*. Springer Ed. 1-19.

BONAUDO T., BENDAHAN A.B., SABATIER R., RYSCHAWY J., BELLON S., LÉGER F., MAGDA D., TICHIT D., 2013. Agroecological principles for the redesign of integrated crop-livestock systems. *Europ. J. Agronomy* 57 : 43–51.

- BOSSSEL, H. Assessing viability and sustainability: a systems-based approach for deriving comprehensive indicator sets. *Ecology and Society*, v. 5, n. 2, 2002.
- BRANDENBURG, A. Mouvement agroécologique au Brésil: trajectoire, contradictions et perspectives. *Natures Sciences Sociétés*, v. 16, p. 142-147, 2008.
- BUCK D., GETZ C., GUTHMAN J., 1997. From Farm to Table: The Organic Vegetable Commodity Chain of Northern California, *Sociologia Ruralis* 37: 3–20.
- CANUTO, J. C. Investigación en agroecología: instituciones, métodos y escenarios futuros. In: MORALES HERNANDEZ, J. (Coord.). *La agroecología en la construcción de alternativas hacia la sustentabilidad rural*. México: Siglo XXI, 2011. p. 129-143.
- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova extensão rural. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, v. 1, p. 16–37, 2000.
- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A.; PAULUS, G. *Agroecologia como matriz disciplinar integradora: um novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável*. 2006. 25 p.
- COMPAGNONE, C. Pratiques négociées et écologisation de l'agriculture. *AE&S*, v. 2, n. 1, p. 23-32, Juin 2012.
- CONFÉDÉRATION PAYSANNE. L'agro-écologie, fertilisant naturel de l'agriculture paysanne? *Campagnes Solidaires*, n. 251, 2010.
- DALGAARD T., HUTCHINGS N., PORTER J., 2003. Agroecology, scaling and interdisciplinarity. *Agriculture, Ecosystems & Environment*. Vol. 100, Issue 1: 39–51.
- DARNHOFER, I. et al. Conventionalisation of organic farming practices: from structural criteria towards an assessment based on organic principles. A review. *Agron. Sustain. Dev.*, v. 30, p. 67–81, 2010.
- DAVID, C. et al. Agroécologie. In: MORLON, P. (Éd.). *Les mots de l'agronomie: histoire et critique*. 2011. Disponível em: <<http://mots-agronomie.inra.fr/mots-agronomie.fr/index.php/Agro%C3%A9cologie>>.
- ESTEVEZ B., DOMON G., LUCAS E., 2000. Le modèle ESR (efficacité-substitution-reconceptualisation), un modèle d'analyse pour l'évaluation de l'agriculture durable applicable à l'évaluation de la stratégie phytosanitaire au Québec. *Courrier de l'Environnement de l'INRA*, n° 41 : 97-104.
- DE SCHUTTER, O. *Agroécologie et droit à l'alimentation*. Rapport présenté à la 16^{ème} session du Conseil des droits de l'homme de l'ONU. 2011. 23p.

DORÉ, T. What kind of agronomy to strengthen ecological intensification? In: *Agro 2010*, XIth ESA Congress, Montpellier, 2010. p. 781-782.

EMBRAPA. *Marco referencial em agroecologia*. Brasília: Mapa, 2006. 70 p.

ESNOUF, C.; RUSSEL, M.; BRICAS, N. *Pour une alimentation durable: réflexion stratégique du ALIne*. Paris: Ed. Quae, 2011.

FERGUSON, B. G.; MORALES, H. Latin American agroecologists build a powerful scientific and social movement. *Journal of Sustainable Agriculture*, v. 34, n. 4, p. 339-341, April 2010.

FIGUEIREDO, R. A. Rural extension programs in environmental education in Brazilian rural schools. *Journal of International Agricultural and Extension Education*, v. 19, p. 178-179, 2012.

FRANCIS C., S. GLIESSMAN S., BRELAND T., CREAMER N., HARWOOD R., SALOMONSSON L., HELENIUS J., RICKERL D., SALVADOR R., WIEDENHOEFT M., SIMMONS S., Allen P., Altieri M., Flora C., Poincelot R., 2003. Agroecology the ecology of food systems. *Journal of Sustainable Agriculture*, vol. 22, n° 3: 99-118.

FRANCIS, C. Education in organic farming and food systems. In: FRANCIS, C. (Ed.). *Organic farming: the ecological system*. Agron. Monogr. 54. Madison, WI: ASA, CSSA, SSSA, 2009. p. 283-299.

GLIESSMAN S.R., 2007. *Agroecology. The Ecology of Sustainable Food Systems*. Second Edition. CRC Press. Taylor & Francis Group.

GUTHMAN, J. An agro-ecological assessment of grower practices in California. *Agr. Human Values*, v. 17, p. 257-266, 2000.

HALBERG N., 2012. Assessment of the environmental sustainability of organic farming: Definitions, indicators and the major challenges. *Can. J. Plant Sci.* 92: 981-996.

HILL, S. B.; MacRAE, R. J. Conceptual frameworks for the transition from conventional to sustainable agriculture. *Journal of Sustainable Agriculture*, v. 7, n. 1, p. 81-87, 1995.

HOLT-GIMÉNEZ, E. *Campesino a campesino: voices from Latin America's farmer to farmer movement for sustainable agriculture*. Oakland, CA: Food First Books, 2006.

HUBERT, B. Agricultures et développement durable. Attitudes de recherche et enjeu de connaissance. *Les Dossiers de l'Environnement de l'INRA*, n. 27, p. 41-54, 2002.

IIASTD (Évaluation Internationale des Connaissances, des Sciences et des Technologies Agricoles pour le Développement). *Summary for decision makers of the Latin America and the Caribbean (LAC)*. Report. 2009. 28 p.

KAJIKAWA Y., OHNO J., TAKEDA Y., MATSUSHIMA K., KOMIYAMA H., 2007. Creating an academic landscape of sustainability science: an analysis of the citation network. *Sustain. Sci.*, Vol. 2: 221-231.

KAJIKAWA Y., 2008. Research core and framework of sustainability science. *Sustain. Sci.* Vol. 3.: 215-239.

KOOHAFKAN, P. et al. Green agriculture: foundations for biodiverse, resilient and productive agricultural systems. *International Journal of Agricultural Sustainability*, 2011. 13 p.

LAMSAIF S., SIMOES DO CARMO M., VANUCCI LEMOSS., 2013. Agroecologia: aspetos comparativos Brasil-França. IX FORUM AMBIENTAL DA ALTA PAULISTA, V. 9, n°7: 26-45.

LEVIDOW, L., PIMBERT, M., VANLOQUEREN, G., 2014. Agroecological research: Conforming – or transforming the dominant agro-food regime?, *Agroecology and Sustainable Food Systems* 38(10): 1127–1155.

LUZZI, N. *O debate agroecológico no Brasil: uma construção a partir de diferentes atores sociais*. Thèse (Doctorat en Développement, Agriculture et Société) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, UFRRJ, Seropédica, Rio de Janeiro, 2007.

MÉNDEZ V., BACONC., COHEN R., 2013. Agroecology as a Transdisciplinary, Participatory, and Action-Oriented Approach. *Agroecology and Sustainable Food Systems* Vol. 37, Issue 1: 3-18.

MONTEDURO M., 2013. Environmental Law and Agroecology. Transdisciplinary Approach to Public Ecosystem Services as a New Challenge for Environmental Legal Doctrine. *European Energy and Environmental Law Review*, Vol. 22, Issue 1, 2–11.

NORDER L., LAMINE C., Bellon S., 2015. Agroecologia: polissemia, pluralismo e controversias (A paraître)

OLLIVIER, G.; BELLON, S. Dynamiques paradigmatiques des agricultures écologisées dans les communautés scientifiques internationales. *Natures Sciences Sociétés*, v. 21, p. 166-181, 2013.

PENNY, A.; MOESKOPS, B. (Ed.). *Agroécologie: dix exemples d'innovation réussie en agriculture*. 2012. 28 p. Disponível em: <http://agro-ecoinnovation.eu/wp-content/uploads/2012/11/Eco_Innovation_broch_24pages_FRC_Ir.pdf>.

PETERSEN, P. Agroecologia e a superação do paradigma da modernização. In: NIEDERLE, P. A. et al. (Ed.). *Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura*. 2013. p. 69-103.

PETERSEN, P.; MUSSOI, E. M.; DAL SOGLIO, F. Institutionalization of the agroecological approach in Brazil: advances and challenges. *Agroecology and Sustainable Food Systems*, v. 37, n. 1, p. 103-114, 2013.

REDLINGSHOFER B., 2006. Vers une alimentation durable ? Ce qu'enseigne la littérature scientifique. *Courr. Env. de l'INRA* n° 53 : 83-102.

RICCI, P.; LAMINE, C.; MESSÉAN, A. La protection intégrée des cultures: un nécessaire changement de paradigme. *Revue A, E & S. Agronomie et Grenelle de l'Environnement*, v. 1, p. 22-30, Oct. 2011.

ROSSET, P.; BENJAMIN, M. (Dir.). *The greening of the revolution: Cuba's experiment with organic agriculture*. Melbourne, Australia: Ocean Press, 1994.

ROSSET, P.; ALTIERI, M. A. Agroecology versus input substitution: a fundamental contradiction of sustainable agriculture. *The Politics and Policies of Sustainable Agriculture. Society & Natural Resources*, v. 10, n. 3, p. 283-295, 1997.

ROSSET P, MACHIN Sosa B., ROQUE-JAIME A., AVILA-LOZANO D., 2011. The *Campesino-to-Campesino* agroecology movement of ANAP in Cuba: social process methodology in the construction of sustainable peasant agriculture and food sovereignty. *The Journal of Peasant Studies*. Vol. 38, n°1: 161-191.

ROSSET P., MARTINEZ-TORRES M., 2012. Rural social movements and agroecology: context, theory, and process. *Ecology and Society*, 17 (3).

SALOMONSSON, L.; CUADRA, M.; FRANCIS, C.; LEIBLEIN, G. Facilitating international doctoral education: agroecology & capacity building. In: *Symposium IFSA*, Berlin, 1-4 avril 2014. 8 p.

SARANDÓN, S. J. Incorporando el enfoque agroecológico en las Instituciones de Educación Agrícola Superior: la formación de profesionales para una agricultura sustentable. *Agroecología y Desarrollo Rural Sustentável*, v. 3, n. 2, p. 40-49, 2002.

SCHALLER, N. L'agroécologie : des définitions variées, des principes communs. *Analyse n. 59 du CEP*, MAAF, 2013. 4 p. Disponible em: <http://agriculture.gouv.fr/IMG/pdf/Analyse_CEP_59_Agroecologie_definitions_variees_principes_commun_cle051634.pdf>.

SEBILLOTTE M., 1974. Agronomie et agriculture: essai d'analyse des tâches de l'agronome. *Cahiers ORSTOM. Série Biologie*: 3-25.

SICARD TL, 2009. Agroecología: desafíos de una ciencia ambiental en construcción. in Altieri M. (ed.), *Vertientes del Pensamiento Agroecológico: Fundamentos y Aplicaciones*. Sociedad Científica Latinoamericana de Agroecología (SOCLA).

SIEFFERT A., LAVIGNE C., WARLOP F., LE PICHON V., BELLON S., TCHAMITCHIAN M., CASTEL L., VERCAMBRE G., 2014. Co-design of Innovative Periurban Horticultural Agroforestry – A Pilot Farm in the South of France. 2nd EURAF (European Agroforestry Federation) Conference, 4-6 June 2014, Cottbus, Germany.

SOUSSANA J.-F., 2013. "L'agro-écologie" est d'abord une science. *Revue Projet* N°332: 58-62.

STASSART P., BARET P., GRÉGOIRE J.-C., HANCE T., MORMONT M., REHEUL D., STILMANT D., VANLOQUEREN G., VISSER M., 2012. L'agroécologie : trajectoire et potentiel pour une transition vers des systèmes alimentaires durables. In D. Van Dam, J. Nizet, M. Streith & P. M. Stassart (Eds) "Agroécologie: entre pratiques et sciences sociales". Educagri Ed.

TEIL, G. Is organic farming unsustainable? Analysis of the debate about the conventionalisation of the organic label. In: BELLON, S.; PENVERN, S. (Coord.). *Organic farming, prototype for sustainable agricultures*. Springer Ed., 2014. p. 325-344.

THIVET, D. "Mener la lutte au quotidien dans nos champs". L'approche agroécologique du mouvement paysan international *La Via Campesina*. In: CARDONA, A.; CHRÉTIEN, F.; BENOÎT, L.; RIPOLL, F.; THIVET, D. (Coord.). *Dynamiques des agricultures biologiques*:

effets de contexte et appropriations. Versailles/Dijon: Educagri; Quae. 2014.

TICHIT M., BELLON S., DECONCHAT M., AGREIL C., AVIRON S., BARBIER J.-M., BONAUDO T., DEVERRE C., LAMINE C., MAGDA D., MEURET M., OLLIVIER G., ROBIN P., 2009. Agroécologie pour l'action. Note de cadrage SAD. INRA SAD, 20 p.

VAN DEN AKKER J., 2013. Agroécologie face à agro-industrie: le choc des modèles. *Silence* n°415: 9-12.

WARNER K.D., 2007. *Agroecology in action: Social networks extending alternative agriculture*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press.

WEZEL, A.; SOLDAT, V. A quantitative and qualitative historical analysis of the scientific discipline of agroecology. *International Journal of Agricultural Sustainability*, v. 7, n. 1, 2009.

WEZEL, A.; BELLON, S.; DORÉ, T.; FRANCIS, C.; VALLOD, D.; DAVID, C. Agroecology as a science, a movement and a practice. A review. *Agron. Sustain. Dev.*, v. 29, n. 4, p. 503-515, 2009.

WEZEL, A. et al. Agroecological practices for sustainable agriculture. A review. *Agron. Sustain. Dev.*, v. 34, p. 1-20, 2014.

CAPÍTULO 13

Agroecologia e agricultura familiar no Brasil: para uma transcendência das concepções duais

JULIEN BLANC⁷⁰
ISABEL GEORGES⁷¹

Introdução

Desde o início da década de 1990, existem polêmicas importantes no Brasil acerca da natureza da transição agroecológica a ser implantada e sustentada. Essas polêmicas estão ancoradas em uma dupla dualidade fortemente estruturante para a ação pública: por um lado, aquela que opõe a “agricultura familiar” ao “agronegócio” e, por outro, aquela própria das forças contraditórias, por meio das quais um projeto de “agricultura familiar” tenta se (re)definir. Essa dupla dualidade, como será apresentado adiante, poderia também ser resumida em uma oposição mais fundamental, entre a promoção de um *ideal de tipo capitalista e liberal* e aquela de um *ideal anticapitalista*. O fato de considerar essa oposição como fundadora apresenta, de nosso ponto de vista, um interesse duplo: além de permitir

⁷⁰ Antropólogo do meio ambiente, Museu Natural de História Natural – MNHN (França).

⁷¹ Socióloga, IRD-DEVSOC/UFSCar (Brasil).

extrapolar o quadro brasileiro, remetendo a uma tensão identificada “globalmente” como estruturante para as dinâmicas de transição agroecológica (GOODMAN, 2009), ela estimula, sobretudo, a sua própria transcendência. Pois, se esses ideais são duais em sua própria concepção, as formas assumidas na realidade se materializam frequentemente em híbridos com limites confusos e formas variáveis.

O presente trabalho busca demonstrar, simultaneamente, como esses ideais se confrontam com as normatividades contraditórias próprias ao nosso mundo contemporâneo e, concretamente, como dialogam e se enfrentam de maneira permanente, no movimento conjunto da mudança. Na mesma linha das propostas de Sonnino e Madsen (2006), a ideia presente consiste em abordar o campo agroecológico⁷² como um espaço de coevolução, em que interagem, em diversas escalas e em diferentes arenas, atores e grupos de atores, portadores de representações do mundo, de sistemas de valores, de lógicas sociais e de saberes amplamente heterogêneos, que defendem visões próprias da transição agroecológica e que buscam dar-lhes voz e existência.

Abordar a questão da agroecologia dentro do contexto brasileiro significa inevitavelmente abordar a questão da agricultura familiar, categoria política antes de tudo, mas que também se tornou uma categoria de análise no campo da sociologia agrícola e rural nacional. No Brasil, a transição agroecológica é destinada à agricultura familiar. Ela remete a um projeto para a agricultura familiar, se recorrermos ao significado nacional do termo “agroecologia”⁷³, e refere-se ao conjunto da agricultura brasileira, se for considerado em seu sentido etimológico. Nossa análise da agroecologia como fenômeno social será também uma forma de contribuir para a reflexão crítica em curso no Brasil acerca dessa categoria de “agricultura familiar”, sobre o que ela comporta, bem como sobre as realidades por ela enfrentadas.

⁷² No sentido de P. Bourdieu.

⁷³ Doravante, usaremos a ortografia “agro-ecologia” para nos referirmos à transição ecológica da agricultura no sentido etimológico do termo, e “agroecologia” para nos referirmos a seu uso (dominante) no Brasil.

Nossa reflexão se apoiará em grande parte sobre um estudo de caso, o estudo de uma transição iniciada no começo dos anos 1990, no meio de um bairro “rural” da grande periferia de São Paulo. Se essa transição não ilustra uma história de sucesso da agroecologia, tampouco ilustra um fracasso, e, nesse aspecto, ela nos parece fértil no âmbito de nosso exercício crítico. Em Veravá, local de nossa narrativa, diferentes opções de transição ecológica foram propostas às famílias locais. Essas propostas resultam da atividade *in loco*, o que os sociólogos da inovação da Escola de Wageningen chamam de “intermediários de inovação” (HALL et al., 2001; KLERKX e LEEUWIS, 2008): esses atores que permitem e facilitam as interações entre os diversos parceiros dos “sistemas de inovação” ao assegurar notadamente a circulação dos recursos (materiais e imateriais) dentro desses sistemas.

No Brasil, como em muitos países emergentes e em desenvolvimento (CRUCEFIX, 1998; BOLWIG et al., 2009), esses atores desempenham um papel fundamental na transição agroecológica. Eles asseguram um conjunto de tarefas tão fundamentais quanto a aproximação entre agricultores e distribuidores e/ou consumidores, a formação (agronômica, regulamentar) dos agricultores a essa nova prática, a facilitação do acesso a recursos financeiros (crédito, fundos públicos) ou a elaboração e a gestão das certificações (SCHULTZ, 2006; BLANC e KLEDAL, 2012).

Este texto é construído em duas partes. A primeira diz respeito à maneira como se cruzam os desafios da transição ecológica e da transformação da pequena agricultura no Brasil, destacando a forma pela qual se expressam simultaneamente as tensões e as dualidades nessa interseção. A segunda parte busca reconstituir a transição, tal como foi implantada em Veravá, por meio do jogo de interações entre os “intermediários da inovação” atuantes *in loco* e os agricultores e famílias do local. A articulação entre as duas partes permitirá que algumas reflexões sobre a questão abordada sejam propostas.

Sobre a construção de um campo sob tensão

A agricultura familiar no cerne da agroecologia brasileira

Desde o final dos anos 1980 organiza-se no Brasil a defesa de uma transição ecológica da agricultura capaz de se afirmar como uma resposta às fraturas sociais e econômicas próprias ao país. Seus promotores encontram-se principalmente nas alas progressistas da igreja católica e protestante, entre agricultores neorrurais, técnicos agrônomos, bem como em diversos grupos da sociedade civil, organizados em ONGs ou em associações⁷⁴ (BRANDENBURG, 2008).

Esses defensores procuram oferecer, por meio da transição ecológica, novas perspectivas para a agricultura familiar marginalizada, que tenha sofrido os impactos da Revolução Verde ou que tenha sido excluída de qualquer programa de apoio público. Ao questionar as condições de existência da pequena agricultura, seus atores procuravam desenvolver sistemas de comercialização que, para além das simples transações, buscam impor-se como espaços de sociabilidade e de solidariedade entre produtores, consumidores e atores intermediários (BRANDENBURG, 2008): se a transição ecológica devia constituir um projeto para os mais pobres, ela não devia, no entanto, traduzir-se pela integração da pequena agricultura às dinâmicas de mercado.

Assim, nasceu no Brasil a denominação “agroecologia”, em oposição a uma concepção mercantil e utilitarista da transição ecológica (LIMA e PINHEIRO, 2001; SCHNEIDER e NIEDERLE, 2010). A opção mercantil devia ser combatida para que a transição não fosse apropriada pelas camadas já dominantes da sociedade (empresários rurais e agronegócio) e não fosse subordinada às racionalidades capitalistas, às regras e ao funcionamento dos mercados. No Brasil, um verdadeiro setor da agricultura

⁷⁴ Notadamente associações de promoção da agricultura orgânica: o Instituto Biodinâmico (IBD), criado em 1984; a Associação dos Agricultores Orgânicos do Estado do Rio (ABIO), criada em 1985; a Associação dos Agricultores Orgânicos (AAO), criada em 1989, etc.

orgânica se constituiu (a partir de meados da década de 1990) com o mercado destinado à exportação⁷⁵ e, internamente, com a grande distribuição. Grandes empresas nacionais e internacionais tiraram proveito rapidamente da oportunidade, no plano da produção, da transformação e da comercialização.

Esse ponto expressa em parte as preocupações que compõem o quadro de controvérsias acerca da agricultura orgânica em todos os países “desenvolvidos” desde o final dos anos 1990. A teoria da “convencionalização” (GUTHMAN, 2004; ALLEN e KOVACH, 2000), que previu que as leis do capital acabariam impedindo a viabilidade de qualquer forma “alternativa” de agricultura orgânica, constitui um dos marcos principais dessa controvérsia. No Brasil, como em qualquer outro lugar, para toda uma categoria de atores, o desafio principal é permitir que formas de produção e de trocas mercantis possam existir e possam ser viabilizadas, além (ou aquém) da lógica capitalista. No Brasil, no entanto, o “projeto agroecológico” é estabelecido no âmbito de um contexto muito específico: ao eleger como alvo privilegiado os segmentos mais marginalizados da agricultura, ele remete de maneira mais ampla às relações de classe que estão na base do modo de constituição da nação (OLIVEIRA, 2003).

Desde seu início, o movimento agroecológico brasileiro remeteu a uma nebulosa de organizações que não podem ser resumidas em apenas uma corrente única de pensamento. As associações, como a Associação dos Agricultores Orgânicos do Estado do Rio de Janeiro, criada em 1984 por agricultores convencionais, neorrurais, pesquisadores e consumidores; a AAO, criada em 1989 no Estado de São Paulo, por agrônomos e neorrurais; ou ainda a Fundação Mokiti Okada, ligada ao movimento da agricultura natural e à Igreja Messiânica do Japão, não compartilham as mesmas concepções dos desafios ligados à transição agroecológica. Ao mesmo tempo, suas posições acerca da questão são distintas das posições sustentadas

⁷⁵ Desde 2001, as exportações brasileiras para a Europa, a América do Norte e o Japão, principalmente, absorvem cerca de 70% do volume total de produtos certificados orgânicos do Brasil.

pelos atores do desenvolvimento ligados às alas progressistas da igreja católica ou daquelas do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, que coloca atualmente a agroecologia no centro de sua doutrina.

Entretanto, essa nebulosa (forte pela articulação entre seus diversos componentes) conseguiu obter respaldo na sociedade. A dinâmica da institucionalização da agricultura orgânica no Brasil foi analisada por M. F. A. C. Fonseca em uma tese magistral que revela toda a complexidade desse processo. Sem dar continuidade ao trabalho, destacaremos simplesmente que a lei brasileira de agricultura orgânica levou cerca de dez anos para ser elaborada (entre 1994 e 2003), e mais cinco para entrar em vigor. Esse período foi o palco de longas e intensas negociações entre os diferentes projetos destinados à agricultura orgânica, em diversas arenas políticas, constituídas, desde o começo, de maneira relativamente inclusiva e participativa. As negociações foram duras e as relações de poder intensas, no entanto, o ativismo dos atores do movimento, a criação do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) em 1998 e a chegada do PT ao poder (2003) contribuíram para facilitar o reconhecimento das posições “alternativas”.

Da mesma forma, a institucionalização progressiva dos movimentos sociais no âmbito do aparelho político (a partir do segundo mandato de Lula) acarretou uma nova configuração governamental que certamente contribuiu de maneira ampla para as várias vitórias conquistadas pela militância agroecológica desde então. Dentre elas, destacam-se, em particular: 1) a adoção da Lei de Produção Orgânica, votada em 2003, que possibilita uma grande diversidade de formas de certificações, acessíveis mesmo para os agricultores menos capitalizados, além de formas de desenvolvimento mais sociais; 2) a criação do Pronaf agroecologia (2005); 3) a reconstrução, a partir do final da década de 2000 (apesar de tímida), dos dispositivos públicos territorializados de acompanhamento agrícola (ATER, abandonados no início dos anos 1990), segundo uma orientação claramente agroecológica; e, 4) durante os últimos anos, a multiplicação nas universidades de núcleos de pesquisa e desenvolvimento sobre essa temática, apoiados por financiamentos interministeriais (Ministério da

Ciência e Tecnologia – MCT, Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA) ou por meio de estruturas afiliadas (Incra). Se a pequena agricultura sempre esteve no centro do programa de agroecologia brasileira, com todas suas conquistas essa posição está agora amplamente institucionalizada.

Agroecologia, agricultura familiar e histórias de dualidade(s)

Embora o movimento agroecológico brasileiro não possa ser resumido em uma única corrente de pensamento, uma linha política sobressai-se particularmente. De inspiração marxista, essa linha retoma de maneira bastante clara as posições políticas levadas aos campos brasileiros pelas alas progressistas da igreja católica desde a década de 1970 e, em seguida, a partir da década de 1980, pelos grandes sindicatos rurais da época, a Contag (Confederação dos Trabalhadores Agrícolas) e a CUT (Central Única dos Trabalhadores)⁷⁶. Pois, como lembra Navarro (2011), a emergência da noção de “agricultura familiar” no Brasil é justamente o resultado do trabalho político realizado (principalmente) por esses dois sindicatos. Em outros termos, segundo essa autora, a noção de “agricultura familiar” teria sido criada a partir de uma forte visão anticapitalista, em que os patrões (do mundo rural) e da exploração social seriam os principais inimigos a combater. Por conseguinte, essa postura defendia a ideia de um mundo rural composto de “pequenas propriedades com gestão familiar, dentro das quais todos os membros da família seriam também os próprios trabalhadores, sem que exista nelas a exploração pelo trabalho assalariado, nem a apropriação da mais-valia” (NAVARRO e MACEDO PEDROSO, 2011, p. 112). Para Navarro, esse conceito se apoiava em uma visão romântica dos campos brasileiros, sem fundamento real, a não ser de natureza ideológica. Entretanto, como no caso dos promotores de uma agroecologia “social”, essa postura ancorava sua legitimidade no reconhecimento das profundas

⁷⁶ Como lembra Martins (2002), citado por Navarro (2011), as primeiras, aliás, tiveram um papel fundamental na formação desses sindicatos.

desigualdades decorrentes da história agrária brasileira, das poderosas relações de dominação entre classes apoiadas na forte concentração das terras, bem como do autoritarismo e violências decorrentes.

Pois essa é a primeira dualidade colocada, constitutiva das representações associadas à agricultura familiar e a seu futuro potencial, em que qualquer participação a lógicas de natureza capitalista anula sua própria existência. É essa mesma visão dual que encontramos na base de toda uma corrente da militância agroecológica.

A categoria da Agricultura Familiar foi institucionalizada por meio do Pronaf em 1996. As análises feitas pela maior parte dos autores concordam, com relação ao Pronaf, que: 1) os primeiros anos de sua implantação são marcados por propostas de modernização tecnológica e de inserção em sistemas mercantis de tipo capitalista de um dos segmentos da “agricultura familiar” que já se enquadrava no modelo de produtor rural e de empreendedor familiar (D’AQUINO, 2002; TONNEAU e SABOURIN, 2009); 2) os agricultores familiares classificados como “periféricos” (categoria resultante de uma tipologia elaborada em 1996 pelo duo FAO/Incra e fundamentada no grau de integração mercantil das propriedades) foram literalmente esquecidos pelas versões dos programas que se sucederam até recentemente. No entanto, esse grupo constituía a maior parte do efetivo de agricultores familiares, mas eram considerados como pouco viáveis do ponto de vista econômico. Dias, em 2004, e Sabourin, em 2007, destacavam assim a profunda dualidade do Pronaf, que oferece apenas duas alternativas aos agricultores: sua integração ao sistema capitalista de mercado e a adoção de formas mercantis, e o assistencialismo.

Pois esse é o segundo tipo de dualidade, diferente, no entanto, do anterior, pelo fato de não haver aqui solução possível por meio de uma alternativa econômica do tipo “social e solidária” (espaços “alternativos” de trocas). Apresentada nesses termos, essa segunda dualidade parece ser um dos componentes mais presentes das políticas públicas brasileiras (RIZEK e GEORGES, 2013)⁷⁷.

⁷⁷ Essa dualidade das políticas sociais constitui a hipótese de pesquisa subjacente do projeto de pesquisa bilateral franco-brasileiro CNPq-IRD “A emergência das ‘novas’ e ‘velhas’ políticas sociais no Brasil”, coordenada por Cibele Saliba Rizek e Isabel Georges, licitação CNPq 17/2013.

Entretanto, segundo Tonneau e Sabourin (2009), o Pronaf estendeu-se recentemente, ainda que timidamente, em direção a essa terceira via destinada aos agricultores mais pobres. Doravante, a agricultura familiar confrontaria três propostas: uma proposta com base no modelo de modernização da agricultura europeia da década de 1960, uma proposta de consolidação econômica para uma agricultura familiar que valorize a qualidade de seus produtos seguindo o modelo das certificações AOC (“Appellation d’Origine Contrôlée”), e uma proposta apoiada em subsídios e crédito para afirmar um projeto de inclusão por meio da atividade produtiva (TONNEAU e SABOURIN, 2009). Assim, o programa não seria mais exatamente dual, e ofereceria soluções além do simples assistencialismo para o conjunto dos segmentos da agricultura. As políticas de microcrédito e os financiamentos alocados na economia social e solidária poderiam alinhar-se com essas perspectivas e, com o quadro oferecido pela nova lei de produção orgânica, poderiam contribuir para a construção desses espaços de trocas “alternativos”, onde parte do movimento agroecológico busca levar “sua” agricultura familiar.

Pode-se considerar, no entanto, que a agricultura familiar não esteja mais confinada nessa (dupla) dualidade (capitalista/anticapitalista – mercado/assistencialismo)? A nosso ver, não.

A transição agroecológica em Veravá: a dualidade reafirmada

Funcionamento “distribuído” e projetos concorrentes

A transição agroecológica iniciou-se em Veravá no começo da década de 1990. Nessa época, a agricultura de policultura, cujos produtos são destinados ao mercado da capital, estava estagnada.

A partir de estudos na área da saúde, da assistência e da habitação popular, esse projeto visa a análise do nível mesossocial, bem como as relações de intermediação de diversos atores em interação com o Estado.

Os primeiros passos da transição ocorreram por iniciativa de dois padres adeptos da Teologia da Libertação e de militantes católicos moradores de Ibiúna, prefeitura do município. Juntos, eles implantaram um programa que visava à melhoria da qualidade de vida das comunidades rurais em dificuldade na comarca. Esse programa era articulado em torno de quatro polos: educação, saúde, meio ambiente e reorganização das atividades agrícolas. Esse programa também tinha como base a transição para uma agricultura mais autônoma e natural e a construção de um sistema de comercialização que estabelecesse elos entre os agricultores locais e as diversas comunidades desfavorecidas da periferia de São Paulo (sistema de venda de “cestas”). A orientação do projeto de emancipação social para a agricultura “ecológica” foi reforçada em 1993-1994, com o encontro entre os dirigentes do projeto e dois líderes da Associação de Agricultura Orgânica, criada em 1989 no Estado de São Paulo. Graças à obtenção de recursos, um primeiro agrônomo (pouco experiente) foi contratado e jornadas de formação prática foram organizadas. Uma dinâmica de aprendizado coletivo foi desenvolvida com um pequeno grupo de agricultores (4 ou 5, segundo fontes), em que todos descobrem, juntos, os fundamentos práticos e teóricos da agricultura orgânica. Mas os poucos agricultores empenhados no projeto produziram apenas pequenas quantidades e a maior parte dos agricultores do bairro continuou cética: permaneceram à margem da dinâmica e continuaram produzindo de maneira convencional, comercializando seus produtos no mercado central ou para feirantes de São Paulo.

Essa primeira fase foi rapidamente substituída por um modelo de desenvolvimento com lógicas sociais e econômicas situadas no oposto dessa iniciativa “alternativa”. Em 1995, dois produtores neorrurais que vivem na região, atuam na produção orgânica e vendem sua produção para um pequeno supermercado de São Paulo são convidados para conhecer de perto a experiência desenvolvida. Convencidos do potencial do programa, eles trabalham para desenvolver uma rede de distribuição junto aos supermercados da capital. Em 1996, eles assinam acordos de distribuição com dois dos mais importantes nomes da grande distribuição no Estado de São Paulo

(Carrefour e Pão de Açúcar). Eles criam paralelamente uma entidade jurídica complexa que funciona simultaneamente como um intermediário privado e uma estrutura associativa. Assim, por meio dessa estrutura, eles podem assegurar a gestão dos contratos com a grande distribuição, a gestão da certificação (do grupo), o acompanhamento técnico e administrativo dos produtores, o planejamento da produção, facilitando também o acesso dos agricultores a insumos que respeitam as normas AB (Agricultura Biológica/Orgânica) e ao crédito para investimentos⁷⁸. Esse dispositivo permitiu localmente o desenvolvimento maciço dos produtos orgânicos: enquanto em 1993 apenas seis produtores haviam efetuado sua conversão, em 1997 eram 20 a optar por orgânicos, e 50 na virada do milênio, ou seja, cerca de 80% dos agricultores do bairro. Esse período, fértil para o conjunto dos atores e agricultores, foi marcado apenas por uma crise de amplitude reduzida: um pequeno grupo de agricultores, que constituía a elite do grupo na época, afastou-se desse intermediário para criar em 2003 sua própria associação (Aprove). Eles foram rapidamente beneficiados pelo aumento progressivo do número de intermediários de mercado, cujo acesso foi proibido a outros produtores devido ao contrato de exclusividade que os comprometia com a H & A. Eles tornaram-se livres também para procurar outros serviços de assistência técnica, embora a maior parte tenha continuado contratando consultores que trabalhavam também junto a H & A.

Esse período de consolidação da agricultura orgânica no bairro conheceu em 2008 uma virada importante, com H & A à beira da falência: foi o terceiro momento de transição. A redução drástica de suas atividades deixou os agricultores locais sem possibilidade de comercialização imediata. Para enfrentar essa situação, esses agricultores, fortemente assistidos por antigos empregados da H & A (uma agrônoma e um comercial), criaram uma nova associação, bem como uma cooperativa (Coagris), cujas atividades são destinadas, respectivamente, à gestão de uma certificação

⁷⁸ Mais tarde, a organização também conseguiu subsídios públicos, no âmbito dos programas públicos destinados ao desenvolvimento de produtos orgânicos.

de grupo e à comercialização. Durante quase dois anos, por meio dessas duas estruturas, eles conseguiram continuar se beneficiando da atividade de diferentes intermediários de mercado, até a cooperativa falir, por falta de um compromisso para seu funcionamento. Seguiram-se dois anos vividos pela maioria com muita dificuldade, até a chegada maciça de cadeias de restaurantes, de lojas de frutas e legumes orgânicos, bem como do desenvolvimento de sistemas de venda por meio de cestas e de feiras especializadas, o que deu novo impulso à produção.

Se a queda de H & A pode ser explicada em parte pelo crescimento da concorrência no mercado regional, ela reflete também a redução de sua unidade interna e o início de jogos de influência no local. Internamente, cresce a partir de 2005 a crítica das visões estratégicas e agronômicas adotadas até aquele momento. Vários agrônomos consideram que os sistemas de produção desenvolvidos são simplificados e capitalizados em demasia, questionam a opção por uma relação de exclusividade com a grande distribuição e apontam para a possibilidade de repensar a transição agroecológica fora das lógicas capitalistas “extremas” que regem o conjunto do dispositivo. Esse questionamento interno é seguido, em 2007, da chegada de um jovem geógrafo, com várias formações em permacultura e biodinâmica. Instalado no bairro depois da aquisição de uma propriedade por seu pai, ele é também produtor. Ele adentra os coletivos profissionais, apresentando uma visão crítica sobre os modos de produção e de comercialização adotados localmente. Mobiliza intervenores externos, organiza numerosas formações e encontros no local (formação em cooperativismo, agrofloresta, biodinâmica, conservação dos solos, etc.), e apresenta aos agricultores novos intermediários de mercado (proprietários de restaurantes, sistemas de cestas).

Essa primeira fase de abertura foi o ponto de partida para uma abertura crescente do jogo da intermediação. Além dos antigos empregados (reciclados) de H & A e do geógrafo já mencionados, dois outros atores, agrônomos de formação, se destacam no cenário local entre 2009 e 2013. O primeiro, oriundo da Câmara da Agricultura local, desenvolve um sistema de consultoria junto

aos agricultores da Aprove. O segundo é simultaneamente contratado pela Caisp (para trabalhar com seus produtores) e por uma ONG local encarregada da sensibilização dos agricultores do bairro para o problema da gestão da água, incentivando-os a fazer um uso mais “racional” desse recurso.

Projetos de sociedade duais e concorrentes

Além de retratar a diversidade dos atores intermediários envolvidos nessa transição e as diversas funções desempenhadas, essa história demonstra também que Veravá representa desde o começo uma oportunidade para esses intermediários de concretizar imaginários agroecológicos que são verdadeiros projetos de sociedade. Esses projetos são simultaneamente discursos, saberes e práticas: ao mesmo tempo que contribuem para deixar emergir localmente novos saberes (técnicos, mercantis e organizacionais), eles veiculam um discurso sobre o mundo (uma ideologia, valores, uma ética) que mobiliza relações muito específicas entre o econômico, o social, o natural e o político.

De maneira um pouco mais simples, observa-se em Veravá a oposição entre duas grandes propostas:

- Uma proposta afiliada ao modelo “comercial” considera que, antes de tudo, os avanços a serem realizados são de ordem da técnica e do conhecimento (desenvolver uma agricultura científica). Seus representantes procuram favorecer posturas empreendedoras (fazendo dos empreendedores locais verdadeiros heróis) e se apoiam em um conceito de sociabilidade local amplamente dominada pela racionalidade instrumental do capitalismo. Assim, essa postura vai ao encontro de uma das posições teóricas sobre a agricultura familiar no Brasil, segundo a qual ela somente terá futuro se adotar a inovação e o empreendedorismo, por meio de uma modernização (ecológica, por exemplo) e de sua integração a nichos de mercado segmentados com a qualificação crescente dos produtos colocados no mercado (TONNEAU e SABOURIN, 2009).

- A outra proposta recusa-se, pelo contrário, em ver a racionalidade capitalista dominar as relações sociais e governar os valores e objetivos locais. Seus representantes consideram necessária a reconfiguração dos princípios mercantis das trocas, a revalorização da reciprocidade e do compartilhamento entre os agricultores e, no melhor dos casos, a desinstrumentalização das relações com a natureza. Assim, os mais recentes defensores dessa posição criticam a opção comercial e consideram que 1) produzir fora da estação e com fluxo tensionado para atender as exigências do mercado não permite respeitar “os ritmos naturais”, apesar de tão essenciais para assegurar o equilíbrio e a sustentabilidade do sistema; e 2) o modelo técnico-econômico de tipo “comercial” não oferece aos agricultores possibilidades reais de emancipação, ao estimular entre eles as relações de concorrência e destruir qualquer possibilidade de solidariedade e cooperação dentro do grupo. Ao recusar qualquer forma de exploração do homem pelo homem, essa proposta defende também a pequena propriedade familiar como unidade de funcionamento de referência.

Conceitos “purificados” da sociedade confrontados à realidade

Essas tentativas de mobilização (AKRICH et al., 1988) dos agricultores são efetuadas a partir de opções não apenas duais, mas apoiadas também em visões e modelos de sociedade fortemente “purificados”. O destino de ambos se confronta inevitavelmente à realidade.

Se de fato a transição proposta pelos defensores da abordagem “comercial” apoia-se no princípio de redução das dissonâncias cognitivas, que a conversão dos agricultores para a agricultura orgânica poderia acarretar, e na exigência de coconstrução da inovação, na prática, ela é fortemente onerada com a seleção dos “melhores agricultores” por meio da qual é implantada. Na realidade, os agrônomos apoiam-se somente em alguns agricultores locais, que eles chamam de “pilotos”, pois “servem de modelos” aos outros. Mas esses atores locais são certamente os mais qualificados para

retomarem seu próprio modelo. Com eles, foi fácil implantar uma dinâmica de coconstrução com interações repetidas e localizadas (na fazenda, nos campos), e permitir a produção de conhecimentos com eficácia incontestável. Os agrônomos conseguiram, também, fazer deles figuras de referência ao ponto que, até o fim dos anos 2000, a maior parte dos agricultores de Veravá considerava ainda beneficiar-se da proximidade dos dispositivos técnicos, organizacionais e mercantis desenvolvidos pelos “pilotos”.

Entretanto, esse “difusionismo” tem seus limites. Por um lado, os pilotos nunca levaram (realmente) a cabo o caminho proposto e, por outro, seu modelo não foi estendido: a grande maioria dos agricultores locais se apropriou do sistema de pensamento e das propostas técnico-econômicas que o acompanham apenas de maneira muito fragmentada. Cada qual, a sua maneira, integrou alguns de seus componentes, mas sem jamais apropriar-se desse novo “quadro interpretativo do mundo” (MULLER, 1995)⁷⁹. Se porventura essa apropriação ocorreu, ela se deve ao fato de a sociedade local ter sido considerada pelos defensores desse modelo como amplamente dominada pela racionalidade instrumental do capitalismo.

Porém as práticas implantadas pelos diversos agricultores revelaram o oposto, por mesclarem em diversos graus as perspectivas de eficiência técnico-econômica com racionalidades claramente adotadas em outros registros: princípios de solidariedade intergeracional que levam, por exemplo, a empregar familiares sem nenhuma eficiência no trabalho, a força do elo familiar que caracteriza as opções feitas pelos agricultores por meio do jogo combinado de conflitos e solidariedades (BLANC, 2009; GEORGES e BLANC, 2012), uma concepção peculiar do sucesso com base em outros registros que a economia, valores de trabalho não tão impactantes quanto aqueles esperados, etc. Uma das consequências dessas defasagens foi ter propiciado a “consolidação” de alguns agricultores e provocado (ou ao menos reforçado) a “periferização” dos agricultores

⁷⁹ Que articula, “enquanto estrutura de sentido, normas, crenças, conhecimentos e narrativas cuja relação compõe um sistema” (MULLER, 1995, p. 158).

incapazes de acompanhar o movimento. No entanto, esses “incapazes”, notadamente os mais velhos, não foram excluídos do movimento, mas reintegrados (em particular pelos “pilotos”) em seus próprios dispositivos para assumirem funções mais adequadas.

Quanto ao modelo “alternativo”, suas fraquezas são diversas também. A análise é mais cômoda para o período 2005-2013, em que as evoluções locais puderam ser acompanhadas diretamente. Primeiramente, no oposto do modelo anterior, as propostas remetem a revoluções conceituais para os agricultores: a biodinâmica, a permacultura e, em menor escala, os sistemas agroflorestais (propostos pelo geógrafo) são propostas muito distantes dos referenciais dos agricultores e das condições sociais da produção local. Em outros termos, as propostas desses atores estão fortemente descontextualizadas, sem contato direto com as realidades econômicas e organizacionais dos agricultores, tampouco com as características ecológicas do lugar. Apegados a seus ideais, esses intermediários não propiciam propriamente situações de coaprendizado, não expõem suas propostas a avaliação conjunta dos agricultores. Ademais, o discurso de ruptura proposto também é um discurso de acusação, crítico com relação às orientações assumidas pelos agricultores locais, que idealiza uma agricultura familiar pouco capitalizada, uma participação em circuito curto e uma agroecologia “profunda”, e que remete também a uma idealização da participação e da coesão social, por recusar enxergar a complexidade das relações sociais e as estratificações que caracterizam o grupo local.

Essas idealizações são acompanhadas de julgamentos de valores, frequentemente explícitos, e questionam assim a própria identidade dos agricultores. As apropriações foram feitas, nesse caso também, de forma muito fragmentada.

Entretanto, diversas recomposições em curso demonstram que a proposta “alternativa” impacta sobre a realidade: alguns agricultores assimilaram práticas da biodinâmica, outros implantaram microsistemas agroflorestais (em áreas pouco propícias para cultivo), diversificaram também as variedades cultivadas, ou implantaram sistemas de venda direta como as cestas (pouco solidárias, no entanto). Recentemente, algumas

atividades para-agrícolas, de educação ambiental, foram desenvolvidas por um agricultor.

Compor, hibridizar e adaptar-se, as palavras mestras das transformações locais

O observador atual pode apenas constatar que, com o passar do tempo, cada uma das propostas imprimiu marcas mais ou menos visíveis. O que pode ser evidenciado desde meados da década de 2000, em particular, é o fato de os agricultores lidarem com essas diversas propostas. A abertura, própria ao terceiro período, e fortalecida pela contribuição dos dois períodos anteriores, ainda muito marcada, assistiu à deterioração da referência única ao modelo “comercial”. De maneira cada vez mais clara, esse modelo constitui um caminho entre outros: construção de circuitos “curtos”, diversificação das espécies e variedades cultivadas, diversificação das atividades ligadas à agricultura, valorização da pluriatividade, reorganização das unidades de produção em núcleos familiares mais restritos, constituem as diversas vias possíveis trilhadas por alguns dos agricultores.

Em outros termos, as formas de agricultura desenvolvidas em Veravá, com suas práticas produtivas e mercantis e sua organização social própria, estão bem distantes das formas “purificadas”, prescritas pelos diversos atores de desenvolvimento qualificados no início do texto como intermediários da inovação. Nem radicalmente “alternativas”, nem decididamente “capitalistas”, as agriculturas de Veravá recorrem a racionalidades e lógicas sociais próprias a cada modelo e as recompõem em formas híbridas singulares, de modo que atendam às exigências e aos desafios específicos enfrentados pelos indivíduos e pelas famílias do lugar. Ao recorrerem a essas ferramentas, as práticas produtivas e mercantis, bem como a organização do trabalho, reinventam-se permanentemente, de modo a resolver diversos tipos de tensões: tensões entre lógicas individuais e lógicas coletivas, entre lógicas de emancipação e lógicas patrimoniais,

entre lógicas tradicionais e vontade de mudança – cujo vigor é peculiar a grandes periferias de centro urbano.

À margem das tensões “internas” próprias ao grupo social, às famílias e aos indivíduos que o compõem, o desafio também é enfrentar as mudanças das condições “externas” da produção, principalmente a modificação das regulamentações e das opções de comercialização⁸⁰. Colocadas de forma simétrica, a coexistência de várias propostas demonstra ser uma condição (ou uma das condições) essencial para a adaptabilidade e a plasticidade da agricultura local, embora não se afirme localmente nenhum dispositivo de governança como arena formal de discussão das diversas opções de desenvolvimento possíveis (para a agricultura, e mais amplamente para o território).

Conclusão

Busca-se demonstrar aqui o quão é benéfico para os agricultores poder escolher entre diversas opções em matéria de transição ecológica, sem serem confinados em modelos inequívocos fundamentados em uma concepção purificada do social. Em Veravá, essa diversidade (diacrônica e sincrônica) torna possíveis arranjos e hibridações, essenciais para responder aos diversos tensionamentos por meio dos quais se constroem e se transformam os indivíduos e os coletivos. Localmente, ela pode ser vista como a garantia da adaptabilidade da agricultura a uma mudança cuja característica marcante não é apenas sua permanência, mas também sua turbulência. Seja qual for a peculiaridade do contexto de Veravá (proximidade da cidade, acesso à educação universitária para os jovens, modos de vida amplamente urbanizados, existência de infraestruturas, etc.), a complexidade permanece como propriedade inerente a qualquer realidade social e socioambiental. Os modelos purificados, como aqueles apresentados em Veravá, deparam-se inevitavelmente com essas realidades.

⁸⁰ Apesar de essas tensões terem sido dissociadas por exigência da análise, na realidade elas estão obviamente atadas em um mesmo movimento, a mudança.

Ademais, procurou-se apresentar uma ilustração (modesta) de como funciona atualmente a “governança a brasileira”. A escala local constitui ainda em muitos lugares uma escala sem verdadeira governabilidade (THEYS, 2002). Logo, pode-se esperar que, como no caso presente, as diversas “opções” de desenvolvimento não sejam discutidas em arenas constituídas, mas se desenvolvam no âmbito de um “conflito criativo” (MICHELSEN, 2001).

Entretanto, a coexistência dessas diversas opções, quer se enfrentem no ponto de vista dos intermediários, quer dialoguem no ponto de vista dos agricultores, é devida também ao trabalho paralelo de legitimação desses modelos realizado em outras escalas e outras esferas, no âmbito regional, nacional e internacional, que são verdadeiras arenas de governança, em que são negociados (e atualizados) o conteúdo da lei brasileira sobre agricultura orgânica, o conteúdo e as orientações dos programas de políticas públicas (entre as quais a política de apoio à agricultura familiar e agroecologia), a repartição dos recursos entre os diversos ministérios da agricultura (MDA e MAPA), etc. Desse ponto de vista, a institucionalização dos movimentos sociais no âmbito do aparelho político durante o segundo mandato do governo Lula, certamente contribuiu para reconfigurar as arenas nacionais da governança agrícola. E, apesar de as representações duais da agricultura brasileira e da transição agroecológica (ainda) serem as mesmas que aquelas mobilizadas nessas arenas, suas confrontações constituíram um quadro relativamente receptivo à diversidade das situações observadas em campo. Assim, paralelamente a outras dinâmicas societais, elas contribuem para assegurar a expressão dessa diversidade.

No entanto, um ponto de atrito (ao menos!) permanece, a questão da passagem obrigatória pela intermediação, cujo papel crucial foi observado em Veravá, bem como em outras situações brasileiras. Na realidade, os agricultores brasileiros e, em particular, aqueles com baixo capital social, cultural e econômico, como diria P. Bourdieu, ainda dependem demasiadamente dos intermediários para terem acesso ao financiamento, aos mercados, aos consumidores e para alcançarem o nível das normas exigidas no setor da agricultura orgânica (no que tange à organização

coletiva ou à rastreabilidade). Assim, a questão dos imaginários e dos projetos conduzidos por esses intermediários, bem como das possibilidades de uma representação “local” de diferentes opções de transição/desenvolvimento, torna-se crucial.

No que tange à análise, revela-se a necessidade de ultrapassar a abordagem funcionalista da intermediação proposta pela escola de Wageningen, para admitir o papel fundamental desses atores na fábrica (eminentemente) “política” da transição agroecológica. Apesar de esses atores já terem sido estudados como portadores/defensores de interesses, de estratégias e de ideologias, em outras áreas, como no campo das políticas sociais urbanas (GEORGES, 2014), ou da preservação da natureza (CHARTIER e VANTILBEURGH, 2011), seu modo de atuação permanece mal definido⁸¹ no campo agroecológico. A análise apresentada talvez ainda reitere mais amplamente a necessidade de questionar em campo, de modo mais aprofundado, os limites (cruzados) das modalidades atuais da descentralização no Brasil (TONNEAU e SABOURIN, 2009) e da hibridação entre ação pública e privada (RIZEK e GEORGES, 2013; PANTOJA, 2012), duas das principais características do modo de governança implantado pelo Estado brasileiro desde a chegada ao poder do PT, em 2003. Nesse sentido, este artigo constitui um primeiro passo e um convite para o aprofundamento das análises, de modo a contribuir para esse campo constituído na interseção das dinâmicas de transição ecológica da agricultura e de transformação da pequena agricultura no Brasil.

Referências

AKRICH, M.; CALLON, M.; LATOUR, B. A quoi tient le succès des innovations? *Gérer et Comprendre*, n. 11, p. 4-17, 1988.

⁸¹ O texto original, em francês, refere-se à imagem “faire figure de taches blanches”, sorte de “figura pretensamente invisível” (N.T.), que retoma a imagem mobilizada por Olivier De Sardan (1995) referente aos “agentes de desenvolvimento” na África do Oeste dos anos 1990.

ALLEN, P.; KOVACH, M. The capitalist composition of organics: the potential of markets in fulfilling the promise of organic agriculture. *Agriculture and Human Values*, n. 17, p. 221-232, 2000.

BLANC, J. Family farmers and major retail chains in the Brazilian organic sector: assessing new development pathways. A case study in a peri-urban district of São Paulo. *Journal of Rural Studies*, v. 25, n. 3, p. 322-332, 2009.

BLANC, J.; KLEDAL, P. R. The organic sector of Brazil: prospects and constraints of facilitating the inclusion of smallholders. *Journal of Rural Studies*, v. 28, n. 1, p. 142-154, 2012. DOI: 10.1016/j.jrurstud.2011.10.005.

BOLWIG, S.; GIBBON, P.; JONES, S. The economics of smallholder organic contract farming in tropical Africa. *World Development*, v. 37, n. 6, p. 1094-1104, 2009.

BRANDENBURG, A. Mouvement agroécologique au Brésil: trajectoire, contradictions et perspectives. *Natures Sciences Sociétés*, v. 16, p. 142-147, 2008.

CHARTIER, D.; VANTILBEURGH, V. Réseaux d'acteurs et développements durables. In: DROULERS, M.; LE TOURNEAU, F.-M. L'Amazonie brésilienne et le développement durable. Paris: Belin, 2011, p. 379-399.

CRUCEFIX, D. *Organic agriculture and sustainable rural livelihoods in developing countries*. The Soil Association; Department for International Development Natural Resources Advisors Conference, July 1998.55 p.

D'AQUINO, P. Le territoire entre espace et pouvoir: pour une planification territoriale ascendante. *L'Espace Géographique*, n. 1, p. 3-23, 2002.

DIAS, F.M.; MAGALHÃES, A.M.; SILVEIRA NETO, R.; BARROS, A.R. Experiência recente do Pronaf em Pernambuco: uma análise através de propensity scores. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA DA ANPEC, 32., 2004. *Anais...* n. 108, 18 p., 2004.

GEORGES, I. La place du genre dans la reconfiguration des politiques sociales au Brésil (le secteur de l'assistance à São Paulo). *Travail, Genre et Sociétés*, v. 32, n. 2, p. 45-61, 2014.

GEORGES, I.; BLANC, J. L'émergence de l'agriculture biologique au Brésil, une aubaine pour les agriculteurs familiaux? Réflexion à partir d'un cas en ceinture verte de São Paulo. *Autrepart*, n. 64 (2012-3), p. 121-138, 2012.

GOODMAN, D.; GOODMAN, M. Alternative food networks. In: KITCHIN, R.; THRIFT, N. (Ed.). *International Encyclopedia of Human Geography*, Oxford: Elsevier, 2009, p. 208-220.

GUTHMAN, J. The trouble with organic lite in California: a rejoinder to the conventionalisation debate. *Sociologia Ruralis*, v. 44, n. 3, p. 301–316, 2004.

HALL, A.; BOCKETT, G.; TAYLOR, S. Why research partnerships really matter: innovation theory, institutional arrangements and implications for developing new technology for the poor. *World development*, v. 29, n. 5, p. 783–797, 2001.

KLERKX, L.; LEEUWIS, C. Balancing multiple interests: embedding innovation intermediation in the agricultural knowledge infrastructure. *Technovation*, v. 28, p. 364–378, 2008.

LIMA, P.J.B.F.; PINHEIRO, M.C.A. Uma abordagem das relações sociais em experiências de produção e comércio de produtos ecológicos no Brasil. In: SEMINARIO INTERNACIONAL “RESPONSABILIDAD SOCIAL Y EL COMERCIO JUSTO EN LA PRODUCCIÓN ORGÁNICA DE AMÉRICA LATINA”, 2001, Cochabamba, Bolívia. *Anais...* 2001.

MICHELSEN, J. Organic farming in a regulatory perspective: the Danish Case. *Sociologia Ruralis*, v. 41, n. 1, p. 62–83, 2001.

MULLER, P. Les politiques publiques comme construction d'un rapport au monde. In: FAURE, A.; POLLET, G.; WARIN, P. (Dir.). *La construction du sens dans les politiques publiques: débat autour de la notion de référentiel*. Paris: L'Harmattan, 1995. p. 153–179. (Collection Logiques Politiques).

NAVARRO, Z.; MACEDO PEDROSO, M.T. *Agricultura familiar: é preciso mudar para avançar*. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2011. 248 p. (Texto para Discussão/Embrapa. Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento, n. 42).

OLIVEIRA, F.de. Crítica à razão dualista. *O Ornitorrinco*, São Paulo, Boitempo Editorial, 2003. 150 p.

OLIVIER DE SARDAN, J.P. *Anthropologie et développement: essai en socio-anthropologie du changement social*. Paris: Karthala, 1995. 210 p.

PANTOJA, I. *Planejamento privado-social: práticas da CVRD (Vale S.A.) em municípios do Maranhão*. 2012. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional)–Universidade Federal do Rio de Janeiro – IPPUR, Rio de Janeiro, 2012.

RIZEK, C.; GEORGES, I. *Les politiques sociales brésiliennes: entre émergence et réinvention*, 2013. (Projet bilatéral de recherche CNPq-IRD, 2013–2016).

SABOURIN, E. Que política pública para a agricultura familiar no segundo governo Lula? *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 22, n. 3, p. 715–751, 2007.

SCHNEIDER, S.; NIEDERLE, P.A. Resistance strategies and diversification of rural livelihoods: the construction of autonomy among Brazilian family farmers. *Journal of Peasant Studies*, v. 37, n. 2, p. 379-405, 2010.

SCHULTZ, G. *Relações com o mercado e (re)construção das identidades socioprofissionais na agricultura orgânica*. 2006. Tese (Doutorado)–Programa de Pós-Graduação em Agronegócios da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

SONNINO, R.; MARSDEN, T. Beyond the divide: rethinking relationships between alternative and conventional food networks in Europe. *Journal of Economic Geography*, v. 6, n. 2, p. 181-199, 2006.

THEYS, J. La gouvernance, entre innovation et impuissance. Le cas de l'environnement. (Dossier 2 | 2002: Gouvernance locale et Développement Durable). *Développement durable et Territoires*, 32 p. Disponível em: <<http://developpementdurable.revues.org/1523>>. Acesso em setembro de 2013.

TONNEAU, J. P.; SABOURIN, E. Agriculture familiale et politiques publiques de développement territorial: le cas du Brésil de Lula. *Confins* [Online], n. 5, 21 p., 2009. Disponível em <<http://confins.revues.org/document5575.html>>. Acesso em setembro de 2013.

CAPÍTULO 14

A agroecologia, trampolim da bioeconomia?

GUY KASTLER⁸²

A nova agroecologia chegou!

O ministro da Agricultura, Stéphane Le Foll, surpreendeu a todos quando anunciou, em 18 de dezembro de 2012, que a agroecologia se tornava o objetivo de sua nova política agrícola. Até aquela data, a agroecologia era classificada como alternativa marginal. Herdeira dos princípios fundamentais da agricultura orgânica definidos pelo IFOAM⁸³, com seus três pilares “técnico, social e territorial”, teorizada pelo cientista americano Miguel Altieri, implantada com esse nome em muitos países da América do Sul e em Cuba e lecionada na Espanha na Universidade de Córdoba, a agroecologia tornou-se recentemente um eixo importante do projeto político da Via Campesina, associação internacional de pequenos camponeses. E no intuito de promover essa agroecologia na França, as

⁸² Confederação Camponesa (França).

⁸³ Organização mundial da agricultura orgânica, criada em 1972, por iniciativa da associação *Nature & Progrès*, com a colaboração da *Soil Association* da Inglaterra e da Austrália, a Associação biodinâmica dinamarquesa e a *Roadale Press* dos Estados Unidos.

associações Ligne d'Horizon e N&P organizaram em Albi, em 2008, um fórum sobre a agroecologia, que reuniu várias centenas de participantes.

Curiosamente, o anúncio do ministro não provocou nenhum protesto por parte dos detentores da agricultura industrial e da FNSEA, que dominam amplamente as escolhas da política agrícola francesa há mais de 50 anos. O INRA⁸⁴ tomou a agroecologia como eixo principal de seus programas de pesquisa. Sua presidenta anterior, Marion Guillou, defensora notória dos transgênicos (OGM), foi encarregada de definir “essa nova forma de produzir” a ser integrada à nova Lei sobre o Futuro Agrícola. O instituto já havia lançado há vários anos um programa de pesquisa, concretizado em julho de 2012, com o lançamento de uma universidade virtual de agroecologia. Pois a iniciativa estava preparada.

Mas a agroecologia do Inra diferencia-se nitidamente dos princípios básicos do IFOAM e do projeto político da Via Campesina: da mesma maneira que para a agricultura orgânica, regulada pela Europa, ela descarta completamente o pilar social. Restam apenas um conjunto de técnicas e o meio ambiente. Essas técnicas devem aperfeiçoar as relações genótipo/meio ambiente, fato que pereniza a dominação da biologia molecular, “com um pouco de OGM e de agrotóxicos, quando for necessário”. O social corresponde às comunidades humanas, aos pequenos camponeses e seus saberes qualificados como “tradicionais” em processo de desaparecimento, substituídos pelo único saber científico encarregado de “racionalizar as práticas dos agricultores”⁸⁵. Quanto ao meio ambiente, que engloba doravante os territórios, trata-se de calcular o valor de um conjunto de novos “serviços ecossistêmicos”, suscetíveis de serem trocados no mercado global que, por definição, é desvinculado dos territórios, de alguns mais que de outros!

⁸⁴ Instituto Nacional da Pesquisa Agrônômica que, há trinta anos, emprega quase que exclusivamente geneticistas moleculares e modelizadores.

⁸⁵ Hervé Guyomard, diretor científico do setor Agricultura do Inra, La Croix, 17 de julho de 2012.

A bioeconomia: do fim do petróleo à corrida rumo à apropriação da biomassa

Entende-se melhor esse projeto quando se sabe que a bioeconomia é, depois da agroecologia, o segundo pilar estratégico do Inra, que assinou em 1º de março de 2013 um contrato com o Instituto Francês do Petróleo Energia Nova. Retraída depois da contestação dos biocombustíveis, a bioeconomia está mais discreta atualmente. Pois se trata de substituir o petróleo e outras energias fósseis (carvão, gás) pela biomassa, para utilizá-la como nova fonte de carbono e de elementos químicos simples, destinados a alimentar os pilares industriais da economia capitalista. A biologia de síntese produz doravante, sob encomenda, bactérias patenteadas modificadas geneticamente, utilizadas para transformar a biomassa, frequentemente com a ajuda de nanotecnologias, em combustível, produtos químicos, plásticos, remédios e alimentos industriais. Quando se fala em biomassa, refere-se, antes de tudo, aos vegetais que nos cercam e nos permitem respirar, nos alimentar e dispor de um clima viável.

Os novos OGM⁸⁶ não são mais destinados à melhoria das culturas alimentares, mas a aumentar a produção de biomassa indiferenciada, a partir das variedades agrícolas mais conhecidas (milho, trigo, colza), bem como de todas as espécies vegetais selvagens com crescimento rápido (eucaliptos, álamo, capim-elefante).

A economia de extração está esgotando os recursos em carbono fóssil do subsolo. A bioeconomia não poderia esgotar ainda mais rapidamente esse novo mineral, o carbono, que vive na superfície da terra? Formular essa questão é considerado uma blasfêmia, pois logo se imaginam as consequências de uma possível resposta positiva. E para não ter de formulá-las nesses termos, inventou-se o novo conceito de “sustentabilidade”: que nossa loucura suicida dure o máximo de tempo possível! Assim, diremos que exploramos apenas o carbono “renovável”: mas será realmente possível?

⁸⁶ OGM classificados como climáticos: resistência ao estresse, à seca, ao sal, à carência de nitrogênio.

Inverter o ciclo do carbono⁸⁷

As plantas são os únicos seres vivos na terra capazes de absorver permanentemente enormes quantidades de carbono do ar para fixá-lo na terra⁸⁸. O pensamento antropocêntrico que caracteriza os seres humanos nunca se perguntou se a terra precisa ou não desse carbono. No entanto, esse mesmo pensamento constatou que a vida animal, seguida da vida humana, se desenvolveu na terra somente a partir do momento em que as plantas começaram a retirar o carbono do ar: assim, o ar tornou-se respirável. E após ele ser fornecido ao solo para permitir o crescimento das plantas, as plantas forneceram aos animais e humanos o excedente de carbono e de proteínas, consumidos sob a forma de alimentos, dos quais retiram a energia indispensável para sua vida. O carvão, o petróleo e o gás são apenas uma parte desse excedente que a vida animal não consumiu e que foram enterrados no subsolo há muito tempo.

Entretanto, há um século e meio, essas energias fósseis armazenadas no subsolo são extraídas para alimentar a indústria capitalista que as retorna ao ar sob a forma de gases do efeito estufa. Na agricultura, essas reservas de energia permitiram aumentar os rendimentos das safras. Mas não há mágica: o rendimento adicional possibilitado aos humanos foi retirado da terra. Para crescer, as plantas precisam de carbono que elas retiram do ar, bem como nitrogênio, fósforo, potássio e vários outros elementos minerais fornecidos por bilhões de micro-organismos do solo, que elas alimentam em carbono. O petróleo permitiu produzir o adubo químico nitrogenado que

⁸⁷ O ciclo natural do carbono é absolutamente vital para todos os seres vivos. Ele precisa absolutamente circular entre o ar, a água e a terra para tornar a atmosfera respirável e o clima adequado à vida, bem como da água para a terra, para tornar o mar adequado à vida e tornar a terra fértil. Ele constitui a estrutura de todas as plantas que alimentam os micróbios, os fungos, os animais e os humanos. Assim, ele distribui a energia solar fixada por meio da fotossíntese para todos os organismos vivos. Qualquer perturbação importante no ciclo do carbono, como, por exemplo, para produzir massivamente energia mecânica ou elétrica, ameaça o conjunto da vida na terra.

⁸⁸ Os moluscos foram os primeiros organismos que fixaram grandes quantidades de carbono do ar, contribuindo com suas conchas para a constituição dos calcários, seguidos pelas algas, que fixaram carbono na água, antes de as plantas saírem da água e fixarem-se nos solos.

substituiu esses micro-organismos que as plantas deixaram de alimentar, e que por sua vez cessaram de alimentar o solo em carbono: o húmus se mineralizou e emitiu no ar imensas quantidades de gases do efeito estufa.

Em seguida, foi preciso fornecer às plantas fósforo e potássio, encontrados sob a forma fóssil em minas que estão se esgotando. Entretanto, os outros minerais não foram fornecidos. Privados desses elementos indispensáveis à elaboração das substâncias que lhes permitem realizar trocas com outras plantas, as bactérias, os fungos, os insetos e as plantas adoeceram. A indústria química, alimentada pelo petróleo, forneceu então agrotóxicos destinados a destruir todos esses organismos que se tornaram agentes patógenos para as plantas que perderam a capacidade de efetuar trocas com eles. Assim foram suprimidos os sintomas da doença, mas as plantas não foram curadas. Essas plantas doentes alimentam os animais e os seres humanos, que, por sua vez, adoecem. A indústria farmacêutica, com base na mesma química do petróleo, fornece os remédios destinados a suprimir os sintomas das doenças, mas os humanos estão sempre, e cada vez mais, doentes.

O fim da biomassa?

Atualmente, o fim do petróleo provoca súbitos temores acerca do fim desse ciclo virtuoso para as finanças, porém muito vicioso para a humanidade e para a terra. Pois isso parece não importar. A bioeconomia recolherá o carbono assim que ele for produzido pelos vegetais, para liberá-lo ainda mais rapidamente no ar, antes mesmo que as plantas possam restituir ao solo os elementos essenciais que lhe deveriam fornecer. Subsídios serão pagos por esse “serviço ecossistêmico” prestado pelo “carbono renovável”. E não importa se, para fabricar o adubo e o pacote tecnológico da agricultura industrial, for necessário utilizar mais energia que o excedente de carbono retirado do ar sob a forma de biomassa. Isso não será problema, recorreremos à biomassa selvagem para alimentar os cultivos de biomassa agrícola. Infelizmente, o estoque de biomassa selvagem não é inesgotável e sua renovação precisa tanto de carbono quanto a biomassa cultivada:

se utilizarmos todo o carbono antes que ele alimente o solo, não haverá mais plantas nem biomassa...

A chegada discreta de uma nova geração de biocombustíveis

A primeira grande ação do plano agroecológico proposto pelo ministro consiste em oferecer uma “renda complementar” aos agricultores, dando-lhes subsídios para transformar os dejetos de seus animais em gás combustível, o que deverá permitir, inicialmente, tornar mais “sustentáveis” as grandes concentrações de criação confinada, deslocando as poluições geradas para mais longe. O nitrogênio e o fósforo não serão transformados em gás, apesar de serem poluentes. E o carbono transformado em gás não retornará ao solo que tanto precisa dele: assim, se utilizarmos um pouco de carbono para nossas necessidades, não provocamos a inversão do ciclo do carbono; mas, se o utilizarmos em grande proporção ou, até mesmo, inteiramente, a catástrofe estará anunciada. Qual será a escolha de um agricultor que dispõe de uma unidade industrial que, alimentada com seus cultivos, pode lhe prover um retorno financeiro maior do que se ele vendesse esses mesmos cultivos para fins alimentares? Gérard Mestrallet (PDG GDF Suez) traz sua resposta⁸⁹: ao multiplicar os metanizadores de resíduos agrícolas, a produção francesa de “biometano” poderia representar 5% da demanda francesa em gás em 2020, e 20% em 2030. O “complemento de renda” passará rapidamente a ser a renda, em detrimento das terras destinadas para alimentação humana!

Alguém mencionou o termo renovável? Ou sustentável? Uma profecia de origem ameríndia adverte-nos de que “quando o homem branco tiver matado o último animal, cortado a última árvore e envenenado o último rio, então ele dar-se-á conta que dinheiro não se come”.

⁸⁹ “La transition énergétique selon GDF-Suez” (“A transição energética segundo a empresa GDF-Suez”), artigo publicado no *Journal de l'Environnement*, em 3 de maio de 2013.

Resta-nos tão somente esperar que o plano agroecológico do ministro não se limite a essa fuga para adiante em direção à bioeconomia. Talvez seja necessário que os cidadãos o ajudem firmemente a desenvolver uma agroecologia camponesa e orgânica, a única capaz de alimentar os solos agrícolas com carbono.

Para saber mais sobre o assunto, baixar no sítio <www.etcgroup.org>as últimas publicações em francês: “à qui appartient la nature” (“a quem pertence a natureza”) e “biomassacre”.

ABORDAGENS TEÓRICO-METODOLÓGICAS ACERCA DA QUESTÃO AGRÁRIA E DO DESENVOLVIMENTO RURAL A PARTIR DE EXPERIÊNCIAS DE PESQUISA NO BRASIL E NA FRANÇA

Neste último grupo de trabalhos, a ênfase está nas abordagens teórico-metodológicas para os estudos do agrário e do rural no Brasil e na França. São apresentados uma série de artigos acerca da questão agrária e desenvolvimento rural realizadas no Brasil e na França, colocando em evidência as particularidades, limitações e complementaridades entre diferentes abordagens teórico-metodológicas. A complexidade e a diversidade de situações são pressupostos inquestionáveis do chamado mundo rural e persistem como importantes desafios para os mais diversos campos de conhecimento. É forçoso constatar que a complexidade e a diversidade de situações que caracterizam o chamado mundo rural impõem a utilização de abordagens teórico-metodológicas específicas para as diferentes áreas do conhecimento. No entanto, esta aproximação disciplinar não deve impedir o diálogo e a interlocução entre os diferentes campos de conhecimento. Um diálogo que permita colocar em evidência as particularidades, limitações e as complementaridades entre estas diferentes abordagens. No mundo contemporâneo, o ato de precisar limites espaciais e temporais, de demonstrar existências e funcionamentos, de identificar características e mudanças, etc., sempre representam desafios. Nos estudos sobre o “mundo rural”, portador de reconhecida e crescente complexidade, isto parece ser ainda mais evidente diante dos limites que

as abordagens teórico-metodológicas disciplinares nos impõem. Quanto mais se aborda os temas rurais, mais parece ficar evidente o grau de imbricamento existente entre as dinâmicas socioeconômicas e culturais e os aspectos geofísicos e ambientais, além das particularidades na forma do mundo rural se relacionar com o conjunto da sociedade. Muito embora as principais categorias analíticas utilizadas (como campesinato; agricultura familiar; reprodução social; trajetórias, sistemas agrícolas, sistemas agrários; etc.) favoreçam a aproximação entre as disciplinas que se ocupam dos estudos rurais, os desafios persistem. Nesse sentido, os trabalhos aqui reunidos apontam que a socialização, as trocas e diálogos que se estabelecem a partir das diferentes abordagens teórico-metodológicas nos estudos rurais consistem em uma oportunidade ímpar para a compreensão dessa realidade carregada de sentidos, valores e identidades que é o mundo rural.

CAPÍTULO 15

Desenvolvimento rural e reprodução social da agricultura familiar: uma abordagem de pesquisa interdisciplinar⁹⁰

OSMAR TOMAZ DE SOUZA⁹¹

Introdução

A agricultura e o rural brasileiro, estimulados, por um lado, pela conjuntura econômica interna e mundial favorável e, por outro, pela própria mudança no olhar da sociedade sobre o mundo rural, vem assumido um *status* de *portador de soluções*, diferentemente do que se verificava até o final do século passado. É uma espécie de renascimento que está estreitamente relacionado à importância que ele pode ter no tema da sustentabilidade socioeconômica e ambiental do desenvolvimento e às exigências de qualidade de vida e bem-estar da população.

Passa-se a aceitar, especialmente no que se refere às políticas de desenvolvimento rural e regional, as possibilidades abertas pelo rural em razão das várias funções que ele comporta. Destacam-se aí a produção

⁹⁰ Trabalho elaborado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

⁹¹ Professor Adjunto do Programa de Pós-Graduação em Economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PPGE/PUCRS (Brasil).

agropecuária, a geração de emprego, de renda e excedentes exportáveis e também a preservação do meio ambiente e da paisagem, a oferta de produtos turísticos, de lazer e espaços de moradia, de preservação do patrimônio cultural, manutenção do tecido social, etc. O reconhecimento dessas amplas funções do rural aporta também maior complexidade aos estudos rurais e, em particular, à compreensão da heterogeneidade das suas formas de expressão nos diferentes contextos regionais do extenso território brasileiro.

Isso abre oportunidades de pesquisas multidisciplinares e, especialmente, de colaboração entre pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento, mas também traz importantes desafios quanto às abordagens teóricas e metodológicas nos estudos rurais.

Este trabalho, que tem como base os resultados de uma pesquisa interdisciplinar, tem como objetivo mostrar as possibilidades e implicações que esse tipo de abordagem pode trazer ao estudo e à compreensão da diversidade das formas de expressão da agricultura familiar e do rural. Isso se faz a partir de um cenário bem particular: o rural da Região Metropolitana de Curitiba (RMC), Paraná, Brasil. Isso porque as regiões metropolitanas no Brasil são muito mais associadas à urbanização e à elevada densidade populacional, de atividades industriais, de comércio e de serviços e não à ruralidade e à produção agropecuária. Nesse sentido, a pesquisa interdisciplinar serviu também de instrumento para conhecimento e reconhecimento da importância da agricultura familiar nesses contextos.

Neste texto são evidenciados os principais passos da pesquisa interdisciplinar realizada a partir do ano de 2002 nos quadros do Programa de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento (MADE) da Universidade Federal do Paraná (Brasil). Mais especificamente, dentro da linha de pesquisa “sistemas sociais, técnicos e recursos naturais de áreas rurais”, que na ocasião teve como objeto a agricultura familiar e o rural da Região Metropolitana de Curitiba (RMC). Trata-se de pesquisa que resultou na

produção de sete teses de doutorado⁹², relatórios técnicos, vários artigos científicos publicados e um livro (FERREIRA, A. D. D et al., 2012), o qual sintetiza boa parte dos resultados da pesquisa interdisciplinar evidenciada neste texto.

É principalmente à metodologia interdisciplinar e aos passos daquela pesquisa realizada que este artigo se dedica. Para tanto, ele está organizado em seis partes, excetuando-se esta Introdução. O item 2 apresenta os pressupostos do método interdisciplinar que orientam a pesquisa nos quadros do MADE/UFPR. O item 3 detalha as etapas da pesquisa realizada que se evidencia neste artigo. Na sequência, no item 4, é apresentada uma caracterização sucinta do lócus da pesquisa, qual seja, a Região Metropolitana de Curitiba, os municípios de São José dos Pinhais, Mandirituba e Tijucas do Sul, bem como das comunidades rurais que serviram de estudos de caso ilustrativos. No item 5 são feitos apontamentos sobre os resultados da pesquisa e, finalmente, no item 6, pondera-se a respeito dos pontos favoráveis e das dificuldades concernentes à metodologia interdisciplinar com base na pesquisa realizada.

A interface sociedade e natureza e a pesquisa interdisciplinar no MADE/UFPR

O MADE/UFPR diferencia-se da maior parte dos programas de doutorado, bem como das pesquisas e teses tradicionais, em pelo menos dois pontos essenciais: (1) na definição do recorte espacial da pesquisa e (2) na abordagem metodológica. Isso porque o programa define, *a priori*, não só as disciplinas teóricas, como também:

⁹² A equipe de pesquisa era assim composta: Ariodari Gilberto dos Santos, Cimone Rozendo de Souza, Hieda Maria Pagliosa Corona, Janise Bruno Dias, Joel Leandro Queiroga, Luiz Gilberto Bertoti e Osmar Tomaz de Souza, todos doutorandos à época, além dos professores do MADE/UFPR Angela Duarte Damasceno Ferreira, Alfio Brandenburg e Leonardo Cordeiro dos Santos.

- a) o objeto de pesquisa coletivo: nesse caso, o rural e a agricultura familiar da Região Metropolitana de Curitiba e a interface sociedade/natureza no seu processo de desenvolvimento, quanto
- b) à abordagem metodológica a ser utilizada na elaboração das teses: a abordagem interdisciplinar.

Essas definições prévias, tanto do objeto de pesquisa (nesse caso, o rural e a agricultura familiar da RMC) quanto da metodologia de trabalho (interdisciplinar), representam uma exceção em relação aos programas de doutorado tradicionais existentes no Brasil. Em geral, o próprio pesquisador, ao ingressar num programa, já traz um projeto de pesquisa relativamente bem elaborado, inclusive com definição do recorte espacial e da metodologia a ser utilizada. Isso não acontece no MADE/UFPR. O máximo que o pesquisador apresenta ao ingressar no grupo é uma espécie de “carta de interesse” na qual explicita seu tema geral de pesquisa de preferência.

A pesquisa levada a cabo pelo MADE/UFPR está baseada na interface meio ambiente e desenvolvimento ou, mais precisamente, na interface ambiente/sociedade. Entende-se que esse é um tema privilegiado para o exercício da interdisciplinaridade, por abrir amplas possibilidades de diálogo entre as ciências sociais e as ciências físicas e da natureza. Vale ressaltar o entendimento, pela proposta do programa, de que nem todo tema ou problema de pesquisa deve ser submetido à abordagem interdisciplinar, em consonância com Raynaut (2004, p. 26), que afirma: “Em outros termos, a interdisciplinaridade não deve se tornar uma nova exigência para toda e qualquer produção científica, mesmo que os modismos que ora afetam as instituições de pesquisa possam às vezes nos fazer pensar o contrário. São certos assuntos e certos objetos científicos que necessitam da colaboração entre diferentes disciplinas”.

Partindo da premissa de que desenvolvimento e meio ambiente representam um tema privilegiado para o diálogo entre disciplinas diante das interfaces que a relação sociedade/natureza oferece, ele exige a tomada de decisões que mudam o “espírito” da pesquisa. Dentre estas,

cabe destacar duas: primeiro, a aceitação da “complexidade” do objeto de estudo e, segundo, da própria abordagem interdisciplinar como possibilidade concreta de trabalho coletivo e instrumento válido para a produção do conhecimento.

Ambos, complexidade e abordagem interdisciplinar, vão oferecer desafios técnicos e metodológicos novos e, às vezes, até mesmo modificar a concepção de rigor. Ambos colocam em confronto os instrumentos e as técnicas aos quais se está habituado e as bases disciplinares nas quais se assentam as formações acadêmicas. Mas, ao mesmo tempo que impõem desafios inéditos, elas podem preservar do pensar “mecanicista”, dado que o rápido avanço das ciências e das técnicas poderia nos induzir a certos “desvios” simplificadores e tecnocráticos, alerta Legay (1988).

Legay (1988) aponta que, aparentemente, os problemas da interdisciplinaridade poderiam ser mais fáceis de resolver no campo das Ciências Sociais, pois a maior parte dos pesquisadores que tratam do tema lida com as Ciências Sociais como um grande conjunto. Além disso, a existência de homônimos entre noções relevantes e conceitos (por exemplo, na Ecologia, na Economia ou na Sociologia) de fato facilita a comunicação. Tal proximidade é interessante, mas não resolve o problema dos obstáculos com os quais esse “conjunto” vai se defrontar quando o diálogo se der com o seu “conjunto” vizinho, que é o das Ciências da Natureza.

Nesses casos, há sempre o risco de incorrer num certo “parasitismo mútuo de linguagem” (LEGAY, 1988), com a utilização insistente dos mesmos termos, mesmo quando estes se referem a conceitos diferentes. Esse *affaire de linguagem*, que oferece uma aparente coerência ao discurso interdisciplinar, também pode induzir a inúmeros mal-entendidos. Se, por um lado, ele permite aos “especialistas” dialogar com “especialistas” de outras áreas, por outro, torna-o vulnerável a críticas dos colegas dentro de sua própria área de formação disciplinar.

No contexto da pesquisa interdisciplinar realizada nos quadros do MADE/UFPR, assume-se que não se trata de uma “unificação de saberes” e sim de favorecer a “sociabilidade” entre as disciplinas. Trata-se de um

esforço de tradução das diferentes linguagens, de clarificação de conceitos próximos, de circulação de ideias em que cada pesquisador persegue seus objetivos e pode tirar proveito, quando isso é possível, daquilo que pode ser identificado como “produção coletiva”. A unidade, caso seja possível, só pode acontecer por meio do “comércio de ideias”, para usar a expressão de Legay (1988).

Na pesquisa em questão, as principais categorias analíticas utilizadas como desenvolvimento, heterogeneidade, rural, agricultura familiar, reprodução social, sistemas de produção, trajetórias, dentre outras, cumpriram o papel de favorecer a “sociabilidade” entre as disciplinas.

As equipes de pesquisa que se constituem nos quadros do programa são formadas principalmente por pesquisadores com formações disciplinares mais “puras”. Reconhece-se a importância do aporte que cada uma das disciplinas pode oferecer ao debate e à cooperação, fundamentais à prática interdisciplinar. Na pesquisa aqui em foco, a equipe se constituiu de pesquisadores das áreas de Agronomia, Biologia, Economia, Geografia e Sociologia.

O entendimento é o de que as disciplinas continuam sendo importantes, na linha do que ressalta o próprio Raynaud: “São os seus conceitos, seus métodos e suas modalidades de validação do conhecimento que constituem, até hoje, a fundamentação de nossa capacidade de conhecer o mundo, bem como de nos conhecermos” (2004, p. 26). Ou seja, as “disciplinas possuem uma história”, a “interdisciplinaridade responde a necessidades específicas” e a temática desenvolvimento e meio ambiente constitui um espaço privilegiado para esse tipo de pesquisa (RAYNAUT, 1996, p. 24-25).

A pesquisa interdisciplinar no rural da RMC

O lócus da pesquisa

A Região Metropolitana de Curitiba (RMC) está situada a leste do Estado do Paraná, no chamado Primeiro Planalto Paranaense, conforme Figura

1. É uma região marcada pela heterogeneidade geológica, de relevo e de solo, e essas características, aliadas às suas condições climáticas, conferem a ela uma alta diversidade biológica. Possui uma área de 15,5 mil quilômetros quadrados e uma população de aproximadamente 3,2 milhões de habitantes, distribuída em 26 municípios. Segundo dados do Censo Demográfico do IBGE de 2010, 8,8% dessa população era rural, embora em vários municípios essa população rural supere os 80%. Curitiba é a capital do Estado do Paraná e principal cidade da região metropolitana, possuindo em torno de 1,8 milhão de habitantes.

A RMC possui a maior área rural dentre as metrópoles brasileiras e tanto o IBGE quanto órgãos de planejamento regional, como é o caso da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC), reconhecem a existência de municípios essencialmente “rurais” na RMC.

Entretanto, são raros os trabalhos (acadêmicos ou não) e as políticas públicas que se direcionam ao rural regional. Este consiste uma espécie de rural “invisível”, pois raramente é citado nos documentos oficiais de planejamento. Quando citado, sua relevância se restringe ao aspecto funcional da sua relação com a metrópole e o urbano. É um rural pensado a partir das demandas oriundas da urbanidade, com “funções” que lhe são delegadas pela dinâmica (urbana) da região metropolitana.

Apesar disso, observa-se a existência de um rural concreto que se expressa, dentre outros aspectos: (a) por uma população significativa (que se aproxima de 270 mil pessoas); (b) por uma área que, segundo os dados oficiais, representa 2/3 da área total da RMC e (c) por uma produção agropecuária importante no âmbito regional e estadual, especialmente em olerícolas⁹³ e frutas. Em resumo, um rural com aspectos e dinâmicas que merecem investigação.

⁹³ Segmento que envolve a produção de hortaliças, incluindo o morango, o melão e a melancia. Nos últimos anos, também têm sido incluídas nesse segmento as plantas medicinais e condimentares. Na RMC, destacam-se a produção de alface, almeirão, batata-salsa, brócolis, cenoura, beterraba, couve-flor, couve, abobrinha, ervas medicinais e temperos.

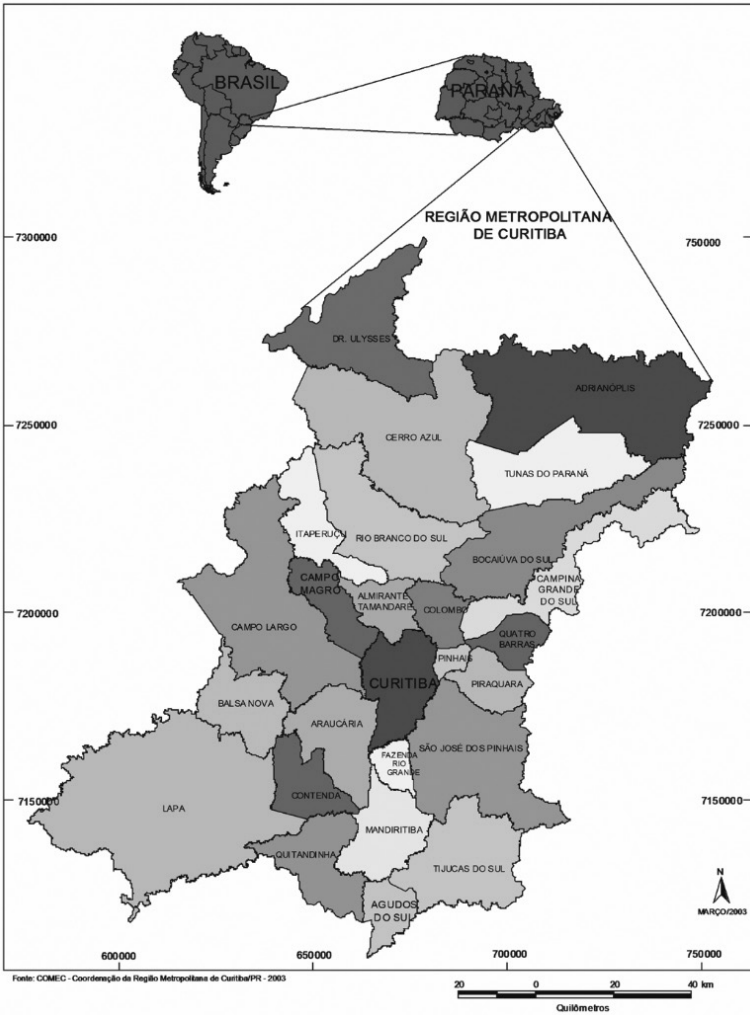


Figura 1. Mapa da localização da Região Metropolitana de Curitiba.

Para a pesquisa de campo, foram selecionados três municípios (São José dos Pinhais, Mandirituba e Tijucas do Sul) e uma comunidade rural em cada um deles (Mergulhão, Santo Amaro e Postinho, respectivamente).

São José dos Pinhais é o segundo município mais populoso da RMC, e contíguo a Curitiba. É um município com forte presença da atividade industrial (segundo polo automobilístico do país), de comércio e serviços. Sua população era de 264.210 habitantes em 2010, sendo que sua população rural equivalia a 27.315 habitantes, equivalendo a pouco mais de 10% da população total. A comunidade rural escolhida para estudo no município foi Colônia Mergulhão, onde foram entrevistadas 22 famílias. Situada nos arredores da zona urbana, sua população consiste num misto de agricultores familiares pluriativos e moradores sem relação com as atividades rurais, que trabalham em outras atividades no núcleo urbano. As principais restrições ambientais observadas relacionam-se com a existência de Áreas de Proteção Ambiental (APA), sobretudo áreas de mananciais de água. Na comunidade predomina a produção de olerícolas, a viticultura, a atividade leiteira e o turismo rural baseado nas várias cantinas, onde são comercializados produtos locais e, especialmente, o vinho produzido por algumas famílias.

Mandirituba localiza-se no Primeiro Anel Metropolitano, com população total de 22.220 habitantes e população rural de 14.806 habitantes, que equivale a 66,63% da população total municipal. A comunidade rural de Santo Amaro, que foi a estudada no município, está localizada a aproximadamente 20 quilômetros da sede do município. Nela foram entrevistadas 40 famílias de agricultores. Trata-se de uma comunidade de agricultores familiares, com produção moderna, intensiva, produtividade de média para elevada e perfeitamente integrada aos mercados regionais. O relevo é bastante acidentado e há restrição ambiental em decorrência do relevo, dos cursos de água e da proximidade com a Serra do Mar. A base produtiva assenta-se na produção olerícola, de frutas e criação de animais. A dinâmica local é ainda fortemente influenciada pela existência de uma rede de intermediários para a comercialização de produtos na

Ceasa (Central de Abastecimento) em Curitiba. Essa rede se constitui de centrais de lavagem, seleção e embalagem prévia da produção que posteriormente segue para a Ceasa. São galpões, chamados de “lavadeiras”, onde trabalham boa parte dos jovens da comunidade.

Já o município de Tijucas do Sul está localizado no Segundo Anel Metropolitano. Possui uma população total de 14.537 habitantes, sendo 12.252 habitantes na área rural, ou seja, 84,28% de população rural. A Comunidade de Postinho, estudo de caso no município, está situada nas encostas da Serra do Mar, a aproximadamente 30 quilômetros da sede municipal, e nela foram entrevistadas 32 famílias de agricultores familiares. Trata-se de uma localidade com fortes restrições ambientais pela proximidade da serra, onde predomina a agricultura familiar com produção de subsistência, tradicional, baseada na produção de grãos e criação de animais, com baixa produtividade e pouca integração aos mercados regionais.

As etapas da pesquisa interdisciplinar

As etapas da pesquisa desenvolvida foram as seguintes:

- a) *Interesses individuais de pesquisa*: embora não tenha sido propriamente uma etapa de trabalho, a existência prévia dos interesses individuais por determinados temas representou um aspecto importante do processo de construção da problemática comum de pesquisa. Nesse caso, as ideias iniciais aportadas pela equipe forneceram questões de reflexão e subsídios ao diálogo interdisciplinar.
- b) *Oficina de Pesquisa I – Diagnóstico do rural da RMC*: as Oficinas de Pesquisa consistem em uma parte fundamental e estratégica da familiarização, formação e preparação para a pesquisa interdisciplinar. Nessas oficinas é que os grupos multidisciplinares vão iniciar os diálogos, a partir de seminários, debates, pesquisas preliminares e produção de textos coletivos. O objetivo principal do diagnóstico foi entender como se configurava o rural

na RMC, buscando destacar: (i) qual seria o lugar ocupado por ele na região, (ii) suas especificidades em relação a outros meios rurais, (iii) sua interação com a metrópole e seu papel no âmbito do desenvolvimento desta e (iv) seu processo de estruturação e as transformações recentes nele verificadas.

- c) *Identificação de questões sociedade e natureza*: trabalho subsequente ao diagnóstico regional, que tinha como finalidade dar suporte para a definição da problemática comum de pesquisa (“guarda-chuva”). Foi uma etapa marcada pela coleta e pelo uso de dados secundários para a construção de indicadores socioeconômicos e do meio físico dos municípios. Com base neles, foram criadas tipologias socioambientais do rural regional.
- d) *Oficina de Pesquisa II – Quadro síntese e espacialização dos indicadores em mapas temáticos*: documento elaborado a partir dos indicadores socioambientais do rural metropolitano (relacionados a relevo, predominância e tipos de solo, cobertura vegetal, áreas de proteção, condições socioeconômica e de vida, dinâmica populacional, condições técnicas e produtivas, aspectos fundiários e produtivos, etc.), identificando os grupos de municípios com dinâmicas socioeconômicas e ambientais semelhantes/diferentes. Serviu para ilustrar a heterogeneidade do rural regional e deu bases para a construção da problemática de pesquisa comum, capaz de atender aos diferentes interesses dos pesquisadores.
- e) *Definição da problemática comum de pesquisa*: na verdade, esta se constituiu no grande *Programa de Pesquisa Comum*, contemplando as dinâmicas do meio rural da RMC e expressando uma problemática comum de pesquisa, que foi definida pela seguinte questão: “Como a heterogeneidade socioambiental produz e reproduz o rural na RMC observando os limites e potencialidades da agricultura familiar”? A partir desse problema geral de pesquisa, foram estabelecidas as bases teóricas do diálogo entre ciências sociais e ciências naturais.

- f) *Texto teórico comum – Relatório III*: constituição de um referencial teórico e descritivo comum, buscando expandir ao máximo as “fronteiras” de cada especialização, ampliar a sociabilidade entre elas e facilitar o “comércio de ideias”. Consistiu num texto teórico elaborado a diversas mãos, com todos os envolvidos trabalhando na definição e na redação de cada um dos conceitos-chave, identificados como *conceitos integradores* no contexto da pesquisa proposta. Nessa etapa, alguns conceitos como “heterogeneidade”, “diversidade”, “reprodução”, “rural”, “ruralidade”, “agricultura familiar”, “desenvolvimento”, “sistemas de produção”, “paisagem”, dentre outros, foram alvo de discussão e aproximação. Em maior ou menor grau, esses conceitos estiveram presentes nos trabalhos finais (teses) de todos os componentes da equipe.
- g) *Elaboração da problemática de pesquisa individual – Projeto de tese*: requisito obrigatório dos programas de doutorado, o projeto de tese é objeto de qualificação. No caso do MADE/UFPR, sua elaboração se dá em sintonia com o programa geral de pesquisa previamente elaborado (“Problemática Comum”), ou seja, o projeto individual é parte integrante do grande programa de pesquisa. Grande parte da produção textual, do tratamento e da análise de dados e mapas temáticos elaborados coletivamente até essa fase é incorporada aos projetos de cada pesquisador, fazendo parte do seu próprio projeto de pesquisa. Essa etapa se dá quase que concomitantemente à etapa seguinte, de recorte espacial da pesquisa.
- h) *Definição dos estudos de caso (recorte espacial) – Primeira etapa da pesquisa de campo*: após a elaboração e qualificação dos projetos individuais, integrados ao programa geral de pesquisa, a equipe se debruça novamente sobre os dados, as tipologias, os mapas temáticos e toda a produção textual prévia. Dessa vez, com a finalidade de selecionar municípios e comunidades rurais ilustrativas da diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar e do rural regional para a realização de estudos

de caso em profundidade. Essa seleção dos estudos de casos se orientou pelos seguintes requisitos: (i) a heterogeneidade do espaço em questão; (ii) a predominância da agricultura familiar e (iii) aspectos e estratégias particulares relacionados à reprodução social da agricultura familiar, capazes de ilustrar tanto heterogeneidade quanto relevância dessa forma social de produção. Essa foi a primeira etapa da pesquisa de campo propriamente dita e implicou uma sequência de incursões nos municípios da RMC. Foram realizadas dezenas de entrevistas com informantes ligados ao poder público, a sindicatos, conselhos, associações e a outras lideranças comunitárias. Também foram realizadas visitas a várias comunidades rurais e entrevistas preliminares com lideranças nessas comunidades. O objetivo era se aproximar ao máximo de estudos de caso que atendessem de algum modo os interesses de pesquisa comum e individual, focados na questão da heterogeneidade da agricultura familiar da RMC.

- i) *Pesquisa de campo coletiva (segunda etapa da pesquisa de campo)*: para essa etapa, tanto a construção do instrumento de pesquisa (elaboração, testes, ajustes, etc.) quanto a realização dos trabalhos de campo foram feitos coletivamente pelos pesquisadores. A realização das entrevistas primava pela presença de pesquisadores das duas grandes áreas (ciências sociais e ciências da natureza). Os objetivos dessa fase do trabalho nas comunidades eram: (i) permitir a caracterização social, econômica, cultural e ambiental das comunidades; (ii) responder, ainda que de forma preliminar, a alguns dos objetivos de pesquisa individual que guardassem relação mais estreita com os objetivos dos demais pesquisadores. Esse momento representou um exercício concreto de “sociabilidade” entre as áreas e disciplinas envolvidas no trabalho. Finalmente, (iii) garantiu os elementos necessários à seleção de amostras estatísticas para o desenvolvimento de uma terceira etapa de trabalho de campo.

- j) *Pesquisa de campo específica individual (terceira etapa da pesquisa de campo)*: fase mais qualitativa e específica a cada um dos interesses individuais de pesquisa, esta última etapa se desenrolou durante o ano de 2005, de acordo com as agendas, os agricultores selecionados e as disponibilidades definidas por cada pesquisador. Novamente, envolveu atores sociais e representantes municipais. No entanto, o foco desta última etapa da pesquisa de campo consistiu no aprofundamento em relação às questões de pesquisa individuais, com entrevistas orientadas para essa finalidade.

Se preferirmos apresentar uma classificação técnica da pesquisa realizada, poderíamos dizer, em consonância com Laburthe-Tolra & Warnier (1999), que ela envolveu quatro rubricas: “as que passam pelo *medium* da troca verbal; as que requerem uma instrumentação destinada a obter dados materiais; as que visam recolher uma documentação quantitativa ou histórica; as que, enfim, tentam revelar o não dito ou o que não se mostra” (p. 429-420).

Além do recurso de *roteiros de entrevistas* (utilizados na primeira e na terceira etapas da pesquisa) e do *questionário de pesquisa* (instrumento utilizado na segunda etapa), cabe ressaltar a importância dos documentos escritos fornecidos pelas prefeituras, conselhos e escritórios locais da Emater, além da própria observação.

Em suma, é correto dizer que os resultados da pesquisa combinam livremente as orientações acima. É o que, nos termos expressos por Cândido (2003), implica recorrer, por um lado, à descrição, ater-se aos detalhes e às pessoas, a fim de integrá-los numa visão que abranja “todos” os aspectos e, por outro, valer-se de amostras representativas dos grandes números, interessando-se pelas médias em que os indivíduos se dissolvem.

Breves notas sobre os resultados da pesquisa interdisciplinar

Na pesquisa interdisciplinar aqui evidenciada, o leque de variáveis, indicadores e informações que deram fundamento às análises foi maior do

que aquela realizada sob a égide da Economia. Por um lado, a cooperação interdisciplinar permitiu o acesso a um conjunto mais amplo de dados e informações. Por outro, tais dados e informações possibilitaram uma análise mais rica das estratégias dos agricultores em relação à produção, à comercialização, ao acesso às políticas públicas e a outros ativos, ou seja, a cooperação oportunizada pela interdisciplinaridade viabilizou um olhar mais acurado sobre as estratégias de produção e a reprodução social e sobre como as interfaces sociedade/natureza produzem e reproduzem a agricultura familiar regional. O esquema apresentado na Figura 2, abaixo, ilustra o exposto.

Trata-se de um esquema que aponta uma lista de “valores” e/ou “indicadores” associados ao rural e à agricultura regional, de acordo com a própria percepção dos diversos atores e agricultores incluídos na pesquisa. Sem a pretensão de “enquadrar”, ele permite uma visão global das possibilidades de interação e dependência entre as dimensões econômica, social, cultural e geoambiental.

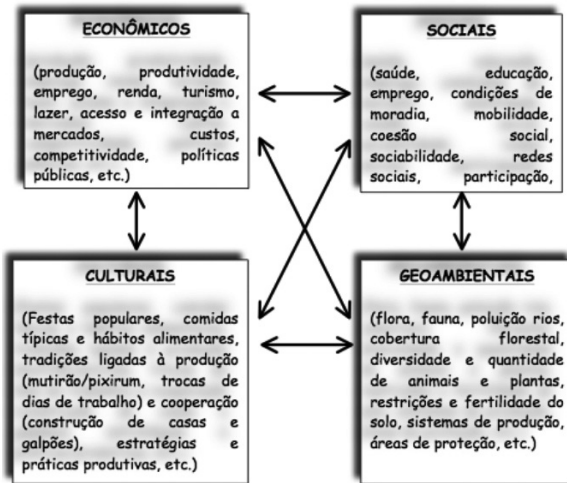


Figura 2. Esquema ilustrativo de “valores” e indicadores atribuídos ao rural na RMC.

Entendendo tais interações, pode-se compreender, por exemplo, as razões que levam uma família de agricultores familiares “não competitivos” sob a ótica econômica a permanecer na atividade, a despeito de todas as restrições e limites observados. Por exemplo, o olhar estritamente econômico (e das abordagens econômicas) em geral não facilitam o entendimento de que: a) as práticas do tipo mutirão ou troca de dias de trabalho (que se constituem a partir das redes estabelecidas nas comunidades) podem suprir o déficit de mão de obra nos períodos críticos, como observado nas comunidades de Postinho e Santo Amaro; b) os espaços de sociabilidade e participação podem ser importantes fatores explicativos para o acesso ou não a ativos (como máquinas, equipamentos, insumos ou políticas públicas), como no caso da comunidade de Colônia Mergulhão (São José dos Pinhais) e Santo Amaro (Mandirituba); c) que festas populares, além de espaços de sociabilidade e lazer, podem representar um caminho de acesso a consumidores externos à comunidade e à criação de mercados, como verificado na criação de uma rota turística em Colônia Mergulhão; d) que situações onde há a pluriatividade (observada na comunidade de Postinho, Tijucas do Sul), podem ajudar a entender a permanência na agricultura a despeito de todas as restrições econômicas (“inviabilidade”), geográficas e físicas existentes; e) compreender que a pluriatividade pode consistir numa estratégia de permanência e viabilização da atividade agrícola e não necessariamente um caminho para abandoná-la; f) que os sistemas de produção diversificados, com presença expressiva de produção para o autoconsumo, tornam os indicadores de produção e renda praticamente inócuos para a explicação das escolhas e da dinâmica da unidade econômica familiar ou, ainda, g) que as condições (e restrições) geofísicas e ambientais induzem diferentes estratégias de produção e reprodução, configurando interações ambiente/sociedade complexas que limitam bastante a capacidade analítica das disciplinas isoladas.

No caso da Economia, existe a tentação de comparar e analisar dados referentes a quantidades produzidas, valores da produção, produtividade, renda, etc., por vezes descolados do contexto onde estes se produzem.

Na pesquisa interdisciplinar da interface sociedade e natureza e na cooperação com as demais disciplinas esse risco é menor. Esses são alguns exemplos nos quais o método interdisciplinar permite alcançar fatores explicativos para além do olhar disciplinar, conforme ilustra a Figura 3.

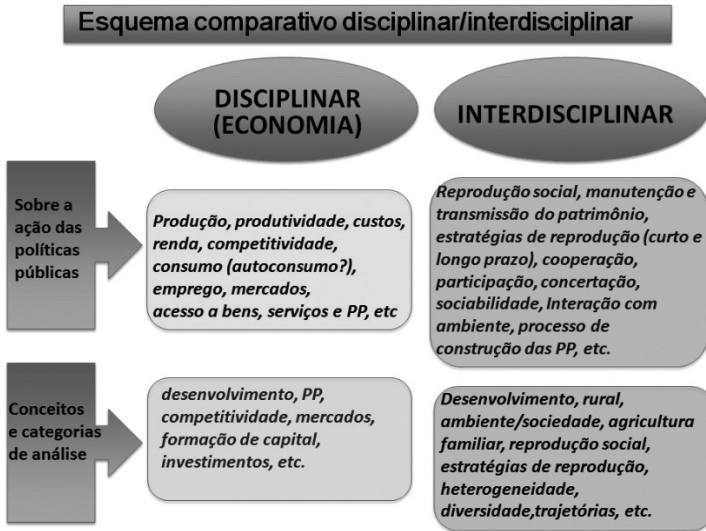


Figura 3. Esquema comparativo do estudo e da pesquisa disciplinar e interdisciplinar.

As trocas possibilitadas pelo trabalho interdisciplinar podem qualificar não só os resultados como também o processo de construção de programas e projetos de pesquisa. O próprio processo se enriquece ao permitir a confrontação de métodos disciplinares, ensejando seu aprimoramento, dando-lhes maior capacidade explicativa.

O que se observa, com base no exemplo da Figura 3, é que num estudo do desenvolvimento e da ação das políticas públicas, tanto os conceitos quanto as categorias analíticas e os dados a analisar podem ser enriquecidos com o trabalho interdisciplinar. Este permite um alargamento do horizonte de análise. Por exemplo, ao invés de se restringir às análises

da produção, produtividade, renda, competitividade, etc., para o estudo da viabilidade da agricultura familiar, pode-se recorrer à categoria reprodução social. Esta permite compreender as estratégias de curto e longo prazos, as escolhas e dinâmicas que possibilitam tanto a permanência na atividade produtiva quanto os processos de devolução intergeracional e transmissão do patrimônio.

Igualmente, no que trata das categorias e conceitos utilizados, a abordagem interdisciplinar pode auxiliar no refinamento de conceitos. Desenvolvimento, mercados, políticas públicas, formação do capital, investimentos, etc., de uso recorrente na Economia, podem incorporar elementos e contribuições de outras disciplinas. Igualmente podem ser utilizados em perspectiva com outros conceitos e noções próximas e igualmente importantes para a análise dos processos de desenvolvimento, como, por exemplo, heterogeneidade, diversidade e trajetórias.

Em resumo, a pesquisa interdisciplinar, quando realizada num ambiente de verdadeira cooperação entre as diferentes disciplinas, possibilita a ampliação do olhar e da capacidade analítica sobre o objeto de pesquisa e a realidade estudada. Não se trata de se tornar um “pesquisador interdisciplinar” e sim de garantir a abertura das fronteiras disciplinares e a disponibilidade para receber a contribuição das outras disciplinas.

Considerações finais

Alguns aspectos positivos da pesquisa interdisciplinar foram destacados ao longo do texto. Nos contextos em que as interfaces sociedade e natureza são centrais (caso dos processos de desenvolvimento) é que o método interdisciplinar oferece maiores possibilidades. Nesses processos, a complexidade da dinâmica da agricultura familiar e do mundo rural são campos privilegiados para o exercício interdisciplinar. Ambos são objetos de estudo das ciências sociais e das ciências da natureza, com abordagens teórico-metodológicas relativamente consolidadas dentro dos campos disciplinares, o que permite boas perspectivas de colaboração entre as áreas.

Entretanto, a despeito das vantagens que o método oferece para a explicação de fenômenos complexos, cabe ressaltar que ele também traz dificuldades num cenário em que as disciplinas ainda são o alicerce da produção intelectual. Algumas delas merecem destaque.

A primeira é o risco de incorrer no uso de conceitos e categorias analíticas relativamente próximas, mas sem a devida densidade que eles merecem. Ou seja, arrisca-se a apresentar um discurso compreensível às diversas disciplinas (“*affaire de linguagem*”) sem a profundidade necessária para submeter os resultados da pesquisa ao crivo dos pares.

Outra é que a abertura e a ampliação do olhar sobre um objeto problema de pesquisa faz com que os “recortes” e a delimitação, que são recursos importantes para o bom andamento da pesquisa, se tornem uma tarefa bem mais difícil. Esse é outro aprendizado para as pesquisas interdisciplinares, pois se arrisca a ter pesquisas generalistas demais, com pouca capacidade de explicar problemas específicos.

Observa-se também uma relativa dificuldade de diálogo no âmbito “disciplinar”. A maioria dos espaços de debate dentro da área não está aberta (ou pronta) para o diálogo interdisciplinar. Com isso, os resultados de pesquisas interdisciplinares podem ficar sem interlocução dentro das áreas. De certa forma, isso inviabiliza ou retarda os avanços e o enriquecimento teórico e metodológico que podem se dar tanto dentro quanto fora da área. Em termos práticos, isso restringe tanto a comunicação quanto a publicação de resultados de pesquisas interdisciplinares dentro das áreas disciplinares e inibe a troca entre os pares.

Essa dificuldade pode relegar as pesquisas interdisciplinares e seus resultados a uma espécie de marginalização dentro das disciplinas. Se, por um lado, a socialização dos resultados de pesquisa desfruta dos proveitosos e enriquecedores espaços “temáticos” (por exemplo, os espaços de debates rurais ou ambientais), por outro, perdem um pouco da sua capacidade de contribuir com os avanços nas abordagens dentro das suas próprias disciplinas (Economia).

Por último, vale ressaltar que o método em questão apresenta dificuldades práticas nada desprezíveis nos quadros de um programa de doutorado. Este está submetido a vários requisitos legais, tanto da própria universidade quanto dos órgãos oficiais que lhe dão sustentação e legitimidade. O mais crítico, nesse caso, consiste nos prazos regimentais para a realização de um doutorado, que no Brasil é de, no máximo, quatro anos. Esse não é necessariamente o “tempo” de uma experiência interdisciplinar como a do MADE/UFPR.

Todas as etapas desenvolvidas ao longo da pesquisa aqui evidenciada demandam um esforço de elaboração, concertação e realização que não estão adequadas aos prazos regimentais. Do ponto de vista da formação de quadros para a pesquisa interdisciplinar, esse é, sem dúvida, o maior desafio a ser superado.

Referências

- CÂNDIDO, Antônio. *Os parceiros do Rio Bonito*. 10. ed. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2003.
- COORDENAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA (COMEC). *PDI – Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Curitiba 2001*: Documento Síntese para Discussão. Curitiba, 2001. 79 p.
- FERREIRA, A. D. D. et al. *Do rural que se vê ao rural que se reconhece*: dilemas socioambientais na agricultura familiar. Curitiba: Kairós; Editora da UFPR, 2012.
- IBGE. *Censo Demográfico 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.
- IPARDES – INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. *Indicadores e mapas temáticos para o planejamento urbano e regional*. Ed. rev. e ampl. Curitiba: Iparde, 2002. CD-ROM.
- JOLLIVET, Marcel. *Pour une agriculture diversifiée*. Paris: L'Harmattan, 1988.
- KAYSER, Bernard. *Les sciences sociales face au monde rural: méthodes et moyens*. Toulouse: Presses Universitaires du Mirail, 1989.
- LABURTHE-TOLRA, Philippe; WARNIER, Jean-Pierre. *Etnologia, antropologia*. Petrópolis: Vozes, 1999.

PAVIANI, Jayme. Disciplinaridade e interdisciplinaridade. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINARIDADE, HUMANISMO, UNIVERSIDADE. 2003. *Anais...* Porto, nov. 2003.

RAYNAUT, Claude. Meio ambiente e desenvolvimento: construindo um novo campo do saber a partir da perspectiva interdisciplinar. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba: Ed. UFPR, n. 10, p. 21-32, jul./dez. 2004.

RAYNAUT, Claude. Processo de construção de um programa interdisciplinar de pesquisa no quadro do doutorado em meio ambiente e desenvolvimento (MAD/UFPR). *Cadernos de Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba: Ed. UFPR, n. 3, p. 23-33, 1996.

CAPÍTULO 16

Entre os campos e as florestas: origem e evolução da agricultura no Rio Grande do Sul/Brasil

LOVOIS DE ANDRADE MIGUEL [94]

Introdução

Com aproximadamente 3,3% do território brasileiro, o Rio Grande do Sul pode ser considerado um pequeno estado localizado no extremo sul do Brasil. Com uma superfície de 281.748,5 km², o Rio Grande do Sul contava em 2006 com 441.467 propriedades agrícolas em uma superfície de 20.199.489 hectares (IBGE, 2006). Considerado por muitos como um estado possuidor de uma das menores desigualdades no que tange à estrutura fundiária, o espaço agrário gaúcho é ainda assim marcado por uma importante dicotomia no que diz respeito ao mundo rural. De um lado, o Rio Grande do Sul (RS) possui uma agricultura familiar numerosa, em grande parte possuidora de um intenso dinamismo produtivo e econômico e inserido no mercado agrícola regional e nacional. De outro lado, constata-se a existência de uma agricultura patronal e empresarial

[94] Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR), Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS (Brasil).

modernizada, produtora de *commodities* e fortemente inserida no mercado agrícola nacional e internacional.

Essa realidade agrária, aparentemente paradoxal e contraditória, é fruto de uma história agrária de grande especificidade e particularidade. Primeiramente, cabe ressaltar a existência de um território fortemente marcado por condições edafoclimáticas e ambientais distintas, que pode ser dividido em duas grandes unidades de paisagens, marcadas pelo predomínio de uma vegetação campestre de um lado e, de outro lado, pelo predomínio de uma vegetação florestal. Esse espaço agrário teve uma incorporação relativamente tardia e um papel periférico na economia do Brasil-Colônia. Por fim, destaca-se a ocorrência de distintos processos de ocupação e colonização que marcaram fortemente o espaço agrário do RS.

O conhecimento socioeconômico e ambiental acerca do espaço agrário compreendido pelo estado do Rio Grande do Sul é vasto e fruto de um esforço considerável da pesquisa das mais diversas áreas do conhecimento (História, Geografia, Agronomia, Economia, Antropologia, etc.). Mas, se esse relativo acúmulo de conhecimento e informações coloca à disposição um cabedal amplo e rico de informações, ressoa-se fortemente de aproximações mais amplas e globais acerca da realidade agrária e de sua evolução histórica. Constata-se assim a necessidade de se expandir e qualificar uma aproximação que privilegie as diferentes facetas da realidade agrária do Rio Grande do Sul, resgatando as origens e sua evolução histórica, suas particularidades geográficas e suas condições de existência do ponto de vista econômico e social, buscando superar as limitações e vicissitudes disciplinares, reducionistas e dogmáticas.

O resgate e a reconstituição dessa realidade agrária e de sua evolução exigem, necessariamente, uma aproximação teórico-metodológica que aporte os elementos capazes de apreender a complexidade de cada forma de agricultura e de perceber as transformações históricas e a diferenciação geográfica dessas diferentes formas de agricultura (MAZOYER e ROUDART, 2010). Por meio da teoria de sistemas agrários (MAZOYER e ROUDART, 2010; MIGUEL et al., 2009; COCHET, 2011) busca-se resga-

tar as formas de agricultura hegemônicas em um determinado espaço agrário, descrevendo a sua organização e funcionamento, assim como as suas transformações ao longo do tempo.

A reconstituição da evolução e diferenciação dos sistemas agrários não tem como objetivo, nem mesmo a pretensão, de produzir um conhecimento de base. Busca-se, a partir das aproximações teóricas aplicadas já existentes e disponíveis em nível das diferentes áreas de conhecimento, produzir uma compreensão diferenciada da realidade desse espaço agrário. Pretende-se, assim, mostrar a possibilidade de colocar em evidência elementos e relações que, sem essa aproximação passariam despercebidas ou dificilmente perceptíveis mediante abordagens ou aproximações disciplinares. Em última instância, pretende-se, assim, rerepresentar esse espaço agrário resguardando a sua complexidade e, sobretudo, destacando a imbricação dos diferentes elementos e componentes. Antes de uma abordagem inovadora, este estudo busca restituir, de maneira sistematizada e hierarquizada, uma aproximação da realidade agrária que favoreça a compreensão dos principais eventos que incidiram sobre a agricultura gaúcha e assim vislumbrar cenários futuros para o Rio Grande do Sul e seu mundo rural.

O espaço agrário do estado do Rio Grande do Sul

O Rio Grande do Sul revela grande número de paisagens agrárias, resultado da combinação da ação do homem ao longo dos séculos com um ambiente marcado por características geomorfoambientais bastante diferenciadas.

O espaço agrário gaúcho, pela diversidade de paisagens, pode ser considerado como um “mosaico” de distintas paisagens agrárias. Suertegaray & Guasselli (2004) dividem o espaço agrário gaúcho em cinco grandes unidades de paisagem, basicamente a partir da compartimentalização do relevo, do uso do solo e da cobertura vegetal.

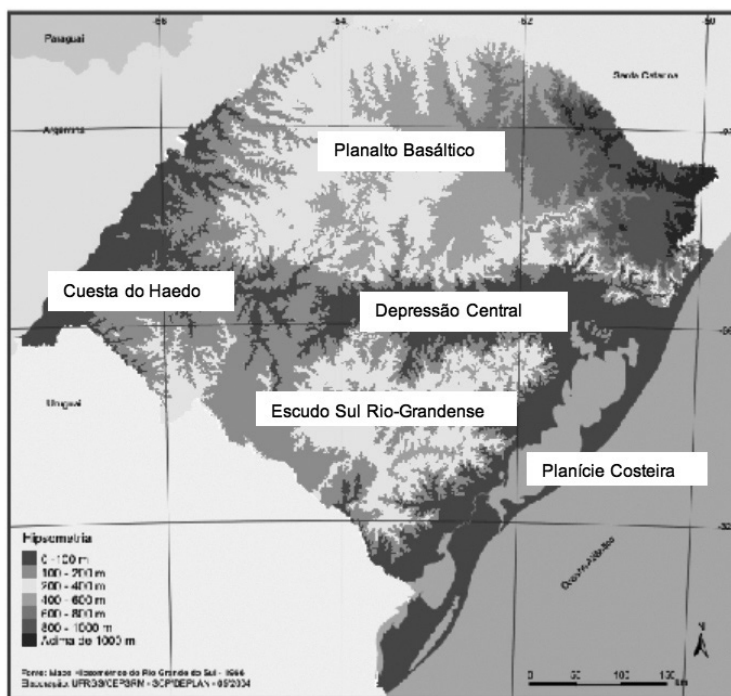


Figura 1. Principais Unidades de Paisagem do Rio Grande do Sul.

Fonte: adaptada de CEPSRM, 2001.

Essas unidades de paisagem são: Planalto Basáltico, Cuesta do Haedo, Depressão Central, Escudo Sul-Rio-Grandense e Planície Costeira (SUERTEGARAY & GUASSELLI, 2004).

O **Planalto Basáltico** caracteriza-se por apresentar uma superfície ondulada, tendo em sua porção leste as maiores altitudes e escarpas abruptas. À medida que se avança para o oeste, a escarpa apresenta-se gradativamente rebaixada. Destacam-se três subunidades de paisagem: Campos de Cima da Serra, Floresta e Agrícola. A subunidade Campos de Cima da Serra, de uso pastoril, corresponde às áreas de topo do Planalto Basáltico, com altitudes em torno de 1.000 metros, relevo de colinas e cobertura vegetal predominante de campos. A subunidade Floresta com-

preende as escarpas do Planalto e áreas de maior altitude, e é coberta em grande parte por florestas de Mata Atlântica, Floresta de Araucárias e Floresta Subtropical. A subunidade Agrícola, antigamente coberta por florestas e, em menor grau, por campos sujos, é marcada pela presença de colinas e pela predominância de atividades de lavoura anuais.

A **Cuesta do Haedo**, localizada no extremo sudoeste do estado, com uma altitude que varia entre 80 metros (Rio Uruguai) e 350-400 metros (extremo leste), tem como cobertura original uma vegetação de campos entremeados de matas de galeria. Destacam-se três subunidades de paisagem: Campos Limpos, Campos Sujos e Agrícola. A subunidade Campos Limpos é dominante na parte sul; nela predominam campos de gramíneas e solos rasos. Assim como a subunidade Campos Limpos, a subunidade Campos Sujos tem uso pastoril e apresenta uma cobertura de gramíneas associadas a arbustos de pequeno porte e solos arenosos. A subunidade Agrícola é marcada pelo cultivo de arroz irrigado nas várzeas dos principais rios, em especial, o rio Uruguai.

A **Depressão Central** apresenta baixa altitude e é uma bacia sedimentar com colinas. Apresenta duas subunidades: Campos da Depressão Central e Agrícola. Com uso pastoril, a subunidade Campos da Depressão Central é a paisagem predominante nessa área e apresenta uma cobertura de campos associados a mata de galeria. A subunidade Agrícola é marcada pela existência das bacias hidrográficas dos rios Jacuí e Ibicuí, onde predomina o cultivo de arroz irrigado.

O **Escudo Sul-Rio-Grandense** constitui a estrutura geológica mais antiga do Rio Grande do Sul (pré-cambriano), com relevo que varia de plano a forte ondulado e uma altitude que varia entre 100 e 400 metros. Destacam-se duas subunidades de paisagem: Campos do Sudeste e Campos Mistos. Com uso pastoril, a subunidade Campos do Sudeste situa-se na parte centro-oeste, tem cobertura de gramíneas e relevo que varia de plano a ondulado (coxilhas). A subunidade Campos Mistos, localizada na porção centro-leste dessa unidade de paisagem, apresenta cobertura de gramíneas associada a uma vegetação arbórea.

A **Planície Costeira** corresponde à porção leste do Rio Grande do Sul e foi formada por diversos processos sedimentares. Destacam-se três subunidades: Agrícola, Campos Litorâneos e Dunas. A subunidade Agrícola está situada no entorno dos grandes corpos lagunares e é constituída de áreas de cultivo de arroz irrigado. A subunidade Campos Litorâneos é formada por extensas áreas planas, também no entorno das lagoas, e tem uso pastoril. A subunidade Dunas ocupa a linha da costa e é utilizada para reflorestamento ou para fins imobiliários.

A visualização do espaço agrário gaúcho, em sua forma atual, como apresentado acima, é fundamental para a compreensão do modo de utilização desse espaço. No entanto, o processo de ocupação do espaço agrário desse estado foi fortemente influenciado por certas condicionantes geográficas. A principal dessas condicionantes se encontra, sem sombra de dúvida, nas características originais da vegetação natural. Como ressaltado por Nilo Bernardes, em seu estudo *Bases geográficas do povoamento do estado do Rio Grande do Sul* (1997), as características da vegetação natural foram fundamentais nas primeiras etapas do processo de ocupação e exploração do território gaúcho, tanto no período pré-colombiano como no período colonial. Deve-se levar em consideração que, nas primeiras etapas da ocupação do espaço agrário gaúcho, os meios técnicos de que dispunham as populações humanas para intervir e moldar o meio natural eram restritos e limitados. Assim, qualquer tentativa de reconstituir a evolução e a diferenciação dos sistemas agrários do estado deve ser baseada em uma regionalização que destaque as características da vegetação natural.

A evolução e diferenciação dos sistemas agrários do Rio Grande do Sul

O espaço agrário gaúcho é fortemente marcado por uma heterogeneidade do meio natural. Com efeito, a análise desse espaço agrário revela uma grande diversidade de situações do ponto de vista geomorfoambiental.

Essa situação marcou de maneira clara e indiscutível o processo de ocupação humana, proporcionando um processo histórico diferenciado e bastante particular. De fato, o estudo da história da agricultura no Rio Grande do Sul revela a existência de duas grandes linhas de evolução desse espaço agrário. A primeira linha de evolução ocorreu nas regiões fisiográficas originalmente cobertas por uma vegetação de campos (esteques e savanas do tipo arbóreo aberto, parque ou gramíneo-lenhoso). A segunda linha de evolução ocorreu nas regiões fisiográficas originalmente cobertas por uma vegetação de floresta (floresta ombrófila densa ou mista, floresta estacional semidecidual ou decidual). Cabe ressaltar que, nas regiões de transição campo-floresta (as chamadas “áreas de tensão ecológica”), as duas linhas de evolução ocorreram simultânea e concomitantemente.

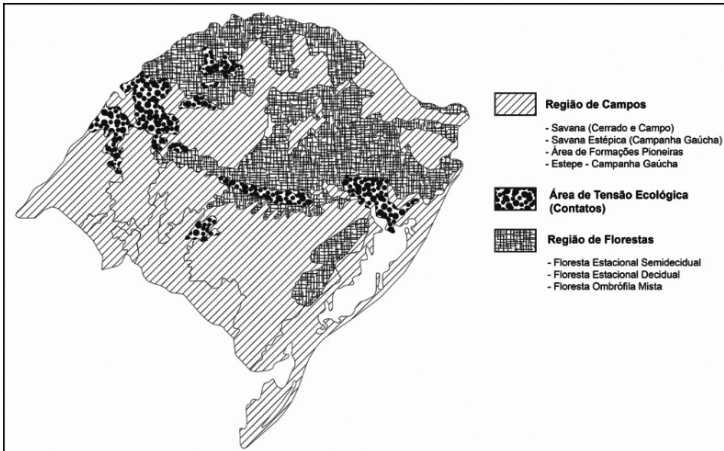


Figura 2. Representação da região de Campos (em hachurado) e da região de Florestas (não hachurado), no estado do Rio Grande do Sul.

Fonte: adaptada de <<http://www.ibge.gov.br>>.

Pode-se igualmente representar esse processo histórico, utilizando como referencial a abordagem de sistemas agrários. O quadro abaixo (Quadro 1) restitui de maneira esquemática, as duas linhas de evolução, destacando os principais sistemas agrários que se sucederam ao longo da história do Rio Grande do Sul, desde o período pré-colombiano até os dias de hoje, tanto na região de Campos quanto na região de Florestas.

Vegetação / Região fisiográfica	Genealogia e principais linhas da evolução e diferenciação dos sistemas agrários do Rio Grande do Sul					
CAMPOS NATURAIS	Sistema Agrário Indígena (até 1600) - Caça/ coleta - Charuna - Minuano	Sistema Agrário Vacaria Del Mar (1600-1700) - "Outidos" - "taqui" bovinos - selvagem (coaxo) - extrativismo indígena	Sistema Agrário Secomarias (1700-1800) - criação aransas/ extensiva - "boparismo" - multibovinos - extrativismo indígena/ afric. - concessão de grandes áreas	Sistema Agrário Estâncias (1800-1905) - criação bovinos/ ovinos extensiva - carne seca/ salgada - "charque" e R. - comércio africana - gado peçonhoso, escuro e branco leve	Sistema Agrário Contemporâneo (1905-1960/70) - criação bovinos/ ovinos extensiva - malhada (I) - frigoríficos - amor ligado (díto e arrendamento)	Sistema Agrário Contemporâneo Atual (1960/70 -...) - Revolução Verde - Patronal/ Empresarial, criação bovinos extensiva malhada (II), grandes lavouras, refinamento - Familiar, autoconsumo, pluriatividade, criação extensiva bovinos/ovinos. - Reforma Agrária

Transição mesoéca Floresta/Campo	-----					
FLORESTAS	Sistema Agrário Indígena Agricultura/ horticultura, caça e coleta: - Macro-Jê: Xokleng, Kaingang - Tupá-Guarani: Guaraní	Sistema Agrário "Cabeço" Populações lusobrasileiras e - autoconsumo - agricultura quinizada - caça / coleta - extrativismo (erva mate)	Sistema Agrário Colonial (1820-1900) - alvarães (1824) e - imigrantes (1875) - agri: quinizada/ - criação animal leve	Sistema Agrário Colonial Celetário Contemporâneos (1900-1960/70) - criação animal leve - policultura, familiar, autoconsumo, alguns produtos comerciais (II) - Exodo: "enzano" - agricultores familiares	Sistema Agrário Contemporâneo Atual (1960/70 -...) - Revolução Verde - Familiar, policultura, integração agroindustrial - Patronal, especialização, grandes lavouras	

Quadro 1. Evolução e diferenciação dos sistemas agrários do Estado do Rio Grande do Sul nas regiões fisiográficas de florestas e nas regiões fisiográficas de campos.

Fonte: adaptado de MIGUEL, 2009.

Evolução e diferenciação dos sistemas agrários na região de Campos

A reconstituição da evolução e da diferenciação dos sistemas agrários da região de Campos, no Rio Grande do Sul, revela a existência de seis grandes sistemas agrários, que se sucederam desde o período pré-colombiano até os dias atuais.

O primeiro sistema agrário – **Sistema Agrário Indígena** – teve início com a colonização do espaço agrário gaúcho por populações pré-colombianas de caçadores/coletores (especialmente do grupo Gês), aos quais se juntaram, mais recentemente, populações indígenas de agricultores/caçadores (especialmente Tupi-Guaranis). Essas populações exploravam os recursos naturais de maneira direta (caça/coleta) e realizavam a agricultura de derrubada-queimada. Os meios de produção eram essencialmente manuais, e a produção, destinada ao autoconsumo.

O segundo sistema agrário – **Sistema Agrário Vacaria Del Mar** – ocorreu a partir do século XVII e teve como elemento de base a exploração do gado bovino xucro (“chimarão”) pelos indígenas e “homens livres” (o “gaúcho”). Os bovinos de raças ibéricas foram introduzidos no Rio Grande do Sul pelos jesuítas, a partir de 1626, e se disseminaram rapidamente pelas regiões de campos. Os bovinos eram caçados visando à exploração do couro. Esse período também foi marcado pelo processo de apressamento e desmantelamento das populações indígenas por parte de bandeirantes vindos do sudeste do Brasil.

O terceiro sistema agrário – **Sistema Agrário Tropeirismo/Sesmarias** – implantou-se no início do século XVIII e teve como elemento de base o apressamento dos bovinos e muares xucros e sua condução a pé para as regiões do sudeste do Brasil. Essa situação ocorreu devido à descoberta de ouro em Minas Gerais, que passou a demandar uma quantidade crescente de alimentos e animais de transporte. A intensificação do tropeirismo de animais proporcionou as condições para a instalação de tropeiros e militares ao longo dos caminhos e das zonas de criação de bovinos

e muares. A instalação perene dessas populações visava a organizar a captura desses animais (em parte sesmarias com uma grande área) para a prestação de serviços (estalagens, albergues, etc.) ou tinha objetivos militares ou administrativos (proteção da fronteira, cobrança de tributos e impostos, etc.).

O quarto sistema agrário – **Sistema Agrário Estâncias** – teve seu começo marcado pela decadência do tropeirismo e pelo aparecimento das charqueadas. Ao invés de serem tropeados para o centro do Brasil, os bovinos passaram a ser enviados às localidades do Rio Grande do Sul com maior facilidade de acesso (ao longo de rios e lagos), onde eram abatidos e transformados em charque. Em função das particularidades desse novo mercado, constatou-se uma melhoria das práticas de manejo da criação dos bovinos nas estâncias de criação de gado.

O quinto sistema agrário – **Sistema Agrário Contemporâneo Inicial** – desenvolveu-se no início do século XX. Esse sistema agrário teve como origem o processo de implantação de frigoríficos no Rio Grande do Sul. As novas exigências do mercado e o aumento da disponibilidade de bens e serviços permitiriam a melhoria dos sistemas de criação de bovinos (introdução de raças europeias tipo carne, cercamento dos campos, utilização de insumos, etc.) implantados nas estâncias. Outro elemento marcante nesse sistema agrário foi o surgimento do cultivo de arroz irrigado em grandes lavouras em algumas regiões com planícies baixas e grandes várzeas (Camaquã, Guaíba, Cachoeira do Sul, entre outras).

O sexto e último sistema agrário – **Sistema Agrário Contemporâneo Atual** – teve início nos anos 1960/1970 e foi marcado pelo surgimento e expansão da Revolução Verde [95]. Verificou-se uma melhoria nos siste-

[95] Entende-se por Revolução Verde o processo de modernização técnica e produtiva ocorrido na agricultura e que teve início no final do século XIX (em algumas regiões do hemisfério norte), mas, sobretudo, a partir do final da Segunda Guerra Mundial. Também chamada de Segunda Revolução Agrícola dos Tempos Modernos, a Revolução Verde está baseada na utilização de insumos externos de origem industrial (adubos químicos, combustíveis fósseis, agrotóxicos, etc.), de motomecanização e de plantas e animais selecionados (MAZOYER & ROUDART, 2010).

mas de criação de gado de corte extensivos, com uma crescente utilização de insumos agrícolas de origem externa (adubos, vacinas, complementos minerais, etc.) e a disponibilização de novas tecnologias (inseminação, manejo das pastagens, suplementação mineral, etc.). Ao longo desse período, assistiu-se à expansão e modernização da rizicultura irrigada (novas variedades, motomecanização, novos insumos, etc.), à introdução de novas lavouras (especialmente o cultivo da soja com o advento do plantio direto e dos transgênicos) e atividades agrícolas (especialmente o reflorestamento em grandes áreas com espécies florestais exóticas). Por fim, constata-se a implementação de assentamentos de reforma agrária em áreas de estabelecimentos agrícolas de pecuária extensiva em decadência.

Evolução e diferenciação dos sistemas agrários na região de Florestas

A reconstituição da evolução e da diferenciação dos sistemas agrários da região de Florestas, no Rio Grande do Sul, evidenciou a existência de quatro grandes sistemas agrários, que se sucederam desde o período pré-colombiano até os dias atuais.

O primeiro sistema agrário identificado – **Sistema Agrário Indígena** – apresenta características semelhantes às descritas anteriormente para a região de Campos. No entanto, constata-se a existência concomitante, mas não necessariamente sobreposta, do **Sistema Agrário Caboclo**. Com efeito, algumas regiões de Florestas foram colonizadas de maneira espontânea por indivíduos de origem luso-brasileira/mestiços. Muitas vezes estabelecendo laços próximos com as populações indígenas locais, essas populações implantaram um modo de exploração da natureza baseado na agricultura (com o sistema de derrubada-queimada) e na coleta/caça. Embora essas atividades fossem essencialmente para assegurar o autoconsumo, essas populações mantiveram vínculos com o mercado (erva-mate, alguns excedentes agrícolas, etc.).

O segundo sistema agrário – **Sistema Agrário Colonial Inicial** – teve sua origem no processo de colonização das áreas de florestas por parte de colonos europeus, principalmente alemães (a partir de 1824) e italianos (a partir de 1875). Esse sistema agrário compreende a fase inicial do processo de colonização, nitidamente marcado pela implantação dos estabelecimentos agrícolas em pequenas glebas. As áreas agrícolas atribuídas aos colonos variavam entre 77 hectares (para as primeiras colônias alemãs) e 25 hectares (para as colônias italianas). Realizando inicialmente a agricultura com o sistema de derrubada-queimada, esses colonos não tardaram a implantar, ao menos parcialmente, sistemas de cultivo com tração animal leve. Grande parte da produção era destinada ao autoconsumo, e apenas poucos excedentes agrícolas ao mercado.

O terceiro sistema agrário – **Sistema Agrário Colonial Contemporâneo** – corresponde ao período de estabilização e de crise do modelo colonial. Esse período foi marcado pela ampliação da produção de excedentes agrícolas (em especial de suínos, derivados de leite, produtos coloniais diversos, etc.) e de uma maior inserção no mercado. No entanto, a limitação das superfícies agrícolas disponíveis e o aumento da população acarretaram uma crise no sistema de cultivo com tração animal leve. Essa crise levou a um processo contínuo e intenso de êxodo rural (“enxameamento”) dos agricultores e de seus descendentes para novas regiões de colonização, tanto no Rio Grande do Sul (as colônias “novas”) como também em outros estados (Santa Catarina, Paraná e Centro-Oeste do Brasil).

O quarto e último sistema agrário – **Sistema Agrário Contemporâneo Atual** – é marcado pela adoção e disseminação da Revolução Verde. As limitações e restrições para o aumento da produção agrícola são superadas com a intensificação do uso de insumos de origem industrial (agrotóxicos, adubos químicos, etc.), a motomecanização (ainda que muitas vezes parcial), a modernização das instalações (aviários e pocilgas, estufas e galpões, etc.) e a adoção de plantas e animais selecionados. Constata-se certa especialização da agricultura colonial, em especial com o advento da integração com as agroindústrias (suínos, aves, fumo, etc.). Observa-se

também o aparecimento de áreas de cultivo de grandes lavouras (sobretudo de soja e milho). Cabe salientar que esse período é fortemente marcado por uma importante diferenciação socioeconômica no âmbito da agricultura de cunho familiar. Constata-se, de um lado, a formação e consolidação de um segmento de agricultores familiares capitalizados e fortemente tecnificados e, de outro lado, segmentos consideráveis de agricultores familiares confrontados com um processo de exclusão e empobrecimento.

Particularidades e reflexões acerca da evolução e diferenciação dos sistemas agrários do RS

A reconstituição, ainda que sintética, da evolução e diferenciação dos sistemas agrários do estado do Rio Grande do Sul permitiu evidenciar uma série de situações e particularidades. Essas particularidades e situações, em uma análise geograficamente fragmentada ou englobando períodos históricos restritos, teriam, indubitavelmente, menor visibilidade e reduziram a nossa capacidade de percepção e apreensão dessa realidade agrária.

Primeiramente, a análise mais acurada das particularidades da evolução e diferenciação dos sistemas agrários entre a região de Florestas e a região de Campos revela processos diferenciados em cada uma das linhas de evolução. Fortemente marcadas pelas condições edafoclimáticas e ambientais que caracterizam cada uma dessas regiões, constata-se a existência de particularidades e especificidades em cada uma dessas linhas de evolução e diferenciação dos sistemas agrários. Somente a partir da década de 1960, com a generalização dos princípios da Revolução Verde no meio rural, pode-se constatar uma importante aproximação entre essas duas linhas de evolução.

A região de Campos, incorporada ao espaço socioeconômico brasileiro no século XVII, tem o seu espaço agrário fortemente marcado por uma elevada concentração fundiária e pela utilização de modos de exploração da natureza extensivos (como, por exemplo, a criação de gado bovino de

corde a campo). Mesmo a introdução e o desenvolvimento de atividades agrícolas intensivas em capital, como o caso do cultivo de arroz irrigado, a fruticultura e mesmo a implantação de algumas colônias agrícolas e mais recentemente assentamentos de reforma agrária, não permitiram uma alteração significativa dessa situação. O caso do arroz irrigado é, nesse sentido, exemplar. Apesar de demandar consideráveis investimentos em capital e em tecnologia e proporcionar rendimentos agrícolas elevados, essa atividade permanece dependente dos detentores do recurso fundiário. De maneira geral, os proprietários das áreas de várzea impõem um elevado custo de arrendamento aos agricultores interessados em realizar o cultivo do arroz irrigado [96]. Em decorrência dessa situação, parte considerável da riqueza produzida pelo cultivo do arroz irrigado é inexoravelmente transferida para agentes econômicos distantes da zona de produção e empregado em outros fins (imobiliário, serviços, especulação financeira, etc.). Nesse sentido, o incentivo ao reflorestamento com espécies exóticas nessa região parece trilhar o mesmo caminho da produção de arroz irrigado, pois as bases econômicas e, sobretudo, a distribuição da riqueza produzida persiste concentrada no setor industrial e nas mãos dos detentores da terra. Destaca-se, ainda, que essa atividade econômica beneficia agentes econômicos externos ou de fraca inserção local/regional, em detrimento dos agentes econômicos locais (agricultores, setor de serviços, municipalidades, etc.).

Em contrapartida, constata-se na região de Florestas, de colonização mais recente, a existência de uma estrutura agrária baseada na pequena propriedade e na utilização de mão de obra de cunho familiar. A colonização desse espaço agrário, realizado de maneira progressiva e contínua a partir do século XIX, ocorreu inicialmente em áreas florestais mais próximas dos centros urbanos e dos meios de transporte existentes. Progressivamente,

[96] Segundo o Instituto Rio Grandense do Arroz (IRGA, 2006), aproximadamente 66% da área cultivada em arroz irrigado no estado do Rio Grande do Sul é submetida a alguma forma de contrato de arrendamento capitalista. Os custos de arrendamento são variáveis, mas em média se elevam a 28% da produção total de arroz.

a colonização adentrará as regiões florestais mais distantes, em um processo de colonização agrária realizado por imigrantes europeus, em um primeiro momento, e, em um segundo momento, pelos descendentes dos colonos inicialmente instalados. A imigração de jovens agricultores descendentes dos primeiros imigrantes instalados nas primeiras colônias agrícolas em solo gaúcho (as chamadas “colônias velhas”) em direção às terras florestais é de longa data um fenômeno conhecido e inúmeras vezes descrito e analisado pela literatura em geral (nesse sentido, ver WAIBEL, 1949, e ROCHE, 1969). Esse fenômeno, também chamado de “enxameamento” da agricultura familiar propiciou a colonização de amplas áreas florestais do estado do Rio Grande do Sul e mesmo de outros estados do sul do Brasil (Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso, etc.), em um movimento migratório de grande amplitude. No bojo desse enorme fluxo migratório e de colonização agrária, constata-se a implantação de sociedades agrárias baseadas na agricultura familiar, no policultivo e na utilização intensiva dos meios de produção.

Mas o esgotamento dessa frente pioneira de colonização (seja pela rarefação das terras florestais, seja pelo distanciamento da frente pioneira), ao que se acrescentará um processo de capitalização de parte dos agricultores familiares locais, acarretará, a partir de 1960/1970, um segundo movimento de expansão dessa agricultura familiar ainda relativamente pouco conhecido e descrito. Essa expansão ocorrerá pela incorporação progressiva de terras agrícolas em áreas de campo (em especial localizados sobre solos profundos, argilosos e bem drenados, tipo *Latossolos*), ocupadas de longa data por fazendeiros criadores de gado bovino e ovino de forma extensiva. Cabe salientar que esse processo somente poderá ocorrer com a generalização dos princípios da Revolução Verde e de políticas públicas federais (crédito agrícola subsidiado, extensão rural, infraestrutura, etc.). Por causas diversas, tanto a agricultura de cunho familiar implantada nas áreas de Floresta como a pecuária de corte realizada por fazendeiros na área de Campo estavam confrontadas, de longa data, com uma limitação de suas atividades produtivas em decorrência do

esgotamento da fertilidade natural dos solos. Em um primeiro momento e por razões de ordem macroeconômica e de política interna brasileira, a disponibilização da tecnologia e de meios de produção necessários à adoção da Revolução Verde será fortemente direcionada aos setores da agricultura envolvidos na produção de grãos e *commodities*. Esse direcionamento da política pública permitirá aos agricultores familiares, em um primeiro momento, adotarem os processos de produção propostos no quadro da Revolução Verde e, em um segundo momento, iniciar a expansão de suas atividades produtivas em áreas de Campo, arrendando ou mesmo progressivamente adquirindo áreas agrícolas pertencentes aos fazendeiros e criadores de gado. Esse fenômeno, particularmente intenso no planalto do estado do Rio Grande do Sul, modificará profundamente, do ponto de vista fundiário, econômico, ambiental e mesmo sociopolítico, parte considerável do espaço agrário gaúcho.

Mas esse mesmo processo de expansão da agricultura familiar é marcado por um importante paradoxo. Paradoxo este decorrente do fato de que essa mesma Revolução Verde que permitirá aos agricultores familiares expandirem suas atividades e implementarem lavouras de grãos em grande escala será a causa, posteriormente, do êxodo rural e desaparecimento de grande parte desses estabelecimentos familiares. Com efeito, parte significativa desses agricultores se encontrarão impossibilitados de dar continuidade ao processo de capitalização e acumulação exigido, indispensável diante da hegemonia crescente de um contexto agrícola dominado pelo produtivismo agrícola e pela constante necessidade de modernização das práticas agrícolas. O êxodo rural e o desaparecimento de inúmeras unidades de produção agrícola familiares, em especial entre as décadas de 1970 e 2000, acompanhados por um processo de expansão das áreas de lavouras de grãos e de intensificação dos processos produtivos em um número reduzido de unidades de produção agrícolas, marcam indubitavelmente esse período.

Outro fenômeno social, mais recente e também ainda em curso, consiste na expansão da área cultivada pelos agricultores patronais “gran-

jeiros” (antigos agricultores familiares que tiveram sucesso na expansão de suas atividades, tanto do ponto de vista fundiário como de tecnologia), em direção às áreas de campo. Esse processo ocorre principalmente em áreas de campo com limitações de uso agrícola, em especial na chamada Campanha, no sul e oeste do estado do Rio Grande do Sul [97]. Essas áreas, submetidas a um déficit pluviométrico no verão e dispendo de solos rasos e pedregosos ou argilosos e mal drenados, eram até então utilizadas para a criação extensiva de bovinos ou mesmo para o reflorestamento de espécies exóticas. Diante da baixa rentabilidade dessas atividades, essas áreas de campo estão sendo incorporadas, via arrendamento ou mesmo por compra, por agricultores patronais “granjeiros”, com a finalidade de implantar grandes áreas de lavouras (em especial de milho e soja). No entanto, cabe ressaltar que, mais uma vez, esse processo de expansão da agricultura somente pode ser realizado a partir da disponibilização de técnicas e meios de produção decorrentes da chamada Revolução Verde (irrigação, transgênicos, agrotóxicos específicos, etc.). Muitas vezes situadas a centenas de quilômetros de distância das sedes de seus estabelecimentos agrícolas, essa estratégia desenvolvida pelos agricultores “granjeiros” permite aumentar a escala de produção, reduzindo os custos fixos, além de uma diversificação das atividades produtivas. Do ponto de vista ambiental, essa expansão das áreas de cultivo de grãos em direção às regiões até então ocupadas pelo campo nativo apresenta um importante risco à manutenção e preservação do bioma Campo no estado do Rio Grande do Sul.

[97] Apesar de não ser o foco deste texto, o desenvolvimento socioeconômico em áreas de colonização agrícola é tema de intenso e profícuo debate e estudo nas ciências sociais, agrárias e aplicadas. Ressalta-se que, além dos dois fenômenos de expansão da agricultura já descritos, em parte dessas regiões constata-se um importante desenvolvimento industrial, fruto, sem dúvida, da produção e distribuição de riqueza propiciada pela agricultura familiar local. Em outras regiões de colonização recente, em especial em áreas de difícil acesso ou com disponibilidade de terras agrícolas com limitações de uso (solos rasos, baixa fertilidade natural, etc.), essa agricultura colonial não obteve sucesso nesse processo de acumulação e desenvolvimento econômico, não ultrapassando uma simples capacidade de reprodução social e não permitindo em grande escala um processo de acumulação e distribuição de riqueza.

Assim, a reconstituição da evolução e diferenciação dos sistemas agrários do Rio Grande do Sul, ao privilegiar uma aproximação macrorregional, permitiu colocar em evidência e, em certa medida, compreender os principais elementos do processo histórico de desenvolvimento socioeconômico e ambiental desse espaço agrário. Ao delimitar as diferentes paisagens agrárias e suas respectivas dinâmicas socioeconômicas e produtivas, podem-se visualizar as diferentes situações e modificações ocorridas ou em curso nesse território. Igualmente, esse procedimento permitiu vislumbrar cenários e perspectivas que podem orientar políticas e ações públicas para as diferentes realidades do espaço agrário gaúcho.

Referências

ANAMA/PGDR. *Diagnóstico socioeconômico e ambiental do município de Maquiné / RS*. Porto Alegre: PROPESq/UFRGS, 2000. Disponível em: <<http://www6.ufrgs.br/pgdr/arquivos/523.pdf>>.

ANDREATTA, T. *Febre aftosa no Rio Grande do Sul no ano de 2000: uma análise das transformações ocorridas nos sistemas de produção dos agricultores produtores de leite de Jóia*. 2003. Dissertação (Mestrado) –Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

ANDREATTA, T.; BEROLDT, L.; WANDSCHEER, E. A. R.; MIGUEL, L. de A. Origens da formação agrária sul-rio-grandense no contexto brasileiro. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 47., 2009, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre, 2009. CD-ROM. Disponível em: <<http://www6.ufrgs.br/pgdr/arquivos/678.pdf>>.

BERNARDES, N. *Bases geográficas do povoamento do estado do Rio Grande do Sul*. Ijuí: Ed. da Unijuí, 1997.

BEROLDT, L.; GRISEL, P.-N.; SCHMITZ, J.A.K. Evolução e diferenciação da agricultura no Vale do Taquari: um estudo comparado de dois sistemas agrários. In: MENASCHE, R. *A agricultura familiar à mesa: saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007. p. 11-42.

COCHET, H. *L'agriculture comparée*. Paris: Éditions Quae, 2011.

CONTI, I. L.; MIGUEL, L. A. Evolução e diferenciação dos sistemas agrários na bacia do Rio Buricá, região noroeste do Rio Grande do Sul. In: CONTI, D. T.; CONTI, I. L. *Horizontalina: caminhos cruzados na agricultura e migração*. Ijuí: Editora Unijuí, 2014. p. 15-49.

COTRIM, M. S. *“Pecuaría Familiar” na região da “Serra do Sudeste” do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a origem e a situação socioagroeconômica do “pecuarista familiar” no município de Canguçu/RS*. 2003. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

FERNANDES, V. D. *O pecuarista familiar na campanha rio-grandense (Santana do Livramento/RS)*. 2012. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

FERNANDEZ, S. M. A *trajetória do fumo em Sobradinho/RS: da diversificação à especialização dos sistemas produtivos*. 2010. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

FERREIRA, J. R. C. *Evolução e diferenciação dos sistemas agrários do município de Camaquã/RS: uma análise da agricultura e suas perspectivas de desenvolvimento*. 2001. Dissertação (Mestrado) – Curso de Pós-Graduação em Economia Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

FIALHO, M. A. V. *Agricultura familiar e as rendas não-agrícolas na região metropolitana de Porto Alegre: um estudo de caso dos municípios de Dois Irmãos e Ivoti/RS*. 2000. Dissertação (Mestrado) – Curso de Pós-Graduação em Economia Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

FRITZ FILHO, L. F. *Análise das trajetórias das unidades de produção agrícolas do município de Passo Fundo/RS*. 2009. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

IBGE. *Censo Agropecuário 2006*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2006.

IRGA. *Censo da Lavoura de Arroz Irrigado do Rio Grande do Sul – Safra 2004/05*. Porto Alegre: Instituto Rio Grandense do Arroz, 2006. Disponível em: <www.irga.rs.gov.br>.

KERN, A. A. *Antecedentes indígenas*. 2. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1998.

KRAEMER, M. F. E. *Agricultura e estratégias de reprodução socioeconômica no Quilombo do Morro Alto – Maquiné/RS: cenários de desenvolvimento local através da análise de sistemas agrários*. 2012. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

MACHADO, R. T. *Análise socioeconômica e perspectivas de desenvolvimento para os produtores de leite do município de Crissiumal/RS*. 2001. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. *História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea*. Brasília; São Paulo: Nead/MDA; Ed. Unesp, 2010.

MIGUEL, L. A. Origem e evolução dos sistemas agrários no Rio Grande do Sul. In: MIGUEL, L. A. (Org.). *Dinâmica e diferenciação de sistemas agrários*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009. p. 133-147. (Série EAD/UFRGS).

MIGUEL, L. A.; MAZOYER, M.; ROUDART, L. Abordagem sistêmica e sistemas agrários. In: MIGUEL, L. A. (Org.). *Dinâmica e diferenciação de sistemas agrários*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009. p. 11-38. (Série EAD/ UFRGS).

MOURA, L. G. V. *Indicadores para a avaliação da sustentabilidade em sistemas de produção da agricultura familiar: o caso dos fumicultores de Agudo/RS*. 2002. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

NESKE, M. Z. *Estilos de agricultura e dinâmicas locais de desenvolvimento rural: o caso da pecuária familiar no Território Alto Camaquã do Rio Grande do Sul*. 2012. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

OSÓRIO, H. *O império português ao sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2007.

OVERBECK, G. E. et al. Os campos sulinos: um bioma negligenciado. In:

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. *Campos Sulinos*. Brasília: MMA, 2009.

PESAVENTO, S. J. *História do Rio Grande do Sul*. 7. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994.

RAMBO, B. *A fisionomia do Rio Grande do Sul*. 2. ed. Porto Alegre: Selbach, 1956.

ROCHE, J. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. Globo, 1969. 2. v.

RÜCKERT, A. A. *A trajetória da terra: ocupação e colonização do centro-norte do Rio Grande do Sul*. 1. ed. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 1997.

SCHMITZ, P. I. (Org.). *Pré-história do Rio Grande do Sul*. 2. ed. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas/Unisinos, 2006.

SILVA NETO, B.; BASSO, D. (Org.). *Sistemas agrários do Rio Grande do Sul: análise e recomendações de políticas*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.

Suertegaray, D. M. A. Espaço geográfico uno múltiplo. In: SUERTEGARAY, D. M. A.; BASSO, L. A.; VERDUM, R. *Ambiente e lugar no urbano*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000. p. 13-34.

SUERTEGARAY, D. M. A.; GUASSELLI, L. Paisagens (imagens e representações) do Rio Grande do Sul. In: VERDUM, R.; BASSO, L. A.; SUERTEGARAY, D. M. A. *Rio Grande do Sul: paisagens e territórios em transformação*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004. p. 27-38.

TESCHE, R. W. *As relações de reciprocidade e redes de cooperação no desempenho socioeconômico da agricultura familiar: o caso dos produtores de leite do município de Sete de Setembro/RS*. 2008. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

VIEIRA-DA-SILVA, C. *A (in)visibilidade de uma atividade praticada por muitos: o extrativismo e os canais de comercialização de pinhão em São Francisco de Paula, RS*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

WAIBEL, L. Princípios da colonização europeia no sul do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, ano 11, n.º2, p. 159-217, 1949.

ZARTH, P. A. *História agrária do Planalto Gaúcho*. 1. ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 1997..

CAPÍTULO 17

Avaliar os efeitos de mudanças de práticas agrícolas na criação de riqueza nacional e empregos: *O caso dos sistemas bovinos leiteiros à pasto do Bocage da região da Vendée*

NADÈGE GARAMBOIS ⁹⁸

Durante vários anos, foram implementados no oeste da França, no âmbito de associações de produtores (Cedapa⁹⁹, Civam¹⁰⁰, etc.), sistemas de produção bovina à pasto, denominados como *herbagiers* em francês, amplamente apoiados em pastagens temporárias com a associação de gramíneas-leguminosas. Os criadores realizaram profundas modificações em seus sistemas de produção, cuja eficiência reside na sutil adaptação às condições edafoclimáticas, que conduziram à emergência de sistemas mais autônomos, mais econômicos e respeitosos do meio ambiente (ALARD et al., 2002; JOURNET, 2003; CIVAM e RAD, 2001). A partir do exemplo dos sistemas desenvolvidos na região da Bretagne (POCHON, 1981), criadores da região do Bocage da Vendée – pequena região agrícola do Centro-Oeste que abrange vários cantões do Departamento da

⁹⁸ Professor na UFR Agriculture Comparée et développement agricole / UMR Prodig – AgroParisTech (França).

⁹⁹ Centro de Estudos para um Desenvolvimento Agrícola mais Autônomo.

¹⁰⁰ Centros de Iniciativa para Valorizar a Agricultura e o Meio Rural.

Loire Atlantique, da Vendée e de Deux Sèvres – implantaram sistemas bovinos à pasto, em condições climáticas *a priori* menos favoráveis à condução dos rebanhos e as pastagens, devido a temperaturas estivais às vezes excessivas que tornam mais lento o crescimento das pastagens (BRUNSCHWIG et al., 2001).

Um diagnóstico agrário (MAZOYER e ROUDART, 1997; DUFUMIER, 1996; COCHET et al., 2007) prévio, baseado em um trabalho de campo aprofundado e em entrevistas detalhadas junto aos agricultores, permitiu primeiramente a identificação dos diferentes sistemas de produção bovina à pasto e os sistemas intensivos na região (DEVIENCE e WYBRECHT, 2002; DUFUMIER e BERGERET, 2002), a compreensão de seu funcionamento técnico e, a partir desse funcionamento, a modelização e a comparação de seus resultados econômicos.

A implementação desses sistemas à pasto traduziu-se por profundas modificações nas produções e nos gastos em consumos intermédios e capital fixo das explorações. A pesquisa realizada (GARAMBOIS, 2011) dedicou-se à avaliação da rentabilidade desses sistemas do ponto de vista dos criadores, bem como ao impacto econômico de seu desenvolvimento sobre os outros agentes econômicos implicados, de modo a determinar se esses sistemas trazem benefícios ou não ao conjunto da coletividade.

Da implementação de sistemas à pasto que beneficiam os criadores a avaliação do ponto de vista da coletividade

O diagnóstico agrário revelou que os sistemas a pasto implementados na região do Bocage da Vendée proporcionam atualmente elevados valores agregados líquidos¹⁰¹ por hectare e por trabalhador, asseguram, em áreas menores, renda por trabalhador igual ou superior à renda de outros sistemas de produção bovina da região, além de reduzir o tempo de

¹⁰¹ O valor agregado líquido – VAL (valeur ajoutée nette – VAN, em francês) é utilizado aqui em sua forma econômica (VAL = Produtos – Consumo intermediário – Consumos anuais médios de capital fixo) e não contábil.

trabalho dos criadores (GARAMBOIS, 2011; GARAMBOIS e DEVIENNE, 2012 e 2013). As performances econômicas desses sistemas baseiam-se em importantes economias, tanto no nível dos insumos quanto em consumos de capital fixo, dado esses sistemas requererem um nível de equipamento mais reduzido e menos utilizado. Assim, a despeito de uma produção inferior em volume por hectare e por trabalhador, os sistemas bovinos à pasto permitem produzir um alto valor agregado por hectare e por trabalhador e, por conseguinte, preservar um maior número de empregos agrícolas.

Métodos de avaliação das práticas agrícolas foram desenvolvidos na França recentemente, focados em uma avaliação da sustentabilidade dos sistemas de produção. Esses métodos baseiam-se em uma abordagem multicritério e na classificação das diversas explorações em uma escala de notação, após agregar resultados provindos de vários indicadores econômicos, sociais e ambientais. A análise, situada geralmente na escala da exploração agrícola, não considera quantitativamente os efeitos econômicos desses sistemas no âmbito territorial (BARBIER e LOPEZ, 2010).

A segunda fase do trabalho de pesquisa visava, além da explicitação da eficiência econômica desses sistemas à pasto do ponto de vista dos agricultores, avaliar o interesse, do ponto de vista da coletividade, no desenvolvimento de sistemas de produções menos consumidores de bens e de serviços e menos produtivos em termos de volume de produção agrícola por unidade de superfície e por trabalhador. Situação na contramão do modo de desenvolvimento agrícola preponderante na região, baseado na adoção de um equipamento cada vez mais eficiente e no aumento do volume de produção por trabalhador agrícola. Assim objetivava-se compreender qual era o impacto de um desenvolvimento agrícola que *a priori* gerava menos atividade econômica a montante como a jusante das explorações agrícolas.

Métodos de avaliação – prospectiva (*ex-ante*) ou retrospectiva (*ex-post*) – próprios aos projetos de desenvolvimento agrícola e rural foram desenvol-

vidos durante várias décadas, de modo a adequar os projetos aos objetivos iniciais e ao contexto de sua implementação. Elaborados notadamente no âmbito de instituições (GITTINGER, 1985; BRIDIER e MICHAÏLOF, 1995; NGUYEN e BLOOM, 2006; BAMBERGER, 2006), de órgãos de pesquisa como a Sedes¹⁰² (CHERVEL e LE GALL, 1976; DANIEL et al., 1979), do Commissariado Geral de Planejamento (CHERVEL, 1982) e de atividades de pesquisa e de ensino (DUFUMIER, 1996; DELARUE, 2007), esses métodos foram concebidos inicialmente para avaliar os numerosos projetos conduzidos nos países em desenvolvimento, mas foram usados também na França (CHERVEL, 1984; CHERVEL e LE GALL, 1984; DURUFLÉ, 1984; MOULIGNAT, 1984). Eles revelaram-se perfeitamente adaptados ao tipo de avaliação proposto no âmbito desta pesquisa. A elaboração desses sistemas à pasto inovadores, realizada durante vários anos por um pequeno número de agricultores da região do Bocage da Vendée, em um perímetro geográfico restrito, assemelha-se a um projeto de desenvolvimento agrícola com objetivos econômicos, sociais e ambientais preestabelecidos, dentre os quais a manutenção da renda agrícola com uma ampliação moderada da exploração, a redução da carga de trabalho, a mitigação dos efeitos danosos das práticas agrícolas sobre o meio ambiente (JOUIN, 1999).

Objetivos e princípios da avaliação econômica do ponto de vista da coletividade

A avaliação econômica *ex-post* de um projeto de desenvolvimento agrícola tem como objetivo comparar as vantagens e inconvenientes de sua implementação para o conjunto da sociedade (DUFUMIER, 1996). Trata-se de mensurar o impacto do projeto levando em consideração não apenas os efeitos sobre os atores diretamente implicados, os agricultores, mas também sobre aqueles indiretamente envolvidos à montante (modificação no abastecimento de bens e serviços vinculada à alteração dos sistemas

¹⁰² Sociedade de Estudos para o Desenvolvimento Econômico e Social.

de produção) e à jusante (no âmbito dos setores de transformação). O objetivo consiste em medir a contribuição do projeto em termos de criação (ou de diminuição) de valor agregado e de renda: as “vantagens” econômicas do projeto para a coletividade são medidas pelo valor das produções finais, enquanto as “desvantagens” são mensuradas pelo valor do conjunto dos custos provocados diretamente ou indiretamente (custos a montante e a jusante) pelo projeto.

A mensuração dos efeitos específicos deste projeto torna-se possível por meio da comparação entre um cenário com projeto (cenário com sistemas de produção de bovinos à pasto), baseado nas evoluções técnicas e estruturais reais dessas explorações, de 1999 a 2009, e um cenário sem projeto (cenário de referência, ou seja, com sistemas de produção intensivos), que descreve a evolução mais provável dessas explorações nesse mesmo período sem a adoção do sistema a pasto. Esse cenário de referência foi estabelecido com base no diagnóstico realizado previamente, o que permitiu revelar a dinâmica de evolução das explorações agrícolas e dos sistemas de produção na região, ao longo dos últimos cinquenta anos. Logo, o impacto do projeto é medido por meio do cálculo da diferença entre os dois cenários, na criação de valor agregado e de renda.

Esse procedimento de avaliação econômica pode ser efetuado em diferentes escalas: territórios, departamento, região, nação. No âmbito do presente projeto, optou-se pela coletividade nacional, pois numerosos atores econômicos implicados indiretamente pela mudança de prática dos agricultores estão situados fora da região do Bocage da Vendée. A avaliação é estabelecida por meio da medida da contribuição do projeto ao incremento da renda nacional líquida e à nova distribuição de renda, em escala nacional, entre categorias de atores econômicos.

Para a coletividade, o objetivo principal pode ser o aumento da renda nacional (GITTINGER, 1985), mas também a modificação da distribuição de renda, a redução do desemprego, a proteção do meio ambiente, etc. (DUFUMIER, 1996).

A avaliação econômica foi conduzida com dois tipos de métodos existentes, que permitem uma avaliação complementar dos projetos.

O método de avaliação relativo aos preços de referência interessa-se pela medida das vantagens e dos custos ligados ao projeto para o conjunto da coletividade. Esse método substitui o sistema de preços de mercado por um sistema de preço teórico, capaz de refletir com mais precisão para a coletividade o custo econômico do emprego de alguns recursos e o valor econômico dos bens e serviços produzidos (GITTINGER, 1985; BRIDIER e MICHAÏLOV, 1995; DUFUMIER, 1996; COCHET et al., 2009). Assim, são eliminadas as transferências internas à coletividade (taxas, impostos, custos financeiros, subsídios) que afetam a redistribuição de renda, mas que não representam um benefício ou uma perda para a coletividade global. Um investimento em determinado equipamento representa um custo menos importante para a coletividade se esse investimento for feito por uma empresa implantada no território nacional, que utilize mão de obra e materiais nacionais, do que se for importado. Pelo contrário, alguns recursos mobilizados pelo projeto (mão de obra, terras, água, capital, divisas) podem, dada sua raridade relativa, ter um custo elevado para a coletividade, que não reflete o preço de mercado, pois sua alocação no projeto pode acarretar em uma perda de produção para a coletividade. Assim, o preço de referência desse recurso é medido por seu custo de oportunidade, equivalente ao valor líquido das produções perdidas.

Coefficientes de correção são aplicados aos preços de mercado para se obter o preço de referência. A produção de bens e de serviços suplementares traduz-se geralmente por um incremento das exportações ou uma redução das importações dessas produções finais¹⁰³. A lógica é a mesma para quando os bens e serviços consumidos são diretamente

¹⁰³ O termo “produções finais” indica o fato de que se contabiliza o conjunto da coleta e/ou transformações dos produtos agrícolas brutos produzidos pelas explorações agrícolas no âmbito da coletividade; logo, contabiliza-se o conjunto dos valores agregados produzidos ao longo de toda a cadeia; o valor FOB ou CAF aplica-se a essas produções finais, e os custos

importados ou exportados. Em ambos os casos, o preço de referência é medido considerando os custos aproximativos de transporte, pelo preço na fronteira (FOB para as exportações ou CAF para as importações). Se os bens e serviços produzidos forem gerados pela coleta e/ou uma transformação dos produtos agrícolas brutos por empresas nacionais (custos indiretos a jusante) ou se os bens e serviços mobilizados forem fornecidos por empresas nacionais (custos indiretos a montante), o custo para a coletividade é calculado pela decomposição do custo de produção em postos elementares (consumo de bens e de serviços, mão de obra, energia, impostos e taxas, renda fundiária, etc.). Nessa decomposição, cada posto é considerado em função dos mesmos princípios, discriminando notadamente o consumo de bens importados e de bens produzidos no âmbito nacional, para os quais se aplicarão novamente a mesma decomposição, os recursos mobilizados com custos de oportunidade atribuídos, as transferências internas, etc., para determinar se ele representa um custo para a coletividade e a que preço de referência ele pode ser avaliado. Caso seja necessário desenvolver as capacidades industriais existentes para atender às necessidades do projeto, esse investimento será avaliado como um componente indispensável ao projeto, e seu custo para a coletividade avaliado segundo os mesmos princípios.

A decomposição dos custos de produção dos diferentes bens consumidos, coletados e transformados foi estabelecida com base em duas dezenas de entrevistas detalhadas realizadas junto a fornecedores e empresas de coleta e/ou transformação, implantados na região do Bocage da Vendée e, para despesas menores, a partir da planilha de encargos estabelecida por setor pelo Instituto Nacional de Estatística e Estudos Econômicos (Insee).

Os valores corrigidos pelos preços de referência das produções finais e do consumo de bens e serviços permitem calcular, em moeda corrente,

indiretos a jusante serão contabilizados com relação aos preços de referência para o cálculo da diferença de valores agregados.

as diferenças anuais de valor agregado líquido entre os cenários “à pasto” e “referência” ao longo do período de avaliação do projeto, de 1990 a 2009. Após a conversão em moeda constante, a somatória das diferenças anuais de valor agregado líquido (ao qual podemos acrescentar, ao fim do projeto, o valor residual das imobilizações em capital fixo e em rebanho) constitui o benefício líquido total, que mede a contribuição líquida do projeto ao incremento da renda nacional.

O *método dos efeitos* dedica-se, por sua vez, à evolução da distribuição de renda induzida pelo projeto, entre as diferentes categorias de agentes econômicos implicados. A avaliação é feita com os preços de mercado e não mais com os preços de referência. Os valores agregados diretos e indiretos e a renda são repartidos entre as diferentes categorias de agentes econômicos, seguindo o mesmo princípio de decomposição dos custos diretos e indiretos, para cada um dos anos de funcionamento do projeto e para cada um dos cenários; a diferença de renda obtida por cada categoria de agentes econômicos entre o cenário “à pasto” e o cenário de “referência” pode ser calculada em seguida para cada ano. As diferenças anuais, convertidas em moeda constante, podem então ser adicionadas na duração total do projeto. Assim, a comparação da somatória das diferenças anuais de renda estabelecida para cada categoria revela as categorias de agentes econômicos beneficiados ou desfavorecidos pela implantação desses sistemas à pasto desde 1990.

Os resultados do diagnóstico agrário, suporte para a modelização dos cenários

O estudo está focado nas realizações dos agricultores membros do Gradel¹⁰⁴, associação fundada em 1990 por criadores de bovinos leiteiros situados na região do Bocage da Vendée e convertidas desde então em

¹⁰⁴ Grupo de Pesquisa em Agricultura Sustentável e Economia Local (Groupe de Recherche en Agriculture Durable et en Economie Locale – Gradel).

sistema à campo. O Gradel conta atualmente com 13 explorações como membros, inseridas em um processo “à pasto” baseado na implantação de pastagens temporárias que associam gramíneas e leguminosas, no incremento da proporção do pasto na alimentação do rebanho, na redução do aporte de insumos nos cultivos e na eliminação dos aportes de adubos nitrogenados sintéticos nas pastagens. Dentre elas, oito explorações modificaram profundamente seu sistema de produção, das quais duas foram retiradas da amostra da pesquisa (uma, por estar situada fora da área de estudo, e outra, por estar atualmente em processo de profunda reestruturação). Assim, a avaliação refere-se a seis explorações que ocupavam 249 ha em 1990 e atualmente estendem-se em 417 ha, e visa comparar a evolução dessas explorações para sistemas à pasto (“cenário à pasto”) com a evolução de explorações nos moldes do desenvolvimento predominante na região (“cenário de referência”).

As seis explorações escolhidas implementavam cinco sistemas de produção¹⁰⁵ diferentes em 1990, a partir dos quais foram desenvolvidos cinco sistemas de produção a pasto diferentes. A construção do “cenário à pasto” para esse grupo, que descreve e modeliza as evoluções das seis explorações e a implementação progressiva dos sistemas a pasto atuais, baseia-se em entrevistas detalhadas realizadas junto aos agricultores da amostra e na coleta de seus dados técnico-econômicos anuais entre 1990 e 2009.

Como a maior parte dos agricultores da região especializados em criação bovina leiteira, os criadores selecionados na amostra implementavam, no final da década de 1980, um sistema forrageiro baseado em pastagens temporárias de azevém inglês complementado com silagem de milho na primavera, e com base apenas nos estoques forrageiros no restante do ano (2/3 de silagem de milho e 1/3 de silagem de pasto). As forragens eram amplamente complementadas com farelos e cereais que

¹⁰⁵ Combinação de sistemas de cultivo e de sistemas de criação, implementada nas explorações caracterizadas pelo mesmo nível de equipamento e pelo mesmo padrão de superfície por trabalhador.

permitiam atingir um rendimento leiteiro anual de 7.000 a 8.000 litros por vaca. Os sistemas de produção implementados não compreendiam, geralmente, a engorda de bezerros machos, vendidos com oito dias, e o trigo produzido, muito frequentemente consumido internamente, representava menos de 20% da SAU.

Os criadores membros do Gradel implementaram progressivamente, a partir de 1990, sistemas bovinos leiteiros à pasto. Seus rebanhos pastam, desde então, em pastagens de duração mais longa, com associação de gramíneas e trevo branco, e isso durante nove meses por ano em média (de março a novembro), dos quais três ou quatro meses na primavera sem aporte suplementar de forragem armazenada. A alimentação de inverno contém apenas $\frac{1}{3}$ de silagem de milho. Os criadores encaram o período estival (em que o crescimento das pastagens é mais lento) com a realização de estoques de pasto, com a disponibilização de todas as áreas de pasto (mesmo aquelas que sofreram corte de feno ou de ensilagem na primavera) e, quando as condições climáticas são menos favoráveis, complementando a ração com feno ou silagem de gramíneas. O rendimento leiteiro anual, em função dos sistemas à pasto, situa-se entre 6.000 e 7.500 litros por vaca.

O diagnóstico agrário realizado na região previamente à avaliação permitiu evidenciar a diferenciação dos sistemas de produção da região do Bocage da Vendée desde a década de 1950, e mostrar que sistemas de produção semelhantes àqueles praticados em outras explorações da região vigoravam nas explorações que hoje estão convertidas ao sistema à pasto. Assim, é possível descrever como esses seis sistemas de produção evoluíram de um modo geral na região quando os criadores não adotaram o sistema à pasto, determinar o sistema de produção atual que lhes corresponderia mais provavelmente e modelizar essas mudanças que constituem o cenário de referência.

No oposto dos criadores à pasto, os outros produtores leiteiros da região do Bocage da Vendée aumentaram a proporção de silagem de

milho na alimentação (geralmente $\frac{3}{4}$ de silagem de milho e $\frac{1}{4}$ de silagem de pasto durante nove dos doze meses), bem como as quantidades de complementos. O incremento da densidade energética da ração fornecida ao rebanho foi seguido do aumento do potencial de rendimento leiteiro que atinge atualmente 8.000 a 9.000 litros por vaca. O pasto de primavera foi mantido e continua tendo como base pastagens temporárias de azevém inglês. A engorda de bezerros machos em novilhos com base na silagem de milho foi desenvolvida ao longo da década de 1990 nas explorações em que os criadores dispunham de menos de 50 ha por trabalhador. Essa proporção maior de silagem de milho na alimentação fez com que a maior parte das explorações leiteiras dessa região do Bocage da Vendée se equipasse com sistemas de irrigação no decorrer da década de 1990. Em função do sistema de produção de bovino leiteiro implementado, a proporção de parcelas cultivadas com trigo alcança 30 a 50% da Superfície Agrícola Útil (SAU), dos quais menos da metade é consumida internamente.

Essas mudanças técnicas divergentes foram seguidas por mudanças estruturais diferentes. A ampliação moderada das explorações com sistemas à pasto permitiu a manutenção ou a renovação dos agricultores presentes em 1990, e até mesmo a criação de novos empregos agrícolas. Nos outros sistemas de bovinos leiteiros, a superfície agricultada por trabalhador progrediu mais rapidamente entre 1990 e 2009, ultrapassando em mais de 50% o aumento observado nos sistemas à pasto. A superfície por trabalhador em sistema à pasto atinge atualmente entre 30 e 45 ha, enquanto na maior parte dos outros sistemas bovinos leiteiros da região do Bocage da Vendée, ela atinge de 40 a 60 ha. A cessação das atividades das explorações menores, que não dispunham de renda suficiente para a instalação de um sucessor, permitiu a ampliação das atividades das explorações maiores. Assim, dentre as seis explorações selecionadas na amostra, duas não teriam sido mantidas sem a alternativa do sistema à pasto, permitindo a ampliação das quatro outras explorações ainda em atividade em 2009. No cenário de referência, os 417 ha considerados em 2009 estão distribuídos entre as quatro explorações que ocupam nove

agricultores, enquanto no “cenário à pasto” essa mesma superfície permite produzir renda suficiente para ocupar treze criadores em tempo integral, um criador em meio período, instalados em seis explorações. Assim, a lógica é aplicada na mesma superfície global nos dois cenários, de 1990 a 2009.

A caracterização dos sistemas de produção de bovinos leiteiros demonstrou que, ao dedicarem a integralidade da superfície à alimentação do rebanho, os criadores à pasto do Bocage da Vendée produzem tanto leite por hectare de SAU que a maior parte dos outros sistemas de produção da região. Ademais, desde o início da conversão para o sistema à pasto e apesar das profundas mudanças técnicas, esses produtores deram prioridade ao alcance das quotas leiteiras. A evolução semelhante da SAU explorada pelo grupo de explorações em ambos os cenários se traduz por um volume de quotas leiteiras e uma produção leiteira idênticas nos cenários à pasto e de referência (Tabela 1).

		1990	1991	1992	1994	1996	1998	2000	2002	2004	2007	2008	2009
SAU (hectares)		248	259	266	276	297	306	353	360	368	416	417	417
Quotas leite (x1000 litros)		1340	1365	1375	1395	1395	1443	1623	1628	1649	1927	1978	1992
HERBAGEIRO	Número de ativos	11	11	11	12	12	12	12	13	13	13	13	13
	Número de vacas	195	200	208	216	223	221	253	257	249	298	308	308
	Milho forrageiro	29%	25%	19%	13%	9%	8%	7%	7%	8%	9%	9%	9%
	Cereais/palhas	28%	13%	15%	12%	12%	8%	8%	10%	9%	8%	8%	8%
	Azevém italiano 18 meses	22%	25%	21%	5%	1%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
	Pastagens temporárias (G)	21%	26%	29%	29%	27%	25%	15%	6%	2%	0%	0%	0%
Pastagens temporárias (G+TB)		0%	11%	14%	38%	48%	57%	68%	74%	79%	81%	81%	83%
TESTEMUNHA	Número de ativos	11	11	10	10	10	10	10	9	9	9	9	9
	Número de vacas	195	198	187	190	184	188	207	207	207	238	241	243
	Milho forrageiro	29%	28%	26%	22%	23%	25%	24%	24%	24%	29%	29%	30%
	Cereais/palhas	28%	25%	33%	36%	36%	33%	35%	36%	37%	31%	30%	35%
	Azevém italiano 18 meses	22%	23%	21%	20%	14%	14%	14%	14%	13%	14%	14%	14%
	Pastagens temporárias (G)	21%	22%	21%	21%	23%	23%	22%	21%	21%	21%	21%	21%

Tabela 1. Evolução de alguns parâmetros das seis explorações da amostra, comuns (SAU, quotas leiteiras) ou específicos (número de trabalhadores, dimensão do rebanho, parcelas em rotação em porcentagem da SAU) no cenário à pasto e no cenário de referência.

(G): Gramínea; (G+TB): Gramínea(s) e Trevo Branco.

Os sistemas à pasto como fonte de um benefício líquido para a coletividade

Um diferencial negativo de produções agrícolas brutas e de valores agregados indiretos à jusante

No cenário à pasto, as produções agrícolas brutas e os valores agregados líquidos indiretos proporcionados nas indústrias de coleta e de transformação a jusante são mais baixos que no cenário de referência. Essa perda de receitas eleva-se, atualmente, a aproximadamente 150.000 euros por ano. E ela cresceu à medida que os volumes produzidos por hectare aumentavam no cenário de referência, e variou também sob o efeito das flutuações interanuais dos preços dos produtos agrícolas (Figura 1). Essa diferença não provém da produção de leite, que se mantém a mesma nos dois cenários. Somente o ano de 2008 constitui uma exceção, pois devido à conjuntura no mercado do leite, as indústrias leiteiras da região concederam excepcionalmente quotas maiores às explorações. Contrariamente à maior parte dos criadores bovinos leiteiros da região, os criadores à pasto fizeram a escolha de não aumentar sua produção de leite, o que explica o déficit de laticínios produzidos naquele ano. No entanto, as produções de cereais e de carne bovina apresentaram uma diminuição no cenário à pasto.

Os cereais produzidos nas explorações à pasto são integralmente consumidos internamente, enquanto no cenário de referência a parte destinada aos cultivos para venda aumenta e, em 2009, atinge 30% da SAU. A coleta e o transporte até o porto vizinho de Saint Nazaire desse trigo para alimentação animal sem beneficiamento e destinado às exportações permitem criar um valor agregado indireto suplementar, expresso em termos relativos aos preços de referência, agregado ao valor do trigo vendido pelos agricultores no cenário de referência unicamente. A produção de bovinos terminados (vacas de abate, novilhas e bois) é atualmente semelhante nos dois cenários. A taxa de descarte nos rebanhos é mais baixa em cenário à pasto e, no entanto, uma mesma produção de leite é alcançada com 30% de vacas

suplementares. Algumas explorações à pasto da amostra produzem bois, de modo a compensar a ausência de produção de novilhas de três anos, produzidas somente no cenário de referência. O cenário à pasto permite produzir mais bezerros de oito dias, mas nenhum novilho, enquanto duas das seis explorações criam seus bezerros machos até se tornarem novilhos no cenário de referência. Esses novilhos são depois transportados até algum abatedouro da região, são abatidos, acondicionados como carne embalada a vácuo e como carne moída. O valor agregado indireto criado durante a coleta e a transformação, impulsionada pela indústria da carne, desses novilhos é alta se comparada aos volumes movimentados. A parte dos salários, após decomposição completa, atinge 75% dos custos de coleta e de transformação, dos quais mais da metade remunera uma mão de obra pouco qualificada que, de outra forma, estaria desempregada e cujo custo de oportunidade do ponto de vista da coletividade é considerado quase nulo. Assim, o cenário a pasto acarreta uma redução das produções brutas bovinas e de valores agregados criados indiretamente no setor da indústria da carne a jusante.

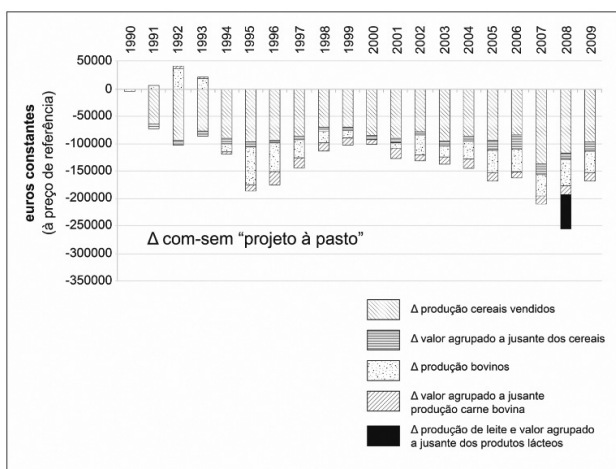


Figura 1. Registro das diferenças anuais com-sem projeto a pasto, de produções agrícolas brutas e de valores agregados indiretos a jusante, relativos aos preços de referência e em moeda constante.

Uma forte diminuição das despesas diretas ligadas aos consumos intermédios e ao equipamento

A conversão para o sistema à pasto foi seguida de uma redução crescente das despesas de 1990 a 2009, à medida que os criadores ajustaram seu sistema de produção, enquanto, no cenário de referência, a alta contínua da produção por hectare e por trabalhador nesse período resultou em um incremento do consumo intermediário e do volume de investimentos. O custo para a coletividade do consumo desses bens atinge geralmente, no mínimo, 60% do preço de mercado, devido à proporção elevada das matérias-primas e do material importado embutido no preço pago pelos agricultores. As principais economias realizadas no cenário à pasto dizem respeito a adubos e alimentos (principalmente farelos, cuja maior parte é farelo de soja no cenário de referência) e a capital fixo, notadamente tratores e colheitadeiras automotivas. Entretanto, mesmo se esses bens forem fornecidos aos agricultores por atores econômicos presentes no território, eles apresentam um componente importante de importações e representam um custo elevado para a coletividade: 88% do preço de mercado para os adubos e o farelo de soja, 90% do preço de mercado para os tratores e as colheitadeiras automotivas, material quase que exclusivamente importado. As diferenças no consumo intermédio e no capital fixo, medidos em relação aos preços de referência, cresceram continuamente entre 1990 e 2009, para atingir perto de 300.000 euros em 2009 (Figura 2).

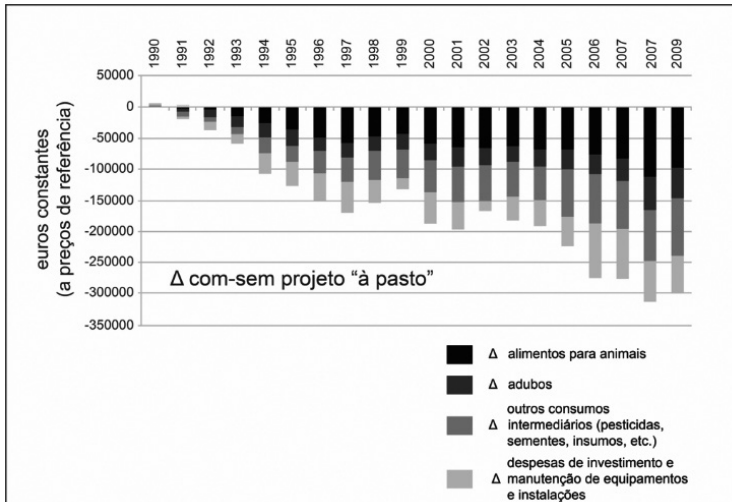


Figura 2. Registro das diferenças anuais com-sem projeto a pasto no consumo intermédio e nas despesas de investimentos diretos relativos aos preços de referência e em moeda constante.

Uma diferença de renda líquida para a coletividade amplamente positivo entre 1990 e 2009

A primeira fase de elaboração dos sistemas à pasto baseou-se, durante a primeira metade da década de 1990, na ampliação da superfície de pastagens temporárias consorciadas, na redução da superfície plantada com milho, na supressão da cultura do azevém italiano e na manutenção do rendimento leiteiro do rebanho. Uma segunda fase permitiu aperfeiçoar esses sistemas, levando a cabo a lógica de redução de custos, graças à adaptação e ao aprimoramento das consorciações implantadas nas pastagens às condições edáficas e climáticas do Bocage da Vendée, ao prolongamento da duração anual de pastagem e ao aumento da proporção de pasto na alimentação, devido ao aperfeiçoamento das técnicas de pastejo rotacionado, a uma maior redução nos aportes de insumos nos cultivos e a uma redução da complementação da ração das

vacas leiteiras, bem como a uma redução do rendimento leiteiro e a um aumento do rebanho.

Essas profundas transformações acarretaram inicialmente um custo para a coletividade, que pode ser assimilado a um custo de inovação, em um contexto em que o referencial técnico precisava ser construído inteiramente, e depois em um benefício, a partir do momento em que os sistemas à pasto foram globalmente ajustados. A instabilidade recente dos preços agrícolas possibilita testar a resiliência dos sistemas à pasto. Os preços elevados dos cereais em 2007 e 2008 não afetaram as receitas e despesas dos sistemas à pasto, por serem autônomos em cereais e não produzirem trigo para a venda. Eles provocaram, pelo contrário, uma alta das receitas no cenário de referência, em desvantagem relativa do cenário à pasto. O preço do leite em alta em 2008 impulsionou um aumento das receitas nos dois cenários, e foi mais significativo ainda no cenário de referência, em que os criadores se beneficiaram do aumento das quotas leiteiras concedido pelas centrais leiteiras. A baixa do preço do leite e dos cereais em 2009 traduziu-se por um restabelecimento, no mesmo nível de 2006, do diferencial dos valores agregados líquidos relativos aos preços de referência entre os dois cenários (Figura 3).

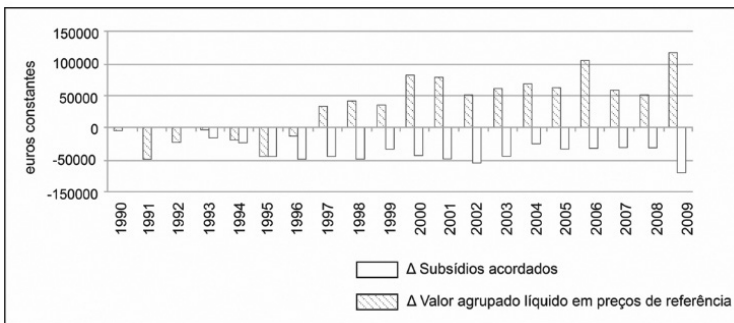


Figura 3. Registro em moeda constante dos diferenciais anuais com-sem projeto a pasto de valores agregados líquidos diretos e indiretos relativos aos preços de referência e de subsídios recebidos.

O benefício líquido acumulado para a coletividade de 1990 a 2009 eleva-se, incluindo ao final do projeto os valores residuais dos investimentos e do rebanho, a 600.000 euros. O cenário à pasto acarretou uma economia nos subsídios alocados durante todo o projeto, mesmo durante o período 2004-2008, em que as explorações à pasto foram beneficiadas com um Contrato de Agricultura Sustentável, embora os criadores já tivessem otimizado seu sistema, subsídios que poderiam certamente ter sido ainda mais úteis se tivessem acompanhado as profundas modificações implementadas pelos produtores no decorrer dos primeiros anos do projeto. A redução das transferências por meio de subsídios do Estado para os agricultores atinge um montante acumulado de 700.000 euros de 1990 a 2009 (Figura 4).

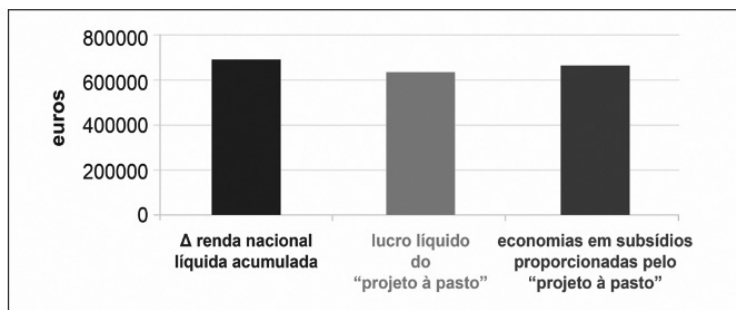


Figura 4. Diferencial com-sem projeto a pasto dos valores agregados líquidos acumulados de 1990 a 2009 relativos aos preços de referência, benefício líquido e montante acumulado das economias de subsídios possibilitadas pelo projeto a pasto.

Uma redistribuição da renda induzida pelo projeto em benefício dos agricultores e do Estado

O estudo da nova distribuição da renda induzida pelo projeto à pasto mostra que a implantação dos sistemas à pasto acarretou uma redução dos consumos diretos e indiretos importados. Os juros pagos direta e

indiretamente aos bancos e os benefícios gerados pelas empresas a montante e a jusante diminuíram; no entanto, o Estado realizou economias orçamentárias, pois a redução dos subsídios alocados foi maior que a redução das taxas diretas e indiretas recolhidas. A renda acumulada dos trabalhadores assalariados das empresas a montante e a jusante concernidas por essas mudanças de práticas diminuiu; entretanto, a importante criação de renda agrícola entre 1990 e 2009 foi maior que a redução da atividade dos trabalhadores a montante e a jusante (Figura 5).

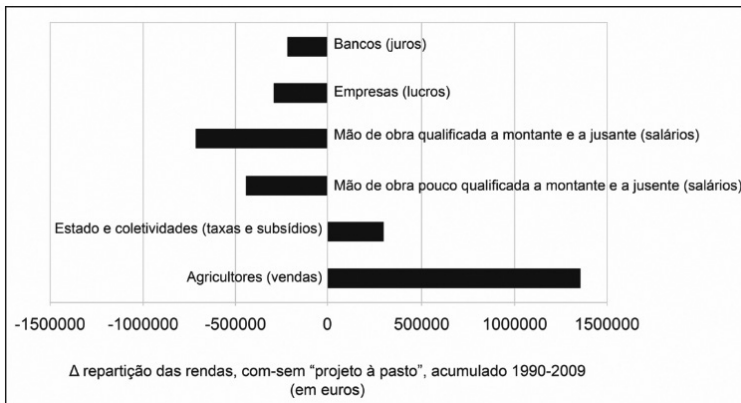


Figura 5. Diferenciais cumulados (de 1990 a 2009) com-sem projeto a pasto de renda obtida pelas diferentes categorias de agentes econômicos nacionais concernidos pelo projeto e dos consumos diretos e indiretos importados.

A renda cumulada de 1990 a 2009 leva em consideração os primeiros anos do projeto e o custo da elaboração desses sistemas. Nos resultados anuais recentes, no entanto, uma vez que os sistemas à pasto alcançaram uma relativa estabilidade, a renda agrícola criada ultrapassa amplamente as perdas de renda para os trabalhadores assalariados a montante e a jusante, mesmo quando as evoluções dos preços agrícolas são comparativamente menos favoráveis aos sistemas à pasto, como em 2007 e 2008 (Figura 6).

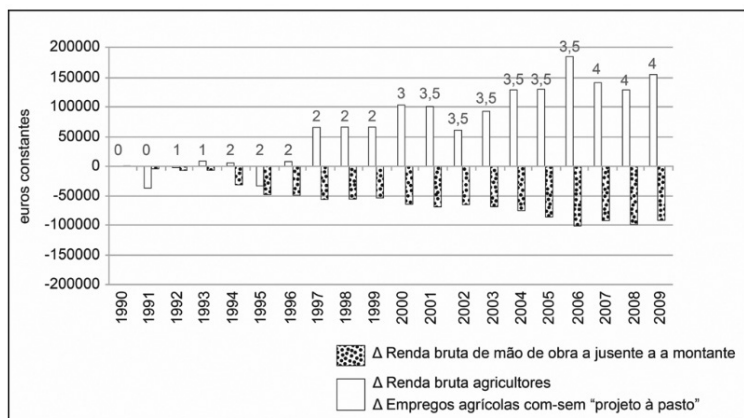


Figura 6. Diferenciais com-sem projeto a pasto da renda remuneradora do trabalho agrícola e das atividades dos setores a montante e a jusante entre 2006 e 2009.

Conclusão

Essa avaliação econômica permitiu comparar o impacto econômico de dois modos de desenvolvimento agrícola que permitiram obter um volume idêntico de produção leiteira durante o período considerado. Nos sistemas à pasto, os criadores não produzem trigo forrageiro (produção amplamente excedentária na França) e produzem menos carne bovina (produção deficitária na França); no entanto, permitem criar uma maior riqueza no território, cuja distribuição remunera melhor o trabalho e assegura economias no orçamento do Estado. A manutenção de um maior número de empregos agrícolas pode, ademais, assegurar uma maior densidade da população no meio rural e traduzir-se por efeitos induzidos na economia local.

A avaliação econômica conduzida também permite medir a redução do uso de insumos potencialmente poluentes e/ou não renováveis, acarretada pela implementação desses sistemas à pasto, já evidenciada na região da Bretanha (ALARD et al., 2002). A ampliação da superfície em

pastagens consorciadas implantadas durante mais de cinco anos e com aporte de composto nitrogenado estritamente orgânico, assim como a forte redução dos aportes de adubos e das aplicações de pesticidas nos cultivos, traduzem-se por efeitos positivos na qualidade da água, no estoque de carbono, na biodiversidade e na reconstrução e manutenção de uma paisagem do tipo “Bocage” (BÉRANGER, 2002; INSTITUT DE L'ELEVAGE, 2007).

Esses sistemas à pasto, implementados em um contexto em que o modo de atribuição das ajudas da PAC era menos favorável às áreas de pastagens que aos cultivos (INSTITUT DE L'ELEVAGE, 2007), limitam-se por enquanto a um pequeno número de explorações agrícolas da região do Bocage da Vendée. Outras associações de criadores à pasto foram criadas no Bocage da Vendée ao longo da década de 1990, e uma centena de agricultores especializados em criação bovina leiteira, criação de bezerros e criação caprina está inscrita nesse processo de prolongamento da duração do pastejo, de aumento da proporção de pastagens temporárias em rotação e de implantação das pastagens temporárias à base de trevo branco sem aporte de composto nitrogenado sintético. A difusão desses sistemas à pasto parece, no entanto, reduzida, se comparada ao número de explorações do Bocage da Vendée especializadas em criação. A análise dos sistemas a pasto desenvolvidos pelos agricultores revela, entretanto, a grande capacidade de adaptação dessa lógica de produção a condições edáficas e climáticas variadas, e ao acesso variável dos agricultores aos fatores de produção. Várias explicações da pouca difusão desses sistemas podem ser avançadas, dentre as quais a dificuldade que representa, para muitos criadores, o profundo questionamento de seu sistema de produção, na contramão das propostas mais comumente formuladas no âmbito das estruturas locais de assessoramento e vulgarização agrícola; a pequena abrangência técnica e organizacional dessas mesmas estruturas de aconselhamento junto aos grupos de criadores à pasto constituídos; ou ainda as medidas de políticas agrícolas mais favoráveis aos cultivos de

milho forrageiro (irrigado notadamente) e aos cereais fornecedores de palha que as pastagens (HUBERT et VIAUX, 2004).

No contexto atual de reforma da PAC, o desafio consiste em encontrar um meio de impulsionar o desenvolvimento dessas práticas, com base na intensificação ecológica (GRIFFON, 2010), favoráveis ao mesmo tempo ao desenvolvimento econômico nacional, ao emprego e à redução da pressão poluente das atividades agrícolas. O desafio também exige dotar-se de métodos adaptados à avaliação das mudanças complexas e sistêmicas das explorações agrícolas e adequadas para a avaliação dos efeitos dessas transformações em termos de criação de riqueza nacional e de empregos. Esses sistemas à pasto, fundamentados sobre um paradigma de desenvolvimento agrícola com base no incremento da produtividade *econômica* mais do que na produtividade *física* do trabalho, levam a reconsiderar os métodos de avaliação e os instrumentos de políticas públicas, de maneira a repensar os modos de produção agrícola em direção a uma maior sustentabilidade.

Referências

ALARD, V.; BERANGER, C.; JOURNET, M. *A la recherche d'une agriculture durable: étude de systèmes herbagers économes en Bretagne*. Paris: Inra Editions, 2002. 346 p.

BAMBERGER, M. *Conducting quality impact evaluations under budget, time and data constraints*. Washington: World Bank, 2006. 31 p.

BARBIER, J. M.; LOPEZ RIDAURA, S. Evaluation de la durabilité des systèmes de production agricoles: limites des démarches normatives et voies d'amélioration. *Colloque ISDA 2010*, 28 juin-1^{er} juillet 2010, Montpellier.

BERANGER, C. La multifonctionnalité des prairies: acquis et interrogations du 19^e Congrès Européen des Herbages. *Revue Fourrages*, n. 171, p. 227-237, 2002.

BRIDIER, M.; MICHAÏLOF, S. *Guide pratique d'analyse de projets: evaluation et choix des projets d'investissement*. 5^{ème} éd. Paris: Economica, 1995. 340 p.

BRUNSCHWIG, P.; VERON, J.; PERROT, C.; FAVERDIN, P.; DELABY, L.; SEEGHERS, H. Étude technique et économique de systèmes laitiers herbagers en Pays de la Loire. *Rencontres Recherche Ruminants*, n. 8, p. 237-244, 2001.

COCHET, H.; DEVIENNE, S. Fonctionnement et performances économiques des systèmes de production agricole: une démarche à l'échelle régionale. *Cahiers Agriculture*, n. 6, p. 578-583, 2006.

COCHET, H.; DEVIENNE, S.; DUFUMIER, M. L'agriculture comparée: une discipline de synthèse?, *Economie rurale*, n. 297-298, p. 99-110, 2007.

COCHET, H.; DUCOURTIEUX, O.; DUFUMIER, M.; PEYRE, Y. *Quelle contribution de l'irrigation à un projet régional?* Evaluation économique d'un projet d'irrigation dans les coteaux du Béarn. Paris: AgroParisTech, 2009. 121 p.

CIVAM & RESEAU AGRICULTURE DURABLE. *Construire et conduire un système herbager économe*. Cahiers techniques de l'agriculture durable, Civam, 2001. 62 p.

CHERVEL, M.; LE GALL, M. *Manuel d'évaluation économique des projets*: La méthode des effets. Paris: Sedes, Ministère de la coopération, 1976. 204 p.

CHERVEL, M. Pour un autre calcul économique public. *RCB*, n. 49, p. 29-55, 1982.

CHERVEL, M. Premières applications de la méthode des effets en France. *Problèmes économiques*, 1900, 1984. La Documentation française.

CHERVEL, M.; LE GALL, M. Les nouvelles propositions de calcul économique en France: une critique. *Etudes pour le développement*, Sedes, n. 3, p. 52-62, 1984.

DANEL, J. M.; FUNEL, J. M.; LE GALL, M.; LEMELLE, J. P.; YUNG, J. M.; THEVENIN, P. *Guide d'évaluation a posteriori des opérations de développement rural*. Paris: SEDES, Ministère de la Coopération, 1979. 134 p.

DELARUE, J. *Mise au point d'une méthode d'évaluation systémique d'impact des projets de développement agricole sur le revenu des producteurs*: étude de cas en région kpèlè (République de Guinée). Thèse de doctorat, Paris: AgroParisTech, 2007. 414 p.

DEVIENNE, S.; WYBRECHT, B. 2002. Analyser le fonctionnement d'une exploitation. In: *Mémento de l'agronome*. Paris: Cirad; Gret; Ministère des Affaires étrangères, 2007. 1692 p.

DUFUMIER, M. *Les projets de développement agricole*. Paris: CTA-Karthala, 1996. 354 p.

DUFUMIER, M.; BERGERET, P. Analyser la diversité des exploitations agricoles. In: *Mémento de l'agronome*. Paris: Cirad; Gret; Ministère des Affaires étrangères, 2002. 1692 p.

INRA (Expertise scientifique collective). *Agriculture et biodiversité: valoriser les synergies*. Paris: Editions Quae, 2009. 184 p.

DURUFLE, G. Evaluation de projets charbonniers: méthode des effets et modèles macroéconomiques. *Études pour le Développement, Sedes*, n. 3, p. 29-40, 1984.

GARAMBOIS, N. *Des prairies et des hommes – Les systèmes herbagers économes du Bocage poitevin: agro-écologie, création de richesse et emploi en élevage bovin*. Thèse de doctorat, AgroParisTech, Paris, 2011. 463 p. + annexes.

GARAMBOIS, N.; DEVIENNE, S. Les systèmes bovins herbagers économes: une alternative de développement agricole pour l'élevage laitier dans le Centre Ouest français?, *Economie Rurale*, n. 330-331, p. 56-72, 2012.

GARAMBOIS, N.; DEVIENNE, S. Changement de paradigme et création de valeur ajoutée en agriculture: le cas des systèmes bovins herbagers économes du Bocage poitevin. *Notes et Etudes Socio-économiques*, n. 37, p. 33-49, 2013.

GITTINGER, J.P. *Analyse économique des projets agricoles*. 2^{ème} éd. Paris: Institut du développement économique de la Banque Mondiale; Economica, 1985. 547 p.

GRIFFON, M. *Pour des agricultures écologiquement intensives*. La Tour d'Aigues: Éditions de l'aube, 2010. 143 p.

INSTITUT DE L'ELEVAGE. *La prairie: un enjeu économique et sociétal*. Groupe d'Economie Bovine, Dossier Economie de l'élevage, Hors série, 2007. 40 p.

HUBERT, B.; VIAUX, P. Bilan des MAE en lien avec les prairies: la prairie au cœur de l'action publique!. *Fourrages*, n. 177, p. 65-77, 2004.

JOUIN, C. *De nouveaux paysans*. Nantes: Siloë, 1999. 150 p.

JOURNET, M. Des systèmes herbagers économes: une alternative aux systèmes intensifs bretons. *Fourrages*, n. 173, p. 63-88, 2003.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. *Histoire des agricultures du monde, du néolithique à la crise contemporaine*. Paris: Éditions du Seuil, 1997. 705 p.

MOULIGNAT, J.H. Le charbon de Ladrecht, une problématique de sélection de projets. *Études pour le Développement, Sedes*, n. 3, p. 13-24, 1984.

NGUYEN, T.; BLOOM, E. *Impact evaluation: methodological and operational issues*. Manille: Asian Development Bank, 2006. 35 p.

POCHON, A. *La prairie temporaire à base de trèfle blanc*. Plérin: Cedapa, 1981. 127 p.

POSFÁCIO

Sem a participação de Magda Zaroni, sem dúvida esta obra não teria sido realizada. Este foi seu último combate como universitária, no momento em que empreendia uma derradeira batalha por sua vida, perdida em 10 de março de 2015.

Professora-pesquisadora junto ao LADYSS, Laboratório do CNRS que eu dirigia e no qual ela passou a atuar, quando de sua aposentadoria na Université Paris Diderot. Ensinando na Université de Nanterre, ela pode se aproximar de colegas e amigos que contavam muito para ela: Marcel Jollivet, em quem reconhecia como sendo uma inspiração para a sua paixão pela interdisciplinaridade, e Hugues Lamarche, com quem organizou um colóquio franco-brasileiro sobre agricultura familiar, sua outra convicção intelectual ligada a defesa dos pequenos agricultores. Desde sua tese de doutorado sobre a reforma agrária no Portugal após a Revolução dos Cravos, quando ela ainda era exilada política, até a sua atuação crítica sobre a questão dos Transgênicos no Brasil, uma vez possível o seu retorno ao Brasil, ela colocou em seus atos a sua mais profunda convicção, fazendo uma « ponte » entre a França e o Brasil. O colóquio que deu origem a esta obra assemelha-se a ela, pois aproxima realidades contrastadas e tem em comum a sua capacidade de mobilizar o que organizou sua vida de cidadã e de intelectual: dar a palavra aos mais demunidos e isto com o olhar exigente da abordagem interdisciplinar.

Promover uma ciência cidadã e democrática não era um simples slogan para ela, mas uma linha de conduta. Na sua pedagogia junto aos estudantes franceses e brasileiros, no processo de aprendizagem, induzia

iniciativas que associavam camponeses e intelectuais em nome de uma solidariedade internacional. Igualmente, agia assim em seus combates no âmbito das instituições acadêmicas, o que a conduziu a criar, com Claude Raynaut e Angela Damasceno Duarte Ferreira, uma formação doutoral interdisciplinar em desenvolvimento sustentável na Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Vejamos o que ela escreveu na revista *Natures Sciences Sociétés* a propósito do colóquio sobre Josué de Castro que organizou em 2009 com dois colegas do LADYSS: « Josué de Castro era um cientista engajado. Ele considerava de seu dever assumir politicamente as ideias que defendia baseados em suas análises ». Pode-se reconhecer aqui uma espécie de autoimagem dela mesma, testemunho de sua grande admiração por este intelectual com o qual trabalhou em seus anos de exílio político e que também explica o quanto ela era preciosa para o nosso coletivo de pesquisa. Ela tinha uma profunda convicção que a atividade científica era um ato político e que todos, no papel de pesquisadores, são devedores de uma ética de responsabilidade no espaço público. Era também no dia-a-dia do laboratório de pesquisa que ela exprimia esta convicção. Dividíamos com ela, na verdade o mais seguido graças a ela, o espírito da crítica de uma ordem demasiadamente estabelecida, espírito que ela soube preservar intacto e que hoje se mostra tão necessário no ambiente de pesquisa.

Obrigado ao Osmar, Lovois e Ana Carolina por terem empreendido a publicação desta obra tão importante para ela.

Jean-Paul Billaud

Directeur de Recherche au CNRS/ França

EDITORA UNIVERSITÁRIA DA PUCRS – EDIPUCRS

A Editora Universitária da PUCRS já publicou mais de 1.500 obras impressas e mais de 250 livros digitais.

Siga a EDIPUCRS nas redes sociais, fique por dentro das novidades e participe de promoções e sorteios.



www.pucrs.br/edipucrs



www.facebook.com/edipucrs



www.twitter.com/edipucrs



www.instagram.com/edipucrs

Para receber as novidades no seu *e-mail*, cadastre-se pelo nosso *site* ou envie um *e-mail* diretamente para comunica.edipucrs@pucrs.br.

Acesse o *QR Code* abaixo e conheça os livros impressos, os *e-books* pagos/gratuitos, os periódicos científicos, os próximos lançamentos e os conteúdos exclusivos da EDIPUCRS.



Av. Ipiranga, 6.681 – Prédio 33
Caixa Postal 1429 – CEP 90619-900
Porto Alegre – RS – Brasil
Telefone: (51) 3320-3523
E-mail: edipucrs@pucrs.br